



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

JULIANO RICCIARDI FLORIANO SILVA

**FACES DO CAMPESINATO NO MUNICÍPIO DE
ITAPETININGA/SP:
SUJEIÇÃO, RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO**

Londrina
2019

JULIANO RICCIARDI FLORIANO SILVA

**FACES DO CAMPESINATO NO MUNICÍPIO DE
ITAPETININGA/SP:
SUJEIÇÃO, RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eliane Tomiasi Paulino.

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S586f Silva, Juliano Ricciardi Floriano .
Fases do campesinato no município de Itapetininga/SP: Sujeição, Resistência e Recriação / Juliano Ricciardi Floriano Silva. - Londrina, 2019.
306 f.

Orientador: Eliane Tomiasi Paulino.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Renda da terra - Tese. 2. Campesinato - Tese. 3. Recriação - Tese. 4. Monopolização do território - Tese. I. Paulino, Eliane Tomiasi. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

JULIANO RICCIARDI FLORIANO SILVA

FACES DO CAMPESINATO NO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA/SP:

SUJEIÇÃO, RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eliane Tomiasi Paulino
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^ª Dr^ª. Cátia Oliveira Macedo
Universidade do Estado do Pará – UEPA

Prof^ª. Dr^ª. Josefa de Lisboa Santos
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Londrina, 19 de dezembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Considero esta uma das partes mais difíceis para se escrever nesta tese, talvez porque a vida não se coloca em análise de regressão e para se chegar até aqui diversas pessoas com quem convivi deixaram algo de legado e que se metamorfosearam nestes escritos, assim, se não mencionados, recebam a minha gratidão. Quanto aos demais, elencados abaixo, espero ter sido justo na menção que resultou nessa tese doutoral.

Primeiro de tudo, gostaria de agradecer a Diânice Oriane, a mulher que me escolheu como seu companheiro de vida nas horas boas e ruins e ao Sahmuel, meu filho. Ambos foram referências e me apoiaram na insistência na pós-graduação. Devo a ela, a gênese desse trabalho e do interesse em me aprofundar na Geografia Agrária. Amores eternos e gratidão.

Aos meus pais José Floriano e Neusa Aparecida, pela dedicação na minha criação e que sempre me motivaram a seguir em frente. Foram eles que me mostraram o quanto era importante estudar, mesmo não tendo eles a mesma oportunidade no passado. Espero que entendam as minhas faltas, os momentos de afastamento e até a reclusão durante essa longa jornada.

À professora doutora Eliane Tomiasi Paulino. Resumi-la a minha orientadora é muito pouco e ela não sabe da importância que teve e tem para mim não só na condução do trabalho, mas também como incentivadora. Eu, apenas um professor do ensino fundamental e médio após tantos anos distante da academia, tive o privilégio de ser aceito como seu orientando e beber dessa fonte de conhecimento e de luta política e social.

Aos companheiros discentes de pós-graduação da turma 2016, em especial a Mariele, ao Marco Aurélio, ao Pedro e ao Silas, que compartilharam seus conhecimentos nos encontros do grupo de estudos agrários e contribuíram muito para que essa tese se consolidasse.

Apesar dos difíceis anos pré e pós-golpe político-judiciário que dividiu o país e também em menor escala o programa de pós-graduação, agradeço aos coordenadores, aos docentes do PPGGeo - UEL e aos servidores da Secretaria de Pós-graduação do CCE-UEL que direta ou indiretamente participaram da trajetória desse doutorando e possibilitaram a realização dessa pesquisa.

Agradecimentos ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que possibilitou essa capacitação. Gratidão ao reitor Modena, aos servidores da CPPD, aos diretores Sebastião do Campus Avaré e Ragnar do Campus Itapetininga que permitiram a dedicação exclusiva para que esse trabalho se concretizasse. Não poderia me esquecer dos professores: Camila e Glalcy (Linguagens e Códigos); Caroline Trovo, Daniel e Anderson (Ciências Humanas) que contribuíram nos debates teóricos iniciais e com bibliografias.

Também é preciso falar dos que suaram a camisa comigo em 3/4 das visitas de campo. Em especial a Janira “Nâna” (Distrito do Gramadinho) e ao José Maria (Distrito da Varginha) que me acompanharam e intermediaram o acesso aos camponeses. As vezes desconfiados, gradativamente os camponeses se abriam e contavam um pouco de seu modo de vida. Agradeço à Débora e seu marido Rogério pelas valiosas informações do mercado olerícola e aos agrônomos Luis e Pedro Alexandre com seus relatos e a experiência no campo regional.

À todos os camponeses das 57 unidades que visitei, em especial aos camponeses do Assentamento Carlos Lamarca que, diante do cenário político de 2019, me receberam inicialmente relutantes, mas depois de compreenderem o foco dessa pesquisa aceitaram contar um pouco da sua luta para conquistar a terra para a vida.

SILVA, Juliano Ricciardi Floriano. **Sujeição, Resistência e Recriação: faces do campesinato no município de Itapetininga/SP**. 2019. 306 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

A presente pesquisa analisou as particularidades da resistência, da recriação e da criação da classe camponesa no município de Itapetininga, estado de São Paulo. O município em questão situado na zona pioneira de ocupação e a margem do avanço da cafeicultura nos séculos XIX e XX têm como características de seu espaço agrário o predomínio dos grandes estabelecimentos agropecuários e o alto índice de concentração de terras que reflete, em parte, o histórico das concessões das sesmarias nos séculos XVII e XVIII. Após uma análise teórica sobre a relação da renda da terra, buscou-se identificar as fontes de renda e as atividades de autoconsumo que os camponeses se dedicam, nas quais se constatou a concentração na olericultura, na pecuária bovina e bubalina, na avicultura e na apicultura. Apesar das adversidades impostas pela territorialização do capital representada pela citricultura, pela silvicultura e em menor escala pelas culturas temporárias mecanizadas; detectou-se que os camponeses às vezes com seu território monopolizado pelas agroindústrias, buscam alternativas para suas práticas convencionais. Em alguns momentos verificaram-se práticas contra-hegemônicas como a agricultura orgânica, agricultura biodinâmica e criação de frangos caipira, todos para venda direta; e em outros a sujeição formal ao trabalho assalariado (trabalho acessório), o arrendamento de terras para o cultivo, um misto de assalariamento com parcerias e até um tipo de colonato. Tais relações permitem a essas famílias se assegurarem como membros da classe camponesa. Assim, a partir do aprofundamento nos estudos em Geografia Agrária e dos relatos de campo, buscou-se identificar essas particularidades que possibilitam a resistência, a recriação, algo contraditório, porém inerente para a manutenção do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: renda da terra, campesinato, Itapetininga, recriação, monopolização do território.

SILVA, Juliano Ricciardi Floriano. **Subjection, Resistance and Recreating: features of the peasantry in the municipality of Itapetininga/SP.** 2019. 306 p. Thesis (Doctorate's Degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

The present research analyzed the peculiarities of resistance and recreating of the peasant class in the municipality of Itapetininga, state of São Paulo. The concerned municipality, situated in the pioneer occupation zone and the margin of the advance of coffee cultivation in the 19th and 20th centuries, has as its agrarian space the predominance of large agricultural establishments and the high concentration of land that reflects, in part, the history of Sesmarias (land concessions for agricultural production) in the 17th and 18th centuries. After a theoretical analysis of the relation of the income of the land, it was sought to identify the sources of income and self-consumption activities that the peasants are engaged in, which found the concentration in vegetable growing, cattle and buffalo breeding, commercial broiler chickens and beekeeping. Despite the adversities imposed by the territorialisation of capital represented by citrus growing, forestry and to a lesser extent by mechanized temporary crops; It has been found that peasants, sometimes with their territory monopolized by agro-industries, seek alternatives to their conventional practices. At times, counter-hegemonic practices such as organic farming, biodynamic farming, and rearing free-range chickens were all found for direct sale; and in others the formal subjection to wage labour (ancillary labour), the leasing of land for cultivation, a mixed wage-labour partnership, and even a type of settlement. Such relationships allow these families to secure themselves as members of the peasant class. Thus, from deepening the studies in Agrarian Geography and field reports, we sought to identify these particularities that enable resistance, recreating, something contradictory, but inherent for the maintenance of the capitalist system.

Keywords: land rent, peasantry, Itapetininga, recreating, monopolization of the territory.

SILVA, Juliano Ricciardi Floriano. **Sujeción, resistencia y recreación: características del campesinado en el municipio de Itapetininga /SP**. 2019. 306 p. Tesis (Doctorado en Geografía) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMEN

La presente investigación analizó las particularidades de la resistencia, la recreación y la creación de la clase campesina en el municipio de Itapetininga, estado de São Paulo. El municipio en cuestión, situado en la zona de ocupación pionera y al margen del avance del cultivo del café en los siglos XIX y XX, tiene como espacio agrario el predominio de grandes establecimientos agrícolas y la alta concentración de tierras que refleja, en parte, la historia de las Sesmarías (concesiones de tierras) en los siglos XVII y XVIII. Después de un análisis teórico de la relación del ingreso de la tierra, se buscó identificar las fuentes de ingresos y las actividades de autoconsumo en las que participan los campesinos, que encontraron la concentración en la horticultura, el ganado vacuno y el búfalo, la cría de aves de corral y la apicultura. A pesar de las adversidades impuestas por la territorialización del capital representado por la citricultura, la silvicultura y, en menor medida, por los cultivos temporales mecanizados; Se ha encontrado que los campesinos, a veces con su territorio monopolizado por las agroindustrias, buscan alternativas a sus prácticas convencionales. En ocasiones, se encontraron prácticas contra hegemónicas como la agricultura orgánica, la agricultura biodinámica y la cría de pollos de corral, todo para la venta directa; y en otros, la sujeción formal al trabajo asalariado (trabajo auxiliar), el arrendamiento de tierras para el cultivo, una asociación mixta de trabajo asalariado e incluso un tipo de asentamiento. Estos vínculos permiten que las familias se aseguren como miembros de la clase campesina. Así, al profundizar los estudios en Geografía Agraria e estudios de campo, buscamos identificar estas particularidades que permiten la resistencia, la recreación, algo contradictorio, pero inherente para el mantenimiento del sistema capitalista.

Palabras clave: renta de tierras, campesinado, Itapetininga, recreación, monopolización del territorio.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Localização do município de Itapetininga/SP	19
Mapa 02	Caminhos e acessos do sudoeste paulista (séc. XVIII)	23
Mapa 03	As sesmarias do século XVIII e a grande fazenda jesuíta.....	116
Mapa 04	Bairros rurais e distritos – Itapetininga/SP.....	125
Mapa 05	Localização dos imóveis rurais e classificação, segundo o módulo fiscal (INCRA e SICAR, 2019).....	143
Mapa 06	A utilização do solo no município de Itapetininga/SP	144
Mapa 07	Regionalização dos distritos e bairros rurais - Itapetininga/SP	160

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Pepinos no padrão para venda e o descarte em dezembro de 2017	47
Figura 02	Fazenda Paiol, dos Prestes, situada entre os municípios de Itapetininga e Tatuí.....	119
Figura 03	Croqui da fazenda S. Maria da Várzea, em processo de desapropriação e foto de 2016	121
Figura 04	Atuais condições do acampamento do MST junto a fazenda Sta. Maria da Várzea	122
Figura 05	Laticínio Copprir em 2011 o leite “barriga mole”, principal produto da cooperativa	154
Figura 06	A Entrevistada 2, cuidando da sua horta. Na varanda o tanque refrigerador de leite.....	166
Figura 07	A moradia do entrevistado 3 e o paiol onde está o tanque refrigerador de leite.....	169
Figura 08	Parte do rebanho do entrevistado 4 e o seu tanque refrigerador de leite	171
Figura 09	Vista obtida da sede da fazenda do avô do Entrevistado 5.....	178
Figura 10	Entrevistado 7 e esposa, junto ao gado no lote conquistado por meio do programa Banco da Terra	182
Figura 11	Cultivo de hortaliças do Entrevistado 7 para o PNAE	184
Figura 12	Terreno alagadiço na propriedade do entrevistado 8	186
Figura 13	Imagem de apresentação do portal do grupo Alvorada e imagem orbital da propriedade da empresa	192
Figura 14	Croqui da propriedade do entrevistado 15 e a entrada da área arrendada à Frango Rosaves	199
Figura 15	Entrevistado 16 e seu neto de 8 anos na casa do mel.....	207
Figura 16	Caixas com enxames no eucaliptal da Fíbria-Suzano e a sinalização obrigatória	210
Figura 17	Astrapéia (Dombeya Wallichii) na propriedade do entrevistado 17	216
Figura 18	Loja da família do entrevistado 17 na área central de Itapetininga e o mel embalado e rotulado pela família camponesa	220
Figura 19	Croqui da propriedade do entrevistado 18.....	224
Figura 20	Gado criado para comercialização e paiol do entrevistado 18.....	225
Figura 21	Bananal do entrevistado 18	229
Figura 22	Solo preparado pelo entrevistado 19 para abobrinhas biodinâmicas e o entrevistado 20 que é assalariado e parceiro.....	230
Figura 23	Entrevistado 21 em três cultivos: tomate cereja e uva Niágara, como assalariado e tomate italiano como parceiro	232
Figura 24	Bertalha e Capuchinha agroecológicas e o Café agroflorestal	241
Figura 25	Banca dos camponeses no Assentamento Carlos Lamarca na feira Livre no centro de Itapetininga aos domingos	243
Figura 26	Entrevistado 26 junto a estufa de tomates em sociedade	248
Figura 27	Estufa de pepinos em plena produção do entrevistado 27	253
Figura 28	Croqui da propriedade do entrevistado 27	254
Figura 29	A casa, a garagem com dois carros e as estufas do entrevistado 29.....	257

Figura 30	O fretista e os funcionários no momento da coleta das caixas de pepino em propriedade camponesa	266
Figura 31	Exemplo de perdas no transporte com o embalamento a granel em caixas de madeira	272
Figura 32	O cultivo e seleção de minis abóboras em propriedade camponesa	273
Figura 33	Croqui da propriedade do entrevistado 14	277
Figura 34	Cachos de tomate DRC- <i>Cocktail</i> do entrevistado 14	278
Figura 35	Modelo de rotulagem para o rastreamento da produção olerícola	282

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Número e Área dos estabelecimentos por grupo de área no município de Itapetininga/SP.....	128
Tabela 02	Estrutura fundiária no município de Itapetininga/SP (2019).....	136
Tabela 03	Os maiores proprietários de terras no município de Itapetininga /SP (2019) ..	139
Tabela 04	Produção (em ton.) dos principais produtos da olericultura no município de Itapetininga/SP.....	156
Tabela 05	Composição química dos leites de búfala e de vaca	188

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Imigração estrangeira no Brasil entre 1820 e 1975.....	96
Gráfico 02	Número de estabelecimentos agropecuários no município de Itapetininga/SP entre 1960 e 2017	127
Gráfico 03	Área dos estabelecimentos agropecuários no município de Itapetininga/SP entre 1960 e 2017	127
Gráfico 04	Área ocupada pela cana de açúcar em de Itapetininga/SP	141
Gráfico 05	Utilização do solo no município de Itapetininga/SP (1960 a 2017)	145
Gráfico 06	Financiamento rural: Aplicação efetiva de recursos entre os anos de 2000 a 2016	148
Gráfico 07	Efetivo da pecuária no município de Itapetininga/SP (1960 a 2017).....	152
Gráfico 08	Produção de leite no município de Itapetininga/SP	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Faces do campesinato itapetiningano através de seus depoimentos ...	34
Quadro 02	Exemplo da geração da Renda Diferencial I	41
Quadro 03	Exemplo da geração da Renda Diferencial II	44
Quadro 04	Exemplo da geração da Renda Absoluta	50
Quadro 05	Esquema da relação trabalho consumo Chayanov (1974).....	67
Quadro 06	Comparativo da produção de leite de vaca e de leite de búfala	73
Quadro 07	Demonstrativo do desmembramento dos municípios de Sorocaba e Itapetininga	126
Quadro 08	Coeficiente de GINI de concentração fundiária em relação ao país, ao estado e ao município (2014).....	140
Quadro 09	Meses de floradas para a produção de mel em Itapetininga/SP	216
Quadro 10	Simulação das receitas da apicultura pelo entrevistado 16	219
Quadro 11	Ciclo anual da produção de tomate e pimenta americana do Entrevistado 18.....	227
Quadro 12	Receita mensal da olericultura, segundo o entrevistado 18	228
Quadro 13	Custos de produção de pepino e preço atual pago ao produtor	244
Quadro 14	Custos de produção de pepino e preço ideal pago ao produtor	246
Quadro 15	Simulação da transferência da renda camponesa pelos intermediários da logística e dos atacadistas.....	268
Quadro 16	Simulação dos custos de viagem por dia (ida e volta) ao Ceagesp/SP	268
Quadro 17	Instrução Normativa Conjunta n. 01/2019.....	281

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo
BRICS	<i>Brazil, Russia, India, China, South Africa</i> (Bloco de nações emergentes)
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Governo de SP)
CCS	Contagem de células somáticas
CEAGESP	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA	Centrais de Abastecimento S/A
CEPAGRI	Centro de Pesquisa Meteorológica e Climática Aplicadas à Agricultura
COLASO	Cooperativa de Laticínios Sorocaba
COPPRIR	Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Itapetininga e Região
CPP	Contagem Padrão de Placas
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão para o PRONAF
EFS	Estrada de Ferro Sorocabana
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileiro de Pesquisa Agropecuária
ESA	Agência Espacial Européia
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC	Gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)
FNL	Frente Nacional de Luta
GEE	Graus de Eficiência na Exploração
GUT	Graus de Utilização da Terra
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IEA	Instituto de Economia Agrícola (Governo de SP)
IF	Instituto Florestal (Governo de SP)
IFSP	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ITESP	Fundação Instituto de Terras (Governo de SP)
ITR	Imposto Territorial Rural
LUPA	Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (SP)

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MF	Módulo Fiscal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONS	Operador Nacional do Sistema
ONU	Organização das Nações Unidas
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PMI	Prefeitura Municipal de Itapetininga
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNMQL	Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RMS	Região Metropolitana de Sorocaba
SICAR	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
TBCA	Tabela Brasileira de Composição de Alimentos
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

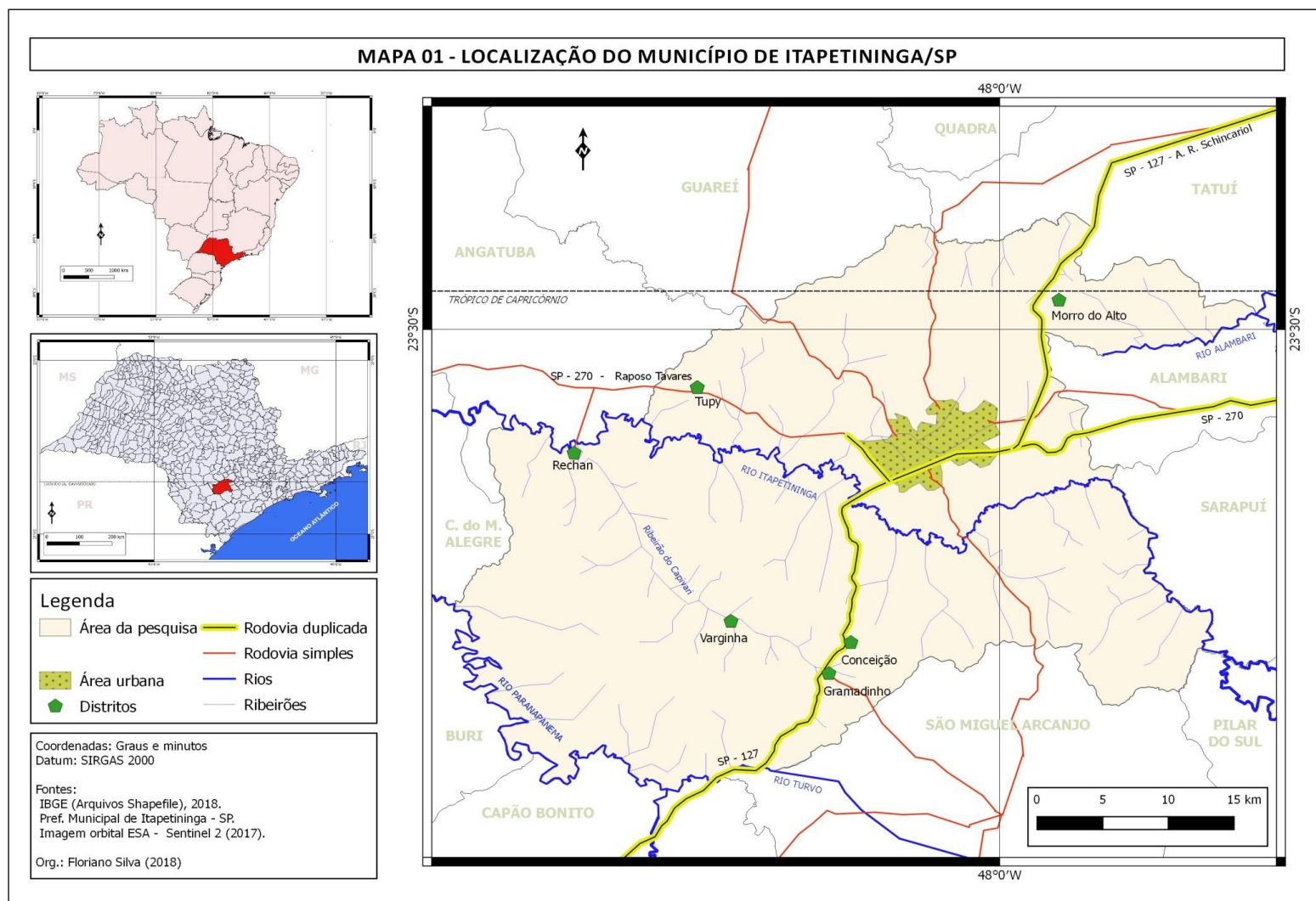
APRESENTAÇÃO	18
INTRODUÇÃO	27
1 RENDA DA TERRA E CAMPESINATO: VIVIFICANDO A TEORIA.....	37
1.1 CAMPONESES: EXTINÇÃO OU RESISTÊNCIA?	58
2 O CAPITALISMO AGRÁRIO RENTISTA NO BRASIL E A LUTA PELA TERRA	79
2.1 A COLONIZAÇÃO BRASILEIRA ORIENTADA PELO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E OS CAMPONESES	79
2.2 A LUTA PELA TERRA EM ITAPETININGA/SP	114
2.3 A ESTRUTURA AGRÁRIA MUNICIPAL	126
3 CAMPESINATO E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA	159
3.1 A PECUÁRIA.....	161
3.2 A AVICULTURA	191
3.3 A APICULTURA	200
4 A OLERICULTURA E A TRANSFERÊNCIA DA RENDA CAMPONESA	222
4.1 OS DESVIOS DA RENDA CAMPONESA NA OLERICULTURA.....	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS	284
REFERÊNCIAS.....	292

APRESENTAÇÃO

Para identificar as faces dos camponeses a desvendar nessa pesquisa faz-se necessário, primeiramente, caracterizar onde a recriação dessa classe se dá. Atualmente, o município de Itapetininga possui uma área territorial de 1.789,350 km², localizado na porção sudoeste do estado de São Paulo, sendo o terceiro maior município em extensão do estado. A drenagem da maior parte do município é realizada pelo rio Itapetininga que é tributário da alta bacia do Rio Paranapanema. Na porção setentrional a drenagem é realizada pelos tributários da bacia do Rio Tietê (Mapa 01). Atualmente, Itapetininga se encontra dentro da região metropolitana de Sorocaba e está há aproximadamente 168 km da capital do estado.

A ocupação humana deve-se, inicialmente, pela busca de metais preciosos na Serra de Paranapiacaba e posteriormente como pouso de tropas dos muares provenientes do sul do Brasil, durante o século XVIII. Com uma população rarefeita, foi majoritariamente composta pelos caboclos-mamelucos paulistas (Brandão, 1983) que compunham um campesinato baseado nas culturas e criações para o autoconsumo. Posteriormente, somaram-se a eles os migrantes gaúchos (Nogueira, 1962) que formaram suas estâncias para a recuperação e engorda das mulas antes da comercialização no mercado de Sorocaba. Nos séculos seguintes, a presença concomitante do camponês e do estancieiro pecuarista marcou o campo no município.

Fisicamente, inserido na Depressão Periférica da Borda Leste da Bacia Sedimentar do Rio Paraná, havia o predomínio dos campos (pradarias) que favoreciam a manutenção do campesinato e da atividade pecuarista nos séculos XIX e início do XX. Ambas divergiam da principal atividade econômica emergente no estado, representada pelo café. Em parte, isso deveu-se ao clima que é caracterizado como tropical de altitude, de acordo com a Cepagri/Unicamp (2017). Nos invernos as baixas temperaturas e as frequentes geadas, historicamente, dificultaram o cultivo do café, deixando o município à margem dessa cultura, conforme ressalta Isaac (2012):



A região por muitos anos denominada pejorativamente de “Ramal da Fome”, nunca teve pendores para a cafeicultura, não em razão da pouca vontade dos fazendeiros ou sitiantes. Unicamente, segundo os técnicos, por causa das condições climáticas onde esse ramo não conseguiu vicejar. Esta área do estado, sudoeste ou sul-paulista, sempre se dedicou à agricultura, recaindo na lavoura básica a sua vocacionalidade, notadamente o algodão, considerado carro-chefe da economia local. A propósito, um dos maiores agricultores daquele então, recai no nome de Francisco Alves (seu Chico Alves), plantando 100 alqueires de café, mas infelizmente com prejuízo total diante da pesada geada ocorrida na época. (ISAAC, 2012, s. p.)

Não havendo relevância econômica para o cultivo do café, o abate em larga escala da vegetação nativa, predominantemente de campos, não se deu no primeiro ciclo econômico. Estes serviram de pastagens para a primeira atividade econômica de relevância nos campos de Itapetininga, o tropeirismo.

A interiorização da economia brasileira, causada pelo ouro em Minas Gerais e, posteriormente, pela necessidade de escoar o café do Vale do Paraíba (SP/RJ), garantiu um mercado consumidor para essas bestas. Assim, a demanda pelo gado muar cresceu e, concomitante, iniciou-se o tráfico desses animais, primeiramente clandestino, entre a América espanhola e portuguesa. O negócio das mulas tornou-se muito rentável para os tropeiros, o que levou a Coroa Portuguesa a oferecer melhor estrutura para o deslocamento das tropas vindas do Sul até o mercado da vila de Sorocaba.

Após a longa viagem desde o Rio Grande do Sul, ao cruzarem o rio Itapetininga, os tropeiros deduziam que faltava um dia de viagem até o mercado de muares de Sorocaba. Junto ao rio, na internada nativa, permaneciam por um determinado tempo para a recuperação e engorda do rebanho antes da última jornada.

Entretanto, em paralelo a época da passagem dos muares pela área atual do município, de acordo com Nogueira (1962), a criação animal mais expressiva era a de porcos, pois atendia ao autoconsumo e o excedente da produção de toucinho e carne visava ao mercado local e de Sorocaba. Quanto a culturas comerciais, estas só apareceram, de modo pouco expressivo, no início do século XIX com a cana-de-açúcar e o algodão herbáceo.

Em 1838, houve o aumento da população do município devido a valorização da cana-de-açúcar nos mercados locais e internacionais, reflexo das transformações

políticas nas Antilhas (Independência do Haiti), levou a um efêmero surto econômico, conforme registrado por Saint Hilaire (1976). O cronista também indicou que Itapetininga chegou a ter dez engenhos, como também era o limite da cultura em direção ao Sul. Entretanto, a cultura mais significativa, comercialmente na história do município, foi a do algodão.

Nas partes do distrito onde as geadas não se faziam sentir, tais como os vales, plantavam-se algodoeiros e se fabricavam com o seu produto tecidos grosseiros que eram enviados, assim como os dos arredores de Sorocaba, ao Rio Grande do Sul e a Curitiba. (SAINT HILAIRE, 1976, p. 203)

De acordo com Canabrava (1951), o algodão tornou-se significativo em Sorocaba e por toda a região na segunda metade do século XIX, em virtude da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865). Esse conflito em terras norte-americanas prejudicou totalmente o envio de algodão para as tecelagens na Inglaterra, em um momento que ela desfrutava de indiscutível liderança no campo da indústria têxtil europeia.

A produção brasileira de algodão, em larga escala, iniciou em dezembro de 1861, em Sorocaba. Com preços elevados, os agricultores passaram a cultivá-lo também nas cidades de Itu, São Roque, Ibiúna, Porto Feliz, Araçoiaba da Serra e Itapetininga. Tais plantios eram realizados pela iniciativa privada de britânicos, pois as autoridades do governo brasileiro privilegiavam a manutenção da cultura cafeeira.

Sendo o café o carro-chefe das exportações dos paulistas, poucos fazendeiros se arriscavam nesse cultivo. Coube ao governo da província ser o responsável por estimular tal produção junto aos pequenos proprietários. A ascensão da cotonicultura na região de Sorocaba coincidiu com a decadência da feira de muares. No auge da produção de algodão, instalaram-se máquinas descaroçadoras em Sorocaba, Porto Feliz e Itapetininga, em 1865.

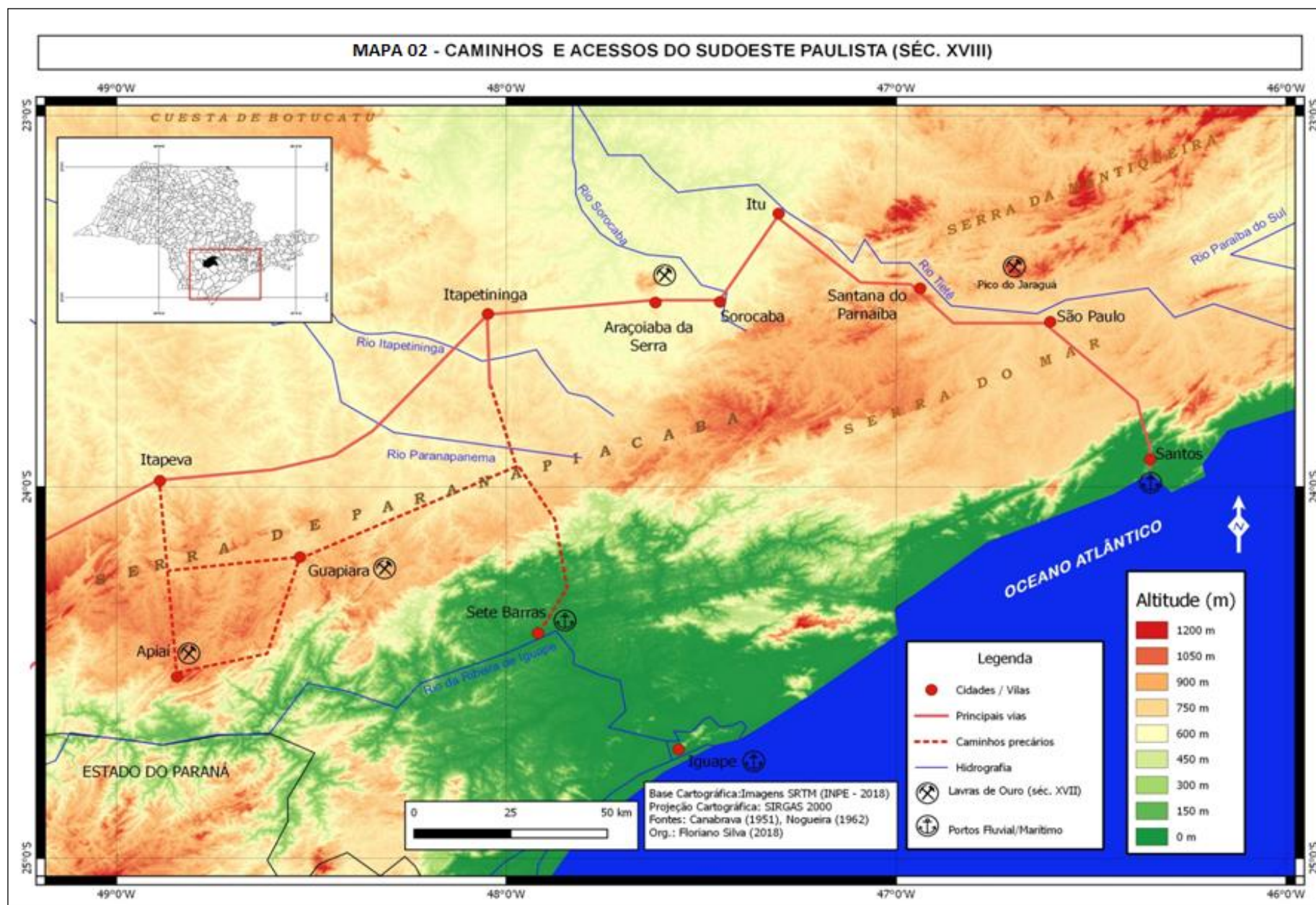
Tavares (1993) ressalta que a cultura do algodão permitiu o enriquecimento dos pequenos agricultores¹, fomentando a distribuição de riquezas pelos municípios. Todavia no caso de Itapetininga e do sudoeste paulista, o custo do frete pela Estrada Geral de Santos tornava onerosa aos camponeses cotonicultores.

De acordo com Canabrava (1951), esses agricultores buscaram alternativas para exportar o algodão. A autora menciona que os cotonicultores de Itapeva escoaram a produção em lombo de mula por meio de uma trilha que ligava o sudoeste ao porto de Iguape. Todavia a natureza hostil (clima úmido, relevo íngreme e a densa mata atlântica) e as perdas durante o frete (sujava o algodão e o deixava úmido), fez evitarem o uso dessa via de transporte.

De acordo com o Mapa 02, pode se verificar que o porto de Iguape era a melhor alternativa para o escoamento da cotonicultura do sudoeste paulista do que o caminho até o Porto de Santos. A via até Iguape era muito precária e acidentada por cortar a Serra de Paranapiacaba, levando muito tempo para ser vencida pelas mulas de carga e arriscada. A solução seria a abertura da Estrada das Sete Barras, que ligaria o sudoeste paulista até o rio da Ribeira. Localizada na planície costeira, o povoado de Sete Barras às margens do rio da Ribeira seria o limite da estrada e posteriormente o algodão embarcado em transporte fluvial até o porto de Iguape e depois em direção a Inglaterra

A abertura da estrada foi iniciada em 1864, no auge da produção cotonífera do Sudoeste paulista. Seu percurso atravessava as Serras de Paranapiacaba e a Serra do Mar, sendo estes os grandes obstáculos naturais e de onerosos custos à Província. No ano seguinte, suas obras foram abandonadas, pois a Assembleia Legislativa liberava poucos recursos perante a demanda dos trabalhos exigidos. Outro aspecto é que tal obra não viria a favorecer a importante classe política representada pelos fazendeiros de café.

¹ Tavares (1993) ressalta que, em Itapetininga, a maior roça de algodão existente era de 25 alqueires (cerca de 60 hectares), sendo intercalar com outras culturas como a cana, o café e, especialmente, os gêneros alimentícios. Canabrava (1951) salienta, ainda, que o algodão era “[...] por excelência, a cultura democrática, feita pelos elementos livres e, muitas vezes, humildes da população, a verdadeira lavoura comercial do pobre, que até o presente limitava-se à plantação de cereais indispensáveis ao sustento de sua família.” (p. 105)



A construção da ferrovia Sorocabana foi um empreendimento que visava escoar e estimular o cultivo do algodão. Entretanto, essa cultura começou a decair com a retomada da produção no Sul dos Estados Unidos em virtude do fim da Guerra Civil, em 1865.

Isso culminou com o atraso no avanço da ferrovia Sorocabana em direção ao Sudoeste tornou-se pouco interessante aos investidores, o que resultou na espera de mais de vinte anos até a chegada dos trilhos a Itapetininga (1895). Como ponta de linha, a cidade tornou-se alvo avançado meridional de defesa da província. Ao mesmo tempo, junto ao seu terminal ferroviário desceram tropas carregadas com toucinho, oriundas do Sul do estado e, também, do Paraná para serem transportadas até os mercados de Sorocaba e, principalmente, o de São Paulo.

A importância do município como prestador de serviços criou um setor urbano mais próspero, enquanto que a terra estava retida para outros fins, especialmente renda e *status* social. Portanto, ao contrário de muitas cidades que surgiram e se expandiram de acordo com riquezas minerais ou importantes ciclos econômicos com base na agricultura, Itapetininga não teve a mesma pujança com base em um ciclo.

Encastoadada num município de zona de terras consideradas como as mais pobres do estado, a cidade de Itapetininga se tem desenvolvido muito mais pela convergência da migração rural, decorrente do baixo ponto de saturação demográfica dos campos que a circundam que pela sua própria atuação dinamizadora da economia do território de que é antes servida do que serve. (NOGUEIRA, 1962, pp. 193-194)

Usufruindo de sua posição estratégica e força política em fins do século XIX e início do XX, o município prosperou por questões externas aos seus atributos naturais (solo e clima). A agricultura baseou-se nos cultivos alimentares intercalados com roças de algodão, no sistema de parceria ou praticada pelo responsável do estabelecimento.

Essa mesma força política que dominava o cenário paulista de outrora, exercia no campo um poder de acumular terras para si. O lastro representado pelo escravo foi substituído pela terra que tornou-se mercadoria para essa elite política que também era latifundiária. As disputas pela terra entre camponeses e grileiros marcam a história da porção setentrional do município e suas redondezas, em que estão os melhores

solos e que favoreceu a manutenção do latifúndio, que será melhor aprofundado no capítulo 2.

Por outro lado, na porção meridional do município, principal área dessa pesquisa, verifica-se um maior aglomerado de unidades camponesas, nas quais há uma diversidade de atividades que sustentam essas famílias. Diferente dos camponeses colonos do café no Planalto Ocidental paulista, os antepassados dos camponeses entrevistados foram posseiros e ocupantes de terras que pertenceram às sesmarias ou fazendas de gado e tinham no autoconsumo sua principal atividade.

Essa maior presença camponesa no sul do município não significa homogeneidade, tanto que os bairros rurais tem em suas bordas médias e grandes propriedades nas quais a proximidade significava em alguns momentos oportunidades de trabalho, segundo os relatos. Esse trabalho era caracterizado como um trabalho acessório para a manutenção da renda familiar que se somava a comercialização dos excedentes da produção de alimentos e das criações.

Foi a partir do pós-guerra (1945) que a agropecuária local passou pela modernização de base técnica. A imposição do pacote tecnológico da revolução verde levou os melhores solos em fertilidade e topografia, situados na porção setentrional do município, serem territorializados pelo capital com os cultivos de cana, laranja, soja e milho. Já na porção meridional, constata-se o papel da silvicultura e a pecuária extensiva, e em menor escala, as culturas temporárias.

Com tais mudanças, verifica-se que o camponês itapetiningano foi desafiado a aprofundar sua sujeição ao mercado, dada a intensificação da presença das agroindústrias do leite e do frango, os atacadistas da olericultura e os exportadores de mel. Por outro lado, tal sujeição não significou sua extinção, tendo sido a forma de resistirem como classe, oferecendo ao mercado não o trabalho próprio, mas sim o produto dele.

Nessa trajetória houve o relativo abandono da estratégia do autoconsumo que, anteriormente, era marca distintiva do campesinato. Conforme ressalta Chayanov (1974) a opção em adquirir o que ele deixa de produzir visa diminuir seu trabalho, destinando esse para outros fins, por isso opta em buscar considerável parte de sua dieta, ferramentas e demais utensílios no mercado instalado na cidade. O fato de diminuir a sua autossuficiência ou como sociedade indestrutível, como salientou

Kautsky (1980) não significou a extinção ou a sua proletarização. São essas formas de adaptação e de adoção de estratégias que permitem a recriação camponesa.

Até porque o caminho inverso foi identificado no relato de um dos entrevistados, um proletário que abandona a cidade e migra para o campo onde se converte em camponês, indica que as premissas clássicas do caminho necessário da proletarização não podem ser tomadas como dogma.

Assim, essa pesquisa busca contribuir com evidências próprias de resistência e resiliência, e que lhes permite manter um modo de vida com potencialidades de autonomia, malgrado os dilemas e desafios à recriação contraditória na contemporaneidade.

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objeto de estudo a resistência e a recriação camponesa particularizada no território do município de Itapetininga, situado na porção sudoeste do estado de São Paulo, onde o campesinato coexiste com a concentração fundiária, caracterizada pela silvicultura, pela citricultura, pelo cultivo sucroalcooleiro e pela pecuária.

Com cerca de 250 anos de história, o município localiza-se, conforme Candido (1979), na zona de ocupação pioneira do estado de São Paulo e do Brasil. O interesse pelo tema justifica-se pela experiência obtida nos oito anos (2004-2012) lecionados em duas escolas públicas rurais de ensino fundamental e médio, onde a convivência com os alunos e suas famílias mostrou que sua realidade é contrária à concepção de campo propagado pela mídia e pelos materiais didáticos escolares. Isto porque, em ambos os meios, que são formadores de opiniões, propaga-se a imagem de que o campo está modernizado no Centro-sul do Brasil, enfatizando-se a importância da agropecuária capitalista como fonte de divisas externas para a economia nacional. Nesse sentido, mídia e materiais didáticos escolares são atravessados pela ideologia do progresso econômico e, por isso, além de não combaterem, tornam superficial o debate da luta pela terra dos movimentos sociais, como também a luta dos caiçaras, quilombolas, comunidades extrativistas e camponeses em geral.

A propagação do chamado “agronegócio” representa, indiretamente, a manutenção do contexto de dependência do desenvolvimento brasileiro, orientado pelo modelo neoliberal, que adota estratégias destrutivas no espaço agrário brasileiro e tenta reconfigurá-lo, de modo a alterar as relações de trabalho e, ainda, negar a existência do campesinato. Entretanto, essa pesquisa procura mostrar que o desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo brasileiro, conforme destaca Oliveira (2001), ocorre de forma heterogênea, complexa e plural, refutando qualquer concepção teórica da homogeneidade absoluta do assalariamento no campo.

No município de Itapetininga/SP, apesar da ação das agroindústrias (laticínios), atacadistas e exportadores, verificou-se a diversidade de relações de trabalho, como o exercido em terras próprias, que, ainda, permitem a resistência camponesa. Há, também, relações de arrendamento, parcerias e de colonato, cujo trabalho é

controlado pela família, que, no entanto, nem sempre possui controle sobre o processo de produção.

Nessa conjuntura, pode-se afirmar que o campo diverge muito do que, em geral, buscou-se propagar com o conceito de “Novo Rural” no Brasil. Tal conceito foi o símbolo de governos neoliberais eleitos democraticamente a partir dos anos 1990 (Collor/Franco – 1990-1994, FHC 1995-2002), cuja intervenção no campo estava orientada, no plano do discurso, para a modernização das pequenas propriedades, reconfigurando-as em estabelecimentos empreendedores através de pluriatividades e trabalhos não agrícolas.

Nessa concepção do “Novo Rural”, o campo, além de fornecer alimentos e matérias-primas para o setor urbano, passaria a ter acesso a crédito bancário e ao consumo de insumos industriais (adubos e máquinas), além de fornecerem serviços (lazer) e torná-los uma extensão do meio urbano (rurbano), que, academicamente, foi pregado por autores brasileiros como Veiga (1991), Abramovay (1998) e Graziano da Silva (1996 e 1997).

A realidade encontrada na porção meridional do município de Itapetininga, objeto desse estudo, apresenta-se mais próxima ao trabalho de Cândido (1979) do que à concepção do “Novo Rural”. Concluída há mais de 60 anos, a obra de Cândido (1979), que já retratava mudanças no modo de vida do caipira paulista, é atual no tocante à sociabilidade e a um conjunto de relações que permitem a preservação da família no campo através do trabalho familiar nos diversos bairros rurais.

Para entender a persistência de modos de vida tradicionais, investigou-se o histórico do município e da região sudoeste do estado de São Paulo, especialmente, os relatos anteriores à obra de Cândido (1979). O explorador Auguste Saint-Hilaire (1976), em sua passagem pela Vila de Itapetininga, citou determinadas características do modo de vida dos camponeses que ainda estavam lá presentes. Essa preservação dos costumes camponeses e a forma do uso do solo no município devem-se, em partes, ao distanciamento que a atual área do município teve com relação à marcha da cafeicultura. Itapetininga ficou marginalizada, mantendo o latifúndio pecuarista em paralelo com uma agricultura camponesa que, em momentos distintos, intercalou suas culturas alimentares com a produção do algodão, visando atender ao mercado internacional.

Trata-se, portanto, de uma estratégia local de resistência que, guardadas diferenças de cultivos e algumas técnicas, se repetiu em diversos recantos do país. Oliveira (2007) a contextualiza como contradição inerente à produção capitalista em meio a qual o campesinato se reproduz.

A intensificação das transformações no campo brasileiro, com ênfase na base técnica a partir da década de 1960, coincide com a introdução dos cultivos da soja, do milho, da cana-de-açúcar, da laranja e da silvicultura, objetivando atender aos complexos agroindustriais.

Com base nessas transformações no campo, o presente trabalho estrutura-se a partir de dois questionamentos acerca da continuidade e manutenção camponesa no município:

- Como essas mudanças, impostas pela agricultura capitalista na segunda metade do século XX, afetaram a vida dos camponeses no município?
- Quais as estratégias adotadas por esses camponeses para garantir sua reprodução e recriação social na terra?

Constata-se, no município de Itapetininga, que apesar de as relações capitalistas comandadas pela territorialização do capital se intensificarem, representadas pela silvicultura, citricultura e pelo cultivo sucroalcooleiro, os camponeses dos bairros circundados por essas atividades não sucumbiram. Não obstante, sob o modo de produção capitalista, as transformações na agricultura levam a maioria dos camponeses entrevistados a se subordinarem às agroindústrias, atacadistas e exportadores, como forma de colocarem no mercado a sua produção. De outra parte, ainda que seu território seja monopolizado pelo capital, é dessa maneira que os camponeses obtêm renda e mantêm autonomia sobre os meios de produção.

Essa presença contraditória do campesinato tem sido objeto de diferentes esforços de análise. Segundo Luxemburgo (1970), o modo de produção capitalista não pode se desenvolver sem acumulação.

De um lado, tem lugar nos lugares de produção da mais-valia - na fábrica, na mina, na propriedade agrícola e na circulação de mercadorias. Considerada assim, a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados, mas que em ambas as

partes, na fábrica como no mercado, move-se exclusivamente dentro dos limites da troca de mercadorias, do câmbio de equivalências. (...) O outro aspecto da acumulação do capital realiza-se entre o capital e as formas de produção não capitalistas². Esse processo desenvolve-se no cenário mundial. Aqui, os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência, a trapaça, a opressão, a rapina. (LUXEMBURGO, 1970, p. 398)

O campesinato, inclusive o de Itapetininga, integra-se a essas formas “não capitalistas”, isto é, ele sujeita-se ao capital, porém este não o controle totalmente, diferente do proletário, que detém apenas sua força de trabalho e se subordina plenamente à exploração. A classe camponesa é *sui generis* quanto à detenção da terra, ao conhecimento de como e quando produzir, além de sua força de trabalho, e por isso consegue sobreviver inerente ao sistema. Assim, como defende Oliveira (2007), o campesinato é uma classe contraditória ao sistema, mas, ainda que independente, precisa se adaptar a ele a fim de garantir sua manutenção e desenvolvimento na sociedade.

A opressão e a rapina, que Luxemburgo (1970) cita, é o que o capital, contraditoriamente, necessita para se reproduzir frente às formações camponesas. Por um lado, a opressão pode ser reconhecida nas regras impostas para a produção (exemplos: exigências do Plano Nacional de Melhoria na Qualidade do Leite na pecuária; o tamanho do galpão e os equipamentos na avicultura; uso de insumos químicos e o rastreamento de olerícolas) e a rapina, por sua vez, manifesta-se na extração de porcentagens da renda camponesa (no crédito bancário, no custo do frete e nos baixos preços recebidos pela produção).

O avanço do modo de produção capitalista, no território camponês, ocorre mediante a monopolização na forma da avicultura integrada, dos laticínios, dos exportadores de mel e, principalmente, dos Centros de Abastecimentos (Ceagesp/Capital e, em rara ocasião, o Ceasa/Campinas), nos quais o Estado alia-se para a rapina da renda camponesa.

Os meandros dessas relações são o enfoque da presente proposta de pesquisa, organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, apresenta um panorama

² Grifo nosso.

conceitual em torno da evolução do modo de produção capitalista no campo, especialmente na origem da renda da terra. Tem-se como base dessa evolução o modelo inglês, por meio das análises dos economistas políticos Smith (1996) e Ricardo (1996). A partir de Marx (1974), aprofunda-se a análise da Renda da Terra e empregam-se relatos dos camponeses entrevistados, além de algumas simulações de cálculos quanto à produção e à obtenção de renda das famílias visitadas.

A manutenção do campesinato leva à discordância da abordagem linear acerca da ascensão do modo de produção capitalista e dos equívocos teóricos que conduziram autores do final do século XIX, como Kautsky (1980) e Lenin (1985), a preconizarem a extinção dos camponeses. Para concluir o primeiro capítulo, essas concepções são contrapostas às linhas teóricas baseadas em Luxemburgo (1970) e Shanin (1980), que refutam a polarização em duas classes, apenas. Integra-se ao debate da resistência camponesa as contribuições de Chayanov (1974), particularmente no que diz respeito ao modo de vida camponês, segundo a teoria do balanço trabalho *versus* consumo. Essa interpretação é o que ilumina e dá respaldo à tese da recriação camponesa nos dias atuais.

No segundo capítulo, procurou-se ampliar o debate, inserindo o Brasil no capitalismo agrário rentista desde a sua colonização, discordando da corrente que defende os resíduos feudais e do discurso de que a modernização no século XX conduziu ao fim do campesinato. Parte-se da premissa de que o desenvolvimento do capitalismo agrário, que se dá no Brasil, é contraditório e combinado, como defendem Oliveira (2004, 2010), Martins (1998), Bombardi (2004), Almeida (2006) e Paulino (2012), mostrando que, conforme as relações capitalistas de produção avançam, contraditoriamente, ampliam-se as relações camponesas (não capitalistas), como ocorreu com o sistema de colonato no passado.

Insere-se no debate a luta pela terra no Brasil, com maior profundidade o passado dos conflitos agrários, da concentração fundiária e da organização econômica desta porção do estado de São Paulo. Para tanto, os dados oficiais (INCRA, IBGE e LUPA) servem como elementos de comprovação, pois a estrutura agrária municipal apresentou-se altamente concentrada e seu uso do solo destinado à silvicultura, à citricultura, à pecuária e, na porção setentrional, às lavouras mecanizadas (soja, milho, trigo e cana de açúcar).

A face contraditória da territorialização do capital na maior parte das terras do município é a (re)criação camponesa em alguns bairros rurais, tema do capítulo três, dedicado a um panorama geral dos camponeses ocupados com a pecuária bovina e bubalina, em especial na produção láctea. Além da pecuária, a avicultura de corte também é outra atividade a que se dedicam e que, igualmente, são intermediadas por agroindústrias locais e regionais. Por último abordou-se também a apicultura que, mesmo pouco expressiva, se revela como alternativa a alguns camponeses.

Igual condução metódica foi observada no quarto capítulo, que enfatiza a atividade olerícola, bastante diversa no que tange às formas de acessar a terra e de nela produzir. Majoritariamente praticada em estufas (plasticultura), constatou-se uma diversidade de relações de trabalho e produção, a exemplo do arrendamento de terras para a realização do trabalho familiar, a parceria às vezes concomitante ao trabalho assalariado e até uma variação atualizada do colonato.

A diversidade própria à olericultura que, aliás, explica a predominância das entrevistas, favoreceu as simulações e os cálculos quanto ao volume da renda camponesa transferida para os setores atacadistas representados pelos boxes do Ceagesp/SP e Ceasa de Campinas, como também aos fretistas.

No conjunto, 57 camponeses foram entrevistados, não havendo rigor estatístico, mas sim qualitativo quanto à produção, relações intrafamiliares de trabalho e desafios da atividade até a comercialização, nessa amostra.

Adverte-se que há uma distância entre o ideal e o possível numa proposta metodológica dessa ordem, pois o acesso a esses bairros rurais nem sempre era possível em virtude da conservação das estradas vicinais. A dificuldade de localizar com exatidão as unidades por conta própria, apenas com o auxílio de mapas, foi marcante. Inúmeras porteiras trancadas em locais ermos impediam o prosseguimento solitário da expedição. Assim, a viabilização do trabalho impôs o critério da acessibilidade como parâmetro, privilegiando-se unidades produtivas situadas junto as vias transitáveis.

Nesses termos, há que se destacar o auxílio decisivo de dois mediadores e um frentista, que possibilitou acessar as unidades camponesas que possuíam alguns diferenciais e que se enquadravam no escopo do estudo, definindo-se previamente quais entrevistas poderiam ser elucidativas no tocante a maleabilidade camponesa de

mudar de atividade, a possibilidade de diversificar práticas e cultivos ou mesmo os ajustamentos conforme a disponibilidade de braços e as oportunidades produtivas.

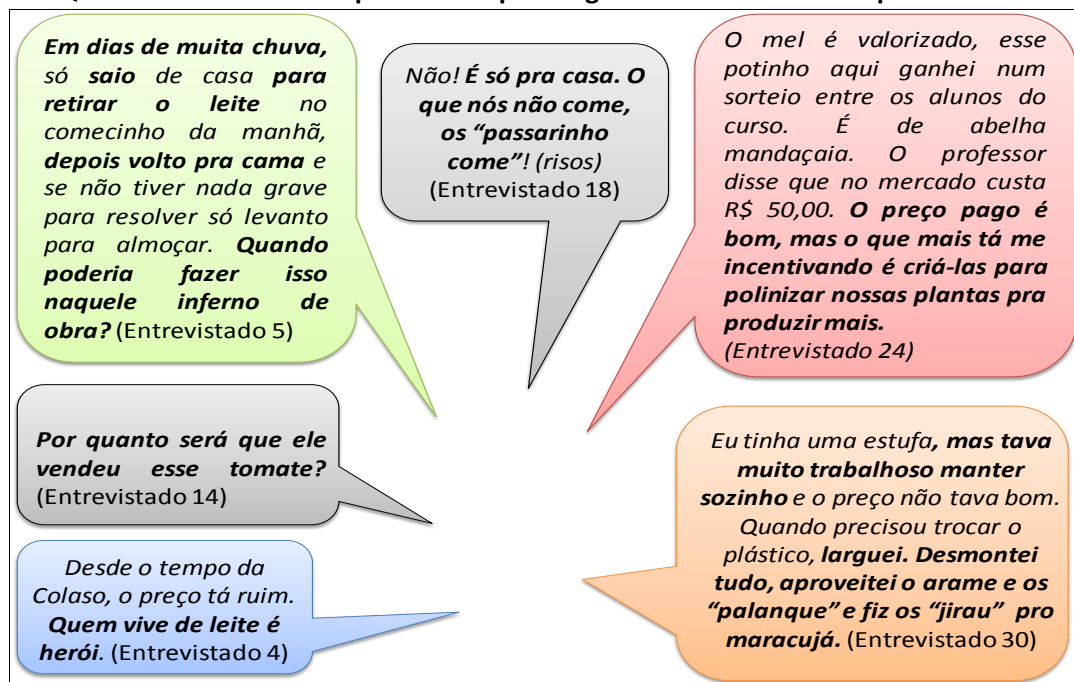
As entrevistas tiveram início em maio de 2016, com a aplicação de um formulário-piloto para quatro camponeses do bairro do Gramadinho (aproximadamente a 30 km do centro municipal), junto à rodovia SP-127. Essa pilotagem permitiu calcular o tempo de aplicação dos formulários e definir a pertinência de cada indagação levada a campo.

Dessa feita, alguns questionamentos considerados oportunos previamente ao campo experimental foram descartados ou substituídos por um diálogo mais direto com as características da propriedade, da família e da produção, no que tange às dificuldades, custos, receitas da produção e orçamento familiar. Assim, em alguns momentos, o formulário rígido foi deixado de lado em detrimento de dados qualitativos da vida camponesa e sua produção.

Os distritos mais investigados em campo foram os da Varginha, da Conceição e do Gramadinho; correspondendo aproximadamente a 83% do universo dos entrevistados. A presença dos mediadores e do fretista foi essencial para o início da conversa com os camponeses que, desconfiados com a presença de estranhos, nem sempre concordaram em prestar informações. Houve casos em que o entrevistado não concordou em nos receber dentro da propriedade, atendendo-nos na porteira e proibindo, inclusive, fotografá-lo ou retratar sua propriedade. Tais situações foram mais recorrentes no distrito do Morro do Alto, onde nenhum mediador nos acompanhou em campo.

As últimas expedições de campo ocorreram em agosto de 2019, quando acompanhamos a rotina de um fretista e estivemos com os camponeses do assentamento Carlos Lamarca. O acesso a esses assentados, inicialmente, foi difícil, em virtude das frequentes ameaças que o assentamento vem sofrendo com a conjuntura política estabelecida em meados de 2016 e intensificada após o pleito de 2018. Apesar das desconfianças, a insistência abriu portas, obtendo-se êxito na recepção e na possibilidade de conhecer relatos adicionais sobre as faces que o campesinato expressa no município, conforme sintetizado no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Faces do campesinato itapetiningano através de seus depoimentos.



A possibilidade de se recriar como camponês e adotar um novo modo de vida distante da vida como proletário urbano, do entrevistado 5 ou mesmo a maleabilidade de abandonar a olericultura e iniciar-se na fruticultura do entrevistado 30 representa a diversidade de formas do fazer e ser camponês.

Especificidades identificadas em campo nos motivaram à elaboração de croquis em paralelo com a imagem de satélite das propriedades representadas, buscando-se com isso destacar a forma como a família camponesa realiza o aproveitamento ou não da totalidade do seu terreno, os tipos de cultivos, a diversificação no pomar e na horta, as moradias e os galpões, enfim, as estruturas sinalizadoras das possibilidades para a ampliação ou manutenção de atividades em prol da família.

Para auxiliar na elaboração dos croquis, como também na confecção dos mapas temáticos, foram utilizadas as Cartas Topográficas do IBGE (1/50.000), imagens de satélite Landsat 8 (resolução 30 metros), obtidas no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e do satélite Sentinel 2 (resolução 10 metros), da Agência Espacial Europeia (ESA) da região e do município. Os croquis foram elaborados a partir dos dados de localização (GPS) obtidos com aplicativo de *smartphone* (“Minha Localização”) e das imagens obtidas por meio do programa *Google Earth*. O manuseio

e elaboração dos mapas e croquis foram executados a partir do *software* gratuito *opensource* de geoprocessamento Quantum *Gis* (QGIS).

Com base nos dados orbitais dos satélites e no cruzamento de informações do SICAR 2019 (Sistema de Cadastramento Ambiental Rural) e os dados do SNCR-INCRA 2019 (Sistema Nacional de Cadastro Rural) do governo federal, foi possível elaborar um mapa com as respectivas localizações das propriedades rurais do município e verificar onde se intensificam as unidades camponesas e as grandes propriedades do município.

Informações em fontes oficiais (IBGE, INCRA, Casa da Agricultura- CATI/SP e Prefeitura Municipal) e fontes secundárias com dados estatísticos foram pesquisadas para análise da evolução do espaço agrário municipal, objetivando traçar um panorama da inserção local na modernização conservadora e a manutenção das unidades camponesas de produção. Em paralelo à elaboração dos dois últimos capítulos, foram integrados relatos e análises obtidos nos trabalhos de campo, inclusive, simulações e cálculos matemáticos para compreender a parcela correspondente à renda dos camponeses entrevistados e qual porcentagem dessa renda é subtraída por outros agentes.

Bairros em que predominam as chácaras de lazer, a exemplo dos distritos do Tupy e do Morro do Alto foram preteridos. Por sua vez, o cultivo da laranja monopolizada por uma grande exportadora de suco concentrado (Citrosuco), tornou o distrito do Rechan pouco interessante para a pesquisa, havendo poucas as visitas com realização de entrevistas.

Evitou-se também as propriedades que ultrapassam as dimensões legalmente estabelecidas para a classificação em agricultura familiar, até porque na prática os quatro módulos fiscais se mostraram suficientemente distintivos para as unidades camponesas.

Quanto aos entrevistados, optou-se pela manutenção de seu anonimato, razão pela qual apresenta-se apenas a inicial de seus nomes ou uma numeração, seguido da idade, do bairro e do distrito onde moram. Essa identificação e diferenciação dos camponeses ocorrem durante a análise individual dos relatos, nos capítulos 3 e 4.

Visando preservar a imagem dos participantes, suas faces foram desfiguradas por pixelação. Respeitou-se o que prega o Artigo 5, Inciso X da Constituição Federal de

1988, no qual afirma-se que "[...] são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando direito à indenização pelo dano material ou moral". Nesse mesmo sentido, a futura publicação deste trabalho em mídia *online* busca respaldo na Lei 12.965/2014, na Seção II – Da Proteção aos Registros, aos Dados Pessoais e às Comunicações Privadas, artigo 10, que regula os direitos e deveres do uso da internet no Brasil

Os dados obtidos com a aplicação dos formulários permitiram traçar um perfil desses camponeses, que se dedicam a diversas atividades para se manter na terra. Esse horizonte analítico foi ampliado com as entrevistas de dois engenheiros agrônomos e um fretista que atua no Ceagesp/SP que gentilmente nos permitiu acompanhá-lo nas rotas.

Com isso, acredita-se que esta pesquisa poderá contribuir para enriquecer o conhecimento sobre o campo e as relações camponesas do município. A maior parte da literatura acerca de Itapetininga exalta personalidades políticas, artísticas e culturais, como também seu processo urbano e a bela arquitetura do final do séc. XIX e início do XX. Espera-se que esse trabalho contribua para a compreensão da recriação e manutenção camponesa no Brasil, mas, também, do legado dessa classe ignorada pela história local e nacional, a qual carrega na sociabilidade e tradições culturais um modo de vida baseado no trabalho e no oferecimento de seus produtos para a base alimentar dos brasileiros.

1 RENDA DA TERRA E CAMPESINATO: VIVIFICANDO A TEORIA

Para Marx (1974), a renda da terra é parte do trabalho realizado no solo que se metamorfoseava em renda que era entregue ao proprietário. Separada das relações de sujeição do feudalismo e mantida como direito independente do seu uso efetivo, a propriedade fundiária passou a permitir a apropriação de rendas por meio de pagamento em dinheiro. Com a monopolização das terras, os proprietários fundiários cobram daqueles que desejam adquiri-las ou usá-las como uma parcela da riqueza social, mesmo sem, necessariamente, terem contribuído com sua produção.

Com a propriedade da terra, o que é comprado e vendido não é a terra em si, mas o título da renda da terra. Marx (1974) assevera que o dinheiro disposto é equivalente a um investimento que produza juros, visto que o comprador adquire um direito sobre receitas futuras antecipadas, ou seja, um direito sobre os vindouros frutos do trabalho de outros.

Antes de Marx, Smith (1996) e Ricardo (1996) contribuíram para desvendar, conforme a cronologia dos fatos históricos na Inglaterra, a questão da renda da terra. Entretanto, ambos têm como princípio estar do lado da classe burguesa, que era proeminente naquele período do final do século XVIII e início do XIX. Para esses autores, a emergente burguesia era inovadora na geração de valor e contrária à sociedade pródiga, resquícios do Antigo Regime.

A consolidação dos burgueses como capitalistas permitiu-lhes exercer poder de pressão sobre a aristocracia e, assim, enfraqueceram as monarquias absolutistas da Europa, assumindo o protagonismo na governança dos Estados. Ou seja, mudaram os personagens, mas a exploração dos trabalhadores e a expropriação dos camponeses ampliaram-se. Como base da pirâmide social e representantes da maior parcela da população, diversas revoltas operárias propagaram-se a partir de 1840 por toda a Europa.

Essa categoria submissa aos interesses dos burgueses e dos proprietários de terras começou a ganhar voz e passou a ser ouvida por novos teóricos da Economia Política, principalmente, por Karl Marx, que faz uma interpretação crítica de toda essa evolução da economia.

Cabe a Marx (1974) a análise mais aprofundada sobre renda da terra e a fonte de todas as riquezas, a partir de sua fórmula Trinitária: Capital (lucro do capitalista + juro), Terra (renda fundiária) e Trabalho (salários). Entre os humanos e seu trabalho surgem relações sociais de propriedade e de produção, que excluem o trabalhador de seu produto.

Para Marx (1974), o **capital** não é “coisa” e nem uma quantidade de dinheiro pertencente a alguém. Capital é “[...] determinada relação social de produção, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade e essa relação se configura numa coisa que lhe dá caráter social específico” (MARX, 1974, p. 936). A principal característica do capital é, portanto, extrair a mais-valia do trabalhador.

O dinheiro, como instrumento de troca, é utilizado para a compra dos meios de produção e, também, da força de trabalho. Da fusão dessas mercadorias adquiridas pelo capitalista surgiu o produto que entrava em circulação e obtinha valor de venda superior ao investido.

Para Marx (1974, p. 950):

A reposição dos valores adiantados na produção e particularmente a mais-valia encerrada nas mercadorias parecem que, além de se converterem em dinheiro na circulação, desta decorrem; aparência que duas circunstâncias confirmam: o lucro obtido com a venda depende de logro, astúcia, conhecimento técnico, habilidade e de mil fatores conjunturais do mercado; além disso, ao lado do tempo de trabalho surge outro elemento determinante: o tempo de circulação.

Além do lucro esperado, há outro condicionante que, de forma conjuntural, poderia contribuir para a obtenção de um lucro excedente. Crises, escassez de alimentos e intempérie contribuem para a inflação dos preços. Isto é, são condições, às vezes, momentâneas, que aumentam o lucro extraordinário. De toda a forma, esse excedente não retorna para o trabalhador, mas é retido pelo capitalista ou, então, por outro, que será citado posteriormente (o proprietário de terras).

A **terra**, como natureza inorgânica, não produz valor por si. Valor é trabalho. Somente a fusão do trabalho com a terra produz valor. Mas a terra não é homogênea quanto à fertilidade. “A diferença na fertilidade faz que as mesmas quantidades de trabalho e de capital, o mesmo valor, portanto, se expressem em quantidades diversas

de produtos agrícolas; que esses produtos possuam, por isso, valores individuais distintos” (MARX, 1974, p. 936).

Nesse caso, Marx resgata as concepções de Ricardo (1996), enfatizando que os solos mais férteis geram renda, pois os distintos preços de produção, obtidos em cada solo, são nivelados para o alto pelos valores de mercado, sendo destinados ao bolso do proprietário. A propriedade da terra, antes mesmo de seu diferencial de fertilidade, é monopolizada, portanto, alienável. Assim, a terra se torna mercadoria e, ao seu detentor, dá o direito de exigir uma renda de forma pura, sem investimentos, um retorno econômico pelo fato de a terra ter um dono.

O **trabalho** é o verdadeiro produtor de valor. É a partir do trabalho executado pelos trabalhadores que se extrai toda a riqueza que as demais categorias da trindade sugam. O tempo de trabalho contribui para a determinação dos preços das mercadorias, “[...] é simples abstração, sem existência de per si, ou, no sentido que lhe dá, atividade produtiva que o homem em geral exerce e com que efetua o intercâmbio material com a natureza [...]” (MARX, 1974, p. 937).

Há dois tipos de trabalho: o trabalho necessário, responsável pelo pagamento dos salários que assegura a reprodução do trabalhador e de sua família; e o trabalho excedente (mais-valia), responsável por transferir para o capitalista uma parcela na forma de lucro e outra, ao proprietário da terra, na forma de renda (caso seja o trabalho agrícola).

O trabalho também é mercadoria. Ele deixa de pertencer ao trabalhador e, da mesma forma que a terra, esconde a compreensão da realidade. Das relações sociais que se estabelecem entre Capital, Terra e Trabalho, naturaliza-se entre os humanos a propriedade da terra e seu preço, como também o preço do trabalho. Categorias que nem deveriam existir, mas refletem a mercadorização de tudo no modo de produção capitalista.

Assim, em síntese, os estudos da Economia Política e, especialmente, a fórmula trinitária de Marx (1974) contribuem para romper com as aparências dos diversos elementos sociais da riqueza. O juro separado do lucro e da renda da terra, todavia, todos são frutos da mais-valia. No processo de circulação, o trabalho é valor que se materializa em mercadoria e, dependendo das condições, amplia-se ou mantém-se no nível médio a mais valia retida pelos que não trabalham (rentistas e capitalistas).

Na agricultura, a propriedade da terra atua no modo de produção capitalista de forma contraditória.

Essa colheita e repartição da mais-valia, ou do produto excedente, pelo capital, encontra limites na propriedade fundiária. Se o capitalista ativo extrai do trabalhador o trabalho excedente e, por conseguinte, na forma de lucro, a mais-valia e o produto excedente, o dono da terra por sua vez tira da capitalista parte dessa mais-valia, ou trabalho excedente, na forma de renda (MARX, 1974, p.942-943).

Ao mesmo tempo em que significa um limite para a extração da mais-valia e transformação em lucro, foi a instituição da propriedade privada que possibilitou a exploração capitalista da terra, desapropriando o camponês e subordinando-o para o capitalista auferir o lucro.

O proprietário das terras desempenha um certo papel no processo capitalista de produção, pela pressão que exerce sobre o capital, por ser a grande propriedade fundiária (que despoja o trabalhador de seus meios de produção) condição prévia da produção capitalista, mas sobretudo por personificar ele uma das condições mais essenciais da produção (MARX, 1974, p. 943).

Este poder que o monopólio da terra exerce dentro do modo de produção capitalista agrário permite ao proprietário exigir a sua parcela de contribuição para a produção. A apropriação dessa porção de matéria inorgânica que, nas palavras do autor, é uma massa bruta e caótica a seu favor e obtida no desenvolvimento histórico da sociedade, é mediada por um título que garante a sua renda ou a mais-valia excedente que toda a sociedade paga.

Aprofundando na interpretação da renda da terra, além de seus antecessores, Marx (1974) distingue a Renda da Terra em três tipos: Diferencial (I e II), Monopólio e Absoluta. Acrescenta-se que o autor propôs, também, analisar as rendas não capitalistas.

Renda Diferencial I: Para Marx (1974), a terra mais fértil auferir lucro suplementar após serem pagos todos os custos e o lucro capitalista. Esse lucro suplementar, quando não surge no processo de circulação, revela-se como a diferença entre produtos de quantidades iguais de capital, terras e trabalho. O esquema da

renda diferencial I (Quadro 02) pouco difere da exposta com base em Ricardo (1996), porém, adaptou-se para a atualidade.

Quadro 02 – Exemplo da geração da Renda Diferencial I.

Terreno	Trigo saca / ha	Custo por ha \$	Lucro médio (35%)	Preço de produção		Preço de mercado		Renda Diferencial
				total	saca	total	saca	
A	42	R\$ 1.848,00	R\$ 646,80	R\$ 2.494,80	R\$ 59,40	R\$ 3.880,80	R\$ 92,40	R\$ 1.386,00
B	37	R\$ 1.848,00	R\$ 646,80	R\$ 2.494,80	R\$ 67,43	R\$ 3.418,80	R\$ 92,40	R\$ 924,00
C	32	R\$ 1.848,00	R\$ 646,80	R\$ 2.494,80	R\$ 77,96	R\$ 2.956,80	R\$ 92,40	R\$ 462,00
D	27	R\$ 1.848,00	R\$ 646,80	R\$ 2.494,80	R\$ 92,40	R\$ 2.494,80	R\$ 92,40	R\$ -

Fonte: Marx (1974) e Oliveira (2007). Org.: o autor.

Seguindo as propostas de Ricardo (1996) e Marx (1974), destaca-se que o solo A é o mais fértil e, portanto, o que mais produz por hectare. Gradativamente, entre os diferentes solos, sua fertilidade vai reduzindo até o solo D, como pode ser visto com a queda nas sacas de trigo por hectare. Assim, é o solo menos fértil que nivela por cima os preços de mercado para todos os solos. Porém, Marx (1974) não segue à risca o escalonamento do melhor para o pior solo. Isso poderia ocorrer de forma inversa também, do pior para o melhor solo.

Se fosse indiferente o sentido do uso do solo para a produção, a defesa de Ricardo (1996), quanto aos retornos decrescentes da produção seria um equívoco. O caos que o autor prevê com o aumento dos custos de produção e dos salários em troca de uma produção inferior em trigo, seguindo uma linha do melhor para o pior solo, não ocorreu. Marx (1974) afirma que Ricardo (1996) ignora as melhorias da agricultura com a adubação e a intensificação do uso de maquinários.

De posse dessas melhorias incorporadas na produção, os solos A, B e C poderiam produzir mais e o solo D poderia ser descartado. O solo C seria o novo regulador do mercado. Portanto, Marx (1974) afirma que não é pelo retorno decrescente que gera-se a renda, mas, apenas, pela diferença de solo. Observa-se que, no exemplo hipotético, a diferença de solo determinou o preço da saca de trigo no mercado. A baixa produtividade do solo D possibilitou uma renda de R\$ 1.386,00, 924,00 e 462,00 por hectare nos solos A, B e C, respectivamente.

É a determinação do valor de mercado, tal como se impõe no sistema de produção capitalista por meio da concorrência, que gera falso valor social. O fenômeno decorre da lei do valor de mercado, à qual estão sujeitos os produtos do solo. A determinação do valor de mercado dos produtos, inclusive dos produtos do solo, portanto é um ato social, embora sua realização social não seja consciente nem intencional, e se funda necessariamente sobre o valor de troca do produto, não sobre o solo e sobre as diferenças de sua fertilidade. (MARX, 1974, p. 757).

Se não houvesse a propriedade da terra, o capitalismo e o preço de mercado, a saca sairia, provavelmente, por R\$ 59,40. A sociedade não precisaria pagar cerca de 64% a mais pela saca do trigo. É o que Marx (1974) afirma ser o valor do mercado imposto pelo modo de produção capitalista e pela concorrência, que gera falso valor social.

Renda Diferencial II: A renda diferencial II é gerada a partir da aplicação de maior capital e de uso intensivo do solo já fértil com a utilização de máquinas, adubos sintéticos e sementes melhoradas geneticamente. Atualmente, tais avanços incluem-se no que denomina-se de agropecuária de precisão, fazendo uso dos maiores avanços na biotecnologia e da informática.

Segundo Oliveira (2016), na contemporaneidade a agricultura está sob o domínio do capitalismo monopolista mundializado, que se estrutura sobre três pilares: a produção de *commodities*, a participação nas bolsas de valores e nos monopólios mundiais. Nas *commodities*, toda a produção agropecuária, silvícola e extrativista torna-se mercadoria e passa a ser cotada em bolsas de valores por preços internacionais e que favorecem a participação de grandes grupos empresariais intra e extra-nacionais (*joint-ventures*).

Essa participação caracteriza-se pela territorialização dos monopólios, que passam a atuar, simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária, como é o caso da madeira/celulose, da laranja e da cana de açúcar, que ocorrem no município de estudo.

Nesses exemplos, verifica-se o intenso papel do capital investido no campo pelos grandes monopólios no jogo de forças, no qual o principal intuito é a obtenção de renda capitalizada da terra de duas formas: na incorporação de tecnologia

necessária para elevar a produção de *commodities* (Renda Diferencial II) e no controle da propriedade da terra, (renda absoluta) a ser debatido adiante.

Se a concepção da teoria da renda diferencial II se caracterizava pelo aumento da produtividade por hectare com a finalidade de aumentar os lucros do capitalista e, conseqüentemente, da renda, hoje essa forma de renda segue o mesmo propósito, porém, severamente ampliada pela metamorfose evolutiva do capitalismo monopolista e rentista. Todavia, não ocupar-se-á, nesse momento, da territorialização do capital por esses monopólios presentes em Itapetininga.

Em escala menor, os escritos de Marx (1974) coincidem com o que verificou-se no campo. Segundo o filósofo e economista clássico, os investimentos podem ter caráter transitório (por exemplo, a adubação) e caráter permanente (obras de irrigação e armazenamento). O arrendatário, no contrato, assume os investimentos como preparo do solo, adubação, sistemas de irrigação (se necessário), sementes e, ao fim da colheita, em caso de não renovação, devolve o solo preparado para o proprietário.

Isso pode ser verificado *in loco*, com um proprietário de 250 hectares que adota a pecuária (corte, cruzamento e leite) e que arrenda, periodicamente, parcelas de suas terras para o cultivo de batata inglesa (em solos comuns) e para estufas de olericultura (solo próximo de várzea - húmus). Na cultura da batata, a renda cobrada é de R\$ 496,00³ o hectare, pagos no ato do início do contrato. Em média, ele arrenda de 30 a 50 hectares de pasto sem uso. Todo o preparo da terra, desde o arado, grade, adubação e equipamentos, é por conta do arrendatário. Após a colheita, em caso de não renovação, o arrendatário se compromete em devolver o solo recuperado com pastagem formada.

Verifica-se que, enquanto durar o contrato, o proprietário, com sua renda assegurada, não interfere na produção. Os investimentos que o arrendatário empregar na terra, com a ajuda do clima e do mercado, poderão resultar em um lucro suplementar, que será retido para si. O proprietário, no exemplo citado, não participa dos lucros futuros com a colheita (ou do prejuízo, pois sua renda já está paga), mas poderá exigir, na renovação do contrato, um adicional pela produtividade que sua

³ A informação obtida em dezembro de 2017 é por alqueire (24.200 m²), no valor de R\$ 1.200,00.

terra proporcionou. Caso não haja renovação, a pastagem melhorada pelo arrendatário não custou ao proprietário nem capital, nem trabalho, vindo naturalmente para a manutenção de sua atividade principal, que é a pecuária.

Marx (1974) ressalta que, na Renda II, enquanto vigorar o contrato de arrendamento já fixado desde o início, os investimentos feitos no solo têm como destino o bolso do arrendatário. Por isso, o autor afirma a existência de uma disputa na qual o arrendatário almeja contratos longos e o proprietário, por sua vez, busca contratos de arrendamento curtos.

Visando ilustrar matematicamente a Renda II (Quadro 03), utilizou-se da mesma base da Renda Diferencial I. Observa-se que as melhores terras receberam um acréscimo de capital, com a finalidade de ampliar a produtividade e os lucros do arrendatário. No solo A e no B, houve acréscimo de capital de R\$ 400,00 e R\$ 652,00 por hectare, respectivamente.

Quadro 03 – Exemplo da geração da Renda Diferencial II.

Terreno	Trigo saca / ha	Custo por ha \$	Lucro médio (35%)	Preço de produção		Preço de mercado		Renda Diferencial
				total	saca	total	saca	
A+\$	51	R\$ 2.248,00	R\$ 786,80	R\$ 3.034,80	R\$ 59,51	R\$ 4.712,40	R\$ 92,40	R\$ 1.677,60
B+\$	50	R\$ 2.500,00	R\$ 875,00	R\$ 3.375,00	R\$ 67,50	R\$ 4.620,00	R\$ 92,40	R\$ 1.245,00
C	32	R\$ 1.848,00	R\$ 646,80	R\$ 2.494,80	R\$ 77,96	R\$ 2.956,80	R\$ 92,40	R\$ 462,00
D	27	R\$ 1.848,00	R\$ 646,80	R\$ 2.494,80	R\$ 92,40	R\$ 2.494,80	R\$ 92,40	R\$ -

Fonte: Marx (1974) e Oliveira (2007). Org.: o autor.

Esse aporte de capital pouco influenciou nos preços de custos, todavia, com o aumento da produtividade, os respectivos lucros e as rendas pagas ao proprietário cresceram. O solo B recebeu um aporte maior que A, mas, ainda assim, ficou abaixo deste em produtividade, apesar de seu lucro ter ultrapassado o obtido no solo A. Para ampliar tanto os lucros como a renda, Marx (1974, p. 779) assinala que “[...] escolhe-se os melhores solos por oferecer maior probabilidade para a rentabilidade do capital aplicado, pois contém o maior número de elementos naturais da fertilidade e trata-se apenas de aproveitá-los”.

Quanto ao arrendamento para a olericultura, esta será melhor detalhada no último capítulo, no item específico sobre a atividade olerícola executada pelos camponeses, pois essa atividade é realizada no âmbito familiar, ou seja, independe do trabalho assalariado que há no cultivo da batata.

Na produção de batatas, o proprietário entra com a terra e a água e o arrendatário com todos os insumos necessários para o plantio e a colheita, inclusive a energia (gerador a diesel), que alimenta o sistema de irrigação e que não está integrada no contrato, e a força de trabalho para a safra. Os preços individuais de mercado, segundo Marx (1974), podem sofrer variações por questões climáticas (secas, geadas, enchentes), levando à escassez temporária e resultando em sobrelucro para os produtores. Esse adicional nos lucros está, portanto, ligado a alterações das condições normais da produção, porém, pode adquirir caráter duradouro ou até permanente.

Para ilustrar, recorre-se ao exemplo do preço do tomate no ano de 2013, que recebeu acréscimo de 150%. No bairro da Pescaria, em entrevista concedida, o camponês J., de 38 anos, informou que a caixa de tomate estava sendo vendida a R\$ 25,00. Este valor, apesar de não ser ruim, está distante do preço ideal considerado pelo agricultor, que seria de R\$ 40,00. Nesse sentido, o informante surpreendeu-se que, em 2013, no auge da falta de tomate no mercado, a caixa de 20 kg chegou a ser repassada ao fretista por R\$ 120,00, mas durou pouco tempo.

Segundo Deleo (2013), o tomate figura entre os produtos de maior perecibilidade, o que acentua os ciclos de capitalização e descapitalização do agricultor. Em um ano de preços baixos, o agricultor tem muito prejuízo, é descapitalizado e fica sem condições de investir na safra seguinte, optando por outro cultivo.

Em 2012, as favoráveis condições climáticas para a tomaticultura resultou em excesso de produção, que trouxe prejuízos aos agricultores e, por isso, na safra seguinte, em 2013, reduziu-se a área de plantio em 17%. Não obstante, há eventos que influenciam nos preços e que não são de ordem natural. Por exemplo, a previsão de um aumento de consumo em épocas festivas (semana santa, natal, carnaval) traz acréscimos ao produto, todavia, esse acréscimo fica restrito aos boxes dos Centros de Distribuição e nos mercados.

Entre maio e junho de 2018, na região de Itapetininga, um produto foi afetado por evento humano, a paralisação de quase quinze dias dos caminhoneiros. Devido à greve, foi detectada uma alta de vários produtos no varejo, como o leite, que, antes

encontrado no comércio por, aproximadamente, R\$ 1,89, saltou para R\$ 3,80, superando 200% de alta, segundo o Portal G1/Itapetininga (2018).

Constatou-se, em conversa informal com um produtor de leite, que a alta ficou restrita ao setor logístico, industrial e comercial. Para o sitiante não houve repasse e as perdas causadas pela ausência do transporte não foram e nem serão ressarcidas pela agroindústria. Essa condição momentânea de uma paralisação reflete-se três meses depois como a responsável pelo preço do leite não ter voltado aos preços vigentes anteriormente. As perdas durante o período da greve, alegadas pela indústria, mascaram o superlucro duradouro que não ficou com o proprietário de terra, pelo menos não com o camponês com quem esteve-se em contato.

O leite da região de Itapetininga é destinado às indústrias, prioritariamente, para ser armazenado nas embalagens longa-vida e para as queijarias. Transformado em um subproduto que dura cerca de seis meses, seu grau de perecibilidade diminui, podendo o produto ser disponibilizado no mercado em momentos em que os preços sejam mais lucrativos. De outra parte, o tomate, produzido na mesma região, não tem como destino a indústria, necessitando, assim, ser rapidamente consumido.

O grau de perecibilidade contribui para a oscilação dos preços em curto prazo, podendo, conforme as safras, estar ora abaixo, ora acima dos preços comuns. Por isso, são raros os capitalistas que se arriscam em produzir tomate em suas terras ou em terras alheias. Um produto tão perecível pode colocar seu capital em risco e, por isso, essa atividade produtiva acaba ficando para as unidades camponesas. O capitalista surge como intermediário nessa produção, optando em comprá-la, ou não.

Em momentos de excesso de produção, só são levados ao mercado, por exemplo, os pepinos japoneses retilíneos (que ocupam menos espaço na caixa, podendo, portanto, comportar mais unidades do produto). O intermediário rebaixa o preço pago ao produtor e, do outro lado da cadeia, amplia o preço na entrega no mercado, indicando o predomínio do pepino “perfeito” na caixa, que é mais atrativo ao comerciante atacadista/consumidor.

O pepino que não vai ao mercado, quando não distribuído aos vizinhos ou a quem pedir, tem como única alternativa o descarte (Figura 01). Se os preços estiverem atrativos, esses pepinos, provavelmente, não serão descartados e seguirão para o mercado, porém, subvalorizados na compra pelo intermediário.

Figura 01 - Pepinos no padrão para venda (Distrito do Gramadinho) e o descarte dos tortos no bairro da Pescaria (distrito da Varginha) em dezembro de 2017.



Fotos: do autor

Um camponês de 49 anos, entrevistado no bairro do Gramadinho, informou que, quando o mercado rejeita parte de sua produção, ele a doa para o asilo de Itapetininga. Porém, como é ele que teria que realizar o transporte dos produtos até o asilo, só faz isso quando necessita ir à cidade. Ele lamenta o descarte do que não é possível consumir em casa e com as criações. Também salienta que, se a prefeitura quisesse, poderia complementar a alimentação escolar e de entidades assistenciais, arcando só com o custo do transporte, o que evitaria o descarte da produção ocasionada pela pré-seleção, antes de chegar ao mercado.

O fato de poder armazenar o produto por um período maior, aguardando melhores preços, é uma estratégia para obter ganhos superiores ao comum. Os silos são implementos que contribuem para auferir a Renda II, que o produtor pode dispor para guardar uma safra em época de baixos preços e disponibilizá-la em épocas de escassez. A soja é um produto que tem possibilidade de armazenamento em silos por período considerável. Além disso, um sojicultor, antes mesmo de cultivá-la, pode vender sua produção com base em preços futuros.

Contudo, no caso da soja e demais culturas temporárias e mecanizadas, o superlucro, que antes era momentâneo, passa a ser contínuo. Os produtores que são beneficiados pela fertilidade do solo natural ou artificial (adubação, sementes geneticamente modificadas) e pelo uso de maquinários modernos podem assegurar um preço de produção individual inferior ao praticado no mercado, usufruindo do

superlucro. Entretanto, da mesma forma como já afirmou-se, o superlucro cairia num lucro comum se a concorrência reproduzisse as mesmas condições.

Qual seria a solução para que fosse evitado o lucro comum? Ricardo (1996) considera que a terra mais pobre ou mais distante é aquela que geraria renda. Marx (1974) corrige Ricardo (1996) e reforça que toda a terra gera renda. Portanto, o monopólio da terra impede que os capitais dos ramos menos lucrativos migrem para os mais lucrativos. A escassez de terras mantém os lucros da produção agrícola e seus proprietários recebem por disponibilizarem suas terras para produzir, mediante o pagamento da renda da terra.

Assim, no caso brasileiro, observa-se o interesse de ambas as classes (latifundiários e capitalistas) da região Concentrada⁴ ao pressionarem, por meio de *lobby* no legislativo federal (bancada rural e liberal), o afrouxamento das leis ambientais e de demarcação de reservas ambientais e indígenas. A disponibilidade de novas terras para especulação torna-se portadora de rendas.

Marx (1974) explicita a concepção de renda da terra e afirma que a terra, além de ser um meio de produção, tornou-se um negócio, o que aclara a disputa pela terra encabeçada pelo jogo de forças do capital monopolista inserido no Brasil.

Renda Absoluta: Marx (1974) enfatiza que todas as terras pagam renda, dado que o monopólio de uma classe sobre a terra pode só disponibilizá-la para produzir mediante uma gratificação. Todavia, na análise da renda absoluta, o autor verifica que a eliminação da propriedade privada levaria ao fim a forma de renda que lhe corresponde.

Ainda, de acordo com Silva (1981, p. 48), a proposição de Marx sobre toda terra pagar uma renda

[...] deve ser examinada em função das condições sociais que presidem o processo de produção capitalista. Esse processo pressupõe como condição básica, continuamente reproduzida, a separação entre os trabalhadores e os meios de produção assim

⁴ Região denominada por Santos e Silveira (2012) para representar a área mais pujante economicamente do Brasil. Ela agrega as porções dos estados, segundo as macrorregiões do IBGE, do Norte, Centro-Oeste e do Nordeste, que praticam uma agropecuária modernizada, além dos estados do Sul e Sudeste.

como a apropriação privada desses meios de produção por uma classe particular que, enquanto detentora desses meios de produção, se configura como uma classe de não-trabalhadores, capaz de se apropriar da mais-valia gerada pelos trabalhadores no conjunto do processo de produção.

Portanto, somente quando a terra é monopolizada por uma classe é que a extração da renda da terra absoluta pode ocorrer. Assim, se eliminada a classe social dos proprietários da terra, conseqüentemente, haveria a abolição da renda absoluta. Marx e Engels (1975 p. 229) consideram que a propriedade da terra é a “fonte originária de toda riqueza, converteu-se no grande problema, de cuja solução depende o futuro da classe operária”.

Nessa concepção, os autores entendem que a única forma de eliminar a propriedade fundiária e a conseqüente renda absoluta, para a ascensão da classe operária, seria a nacionalização das terras:

Porém eu digo que o futuro só poderá ser um: que a terra seja propriedade da nação. Entregá-la a seus cultivadores associados equivaleria a pôr a sociedade inteira nas mãos de uma classe distante dos produtores. A nacionalização da terra trará consigo uma total transformação na relação entre trabalho e capital e acabará, no final das contas, como toda a produção capitalista, tanto na indústria como na agricultura. (MARX; ENGELS, 1975, p. 231)

De outra perspectiva, Silva (1981, p. 137-138) salienta que se ocorresse a nacionalização das terras, as rendas diferenciais persistiriam:

A estatização da terra não eliminaria a renda diferencial porque ela resulta do monopólio da exploração da terra. Como a estatização da terra eliminaria a propriedade privada da terra, a renda diferencial passaria a ser apropriada como lucro suplementar pelos próprios capitalistas, no caso em que o Estado cedesse gratuitamente o monopólio de exploração.

O autor ressalta que é indiferente se a propriedade da terra pertence a indivíduos, sociedades anônimas ou ao Estado. A renda, na forma diferencial, manter-se-ia presente, todavia, seria canalizada conforme quem produzisse no solo. Essa renda tornar-se-ia lucro suplementar para um capitalista beneficiado pela cessão, ou,

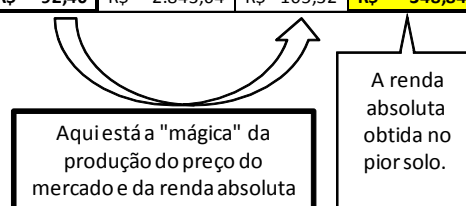
então, dissolver-se-ia no barateamento dos alimentos para os consumidores, no caso de uma produção camponesa.

Como esta pesquisa refere-se às terras próprias e monopolizadas, verifica-se que há uma renda exigida, inclusive pelo "pior solo", que a caracteriza como absoluta. Observa-se o Quadro 04:

Quadro 04 – Exemplo da geração da Renda Absoluta.

Terreno	Trigo	Custo por ha	Lucro	Preço de produção		Preço de mercado		Renda
	saca / ha	\$	médio (35%)	total	saca	total	saca	Diferencial
A	42	R\$ 1.848,00	R\$ 646,80	R\$ 2.494,80	R\$ 59,40	R\$ 4.423,44	R\$ 105,32	R\$ 1.928,64
B	37	R\$ 1.848,00	R\$ 646,80	R\$ 2.494,80	R\$ 67,43	R\$ 3.896,84	R\$ 105,32	R\$ 1.402,04
C	32	R\$ 1.848,00	R\$ 646,80	R\$ 2.494,80	R\$ 77,96	R\$ 3.370,24	R\$ 105,32	R\$ 875,44
D	27	R\$ 1.848,00	R\$ 646,80	R\$ 2.494,80	R\$ 92,40	R\$ 2.843,64	R\$ 105,32	R\$ 348,84

Fonte: Marx (1974) e Oliveira (2007). Org.: o autor.



Utilizando-se da base dos quadros anteriores, ilustra-se que os diferenciais de tipos de terrenos (A, B, C e D), equivalentes em tamanho, obtiveram resultados distintos com o mesmo investimento de capital. Outrora, o pior solo (D) foi o determinante do preço de mercado e possibilitou aos solos mais férteis auferirem renda da terra diferencial, seja pelo fator fertilidade, localização ou, se neles houvesse investimentos, ampliou tanto os lucros do arrendatário como, também, a renda do proprietário.

Contudo, o pior solo tem um proprietário, que não permite a exploração da terra sem uma compensação. Trata-se de um direito, assegurado pelo seu monopólio, que pode render-lhe uma fatia dos ganhos com a produção. Sendo assim os preços de produção do pior solo (D) aumentam quando vão para o mercado (a saca de R\$ 92,40 salta para R\$ 105,32). A renda por hectare do proprietário do pior solo seria de R\$ 348,84.

Observa-se, também, que os demais solos (A, B e C) são beneficiados com a renda absoluta, pois, além do valor de produção que o pior solo possuía e gerava suas respectivas rendas, o acréscimo “artificial” para o solo (D) incidiu nos preços obtidos no mercado, ampliando a os ganhos do proprietário.

Se analisado a partir da Renda diferencial II, o princípio será o mesmo. Como já frisado por Marx (1974), a preferência para tais investimentos só ocorre nos melhores solos, pois neles há maior retorno da renda e dos lucros. Os investimentos não ocorrem no pior solo, que mantém a mesma renda obtida no quadro anterior.

Ricardo (1996) comenta que não paga-se renda pelo uso de minas, florestas e demais recursos naturais, uma vez que não possuem o trabalho humano incluído. Todavia, Marx (1974) resgata as análises de Smith (1996) e defende que o mecanismo de renda que rege a agricultura é o mesmo para a exploração mineral, ou seja, paga-se a renda ao proprietário.

Para Marx (1974), a renda absoluta representa o poder que o proprietário pode impor à sociedade, visando atender a seus interesses.

Para o proprietário da terra, a mera propriedade jurídica não gera renda. Confere-lhe, entretanto, o poder de impedir a exploração de sua terra até que as condições econômicas propiciem valorização donde retire o excedente, seja a terra aplicada propriamente na agricultura, seja em outros ramos de produção, como a construção, etc. Não pode aumentar nem diminuir a quantidade absoluta desse campo de aplicação, mas pode alterar a quantidade existente no mercado. (MARX, 1974, p. 870)

Se a necessidade por alimentos é crescente e o pior solo é utilizado para a produção, ficaria o proprietário sem a renda desse solo? Evidentemente, não. Ele só autoriza o acesso a esse solo mediante o pagamento da devida renda que lhe compete. Assim, além da renda diferencial resultante da concorrência entre os diferentes tipos, localizações e investimentos dos solos, acrescenta-se mais um adicional que é a renda absoluta, resultante do monopólio. A renda da terra é a mais-valia que explora o trabalhador e usurpa a sociedade.

Nesse contexto, inserem-se os cerrados da porção central do Brasil e o contínuo avanço das fronteiras agrícolas para a Amazônia. No cerrado, as terras que asseguram a renda de diversas famílias camponesas, por meio da coleta extrativa e das roças para o autoconsumo, contrastam com as extensas fazendas de gado. Com os programas de integração nacional, em meados dos anos 1960, a abertura de estradas e as condições naturais (topografia plana) passaram a atrair o capital, que, por meio de grilagens, alimenta o mercado de terras no país.

A incorporação dos cerrados e da Amazônia na produção e no mercado especulativo de terras ampliaram a renda dos latifundiários e industriais, que converteram parte de seus capitais em terras para gerar renda. Porto-Gonçalves (2004) mostra dois tipos de renda (Diferencial e Absoluta) que dialogam na transformação espacial dos Cerrados.

A grande expansão recente pelo agronegócio dos amplos cerrados, volta a se aproveitar desse legado natural de topografias planas, acrescido do fato de serem terras de uso comum das populações locais ou pertencentes a grandes fazendeiros criadores de gado que, até os anos 60, faziam uma pecuária extensiva e, não raro, permitiam livre acesso aos camponeses para a coleta de frutos, resinas, ervas e remédios em geral. A apropriação dessas terras seja por grilagem, prática amplamente utilizadas ou adquiridas, a baixo preço de fazendeiros pecuaristas, foi a forma com que se deu a expansão privada sobre as terras de chapadas que o campesinato aproveitava na forma de uso comum extensivo (importância do extrativismo) [...] Desde os anos 60, com a abertura de estradas e, sobretudo, nos anos 70 e 80, com a colaboração dos estudos da Embrapa sobre correção e adubação de solo e na seleção de sementes adaptadas à região, e o barateamento relativo de tecnologias de captação de água a 100 e 200 metros de profundidade, as chapadas passaram a se constituir em objeto de atenção das grandes empresas do complexo agropecuário, dando origem ao latifúndio produtivo do agronegócio. O cercamento dos campos, tal como na Inglaterra, não tardou a se fazer contando, inclusive, com o apoio formal do Estado privatizando grande parte das terras devolutas. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 18-19)

A riqueza natural, que beneficiava um conjunto de populações extrativistas, passou a ser de interesse do capital privado, ou seja, do capital especulativo e rentista. As terras com espécies nativas tornaram-se pastagens ou solos aptos para receber maquinaria para cultivar e colher, e, acima de tudo, gerar renda. Diante disso, a devastação dos cerrados é uma amostra da ampliação da oferta de terras, o que traz consequências ambientais severas:

“Considerando que a área do Cerrado é metade da Amazônia e tem 49,9% de remanescentes, enquanto a Amazônia tem 85%, a savana consolida-se como bioma mais ameaçado do Brasil atualmente”, comentou, por meio de nota, o Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM).

Para o ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, os acordos comerciais e moratórias (como da soja e da pecuária) que ajudaram a

conter a perda da Amazônia podem ter acabado vazando para o Cerrado. (GIRARDI, 2018 s.p – *on line*)

As terras do Cerrado tornam-se atrativas por serem planas e com condições de receber o uso de máquinas no cultivo (misto de Rendas I e II), além de serem facilitadas pelo Estado, que legaliza terras griladas, desenvolve tecnologia (Embrapa) e fornece crédito para insumos (máquinas, calagem e adubos - Renda II) e para a produção.

Encontram-se, entre os novos proprietários, empresários e grupos industriais, banqueiros e, mais recentemente, os fundos de pensão estrangeiros e especuladores da bolsa de Nova York via *joint-ventures*, com empresas e grileiros brasileiros, que transformaram seu capital em terras, com menores riscos de perdas, se comparado ao mercado financeiro e com a rentabilidade crescente (Renda Absoluta).

Essas novas empresas de capital aberto, no campo brasileiro estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra. Ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para produção, na produção em si e na comercialização. E mais, esses grupos interessados em terras brasileiras têm se associado a investidores e fundos, e alguns já abriram seu capital, outros estão se preparando para tal. Além do fato em si de que a negociação de terras passou a chamar a atenção do setor financeiro, a emissão de ações deu opções para os fundos, permitindo assim, que estrangeiros participem desse mercado, independente das ações do governo, quanto a eventuais restrições às aquisições de terras por estrangeiros. (OLIVEIRA, 2016, p. 391)

A terra escassa, irreprodutível e monopolizada aquece o mercado de terras. A irracionalidade da terra sem valor, consoante Marx (1974), racionaliza-se pela sociedade, que aceita a propriedade da terra como algo inerente a sua formação e integrada ao modo de produção capitalista. Dessa maneira, garantidas a manutenção jurídica e política da propriedade, as terras tornam-se um valioso produtor de renda capitalizada.

A transformação da terra num campo aberto à circulação do capital portador de juros significa não só a dominação do poder social da terra pelo poder social do dinheiro, como a subsunção da primeira ao processo de acumulação, ao atribuir aos proprietários de terra o papel ativo de dar fluidez e dinamismo ao mercado de terras. (PAULANI, 2016, p. 528)

Em Itapetininga, a silvicultura e a pecuária são atividades em que há participação de grupos empresariais urbanos e industriais, que converteram parte de seu capital na aquisição de terras (exemplo: Votorantim Siderurgia). Eles imobilizaram parte de seu capital na aquisição da propriedade fundiária e as arrendaram para tais atividades. É um investimento que tem duplo caráter: exploração de renda gerada pelo cultivo de eucalipto e investimento seguro (lastro), que valoriza-se em meio aos riscos de um mercado financeiro oscilante.

Se as terras não estão produzindo e gerando rendas no momento, estão se valorizando e, futuramente, conforme a necessidade de seu proprietário, poderá vendê-las integralmente ou em partes. Vendida, a terra auferirá renda, que é capitalizada pelo ex-proprietário. O comprador pode usufruir da renda se produzir ou revendê-la, após a valorização da terra.

Amin e Vergopoulos (1977) salientam que Marx é muito taxativo ao afirmar que a renda absoluta é a responsável direta pela alta dos alimentos. Por sua vez, Marx, corrige sua exposição anterior e aponta que a renda absoluta é fixada em torno da situação geral do mercado, de modo que haveria momentos em que a renda não seria gerada e que a mais-valia agrícola seria incluída no processo geral da taxa média de lucro. Em vista disso, Marx reavalia sua tese e constata:

Embora a propriedade fundiária possa elevar o preço dos produtos agrícolas acima de seu preço de produção não é ela, mas a situação geral do mercado, que determina em que medida o preço de mercado ultrapassará o preço de produção, o quanto se aproximará do valor e em que proporção o excedente da mais valia agrícola se converterá em renda ou, ao contrário, sofrerá o efeito do nivelamento geral da mais valia em lucro médio. (MARX, 1960 *apud* AMIN e VERGOPOULOS, 1977, p. 56-57)

Assim, segundo Amin e Vergopoulos (1977), o propósito anterior de Marx foi punir os proprietários de terras da Inglaterra como os inimigos da sociedade, mas, dessa forma, generalizou a regra para todas as propriedades fundiárias, inclusive as

camponesas. Entretanto, essas unidades seriam responsáveis por ocuparem esse vazio da produção deixado pela grande propriedade, que teria caráter especulativo.

Para Amin e Vergopoulos (1977), os capitalistas urbanos que investiram em terras não estavam transformando-as em sua nova fonte de renda ou novo negócio, pois seria um risco esperar por uma conjuntura ideal para poderem auferir renda as colocando para a produção, ou a venda da terra em um momento de alta no mercado fundiário.

Um bloqueio da oferta de terras que provoque uma alta nos preços do mercado só é possível, ademais, na hipótese de que o proprietário, mantendo sua terra à parte, tenha a faculdade de sobreviver enquanto espera uma conjuntura favorável. Ora, se frequentemente este é o caso do grande proprietário, não o é para os grandes e pequenos camponeses que além de não sobreviverem no caso de especulação do primeiro, romperiam esse bloqueio com uma produção aumentada para preencher o vazio.

Enfim, a especulação não pode constituir fundamento para uma teoria do sobrelucro – que se deve converter em renda absoluta – mas constitui em um *avatar* bastante limitado do modo de produção capitalista na agricultura, embora exista. Podemos afirmar que a especulação pode aumentar a renda, mas a renda não pode existir sem a especulação. (AMIN e VERGOPOULOS, 1977, p. 56)

O tratamento dado pelos autores para a questão da propriedade fundiária refere-se ao modelo capitalista. Entretanto, deve-se diferenciá-la da propriedade fundiária camponesa. Isso porque, enquanto a primeira prioriza a exploração do trabalho, gerando a mais-valia e a consequente acumulação de capital, a propriedade fundiária camponesa usufrui do trabalho próprio dos membros, em prol de um bem comum, que é a manutenção da família.

Renda de Monopólio: É a renda que condiciona seu proprietário a exigir, além das rendas absoluta e diferencial I, uma compensação por um produto de extrema raridade e propriedades únicas. É uma renda que não depende da pressão dos mercados:

Ao contrário, pois da renda absoluta que de certo modo acaba por ser regulada no mercado em função das pressões sociais, a renda da terra de monopólio não está praticamente sujeita a essas pressões,

pois não depende do consumo necessário da população. Ou seja, ela não é o produto alimentar básico, apenas depende do desejo e da capacidade de compra daqueles que a querem consumir. (OLIVEIRA, 2007, p. 58)

Exemplos dessa renda são as terras onde são produzidos o vinho do Porto em Portugal, o *whisky* das *highlands* escocesas ou a cachaça obtida no Norte de Minas Gerais. Por envolverem condições naturais específicas e *sui generis*, esses produtos habilitam os proprietários das terras onde são produzidos a exigirem uma renda distinta. A raridade e o fetiche envoltos no consumo de tais mercadorias especiais conduzem o consumidor a investir vultosos recursos para poder desfrutar desse “prazer”.

Rendas Camponesas: Na evolução histórica, formas de renda que antecederam o modo de produção capitalista resistem no campo. Deve-se ressaltar que a renda é sempre o trabalho não pago transferido para o proprietário, contudo, o modo de pagamento pode ter variadas formas. Oliveira (2007, p.44), resumidamente, define em três os tipos de renda camponesa:

Renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro. A primeira, a renda da terra em trabalho consiste na forma mais simples de renda fundiária, pois o produtor direto com seus instrumentos de trabalho que lhe pertencem de fato ou de direito), durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio. A segunda forma é a renda da terra em produto que se origina do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de cultivar a terra de outrem. A terceira forma é a renda da terra em dinheiro que se origina da conversão, da simples metamorfose da renda em produtos em renda em dinheiro.

Hoje, com exceções às denúncias e comprovação de trabalho escravo ou análogo à escravidão, que persistem em porções do país, a renda por meio do trabalho é menos comum e, em campo, nenhum caso foi encontrado. Os contratos que firmam, principalmente, o rateio da produção entre proprietário e trabalhador são mais comuns, por exemplo, os contratos de Parceria e de Meação, que são ressignificações das formas camponesas de renda na atualidade.

Ainda que pouco significativa, a parceria ainda persiste no campo, porém, a renda em dinheiro, segundo relatos obtidos em campo, é mais comum, apesar de ser mais frequente na lavoura branca (soja, milho, trigo) e na bataticultura. Essa renda é cobrada antecipadamente do arrendatário e não de acordo com o volume da produção. Em pesquisa de campo, foram detectadas ambas as relações (parceria, com 3 entrevistados e 1 entrevistado como arrendatário), todavia, os entrevistados as conciliam com outras fontes de renda, que serão exemplificadas no último capítulo.

Marx (1974) afirma que a renda em dinheiro é um estágio mais avançado de desenvolvimento em relação às outras duas formas de renda não capitalistas. O comércio, a indústria e a produção mercantil estão consolidados e, por isso, há maior circulação monetária.

Quando a terra assume a forma de renda-dinheiro, e a relação entre camponês que paga a renda e o proprietário da terra, a forma contratual (transformação que só é possível em certo nível elevado de desenvolvimento do mercado mundial, do comércio e da manufatura), a terra passa necessariamente a ser arrendada a capitalistas, que até então estavam fora do domínio rural. Eles trazem para o campo e para a agricultura o capital obtido nas cidades e o modo de produção capitalista já desenvolvido na economia urbana: o produto que se gera é mercadoria apenas e simples meio de extorquir mais-valia (MARX, 1974, p. 916).

Esse estágio avançado, mencionado pelo o autor, é uma continuidade da noção de que o campesinato é uma anomalia dentro do modo de produção capitalista e, assim, desapareceria, destravando sua evolução. Marx (1974) considera arrendatário aquele que acumulou capital no meio urbano e veio para o campo explorar o trabalho alheio e extrair a mais-valia. Essa interpretação conduziu parte dos seguidores de Marx a adotarem como parâmetro futuro a homogeneização das relações capitalistas no campo e na cidade.

Luxemburgo (1970) discorda de Marx e contrapõe que a manutenção da acumulação primitiva era necessária, portanto, o campesinato, como forma não capitalista, manter-se-ia ativo internamente no modo de produção capitalista, superando a visão de homogeneidade.

O capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não capitalistas. Não se trata, porém, de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado (LUXEMBURGO, 1970, p. 317).

Na mesma linha, Oliveira (2007) constata ser necessário superar essa visão de apenas duas classes em luta, especialmente, na análise do espaço agrário brasileiro. As correntes que preconizaram a extinção do campesinato valeram-se da modernização agrícola e da industrialização do campo como argumentos, ignorando, assim, as contradições do modo de produção capitalista.

É preciso entender que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do modo de produção capitalista, e não se expressa num universo particular e isolado. Enfim, é preciso entender o camponês enquanto classe, ou seja, compreendê-lo no contexto da sociedade brasileira em geral (OLIVEIRA, 2001 p. 49).

A permanência do campesinato não interfere na acumulação ampliada do capital e, inclusive, contribui com ela, mediada pelas relações não capitalistas que dão ao capital a maximização da acumulação pelo excedente de renda gerado pelo trabalho não pago na forma de salário, que é ocultado pelo trabalho familiar.

Diante do exposto, defende-se a classe camponesa inserida no modo de produção capitalista e contraditória a ele, todavia, faz-se necessário compreender os pressupostos teóricos que previram a extinção dessa classe diante da modernização e da ampliação das relações capitalistas no campo.

1.1 CAMPONESES: EXTINÇÃO OU RESISTÊNCIA?

Como já visto, a categoria dos trabalhadores é a base que sustenta os demais membros da sociedade no modo de produção capitalista. Sua origem, salientada no início desse capítulo, relaciona-se com os cercamentos e a instituição da propriedade privada iniciada na Inglaterra, que expulsou a população do campo, transformando-a em força de trabalho disponível para atividades urbanas e rurais.

Essas mudanças no campo e no espaço urbano resultaram em um aumento significativo da produtividade, que não estava associado a técnicas ou ao uso de equipamentos, mas à exploração do trabalho, atendendo aos imperativos da competição e do melhoramento.

A especialização em uma atividade na indústria e a transformação do camponês em arrendatário ou proletário no campo significou a derrocada gradativa da sociedade camponesa, que outrora era autossuficiente. Como proletário, o trabalho tornou-se mercadoria trocada por um salário, como ocorre na indústria. Por sua vez, o arrendatário apropria-se do trabalho alheio, possibilita o crescimento do seu estoque de capital e caminha para tornar-se burguês. Os autores, que se ocuparam em compreender as transformações no espaço agrário europeu, pensavam dessa forma.

A aliança do camponês com quem foi seu inimigo no passado – como Marx (2011b) aborda nos *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, mas que, em partes, corrigiu conforme a *Carta a Vera Sassulitch* (MARX, 2005) – mostra que há especificidades dos camponeses em diferentes locais da Europa e do mundo.

Além dessas especificidades, deve-se ressaltar que a potencialidade do campesinato como classe social está atrelada, sobretudo, a sua insubordinação às demais classes. Diferente das outras, a classe camponesa se auto explora, conforme a relação trabalho/consumo, pois, o trabalho cessa após satisfeitas as suas necessidades. Isso indica que a lógica do trabalho camponês não é a acumulação capitalista.

Acrescenta-se, ainda, que o camponês tem autonomia para decidir sobre o produto que quer produzir e como irá produzi-lo. Ele, como detentor do fruto de seu trabalho, poderá optar por consumi-lo ou destiná-lo-á ao mercado. Dessa forma, o camponês tem controle sobre todo o processo produtivo e, por isso, seus interesses são particulares e privilegiam sua manutenção na terra e a sobrevivência de sua família.

Essas particularidades foram omitidas nas análises econômicas de Kautsky (1980), como também de Lênin (1985), que defendem não ser possível coexistir um sistema arcaico frente ao modelo capitalista que tudo absorve e transforma. Na busca pela separação do campesinato de seu envolvimento no modo de produção capitalista, os novos marxistas, a partir do pós-guerra (1945), arriscaram-se em classificá-lo como

um modo de produção, o que Shanin (1980, p.61) considera um erro, pois, em sua concepção,

O modo de produção representa de forma geral e específica em que são providas as necessidades materiais da sociedade em um dado estágio de seu desenvolvimento.

[...] há uma interdependência entre as relações de produção e as forças produtivas.

[...] um sistema de economia política centrado na criação, apropriação e controle de excedentes, através de dominação do homem pelo homem (dominação apropriação) fornece o elemento central e distintivo de um modo de produção.

De fato, os camponeses não se enquadram em nenhum desses critérios para classificá-los como um modo de produção. Da mesma forma que compôs o modo de produção feudal como classe, o campesinato manifestou-se no capitalismo de formas diferentes em cada local, com desigualdades intra e extra camponesa. Dessa forma, é impossível generalizar e conceituar o campesinato. Portanto, o campesinato

[...] não é uma forma de produzir (modo) pois lhes falta uma estrutura político-econômica relativamente autossuficiente, isto é, os sistemas mais significativos de exploração e apropriação dos excedentes que tem sido de modo geral externos a eles. (SHANIN, 1980, p. 63)

O autor compara o campesinato como uma economia autônoma similar a dos comerciantes, que sempre existiram e com sua própria história.

Se é na produção e não na circulação que a verdadeira Economia Política começa, o capital mercantil é isolado para a análise em sua relativa independência, mas como parte claramente necessária do processo de compreensão do todo. (IBDEM, 1980, p.69)

Assim, o campesinato resistiu com suas especificidades entre os modos de produção feudal e capitalista por apresentar características sociais e econômicas que se adaptaram em qualquer sistema societário em que atuou. O camponês feudal em nada se assemelha ao camponês atual. Generalizar e conceituá-lo como algo estanque nos diversos momentos e formas de produção da sociedade limita a compreensão dessa classe, que é muito mais rica e complexa na realidade do que na teoria.

Campesinato é uma organização da produção que ora serve aos interesses do capitalismo, sujeitando-se formalmente em produzir conforme das demandas sociais, ora lhe é contraditória, revoltando-se contra o sistema em prol de sua manutenção. É na luta dos contrários, explorado e explorador, que consiste o par dialético integrado na dinâmica capitalista que rege o momento atual da sociedade. No equilíbrio de forças, os camponeses se sujeitam às demandas do sistema para manter seu modo de vida.

Diante disso, não é possível determinar um fim para o campesinato na sociedade capitalista. A visão de apenas duas classes no capitalismo é irreal. Luxemburgo (1970) também não concorda com esse desenvolvimento uniforme e unânime do capitalismo, pois, se assim fosse, este já seria um sistema esgotado. Na análise da autora, a lógica da acumulação primitiva não é apenas histórica, mas acompanha o desenvolvimento capitalista porque lhe é necessária. A autora defende que a acumulação pelo processo de trabalho e a acumulação primitiva são processos orgânicos, complementares.

Se o capitalismo vive das formações e das estruturas não capitalistas, vive mais precisamente da ruína dessas estruturas, e, se necessita de um meio não capitalista para a acumulação, necessita-o basicamente para realizar a acumulação, após tê-lo absorvido. Considerada historicamente, a acumulação capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista. Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não capitalistas nem estas podem sequer se manter. A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas. A hipótese básica do esquema marxista da acumulação só corresponde à tendência histórica objetiva do movimento da acumulação e a seu resultado teórico. O processo da acumulação tende a substituir em todas as partes a economia natural pela economia simples de mercado e a esta pelas formas capitalistas e a fazer que a produção do capital domine absolutamente como forma única e exclusiva em todos os países e setores.

Aqui começa um assunto de difícil resolução. Uma vez alcançado o resultado final - o que não passa de uma construção teórica - a acumulação torna-se impossível: a realização e capitalização da mais-valia transformam-se em problemas insolúveis. No momento em que o esquema marxista da reprodução ampliada corresponde à realidade, denuncia o término, o limite histórico do movimento da

acumulação, isto é, o fim da produção capitalista. A impossibilidade da acumulação significa, do ponto de vista capitalista, a impossibilidade do desenvolvimento posterior das forças produtivas e, assim, a necessidade histórica objetiva do desabamento do capitalismo. (LUXEMBURGO, 1970, pp. 363-364)

Portanto, seria impensável ao modo de produção capitalista a total homogeneização e classificação da sociedade em burguesia e proletariado, ignorando os elementos periféricos da economia capitalista, como os camponeses. Bartra (2011) assevera que o capital necessita dessas externalidades contraditórias ao sistema. Essa característica é a fonte de acumulação de capital mediante a propriedade do trabalho alheio apreendido, como também da renda por ela gerada.

Por outro lado, a sujeição do campesinato ao modo de produção capitalista é, também, uma oportunidade de se reproduzir como classe. Como autônomo, o campesinato pode vincular-se a uma agroindústria ou atacadista para fornecer aquilo que produz além de suas necessidades, como, também, pode produzir, apenas, para sua subsistência. A venda de sua produção ou de parte dela pode ser uma forma de obtenção de renda relativamente fixa, que permitirá a sua manutenção.

Como ressalta Paulino (2012 p. 43),

Nessa forma de produzir, a renda camponesa não se confunde com a renda capitalista da terra. Diferentemente da primeira, representa um tributo pessoal, tanto do ponto de vista de sua auferição pelo camponês quanto de sua transferência aos setores produtivos capitalistas ou à sociedade. É pessoal porque o camponês detém a autonomia sobre o processo produtivo, a qual permite o controle dos resultados do esforço produtivo, ainda que o mesmo possa representar trabalho gratuito.

Se o capital como atravessador/industrial ou a sociedade como direta consumidora absorvem esse trabalho gratuito do camponês, isso beneficia a ambas as partes, já que assegura margem de acumulação para a primeira e garante alimentos baratos na mesa para a segunda.

Para Shanin (1980), o capitalismo tem a capacidade de explorar tudo e todos os envolvidos em sua órbita. Porém, transformar tudo ao redor é impossível. A resistência e a manutenção do campesinato no capitalismo são uma prova de tal afirmação.

[...] os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tão pouco pauperizados. Eles persistem ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam a economia capitalista circundante, que perde suas vidas. (SHANIN, 1980, p. 58)

O autor afirma que o campesinato assegura ao modo de produção capitalista a fonte de uma acumulação primitiva permanente. Ele fornece “mão de obra barata, alimentação barata e mercado para bens que geram lucro. Eles produzem ainda saudáveis e tolos soldados, policiais, criadas, cozinheiras, prostitutas, o sistema pode fazer algo mais de cada um deles.” (IBID, p. 58)

Sua participação, inserido no modo de produção capitalista, difere muito do proletário urbano e rural. A sujeição camponesa é, apenas, uma sujeição da renda da terra ao capital, ou seja, o camponês conserva o seu trabalho individual ou familiar em paralelo com a ampliação de sua dependência em relação ao capital. De acordo com Martins (2002), o camponês preserva o necessário, que é o saber produzir e a liberdade do quê produzir. Seu produto é um produto acabado, mesmo que seja absorvido pela indústria como matéria-prima para outros fins.

Já o trabalho proletário sujeita-se ao capital de forma real, pois não domina todo o processo de produção, executando, apenas, uma parte deste, ou seja, “ [...] o trabalhador não tem como trabalhar sem sujeitar-se ao capital; ele se tornou mera extensão da máquina e de um processo de trabalho que já contém em si mesma o saber que o alimenta” (MARTINS, 2002 p. 87).

Para exemplificar a forma em que se dá essa sujeição camponesa, apresenta-se uma realidade constatada em campo com a produção de minis-abóboras da variedade moranga, no bairro do Gramadinho. O camponês que as cultiva tem sua principal fonte de renda oriunda do pepino, do tomate e da pimenta americana, em estufas. Para as minis-abóboras, o mercado é restrito, mas o preço de venda é muito satisfatório, por isso a manutenção dessa cultura, que ocupa uma área de 400 m² e visa atender uma demanda ocasional do mercado.

Caso as minis-abóboras não encontrem mercado ou a produção seja muito superior à demanda ocasional, ocorrem muitas perdas para o camponês. Entretanto, os frutos que sobram e que não têm mercado (pelo menos no preço que o camponês

deseja vender) são consumidos pela família, doados aos vizinhos, alimentam os porcos da propriedade ou retornam como adubo para a terra.

O camponês é livre na medida em que é dono de seus instrumentos de trabalho ou no mínimo, dono de sua vontade quanto ao que produzir, como produzir e para quem vender. Na medida em que é livre dono de seu próprio trabalho. As determinações do mercado não estão imediatamente presentes no processo de trabalho. (MARTINS, 2002 p. 64)

Portanto, os camponeses se inserem no modo de produção capitalista com a oferta do fruto de seu trabalho que nasce como sua propriedade. É isso que eles vendem ao capitalista e não o seu trabalho, pois este é independente (Martins, 2002).

Assim, Oliveira (2007, p. 40) salienta que

[...] o caminho para se entender essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo de produção capitalista, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital.

Logo, no município de Itapetininga, os atacadistas de olerícolas (Ceasa de Campinas/SP e Ceagesp de São Paulo), as indústrias (laticínios e empresas avícolas) e os exportadores (mel) são grandes beneficiários da produção camponesa via extração da renda da terra. Os atacadistas de olerícolas têm, com o apoio do Estado, um local para extraírem seu sobrelucro. São as relações contraditórias, combinadas e desiguais inerentes ao modo de produção capitalista, que mantêm os camponeses necessários e ativos para alimentar a acumulação, conforme Oliveira (2007).

Anteriormente, na análise da resistência e da reprodução camponesa dentro do modo de produção capitalista, Alexander Chayanov publicou, em 1925, “La

organización de la Unidad Campesina”, baseado em seus estudos sobre os camponeses da Rússia, que também destoava, da concepção linear da evolução do capitalismo.

No prefácio da obra, constata-se que o modo de vida camponês é diferente do modelo capitalista, uma vez que possui grande flexibilidade em sua principal característica, que é o trabalho familiar. Essa flexibilidade ocorre conforme as condições naturais (fertilidade do solo, clima...), sociais (número de membros da família/braços para o trabalho, sociabilidade, ajuda mútua) e econômicas (implementos, melhorias e poupança para reinvestir na unidade e no bem-estar da família).

Essas características flexíveis no modo de vida camponês são essenciais para contestar a alegação de Lênin (1985), de que o campesinato desapareceu totalmente.

Si a la inelasticidad le agregamos los mecanismos de mercado, este tipo de análisis se aproxima mucho a la principal tesis de Lenin en cuanto a que la economía campesina como tal es transicional, ya que en su seno se esconden campesinos ricos y proletarios. (CHAYANOV, 1974, p. 15)

Enquanto Lênin (1985) prevê o fim do campesinato, pensando no modelo clássico de produtor para o autoconsumo, Chayanov (1974) destaca a flexibilidade que a economia doméstica camponesa possui, visto que atem-se à produção de alimentos, ao artesanato e, se necessário, à venda da força de trabalho em atividades não agrícolas, assegurando o sustento equilibrado da família. Portanto, apesar da ameaça que o modo de produção capitalista exerce sobre os camponeses, estes mantêm-se ativos dentro do sistema.

En la actualidad, la unidad económica campesina en casi todas partes está ligada al mercado capitalista de mercancías; en muchos países sufre la influencia del capital financiero, que le ha hecho empréstitos, y coexiste con la industria organizada al modo capitalista y, en algunos lugares, también con la agricultura capitalista. Las empresas campesinas tienen interrelaciones sociales demasiado complejas con todos estos elementos en la economía actual. (CHAYANOV, 1974, p.42)

Nessa complexidade, focalizada por Chayanov (1974), encontra-se a matriz que caracteriza a peculiaridade da classe camponesa, ou seja, a relação econômica da origem do seu rendimento. No caso da classe camponesa, a produção é oriunda da propriedade do trabalho familiar e do controle do meio de produção. A propriedade como origem de seus rendimentos é o que caracteriza esse grupo como classe e possibilita a manutenção familiar. Nessa conjuntura, é válido o questionamento de Shanin (2008, p. 36):

[...] para responder à pergunta se os camponeses são uma classe, eu precisaria fazer outra pergunta: o que é que eles fazem? Não o que eles são, mas o que eles fazem. Porque é no fazer que as classes são definidas.

Já no modo de produção capitalista, as três formas de entrada de rendimentos são: a) por meio da **renda da terra**, assegurada ao proprietário de terras; b) do **lucro** do arrendatário capitalista, obtido pela mais-valia do trabalhador e c) do **salário**, pago ao trabalhador que disponibiliza sua força de trabalho à exploração capitalista. O restante do trabalho não pago (mais-valia) alimenta o acúmulo de capital (lucro) para o arrendatário, como, também, é do trabalhador que é extraída a renda da terra.

Segundo Chayanov (1974), Marx analisa que as transações do camponês não são guiadas por um preço envolvendo os custos de produção, como no modo de produção capitalista. Para gerar a renda fundiária, como também o lucro do capitalista, os custos de produção são calculados e extraídos diretamente dos valores gerados pelo trabalhador. A exploração do sobretrabalho é a fonte de capital que se acumula e que sustenta as classes dos proprietários e dos capitalistas. Enquanto que, ao trabalhador, restava apenas o salário suficiente para sua reprodução.

Na lógica camponesa, a autoexploração tem como objetivo assegurar o autoconsumo do grupo familiar e o seu trabalho, não raro, é cedido gratuitamente à sociedade. Em seu modo de vida, a necessidade de dinheiro está baseada no modelo proposto por Marx (MERCADORIA – DINHEIRO – MERCADORIA), ou seja, sua relação com o mercado visa a compra de mercadorias que não produz.

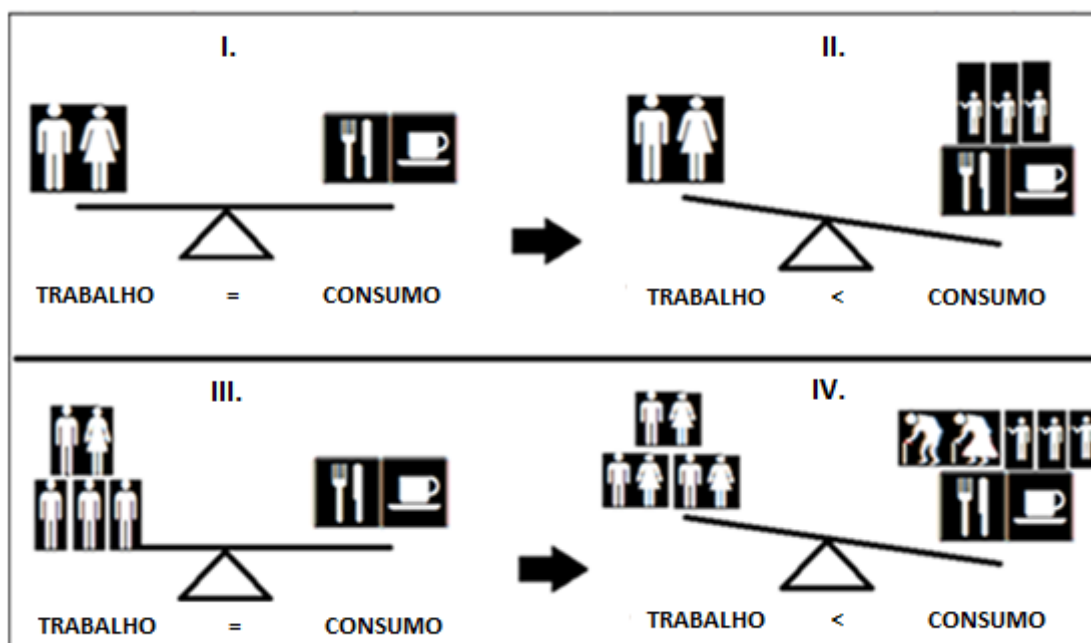
Para Chayanov (1974), essa relação com o mercado é a forma como o campesinato se insere no modo de produção capitalista, coexistindo com suas

características de modo de vida, mas, também, recorrendo ao crédito quando necessário e à circulação de mercadorias. A manutenção do modo de vida camponês é baseada na relação de trabalho-consumo, que contrasta com a acumulação de capital, o trabalho assalariado, bem como a extração da mais-valia e o lucro.

Assim, quando satisfeitas as necessidades do grupo familiar, o camponês não vê motivo para o trabalho excedente, algo impensável num sistema de exploração constante da força de trabalho. A relação trabalho-consumo depende de fatores como a intensidade de trabalho do grupo familiar (baseados na relação entre membros da família aptos e inaptos ao trabalho) e a relação com o meio de produção (quantidade de terras e fertilidade dos solos, ferramentas, máquinas, artesanato, comércio, trabalho acessório).

A intensidade de trabalho leva em conta a variação entre os membros da família em momentos distintos (Quadro 05)

Quadro 05 - Esquema da relação trabalho consumo, baseado em Chayanov (1974).



Fonte: Chayanov (1974). Org.: o autor.

Pode-se perceber que o casal de camponeses, com suas respectivas atividades, consegue o equilíbrio dentro do balanço trabalho-consumo (I). Porém, com a chegada dos filhos, ocorre uma sobrecarga no consumo, pois as crianças ainda estão em idade imprópria para a labuta diária e, de outro lado, pesam dentro do orçamento doméstico

(II). Para o reequilíbrio dessa balança e para suprir as necessidades da família, o casal deve aumentar a intensidade de seu trabalho. Além disso, caso a unidade econômica não possuísse terras suficientes, o casal passaria a desenvolver atividades não agrícolas, como o artesanato e o comércio.

Entretanto, essa não é uma condição constante. Com o passar dos anos, os filhos crescem e passam a trabalhar (III), retomando o equilíbrio entre trabalho e consumo que, posteriormente, vem a ruir com o envelhecimento dos pais e o matrimônio dos filhos (IV), os quais podem, ou não, permanecer na unidade.

Chayanov (1974) comenta que há uma estreita relação entre o tamanho da família e o volume da atividade econômica da unidade.

En conocimiento de esta dependencia podemos tratar el problema del carácter interno de esta relación y suponer que no es el tamaño de la familia lo que determina el volumen de la actividad económica familiar como pensamos antes; por el contrario, podemos decir que el grado de actividad agrícola determina la composición de la familia. (CHAYANOV, 1974, p.61)

Portanto, a definição do número de membros da família estava condicionada à quantidade de terras disponíveis, bem como aos recursos dispostos pela família dispõe.

Outro aspecto destacado foi a produtividade anual do trabalho camponês a partir das diversas fontes, na qual o resultado desse trabalho é diferenciado entre produto bruto e líquido. O bruto caracteriza-se por todas as entradas oriundas do trabalho familiar intra e extra unidade. Já o líquido é a parte restante do bruto, depois de cobrir todos os custos de produção, que deveria ser reinvestido na unidade com a finalidade de adquirir mercadorias para aprimorar o trabalho e dar mais qualidade de vida à família.

A busca por qualidade de vida pela família camponesa não deve ser vista como necessidade consumista, mas, acima de tudo, como forma de assegurar o necessário para seu sustento, sem dispendir de muitas horas de trabalho. Isso porque, o camponês compreende que aumentar sua autoexploração ao ponto de se fatigar significa perder qualidade de vida.

A intensificação do trabalho ocorre em momentos distintos durante o ano. Isso se deve à organização do trabalho camponês estar relacionado à natureza, ou seja, às estações climáticas e às respectivas culturas típicas no calendário agrícola, sendo exatamente as épocas de semeadura e, especialmente, de colheita que mais demandam desse trabalho.

Se comprueba que del número total de días laborables en el año los campesinos emplean en agricultura una proporción comparativamente pequeña de su trabajo – en total solo un 25-40% - en las zonas que estudiamos. Aun si agregamos todo el trabajo en oficios no agrícolas, hay que reconocer que la fuerza de trabajo campesina está lejos de ser utilizada en su totalidad y arroja una tasa de utilización que no sobrepasa el 50%. (CHAYANOV, 1974, p.75)

Nos trabalhos realizados em campo para a presente pesquisa, o que chamou a atenção foi o ciclo de produção do leite bubalino. De acordo com as informações prestadas por um bubalinocultor, a produção de leite de búfala tem sua entressafra no período de dezembro a março. É nessa época que as fêmeas são postas para cruzar e assegurar um novo ciclo de produção de leite. Se caso não forem respeitadas as respectivas épocas, a fêmea fica por 18 meses sem produzir leite. Por outro lado, com o encerramento da produção por três meses, diminui-se a intensidade do trabalho, tempo esse utilizado para reparos na cerca, distribuição da ração complementar, vacinação e demais cuidados com o plantel.

Já na retirada do leite de vaca comum, o trato com animais é constante. Não há férias, nem fim de semana. Contudo, o auge do trabalho concentra-se antes do amanhecer e no final da tarde, que são horários de ordenha. Diferente dos bubalinos, não foi declarado pelos produtores qualquer entressafra da produção leiteira, com exceção da queda na produção que ocorre no inverno.

Na olericultura, de acordo com o relato de um camponês, o trabalho é intensificado na hora de repor a adubação do solo, enxertia de mudas (quando feita pelo sitiante) e plantio. Após essa etapa intensa de trabalho, ele afirma que, durante o crescimento das plantas, permanece cerca de 2 a 3 horas por dia na estufa. Com o início da produção, a colheita inicia por volta das 7:00h ou 8:00h da manhã, seguida da seleção e, por último, da embalagem. Todo o serviço deve terminar, preferencialmente, até às 14:00h. Dependendo da rota, o fretista passa recolhendo a

produção entre às 15:00h e às 19:00h. Durante o fim da noite e madrugada o fretista desloca a carga para São Paulo.

Na apicultura, a vigilância contra danos às colmeias é constante. Mesmo que todo o trabalho seja feito pelas abelhas, o apicultor precisa estar atento aos incêndios que podem ocorrer nos eucaliptais, como também ao uso de agrotóxicos nas fazendas que produzem laranja e podem condenar toda a colmeia. De acordo com um apicultor entrevistado, na época da coleta do mel é que o trabalho fica mais intenso. Cabe a ele e à filha todo o processo, como a retirada dos favos, a desoperculação, a centrifugação dos favos e o envasamento em tambores para a comercialização.

Outra análise realizada por Chayanov (1974) foi o comparativo com o ponto de equilíbrio entre a unidade de produção capitalista e a camponesa. Enquanto a primeira é a extensão de terras ilimitadas e, respectivamente, a contratação de força de trabalho assalariada com a produção constante, a segunda é determinada pela relação entre necessidades de consumo da família e sua força de trabalho. Como visto anteriormente, esses equilíbrios nas unidades camponesas variam conforme a composição etária da família e uso intenso do trabalho de seus membros e, esporadicamente, contrata-se força de trabalho externa nos momentos de apuro no trabalho.

Os momentos críticos de intensificação do trabalho, devido à falta de capitais investidos na unidade, o fato de ter poucas terras para serem semeadas e os ganhos insatisfatórios pelos seus artesanatos levam os camponeses a recorrerem à superexploração de seu trabalho, mesmo que isso resulte em seu esgotamento e na diminuição da qualidade de vida da família. Por isso, Chayanov (1974) salienta que o camponês se torna força de trabalho para outros, deixando, momentaneamente, a sua unidade de produção por trabalhos acessórios. Essa alternativa torna-se mais vantajosa por auferir maiores ganhos com o mesmo esforço, assegurando a manutenção da família.

Logo, o objetivo maior do campesinato é alcançar o equilíbrio trabalho-consumo, com base no conceito do autor supracitado, denominado de “Teoria da Diferenciação Demográfica”, que só conduz o camponês a trabalhar mais apenas para compensar o aumento do número de consumidores no seio familiar. Dessa forma, Chayanov (1974) contraria as ideias de Lênin (1985) quanto à diferenciação dos

camponeses (ricos, médios e pobres) e, conseqüentemente, sua futura extinção. Para ele, a diferenciação de pobres a caminho da proletarização e os ricos na direção da burguesia não segue a lógica capitalista, mas é uma estratégia inerente ao camponês e a sua família para manterem seu equilíbrio entre o trabalho e o consumo.

Chayanov (1974) foi muito criticado por persistir na afirmação de que, mesmo com a inserção da unidade econômica camponesa no mercado, comercializando seus produtos agrícolas e artesanatos, bem como adquirindo o que não produz e vendendo sua força de trabalho em determinados momentos, o campesinato não se transforma em unidade capitalista, especialmente por não existir o trabalho assalariado.

[...] señala que mi terminología es incorrecta y dice que incluso las unidades de explotación puramente familiar, en cuanto se convierten en productoras de mercancías y venden su producción en el mercado capitalista sometiéndose a la influencia de sus precios, deben llamarse unidades de explotación capitalista, puesto que forman parte del sistema capitalista en el nivel nacional. [...] No obstante, es esencial recordar que lo principal de nuestro análisis no es la economía nacional sino la de carácter privado, y necesitábamos un aparato conceptual específico para separar las empresas familiares de las que están basadas en el trabajo asalariado. A estas últimas llamamos capitalistas [...]. (CHAYANOV, 1974, p.131)

Além disso, o acúmulo de capital dentro da unidade de produção camponesa, que foi definido anteriormente como “produto líquido”, tem como função o reinvestimento na unidade (renovação de capital), melhorando as condições de produtividade, diminuindo o esforço físico e melhorando o bem-estar da família.

Enquanto o acúmulo de capital para o modo de produção capitalista baseia-se na exploração do trabalho alheio, na economia camponesa, esse acúmulo visa poupar o trabalho próprio. Inseridos no mercado, os camponeses selecionam os produtos que passariam a produzir, baseados na rentabilidade/trabalho, optando por culturas que tragam maior retorno à família.

Gracias a su contacto con el mercado la explotación puede eliminar ahora de su plano organizativo todos los sectores de producción que proporcionan pocos ingresos y en los cuales el producto se obtiene con un esfuerzo mayor que el requerido para obtener su equivalente en el mercado mediante otras formas de actividad económica que producen ingresos mayores. (CHAYANOV, 1974, p. 142).

Entretanto, isso não significa o abandono do cultivo para o autoconsumo familiar, “[...] además, no hay que seleccionar solamente cultivos comerciales sino también los que cubran en especies las necesidades de la familia si resultan más convenientes que adquirir el producto en el mercado”. (CHAYANOV, 1974, p. 152)

Um agravante para essa inserção dos camponeses no mercado foi a instabilidade dos preços. Chayanov (1974) assinala que outrora eles foram mais influenciados pelos mercados locais, mas, atualmente, sofrem com os preços do mercado mundial, refletidos no preço local dos produtos.

Na pesquisa em campo, constatou-se que a olericultura tem produtos rentáveis, como, por exemplo, o tomate e o pimentão, com preços de mercado mais atraentes, mas o pepino é a produção mais significativa. A vantagem do pepino não é o preço, mas a constância na produção e os menores custos envolvidos. O camponês prefere receber menos pela caixa, mas manter a frequência nas entradas de renda. No caso do tomate e do pimentão, eles, majoritariamente, são os complementos da renda familiar. Como já destacado anteriormente, os produtos da olericultura são frágeis e de alta perecibilidade, sendo esta atividade típica de unidades camponesas e menos comuns nas unidades capitalistas.

O mesmo acontece com o leite, a oscilação de preços impulsionada pelos laticínios refreiam os ganhos do camponês. Contudo, apenas a minoria dos entrevistados declarou que abandonou ou que abandonaria a atividade. Em contrapartida, os entrevistados informaram que diminuiriam os investimentos o quanto pudesse, voltando a realizá-los na esperança de melhorias no preço.

Por outro lado, na criação de bubalinos, constatou-se que os preços são satisfatórios, porém, a entressafra retira do sitiante quase quatro meses de ganhos com o leite. Com base no que foi apurado em campo, simulou-se no quadro os ganhos obtidos pelos sitiantes com seus respectivos rebanhos para comparação, conforme a média de litros de leite obtida diariamente (Quadro 06).

Ainda que não haja produção durante a entressafra na lactação bubalina (cerca de 100 dias), o camponês recebe uma renda bruta anual superior com essa criação. Observa-se que, em média, segundo o bubalinocultor entrevistado, a produção é inferior à média da produção das propriedades com vacas comuns, mas o preço chega quase ao dobro daquela. Baseou-se para esse cálculo apenas em médias informadas pelos camponeses, ignorando os auges de produção (130 litros/dia-bovinos e 120 litros/dia-bubalino). No caso do leite de búfala, a demanda do mercado é superior à produção, portanto, o preço oscila menos e é satisfatório, segundo o que o foi informado. Já no leite de vaca, a situação se inverte. Com um maior número de fornecedores, o laticínio pressiona ao máximo o achatamento dos preços para adquiri-lo, forçando a aperfeiçoamento do plantel para o aumento da produção e dos ganhos com a atividade. O aumento dos investimentos pode comprometer a renda da família por um tempo, até que haja retorno do investimento.

Quadro 06 - Comparativo da produção de leite de vaca e de búfala.

	Leite vaca	Leite de búfala
Produção dia (média/litros)	100	80
Preço do litro (R\$)	1,10	2,15
Renda bruta diária (R\$)	110,00	172,00
Renda bruta mensal (R\$)	3.300,00	5.160,00
Renda bruta anual (R\$)	39.600,00	43.860,00

Valor
multiplicado
por 12 meses

Valor
multiplicado
por 8,5 meses

Fonte: dados obtidos com os entrevistados em dez. de 2017. Org.: o autor.

Chayanov (1974) salienta isso, apontando para a necessidade da pequena unidade aperfeiçoar sua produção. Entretanto, poderia custar a redução do bem-estar da família, quando parte desse capital fosse para a renovação. Em seu estudo, são verificados os riscos que isso traria à satisfação das necessidades familiares, porém, há exceções, nas quais a máquina é um investimento vantajoso:

Proviene de nuestras observaciones en el sudeste donde pequeñas granjas [...] usan a menudo máquinas cosechadoras en áreas donde no pueden compensar su costo. La causa reside en que el grano

maduro se mantiene en la espiga solo por cuatro o cinco días de modo que, sin la máquina, la familia solo alcanzaría a cosechar un área mucho menor de la que pudo sembrar y cultivar. [...] Por lo tanto, la adquisición de una máquina cosechadora y la ligera reducción en la remuneración por el trabajo en la cosecha del trigo permite esta labor, mucho más ventajosa que el resto, pro cuya expansión antes estaba constreñida por el periodo crítico de la cosecha. (CHAYANOV, 1974, p. 249-251)

Essa incorporação de máquinas e inserção no mercado, bem como a padronização de cultivos que passaram a rodear o universo camponês, indica um caminho sem volta, da submissão do campesinato à essência do capitalismo. Chayanov (1974) não nega isso, porém, também não concorda com a extinção (pelo menos tão rápida), como preveem Kautsky (1985) e Lênin (1985) dos camponeses.

O maquinário para o camponês tem o papel de mobilizar menor força de trabalho da família, com a finalidade de dar melhor qualidade de vida aos seus membros. A máquina não exerce o papel de acentuar a mais-valia, como na indústria, pois não há trabalho alheio. Ela se torna ferramenta de trabalho e, também como meio de transporte em algumas das propriedades visitadas. Dos 57 camponeses entrevistados, 43 informaram ter um trator e uma carretinha, ou seja, trata-se de mais de 75% dos camponeses entrevistados. Quando possuem grade ou arado, além de utilizarem para si, o trator serve como um trabalho acessório esporádico, que auferir renda quando alugado para outros por hora de trabalho.

Com as estradas precárias no campo do município, um dos camponeses disse que, às vezes, é requisitado para desatolar veículos nos dias chuvosos, em que as estradas rurais ficam intransitáveis.

Quando é pra conhecido e parentes que vem no sítio ou a “Kombi” da escola, não se cobra, mas se dão vira “dijutório”. Quando é caminhão, também não pedimos, mas sempre há uma “cervejinha” (V. 52 anos, bairro do Peruba, distrito do Gramadinho)

Nesse ponto, observa-se os valores sociais e de apego religioso que o camponês tem. O adjutório mencionado se transfere para a igreja católica do bairro da Varginha, segundo o entrevistado, pois não querem o dinheiro tirado de alguém em extrema necessidade. O camponês considera que a gratificação (não exigida) paga por um caminhão de uma empresa ou dos fretistas poderá ser usada para outras finalidades,

não se tornando adjutório. Se não é um dinheiro vindo do trabalho, há duas medidas para seu respectivo emprego.

Em geral, são tratores usados e com mais de trinta anos. Em duas propriedades que praticam a olericultura, no bairro do Gramadinho, o maquinário era novo e adquirido via PRONAF-investimento. São tratores pequenos, que facilitam o trabalho familiar desde a aplicação de adubos, pulverização das plantas até no transporte da colheita ao galpão, onde é feita a seleção e embalagem.

A mecanização e a modernização de forma alguma descaracterizam a produção camponesa. Sob este viés, Chayanov (1974) insiste na manutenção e coexistência dos camponeses no modo de produção capitalista, sendo muito crítico à uniformidade da teoria do *homo economicus*, proposto por Smith (1996) e Ricardo (1996), e aplicado no meio urbano-industrial.

Para Chayanov (1974), há uma complexidade no campo impossibilitando sua aplicação neste meio. O camponês é um organizador da produção familiar, em que a realização das tarefas é resolvida em conjunto, sem uma remuneração individual, ao passo que a teoria de Smith (1996) e Ricardo (1996) se enquadra para um empresário explorador da força de trabalho assalariada.

Entretanto, Chayanov (1974), defendendo a persistência do campesinato, compreende que este seria dominado pelo poder do Capitalismo. O aumento da aplicação de tecnologia na produção e maior demanda por capitais para serem aplicados na terra, bem como a aquisição de máquinas, são decisivas para o aumento da sujeição dessas unidades econômicas. Como alternativa, o autor vê na formação de cooperativas, entre as diferentes unidades econômicas camponesas, uma forma de assegurar a manutenção das famílias e seu modo de vida na terra, analisando o panorama russo.

Debemos esperar que la unidad de exploración doméstica, fortalecida por cuerpos cooperativos, pueda defender sus posiciones contra las unidades de exploración en gran escala de tipo capitalista [...] (CHAYANOV, 1974, p.304)

Assim sendo, inseridos em cooperativas, os camponeses têm a chance de participar do mercado mundial de alimentos, socializando o uso de maquinários,

adquirindo demais insumos para sua produção e oferecendo seus produtos em conjunto, submetidos aos preços ditados por esse mercado. Além de vislumbrar o camponês como parte ativa dentro do modo de produção capitalista, o autor destaca que essas cooperativas de camponeses têm um papel fundamental na organização da produção, e já estavam em vigor na Rússia desde a revolução, quando o país caminhava para o Socialismo.

[...] cuando ceñimos la naturaleza campesina Elemental con nuestra medida y la organizamos dentro del sistema general de la economía planificada de la U.R.S.S. debemos proponemos este objetivo final: introducir en la futura organización de la agricultura elementos cuyo desarrollo posterior llegue a superar el capitalismo de estado y pueda constituir la base para un futuro sistema económico socialista. (CHAYANOV, 1974, p. 315)

Na pesquisa de campo, foi verificada a baixa adesão dos camponeses à participação e/ou formação de cooperativas. Quando citadas, referiram-se à Cooperativa Castrolanda. Foi apurado com os camponeses cooperados que as vantagens são limitadas e consistem, apenas, na aquisição de alguns insumos no mercado (medicamentos para o gado) com um preço melhor e participação das assembleias, que não influenciam no seu cotidiano de produção.

Com a criação bubalina, foi constatada a existência de uma associação de produtores. Sua finalidade é auxiliá-los na aquisição de insumos e escoar a produção para laticínios nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Segundo o agrônomo da CATI, essa associação atua nos municípios de Sarapuí, Alambari, Capela do Alto e de Itapetininga, onde sete camponeses do assentamento Carlos Lamarca são associados.

Na olericultura, apenas o entrevistado e assentado pelo Banco da Terra informou participar de uma associação que intermedeia a produção para acessar o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Nessa associação, estão envolvidos os gastos com o transporte que desloca a produção do campo de escola em escola em para suas respectivas entregas.

Em síntese, após confrontar o debate teórico clássico sobre o campesinato, salienta-se que Chayanov (1974) refere-se à revolução da mesma forma que os antecessores, Kautsky (1980) e Lênin (1985), na crença de que o modo de produção

capitalista cederia lugar ao Socialismo. As divergências estavam associadas, especificamente, à eliminação da classe camponesa.

Portanto, a partir dessa análise, concorda-se com os argumentos de Chayanov (1974), que reforçam a tese da manutenção do campesinato, resistindo como classe social e se recriando frente às mudanças que se processam na economia e nas formas de governo de cada porção do planeta. A sujeição da renda da terra ao capital é a estratégia que permite sua resistência no modo de produção capitalista.

Em parte, essa pseudo invisibilidade ou negação da classe camponesa se deve-se às diferenças entre eles e as classes operárias. Aos camponeses falta uma uniformidade nas organizações de classe e nas formas de se rebelarem contra os sistemas que os oprimem. Wolf (1979) interpreta que a falta de comunicação entre eles e a autossuficiência de seu trabalho os diferencia de um grupo de operários submetidos a uma sujeição real. Além disso, os interesses dos camponeses cruzam frequentemente as fronteiras de classes:

El campesino rico y pobre pueden ser parientes, o un campesino puede ser al mismo tiempo propietario, arrendatario, aparcero, jornalero para sus vecinos y ayudante estacional en una plantación vecina. Cada relación diferente lo coloca en situación distinta con sus compañeros y con el mundo exterior (WOLF, 1979 p. 237).

Todavia, o mesmo autor ressalta que, contra do risco de desaparecerem frente à crise demográfica, à crise ecológica e à crise de poder e autoridade, no século XX, o campesinato se envolveu de forma decisiva em

Seis grandes levantamientos sociales y políticos, apoyados por los campesinos, han sacudido al mundo del siglo XX: la revolución mexicana de 1910; las revoluciones rusas de 1905 y 1917; la revolución china, que ha experimentado varias etapas a partir de 1921; la revolución vietnamita, que tiene sus raíces en la Segunda Guerra Mundial; la rebelión argelina de 1954, y la revolución cubana de 1958. Todas ellas se basaron en alguna medida en la participación de las poblaciones rurales (WOLF, 1979, p. 237).

Enfim, a classe camponesa, por ser *sui generis*, apresenta como especificidade sua inserção e persistência em meio a sistemas de governos democráticos ou autoritários e economicamente modernizados ou em modernização. Em busca de

similaridades acerca da resistência camponesa no mundo é que investigou-se a luta dessa classe no contexto agrário brasileiro.

2 O CAPITALISMO AGRÁRIO RENTISTA NO BRASIL E A LUTA PELA TERRA

O uso de sistemas primitivos como o escravagismo (antecedendo a renda da terra) e o decisivo papel da família camponesa inserida no colonato (pagando a renda da terra não capitalista para o proprietário de terra) iniciaram o acúmulo de capital no Brasil. Nesse contexto, objetiva-se também discutir as concepções sobre existência do Feudalismo no Brasil e se houve uma real modernização da agricultura em todos os aspectos e seus reflexos na luta pela terra no estado de São Paulo e no município de Itapetininga.

2.1 A COLONIZAÇÃO BRASILEIRA ORIENTADA PELO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E OS CAMPONESES

As civilizações pré-colombianas foram muito organizadas e deixaram um legado material ou mesmo imaterial para a contemporaneidade, como a Asteca, a Inca e a Maia. Essa herança impressa na paisagem pelo nativo americano pouco foi deixada no Brasil, pois os povos nativos daqui não tinham desenvolvido atividades comerciais, ou um fluxo de trocas de mercadorias, e muito menos uma organização hierárquica interna entre as tribos.

Suas construções eram temporárias devido ao nomadismo, ou então da abundância de recursos naturais, especialmente os vegetais. Sua agricultura era rudimentar em virtude da fartura de alimentos que a natureza oferecia. O manuseio dos metais era ainda desconhecido por esses povos, portanto, ainda viviam a Idade da Pedra. Restaram como seu legado, costumes, culinária, lendas e palavras que foram absorvidas pelo colonizador, até hoje presente na cultura nacional.

As novas terras da Coroa portuguesa na América necessitavam ser povoadas para justificar a posse frente as demais metrópoles da Europa. Este era um agravante que a Coroa teria que resolver em virtude da sua interna carência de população.

Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda em meados do século XVI, inculto e abandonado. Faltavam-se braços por toda parte e empregava-se em escala crescente mão de obra escrava, primeiro dos mouros, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde os princípios do século XV para seus domínios no Norte da África como depois de

negros africanos que começavam a afluir para o Reino desde meados daquele século. Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída por escravos negros [...] (PRADO JUNIOR, 1985, p.22)

O tráfico humano era uma realidade em Portugal. Trazer os portugueses para essa ocupação na América não era cogitado, diferentemente do que ocorreu com as colônias na América Anglo-Saxônica (atuais Estados Unidos e Canadá). Elas receberam contingentes de braços brancos da Europa, oriundas da perseguição político-religiosa e do excedente das ilhas britânicas expulsas dos campos pelos cercamentos.

Povoar o Brasil não seria uma tarefa fácil, poucos se sujeitavam a emigrar. De acordo com Prado Junior (1985), somente por vantagens consideráveis asseguradas pelo Rei levaram cerca de uma dezena de pessoas de pouca expressão social na aristocracia lusitana a se arriscar na empreita. Entre essas vantagens, eles recebiam livres de qualquer foro ou ônus, doações de vastas extensões de terras, o que acabou determinando o tipo de exploração agrária que se dará no Brasil, ou seja, o do latifúndio.

Dividido o território em Capitanias, coube ao capitão-donatário desmembrar e doar as sesmarias a qualquer requerente que preenchesse as condições exigidas pela Coroa Portuguesa, desde que tivesse condições de administrá-las, construindo as infraestruturas necessárias (engenho, senzalas, entre outros) e adquirindo força de trabalho escrava para a realização do aproveitamento produtivo das terras.

Segundo Talaska (2016),

Os sesmeiros que recebiam as terras dos capitães/donatários assumiam uma série de compromissos, sob pena de perderem a posse da terra. Entre as condições estava a administração e o aproveitamento total das terras doadas, o que se tornava muitas vezes irrealizável, uma vez que as terras eram de grandes dimensões e o sesmeiro tinha a obrigação de trabalhar a terra com seus próprios recursos. Dessa forma, Portugal assegurava a posse do território da colônia de duas formas: I) contra possíveis invasões, uma vez que os posseiros povoariam as terras e teriam que intensificar o seu aproveitamento; II) contra o domínio das terras pelos sesmeiros, uma vez que o sesmeiro, não tendo condições de aproveitar toda a porção de terra, estaria em desacordo com as condições impostas pela Coroa Portuguesa, que poderia a qualquer momento destituir o direito de uso das terras (TALASKA, 2016 p. 31).

De acordo com Silva (1996), a concessão de terras não tinha o propósito de estimular o latifúndio improdutivo, pelo contrário, o regime de sesmarias introduzido no Brasil era uma cópia da prática já executada em Portugal desde o século XIV e a concessão gratuita de terras em abundância destinava-se a quem tivesse meios de cultivá-la. O sistema sesmarial foi pensado para solucionar uma crise de abastecimento em Portugal e tinha uma preocupação acentuada com a utilização produtiva da terra atrelada ao seu cultivo.

No entanto, enquanto durou o regime de sesmarias no Brasil, a Coroa não conseguiu impedir a formação de latifúndios improdutivos. Produzia-se em parte do solo, restando uma grande extensão em anexo para as explorações futuras. A sobra de terras em uma sesmaria tinha como justificativa o caráter predatório da agricultura que se aplicava no solo e o esgotava rapidamente. Na ausência de um controle rígido legal por parte das autoridades da colônia, o processo de concentração de terras se propagou.

Silva (1996) considerou que somente o histórico da ocupação não era suficiente para explicar a persistência do latifúndio improdutivo. As poucas mudanças no padrão de exploração tanto da terra e, especialmente, na transformação do trabalho cativo em livre, não alteravam os principais aspectos do projeto colonial: o monopólio do solo e seu acesso restrito como garantia de oferta de força de trabalho abundante.

A concepção do grande domínio de terras monopolizadas por uma classe poderia induzir a uma concepção de apego nostálgico pelo Feudalismo, como o fez autores como Guimarães (1969), que considerou que o Brasil teria surgido ainda sobre a égide do sistema feudal

A grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se ao domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que proporcionasse riqueza e poderio (GUIMARÃES, 1969, p. 22).

Além de Guimarães (1969), Sodré (1976 e 1986) também interpretou a linha ortodoxa do marxismo clássico. Ambos acreditavam que todo país passaria por quatro fases para ascender ao Socialismo: comunidade primitiva, escravidão, feudalismo e o

capitalismo. Essa linearidade engessada, baseada no modelo europeu, em nenhuma hipótese poderia ser adaptada para compreender o modelo de capitalismo que se constituiu no Brasil, especialmente no campo.

Prado Junior (1985) situou que Portugal e Espanha eram potências mercantis no século XV e XVI. A conquista de rotas navais e a chegada em novas terras tinham como objetivo ampliar as trocas comerciais visando o acúmulo de metais preciosos, principal característica do Mercantilismo e cerne do Capitalismo Comercial. Segundo Porto-Gonçalves (2016), a colonização da América criou um eixo mercantil com a Europa e deu origem a um novo sistema-mundo.

A emergência de um novo circuito comercial, inaugurado com o “descobrimento” e o processo de colonização da América, passa a estabelecer uma ligação entre o Mediterrâneo e o Atlântico, conectando pela primeira vez na história todos os circuitos mundiais até então existentes e lançando os alicerces do que viria a ser o moderno sistema-mundo. (PORTO-GONÇALVES e QUENTAL, 2012, p. 4)

O Brasil nasceu inserido no novo sistema-mundo como componente no circuito de acumulação do capital comercial e também como “colônia protoindustrial”. A nascente indústria produzia o açúcar em um modelo que antecede em dois séculos a Revolução Inglesa. Em terras brasileiras, é introduzido um produto estranho ao seu bioma (cana-de-açúcar, originário da Ásia), uma forma de exploração do trabalho alheio forçado e importado (cativos africanos), e a produção destinada à comercialização extrovertida a quem pudesse pagar pela valiosa mercadoria.

Enquanto os espanhóis nos demais países latino-americanos procuravam extrair a renda dos minerais metálicos, os portugueses implantaram um modelo de produção baseado na protoindústria do açúcar que os colocavam em uma posição similar ao de um capitalista, dominando o mercado, apropriando-se do lucro manufatureiro e da renda do trabalho cativo. O modelo português, posteriormente, foi adotado nas Antilhas por franceses e espanhóis

A racionalidade entre nós é, desde o início, razão dominante, razão colonial. O açúcar, principal mercadoria manufaturada nos séculos XVI e XVII, era produzido nos mais modernos engenhos até então construídos e, assim, as primeiras manufaturas não estavam na

Europa, mas, sim, no Brasil, em Cuba, no Haiti. A técnica das grandes monoculturas também tem por aqui grande expansão e enquanto técnica traz em si a dimensão colonial da sua criação: fazer grandes monoculturas só tem sentido se não se produz para si próprio, mas sim, como era bem o caso, para exportar. Somos modernos há 500 anos! (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 5-6)

Para atender à monocultura e a protoindústria do açúcar, o latifúndio era livre de foro ou de qualquer outro encargo feudal, além de ser alienável. Por outro lado, os autores, crentes num sistema feudal brasileiro, justificavam a ausência do capitalismo enquanto os trabalhadores não fossem juridicamente livres e assalariados para a exploração da mais-valia do trabalho.

Entretanto o escravo do século XVI não equivalia ao escravo primitivo e bíblico. Esse modelo de escravidão continha por trás um comércio que alimentou a acumulação de capital para Portugal desde o início da história do Brasil

O tráfico negreiro e o trabalho escravo eram exatamente os fatores que retiravam da colônia qualquer caráter feudal. Permitiam que, ao invés da metrópole tirar renda da terra através de uma elite territorial, de um monopólio de classe ou de um monopólio estritamente estamental sobre o solo, tirasse renda na circulação, fazendo o escravo produzir renda capitalista antes de produzir mercadorias, cobrando tributos antes da produção e não depois da produção, como ocorria com a renda feudal, deslocando o problema da renda (colonial) da produção para a circulação das mercadorias, no caso o escravo. (MARTINS, 1990, p. 37)

Na história, o acesso à terra de forma legal como sesmeiro destinava-se apenas para os portugueses. Excluídos dessa condição, os indígenas, caboclos, negros alforriados e bastardos livres, que não se enquadravam nas duas grandes categorias rurais da sociedade (membros da casa-grande e da senzala), prestavam serviços ao latifúndio ou se deslocaram nos limites entre as sesmarias e nos pontos mais afastados das sedes de povoamento ocupando terras como posseiros. Quando produziam para o autoconsumo, havia o excedente que era comercializado com os povoados e com o latifúndio.

Forma-se um tipo de exploração rural diferente, separado da grande lavoura e cujo sistema de organização é muito diverso [...]
Os índios que no seu estado nativo já praticavam alguma agricultura, embora muito rudimentar e seminômade encontraram neste

abastecimento dos colonos brancos um meio de obter os objetos e mercadorias que tanto necessitavam. Muitos deles foram-se por isso fixando em torno dos núcleos coloniais e adotando hábitos e costumes europeus [...], e formarão o embrião de uma classe média entre os grandes proprietários e escravos. (PRADO JUNIOR, 1985, p. 44)

Prado Jr (1985) afirmou também, que além desses camponeses livres, como o exemplo do indígena, os escravos exerciam em dias pré-determinados, paralelamente, atividades camponesas dentro do latifúndio com a finalidade de produzir seus alimentos.

Cardoso (2009) lançou três hipóteses quanto à atividade camponesa dos escravos. Na primeira, considerou que do ponto de vista econômico, a garantia de tempo e local para o cultivo de víveres cumpria a função de minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho para o senhor. Na segunda, ao contrário da primeira, não caberia aos escravos tal ofício, pois a principal atividade era a monocultura e a subsistência seria obtida com o trabalho camponês externo ou internamente de posseiros.

E, por último, a noção que ceder tempo e local para a atividade camponesa do escravo dava certa autonomia em dispor de uma economia própria e com isso evitar a fuga ou o risco de uma rebelião contra o senhor de engenho. A falta de maiores informações de todas as formas de escravidão que existiram na América levou o autor a analisar acerca da perspectiva da primeira hipótese, segundo o que apurou

As constatações básicas são, quanto a esse ponto: 1) que a atribuição aos escravos de parcelas de terra e de tempo para cultivá-las constitui uma característica universal do escravismo americano. 2) que o acesso dos escravos aos meios de produção e ao tempo livre para pô-los em ação exercendo atividades autônomas tendeu a transformar-se em um direito de fato e, em certos casos, fixados pela lei. (CARDOSO, 2009, p. 103).

Ele denominou que a brecha camponesa assegurava seu autoconsumo e comercializava o excedente com o senhor e com outros fora da propriedade. No Brasil, não havia um regulamento para essa atividade extra, sendo ela fixada internamente

dentro da propriedade e foi a forma encontrada para o senhor de escravos assegurar o abastecimento de seus cativos.

Em síntese, Cardoso (2009) afirmou que essa “brecha” ocorria aos domingos e dias santos em que o senhor se guardava e deixava o cativo cultivar uma pequena faixa de terras para seus víveres, tendo total autonomia no que e quanto produzisse para si, sem supervisão do capataz. Entretanto, a liberdade e autonomia do escravo em produzir seus alimentos era uma contradição que podia induzir a erros e interpretações equivocadas ao ignorar o peso do sistema escravagista da época.

Abundam exemplos históricos de que, em circunstâncias variadas, as mesmas pessoas possam estar imersas em tipos diferentes de relações de produção: os camponeses europeus dos tempos modernos, que durante o inverno podiam trabalhar como operários a domicílio de manufaturas; os trabalhadores rurais latino-americanos contemporâneos, que com frequência são ao mesmo tempo empregados e camponeses etc. Além disso, como já disse Lepkowski, não há dúvida de que as atividades camponesas dos escravos eram secundárias em relação ao escravismo dominante. (CARDOSO, 2009, p.101)

É notório salientar que a escravidão tinha como fundamento acumular por meio do cativo. Se em uma relação capitalista deve haver a exploração homem x homem, no qual o primeiro se apropria do sobretrabalho do segundo em troca de salário fixo e desproporcional; nesta relação estabelecida pela escravidão, o primeiro se apropria do segundo totalmente.

[...] o principal capital do fazendeiro estava investido na pessoa do escravo, imobilizado como renda capitalizada, isto é, tributo antecipado ao traficante de negros com base numa probabilidade de ganho futuro. O fazendeiro comprava a capacidade de o escravo gerar riqueza. De fato, a terra sem trabalhadores nada representava em termos econômicos; enquanto isso, independentemente da terra, o trabalhador era um bem precioso. (MARTINS, 1998, p. 26)

No Brasil Colônia e parte do Império, a escravidão e as sesmarias como monopólio das terras eram traços de modos de produção que antecederam o capitalismo, mas que foram incorporadas por ele como forma de assegurar seu pleno desenvolvimento e não uma regressão ao passado, como salientou Galeano (1989):

Três idades históricas distintas – mercantilismo, feudalismo e escravidão – combinavam-se assim numa só idade econômica e social, porém era o mercado internacional que estava no centro da constelação do poder⁵, integrado desde cedo pelo sistema de plantações. (GALEANO, 1989, p. 72)

É o Capitalismo comercial (Mercantilismo) que ditava os caminhos que o Brasil tomava desde sua descoberta e início da exploração por Portugal, conforme salientou Faoro (2001):

O comércio europeu alcança, nos seus tentáculos, a colônia americana, estruturalmente incapaz de buscar do seu largo território e de suas riquezas interiores a autonomia das próprias determinações, agrilhoadas aos padrões comerciais instalados nas costas portuguesas, persistente herança do mundo mediterrâneo. As origens impõem um destino. O polo imantado pelo pau-brasil será o mesmo do açúcar, do ouro e do café. Sobre suas correntes de expansão para o interior pesarão, advertidos ou invisíveis, os cordéis do rígido tecido internacional, que colherá nas suas malhas o Estado. (FAORO, 2001, p. 128)

Por trás da escravidão estava o interesse capitalista de explorar o trabalho alheio metamorfoseado na figura do cativo, como demonstrou Martins (1998):

⁵ Grifo nosso.

A exploração do escravo no processo produtivo já está, pois, precedida de parâmetros e relações comerciais que a determinam. Essa exploração não abrange apenas o lucro médio, mas também a conversão do capital em renda capitalizada, a parcela do excedente que o escravo pode produzir e que é antecipadamente paga ao mercador de escravos. A coerção do cativo encarrega-se de transferir para o próprio escravo o ônus desse trabalho. Desse modo, o regime escravista apoia-se na transferência compulsória de trabalho excedente, sob a forma de capital comercial, do processo de produção para o processo de circulação instituindo a sujeição da produção para o comércio. Entretanto como o lucro do fazendeiro é regulado pelo lucro médio, o seu cativo não representa uma forma pré-capitalista de renda – trata-se efetivamente de renda capitalizada, de forma capitalista de renda, renda que se reveste da forma de lucro. Exatamente, por isso é que o fazendeiro não pode ser definido como um rentista de tipo feudal, um consumidor de rendas. (MARTINS, 1998, p. 16)

Esse sistema orquestrado de força de trabalho escrava, produtos da extração e da monocultura e mercado extrovertido constituiu o modo de produção no qual o interesse era assegurar o negócio com o Velho Mundo, numa relação puramente produtora e exclusivista.

Essas características dos modos mercantilistas tinham no Brasil a finalidade de proporcionar o acúmulo de capital, por isso Gorender (1994) afirmou que:

[...] o capitalismo, no seu relacionamento com outros modos de produção, vai mudando; se num certo momento precisa de modos de produção pré-capitalistas para acumular capital, para crescer, em outros momentos, já crescido e amadurecido, com outra tecnologia mais avançada, o que interessará a ele será dissolver esses modos de produção pré-capitalistas e reorganizar suas forças produtivas à maneira capitalista, [...] (GORENDER, 1994, p. 19)

Se no passado Portugal e Espanha encabeçaram o Capitalismo Comercial marítimo e monopolista; no século XVIII, Holanda, França e Inglaterra passaram a comandar as conquistas e a formação de colônias pelo restante da América, Ásia e por último na Oceania. Para manterem suas colônias, as alianças ocorreram com as novas potências marítimas: Portugal com a Inglaterra e a Espanha com a França. Tais alianças custaram às nações ibéricas fatias de seu monopólio comercial.

Os privilégios monopolistas das transações comerciais da península Ibérica começaram a entrar em decadência com a ascensão de uma nova forma de Capitalismo que se estruturou em outra parte da Europa.

O antigo sistema colonial fundado naquilo que se convencionou chamar o pacto colonial e que representa o exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles, entra em declínio. Prende-se a isso uma transformação econômica profunda: é o aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial. (PRADO JUNIOR 1985, p. 123)

A consolidação do capitalismo industrial na Europa, na segunda metade do século XVIII, ofuscou o mercantilismo. O peso da aristocracia, mantida pela alta carga tributária, carregava no desenvolvimento produtivo da concepção liberal. Smith (1996) considerou que o pacto colonial era um obstáculo à emergente indústria europeia. Na Inglaterra, com o liberalismo econômico pujante que tinha como modelo o *self-made-man*, no qual o Estado não deveria interferir na economia que se regularia por si só, tendo como fatores de êxito no comércio ultramarino inglês

[...] a liberdade geral de comércio, a qual, apesar de algumas restrições, é no mínimo igual e talvez até superior à que se encontra em qualquer outro país; a liberdade de exportar, com isenção de direitos aduaneiros, quase todos os tipos de mercadorias produzidas pela atividade interna, a quase todos os países estrangeiros; e, o que talvez seja ainda mais importante, a liberdade total de transportar tais mercadorias de qualquer parte de nosso país para outra região interna qualquer, sem ter que prestar contas a nenhum órgão oficial, sem estar sujeito a entraves ou inspeção de espécie alguma; acima de tudo, porém, cumpre destacar como causa essa administração igual e imparcial da justiça, que faz com que os direitos do súdito britânico de categoria mais baixa sejam respeitáveis para o súdito da mais alta posição, e que, garantindo a cada um os frutos de seu próprio trabalho, dá o maior e mais eficaz estímulo a todos os tipos de atividades. (SMITH, 1996, livro II p. 104).

As barreiras aos produtos de outras partes da Europa, bem como sua ascensão industrial e os conflitos internacionais do fim do século XVIII, tornaram insustentáveis os monopólios coloniais de Portugal e Espanha. Em Portugal, o ápice das mudanças

ocorreu em 1808, com a fuga da família real para o Brasil que resultou na abertura dos portos às nações amigas (Inglaterra) e a livre entrada de estrangeiros.

Terá sido removido afinal este obstáculo de dois impérios imensos que fechados hermeticamente dentro de um conservantismo colonial obsoleto, estavam obstruindo a marcha dos acontecimentos mundiais. Aos estanques impérios ibéricos substituir-se-ão as livres nações ibero-americanas, abertas ao comércio e intercuro do universo. Desafogava-se o mundo livre daqueles tropeços imensos que lhe embargavam o desenvolvimento. (PRADO JUNIOR, 1985, p. 125)

A abertura dos portos significou a entrada do Brasil no sistema mundo, objetivo propagado pelo Liberalismo. O livre comércio apoiado pelos ensinamentos de Adam Smith tinha como base a visão de uma doutrina cosmopolita, supondo-se que todas as nações participavam em igualdade no comércio. Entretanto, tal doutrina era uma falácia que a Inglaterra soube muito bem propagá-la, pensando em sua manutenção hegemônica. List *apud* Chang (2004) ressaltou que o livre comércio apoiado pela Grã-Bretanha, favoreceu apenas a eles e nunca às economias menos desenvolvidas. A ideia de um comércio aberto para todos era uma ideologia oposta ao que realmente conduziu a Grã-Bretanha a alcançar o *status* hegemônico entre os séculos XVIII e XIX.

Portanto, a Inglaterra que se beneficiou de um forte protecionismo no passado que a conduziu a tal posição hegemônica mascarou esse caminho ou “a escada” como nocivo ao desenvolvimento de todas as economias e, portanto, propagou o oposto. Se por um lado o Brasil, ainda sob o jugo português, absorvia esse desejo cosmopolita, por outro teve nessa crença dos ideais liberais um atraso maléfico na criação de oportunidades para seu desenvolvimento. Gorender (2002) acrescentou que os ideais do Liberalismo e os ensinamentos de Adam Smith já eram presentes no Brasil e ressaltou os anseios pela abertura dos portos, especialmente pelos plantadores e comerciantes brasileiros.

Naquele momento, porém, já havia chegado ao Brasil a influência da teoria econômica liberal que dominou a Inglaterra no século XVIII e teve seu expoente em Adam Smith. Essa influência também vinha da Revolução Francesa, a qual deu fundamento ao lema *Laissez faire, laissez passer*, à liberdade de transação, de produção e circulação. A teoria liberal surgiu e se fortaleceu na Europa em

contraposição aos cânones feudais da monarquia absolutista e isso se fez sentir também no Brasil.

Os plantadores brasileiros e os comerciantes radicados no Brasil se mostraram receptivos a essa pregação de política econômica liberal. E, no caso, José da Silva Lisboa foi coerente com essas ideias, conhecedor que era de Adam Smith. Quando esteve com o príncipe regente João de Bragança, no momento em que este aportou em Salvador, recomendou a abertura dos portos brasileiros. (GORENDER, 2002, s.p., *on line*)

Esses eram os reflexos da ascensão da burguesia industrial da Europa e procuravam novos mercados para seus produtos além-mar. O liberalismo avançou por todos os territórios, submetendo as antigas colônias a um império do consumo e fornecimento de matérias-primas. A Divisão Internacional do Trabalho pouco se alterou, com exceção do monopólio extinto. As colônias abertas e as nações recentemente independentes passaram a fornecer produtos agrícolas e matérias-primas para fins industriais e as novas potências escoam sua produção manufatureira para o consumo nos novos mercados.

No Brasil do início do século XIX, mudou-se o caráter político e geográfico do principal produto de exportação (café), mas as relações coloniais se mantiveram, especialmente na questão das terras e no trabalho. A manutenção do sistema sesmarial era ainda um obstáculo ao livre acesso à terra, especialmente para a emergente classe agrária que dependeria de decretos da realeza para ampliar suas terras. Diante do poder absoluto do soberano, cresciam as tomadas de terras por posseiros e os respectivos embates com os antigos sesmeiros que não utilizavam totalmente as terras concedidas.

Segundo Marés (2003), a principal crítica dos juristas liberais às Sesmarias era a exigência do uso da terra como uma obrigação:

Aqueles juristas entendiam que a intromissão do Estado no regime de propriedade da terra era nefasta e que cada proprietário haveria de usar a terra porque era de seu interesse e não de sua obrigação. Este fundamento liberal, defendendo e criando o direito absoluto sobre a terra, a tornava uma simples mercadoria. Para o direito liberal, o uso é apenas um direito do proprietário, que pode exercê-lo ou não, mas ainda que não o exerça, não o perde. (MARÉS, 2003, p. 182)

A consolidação política das elites agrárias e seu maior representante e confesso seguidor do Liberalismo, José Bonifácio de Andrada e Silva, contribuíram para a resolução n. 76 em julho de 1822, que pôs fim ao sistema de sesmarias. A partir de então, o acesso à terra era assegurado pelo reconhecimento da posse, inclusive por estrangeiros.

Esse problema dos posseiros estaria aparentemente resolvido. A resolução que extinguiu as sesmarias favorecia a expansão da fronteira agrícola, na atual região sudeste, encabeçada pela cafeicultura que se tornava o carro-chefe das exportações da nação prestes a se tornar independente. A reformulação na legislação de terras tornou-se um paradoxo às elites cafeeiras, pois estimulava a expansão das propriedades a oeste, criando a marcha do café.

Por outro lado, também abria a possibilidade destas terras serem tomadas por posseiros, além dos imigrantes e indivíduos alforriados. A inquietação dos latifundiários não consistia exatamente na apropriação da terra, mas na eminente dificuldade de obter força de trabalho para seu empreendimento agrário-exportador. As dificuldades se acentuaram com o avanço das medidas contra o tráfico de escravos, o que levou a uma elevação nos preços deles e a dificuldade em adquiri-los.

Contraditoriamente a essa dificuldade, conforme salientou Martins (1998), houve um favorecimento dos fazendeiros para obterem crédito com a finalidade de ampliar suas fazendas e se apossarem de porções territoriais em direção ao oeste, tendo como garantia hipotecária o preço do escravo. Isso mostrava claramente que o escravo dentro da fazenda tinha dupla função: como fonte de trabalho e como garantia para os empréstimos.

A supervalorização do preço do escravo tornou-se um empecilho aos interesses dos fazendeiros que expandiam suas terras carentes de trabalhadores braçais. Para isso ser resolvido, o fazendeiro teria que imobilizar vultosos recursos para comprá-los

dos traficantes. De acordo com Prado Jr (1985), os traficantes de escravos eram uma potência financeira frente às classes de maior expressão no país, os fazendeiros. Os últimos detentores do poder político nacional (membros do parlamento) durante o Império passaram a agir contra os traficantes e a intensificação ao seu combate no Brasil.

O Governo independente e monárquico do Brasil tinha como seu porta-voz o poder econômico que era determinante sobre os caminhos da política. De acordo com Bobbio (2007, p. 82), “na posse dos meios de produção reside uma enorme fonte de poder por parte daqueles que os possuem contra os que não os possuem exatamente no sentido específico da capacidade de determinar o comportamento alheio.”

Pressionado internamente pela elite latifundiária que era também a parlamentar, o imperador D. Pedro II cedeu aos interesses dessa classe que diretamente influenciava os caminhos do Brasil. Bobbio (2007) interpretou que a monarquia (que constituía o Estado no Brasil) alterava-se aos poucos para encadear a ascensão da República.

Originariamente, monarquia é o governo de um só, e república, no sentido maquiaveliano da palavra, é o governo de muitos, e mais precisamente de uma assembleia. Ora, na medida em que também nas monarquias, a começar da inglesa, o peso do poder se desloca do rei para o parlamento, a monarquia, tornada primeiro constitucional e depois parlamentar, transformou-se numa forma de governo bem diversa daquela para a qual a palavra foi cunhada e usada durante séculos: é uma forma mista, metade monarquia e metade república. (BOBBIO, 2007, p. 107)

Da mesma forma que ocorrera com a monarquia inglesa que perdeu sua força absoluta para os burgueses, no Brasil, a elite fundiária conseguiu, como agentes do poder econômico e político, impor seus interesses. Houve tentativas de cessar o tráfico de escravos, todas sem sucesso. Somente em 1850, com a adoção de medidas mais severas obteve-se êxito com “a expulsão do país de traficantes notórios, portugueses na maioria” (PRADO JUNIOR, 1985, p. 152) e contribuiu para desorganizar o fluxo de trabalhadores cativos.

Paralelamente à lei proibitiva do tráfico se estabeleceram duas novas políticas; a primeira que levaria o incentivo governamental à imigração estrangeira de europeus com o intuito de aumentar a oferta de força de trabalho, agora na condição de

trabalhadores livres e; a segunda, na qual o Império visou favorecer a elite agrária (detentora do poder econômico e político), promulgando a Lei n. 601 (Brasil, 1850), identificada como a Lei de Terras, que estabelecia que as terras devolutas só poderiam ser ocupadas por meio da compra.

A terra, assim, passou a ser um bem como outro qualquer, uma mercadoria sem qualquer restrição ética, a liberdade do sujeito do direito autorizava a acumulação de quanta terra quisesse ou pudesse ter, da mesma forma que o ouro, a prata e o dinheiro. Como qualquer mercadoria não consumível sujeita à especulação do capital. (MARÉS, 2003, p. 185)

O fundamento que instituiu a Lei de Terras de 1850 teve como base o imbróglio gerado nas colônias inglesas do Norte da América, que Marx (1996) citou baseado nos estudos de E. G. Wakefield sobre a teoria burguesa da colonização na década de 1830. Segundo Wakefield (1833 *apud* Marx, 1996), a grande dificuldade para um burguês explorar o trabalho alheio e acumular capital nas colônias consistia nas grandes extensões de terras disponíveis e a carência de uma massa trabalhadora

Onde a terra é muito barata e todos os homens são livres, onde cada um pode à vontade obter uma parcela de terra, o trabalho não somente é muito caro, no que diz respeito à participação do trabalhador em seu produto, mas a dificuldade está em conseguir trabalho combinado a qualquer preço. (WAKEFIELD, 1833 *apud* MARX, 1996, p. 386-387)

De acordo com esse autor, deveria haver uma forma artificial de fixar imigrantes para venderem sua força de trabalho para os capitalistas que estavam dispostos a investirem no novo mundo. A solução proposta pelo pesquisador, muito bem recebida em terras brasileiras pela elite parlamentar imperial e mantida pelo legislativo republicano, foi o que ele denominou de “Colonização Sistemática”.

A oferta de trabalho tem de ser constante e regular; pois, primeiro, não estando nenhum trabalhador em condições de conseguir terra, antes de ter trabalhado por dinheiro, todos os trabalhadores migrantes, pelo fato de trabalharem combinadamente por salário, produziram para seus empregadores capital para o emprego de mais trabalho; segundo, cada um que abandonasse o trabalho assalariado e se tornasse proprietário de terra asseguraria, exatamente pela

compra da terra, um fundo para a importação de novo trabalho para as colônias. (WAKEFIELD, 1833 *apud* MARX, 1996, p. 391)

O Estado impunha um preço muito alto pelo acesso à terra, impedindo que o imigrante se tornasse um camponês livre e proprietário de terras. Segundo Marx (1996), esse preço elevado era o resgate que o trabalhador pagava ao capitalista pela permissão de se retirar do mercado de trabalho assalariado no campo, criando o capital necessário para que o Estado pudesse trazer novos substitutos da Europa para serem explorados.

Retomando à realidade brasileira, agora livre dos traficantes humanos que retinham a maior parte da renda que era gerada na fazenda, a manutenção da oferta de trabalhadores e a segurança de que estes seriam obrigados a venderem sua força de trabalho, retendo essa renda de seu trabalho ao fazendeiro, recriavam-se as condições necessárias de sujeição do trabalho que desaparecera com o fim da escravidão.

Bombardi (2004, p. 61) salientou que “se antes o trabalho era garantido através da propriedade da pessoa do trabalhador, a partir daquele momento passou a ser garantido através da propriedade da terra”. Portanto, com a terra restrita e só acessível mediante a compra, dominá-la significava comandar a própria economia. O trabalhador livre ficaria subjugado ao interesse do latifúndio, assegurando a ele o suficiente para a sua reprodução básica e mantendo o controle da renda na mão de poucos.

Com as restrições ao tráfico de escravos, surgiu além das colônias oficiais⁶, uma nova modalidade de colonos que seriam fixos nas fazendas produtoras de café no sudeste e subordinados a um regime de parceria. O maior exemplo dessa imigração foi a que ocorreu na fazenda Ibicaba, do senador Vergueiro, nos anos 1850. Inicialmente bem-sucedida, entretanto como as relações patrão-colono eram regidas por contratos de má-fé bem como o tratamento do colono, pouco diferenciava o destinado ao escravo, que ainda estava presente na fazenda.

⁶ Desde a década de 1820, segundo Prado Júnior (1985) instalaram-se no território brasileiro colônias oficiais e particulares de europeus que eram organizados em pequenos lotes de terras e agrupados em núcleos autônomos, especialmente no sul e partes do sudeste do atual território, para a manutenção das fronteiras e da unidade territorial do Brasil.

Já sabemos como esses empresários tem agido até aqui com seus parceiros e pode prever-se desde já como agirão para o futuro, tendo em conta o fato de se acharem habituados, desde a infância, a tratar com escravos e não terem aprendido até aqui a respeitar os direitos que assistem um trabalhador livre.

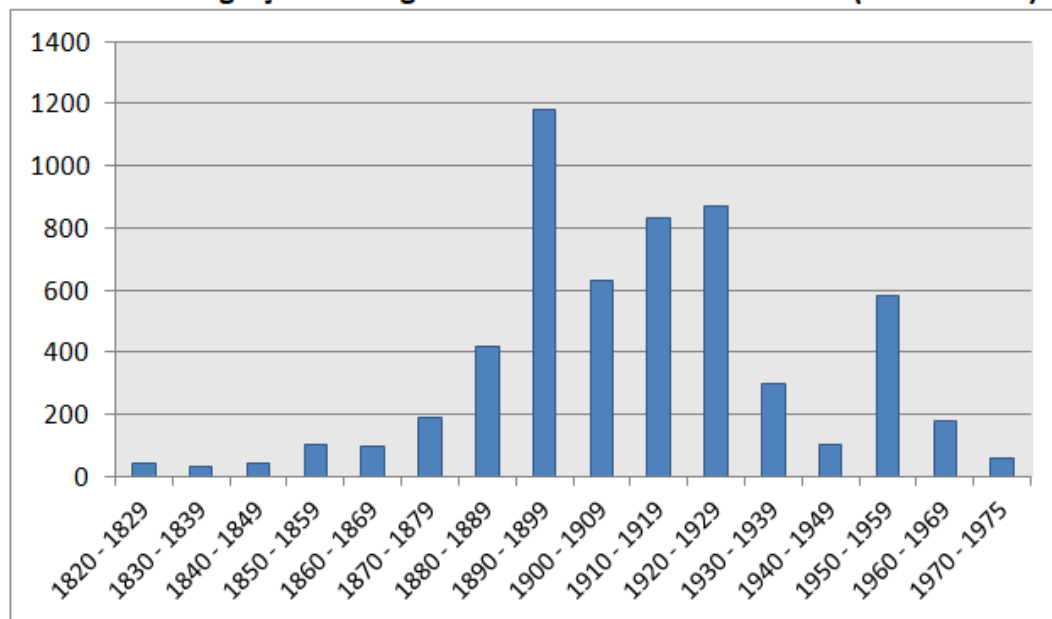
Aos olhos desses homens o colono europeu só vale mais do que os negros africanos pelo fato de proporcionar lucros maiores de custar menos dinheiro. (DAVATZ, 1941, p.211-212)

Segundo Davatz (1941), enquanto um escravo custava cerca de 4.000 a 5.000 francos, por esse mesmo valor o fazendeiro poderia arcar com os custos de viagem e alimentação de uma família de imigrantes até sua fazenda, ou seja, mais braços por menor custo.

Nesse primeiro momento do fluxo de imigrantes para o fazendeiro não se diferenciava o trabalho livre do trabalho escravo. Segundo Martins (1998, p. 62)

O trabalhador entra no processo produtivo igualmente como renda capitalizada, já que o fazendeiro, tinha que custear transporte, alimentação e instalação do colono e sua família. Esse dispêndio poderia ser inferior ao preço do escravo, mas alterava em muito pouco a qualidade da relação entre o fazendeiro e o colono. O trabalho continuava assumindo a forma de renda capitalizada do fazendeiro.

No entanto, não era uma unanimidade a vantagem do imigrante frente ao uso da força de trabalho cativa. Se por um lado havia o descontentamento dos imigrantes ludibriados no Brasil, por outro havia risco de os fazendeiros receberem em suas terras imigrantes enfermos, idosos e inválidos captados pelos recrutadores na Europa. Casos como da fazenda Ibicaba tornaram o Brasil externamente infame como destino para a imigração, o que resultou em uma estagnação e suave queda no volume de entrada de imigrantes entre 1850 a 1870. O auge da imigração no Brasil compreende o período seguinte à proclamação da república até a crise da bolsa de Nova York em 1929, tendo uma retomada breve apenas após a Segunda Grande Guerra, segundo os dados que podem ser vistos no Gráfico 01.

Gráfico 01 - Imigração estrangeira no Brasil entre 1820 e 1975 (em milhares).

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, IBGE, 2000

Gorender (2002) salientou que a preferência dos fazendeiros era pelo trabalhador cativo e refutava a tese que se criava no oeste paulista uma nova raça de senhores os quais teriam propensão ao emprego do trabalho livre, derivado das peculiaridades da economia cafeeira.

[...] os fazendeiros do Oeste Paulista eram também propensos, não ao trabalho livre, mas ao trabalho escravo. Isso, até a década de 80 do século XIX. Antes disso, procuraram, o mais possível, se basear na exploração do trabalho escravo, comprando escravos africanos; e, depois da cessação do tráfico africano, tornaram-se os maiores importadores de escravos procedentes do Nordeste. Estes vieram para o Vale do Paraíba, mas também, em grande proporção, para o Oeste Paulista, onde o crescimento quantitativo dos escravos acabou superando o do Vale do Paraíba. (GORENDER, 2002 s. p. *on line*)

Com o remanejamento do volume de escravos do Nordeste e do Vale do Paraíba, ainda não estaria resolvido totalmente o problema da força de trabalho. Mombeig (1998) ressaltou que para a formação do cafezal até seria possível, mas com a eminente liberação do trabalho cativo no Brasil, um novo contingente de trabalhadores seria necessário

[...] a aquisição de escravos nas províncias do Norte custava muito caro e bem se via que esse comércio interno seria finalmente interdito. Se tratava só de formar uma plantação, alguns escravos bastavam: pouco antes de 1889, falava um grande plantador paulista dos fazendeiros das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais que, chegando a São Paulo com uma vintena de negros podiam plantar um pequeno cafezal; mas acrescentava, quando vierem as primeiras colheitas, será preciso dobrar esse número. Como já não era mais possível comprar mão de obra, as grandes plantações que começavam a produzir, deveriam recorrer a trabalhadores livres. (MOMBEIG, 1998, p. 102)

Assim, para evitar transtornos similares aos da Fazenda Ibicaba, os fazendeiros alteraram as formas de parceria para a absorção do trabalho dos colonos. Segundo Martins (1998), adotou-se a fórmula das Colônias Particulares

Ela diferia da parceria na modalidade de pagamento do trabalho. A família de colonos recebia um pagamento fixo pelo trato de parte do cafezal a seu cargo, tendo de fazer de 5 a 6 carpas por ano. Na colheita recebia uma quantia determinada por alqueire de café colhido, o que representava uma importância variável a cada ano, dependente da produtividade do cafezal. Tal critério não removeu a questão da liberdade do colono, ainda sujeito ao pagamento de débitos, juros e multas. Sua melhor aceitação em relação ao regime de parceira deveu-se à melhora nos ganhos do colono, acelerando a remissão dos débitos e tornando viável a independência econômica do trabalhador. (MARTINS, 1998, p. 64)

O modelo de colônia particular ainda dependia da imobilização de capital por parte do fazendeiro para bancar os custos da viagem dos imigrantes. Todavia, isso viria a se modificar na década de 1870, com a retomada da entrada de imigrantes, agora com a subvenção do Estado e com normas mais rigorosas. Essa modalidade de colono imigrante foi uma política adotada que visava “braços para lavoura” e que objetivava somente o trabalho agrícola; não existiam interesses em outras frentes de trabalho que não fosse a agricultura.

Para alimentar essa demanda por trabalhadores livres, foi montado todo um aparato que se estruturou a partir do poder público que financiaria todo o processo de entrada dos trabalhadores estrangeiros. Esta política privilegiava apenas a região sudeste e os respectivos fazendeiros do café, desviando recursos públicos para as

despesas com a imigração. Os fazendeiros, principais componentes do parlamento, legislaram em causa própria com o intuito de garantir a manutenção de seus negócios.

De acordo com Martins (1998) o modelo que se seguiu foi o das colônias oficiais subvencionadas pelo Estado. Essas foram instaladas em regime de pequenas propriedades, em locais impróprios para o café, dedicando-se à produção de alimentos para o autoconsumo e, ao mesmo tempo, tornavam-se viveiros de mão de obra. Esse tipo de colonização nem sempre atendia as fazendas mais necessitadas por estarem mais distantes. Mas a participação do Estado na organização do contingente da força de trabalho contribuiu decisivamente para a formação do capital da grande fazenda.

Seguindo o modelo de colônias particulares, com a subvenção do Estado, o fazendeiro livrava-se de imobilizar seu capital para o traslado imigrante. Ao invés de seguirem para as colônias oficiais, os imigrantes eram encaminhados para as próprias fazendas de café. Com a oferta da força de trabalho assegurada, o regime escravagista poderia ser removido, porém os fazendeiros que imobilizaram capitais na figura do escravo exigiram serem ressarcidos pela sua descapitalização. Martins (1998, p. 66) pontuou que

[...] a resposta oficial representou uma significativa recusa da mentalidade baseada na renda capitalizada. Mais importante do que a propriedade sobre o trabalhador era assegurar o trabalho que cria riqueza, que cria valor. Os fazendeiros não deixaram de receber uma indenização muito mais significativa do que aquela que pretendiam. Eles foram pagos pela reposição de seu suprimento de trabalho; mas foram pagos pela totalidade da população, incluindo homens livres.

Se outrora o valor se expressava na forma do escravo, agora o valor se expressa pelo trabalho. Coube ao Estado subvencionar o fornecimento dos subsídios necessários para a formação do capital da fazenda. A organização das colônias particulares garantia o pagamento de um salário fixo. Teoricamente, transformou o trabalhador imigrante em assalariado e o fazendeiro assumiu seu caráter capitalista, todavia, empiricamente, isso seria pouco provável.

Dentre as especificidades divergentes, Gorender (1994) mostrou que o fazendeiro disponibilizava o que mais possuía que era a terra, cedendo uma moradia e o direito ao trabalhador de cultivar seus alimentos de forma intercalar à cultura

principal. O salário era pago somente após a comercialização e, além disso, não era um salário individual, mas um salário para a família, assim “tanto o colono como o morador nordestino só podiam sê-lo como chefes de família; solteiro não podia ser morador e não podia ser colono também.” (GORENDER, 1994, p. 27)

Agregar uma família a sua propriedade era uma vantagem para o fazendeiro. No pagamento, após a comercialização, a quota mensal de salário até poderia estar somada dentro desse pagamento anual, porém o salário era um complemento que não era individualizado, mas um pagamento único pelo trabalho coletivo.

Martins (1998) acrescentou que tal relação não podia ser caracterizada puramente capitalista por causa da combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato ao cafezal, um pagamento proporcional pela colheita e a produção direta de alimentos como meio de vida e comercializáveis pelo próprio trabalhador. Assim, o colonato era uma espécie de campesinato que estava inserido no modo de produção capitalista, no qual o trabalho familiar sustenta o direito de acesso ao meio de produção, mediante ao pagamento de uma renda em espécie ou em trabalho ao proprietário.

Boechat (2014) definiu que o colonato era a combinação do trabalho camponês feito para si, com o trabalho feito no cafezal para o capital. Dessa forma, a somatória de relações de trabalho não capitalistas dentro de uma produção capitalista é necessária onde a vanguarda da expansão desse sistema ainda se vincula às relações comerciais. Essa contradição, para Oliveira (2007), no desenvolvimento do modo de produção capitalista, deve ser entendida como o processo de reprodução ampliada do capital, que pressupõe a criação capitalista de relações não capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao se reproduzir, reproduz também de forma ampliada as suas contradições.

Tanto Martins (1998), Boechat (2004) e Oliveira (2007) partiram da concepção de Luxemburgo (1970) e fortaleceram a ideia de que o colonato foi a forma encontrada para a exploração da força de trabalho, ainda que distante do assalariamento, mas com efetividade em manter esse trabalhador a serviço do proprietário de terras.

O capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não

capitalistas. Não se trata, porém, de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado. (LUXEMBURGO, 1970, p. 317).

Solucionada a carência de trabalhadores, as terras obtidas após 1822 e com a consolidação da lei de terras (1850) garantiram a expansão da fronteira agrícola, formando novos cafezais ou preparando a terra para novas finalidades. Segundo Martins (1998), a imigração subvencionada que tinha a função de poupar os recursos do fazendeiro, passou a ampliar seu acúmulo de capital. Com a reposição constante de imigrantes, formar novas fazendas de café tornava-se um grande negócio. “Além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir fazendas de café” (MARTINS, 1998, p. 68).

A busca por terras e o desbravamento de regiões conduziram ao desenvolvimento de uma indústria da grilagem. A terra alcançara elevado preço, assumindo a equivalência de capital sob a forma de renda territorial capitalizada. Se antes era o traficante de escravos que retinha a renda capitalizada do escravo, a terra passa a gerar a renda para o grileiro.

Todo um conjunto de atividades lícitas e ilícitas tinha um preço e esse passou a ser o principal componente do preço da terra. As despesas realizadas com subornos, demarcações, tocaias a posseiros intransigentes, pagamentos a topógrafos e jagunços, constituíam o fundamento do preço que a terra adquiria através do grileiro. (MARTINS, 1998, p. 69)

A decadência do sistema de colonato e a itinerância das lavouras cafeeiras deixaram para trás um rastro de terras desgastadas e substituídas por outras culturas e pecuária. Junto delas estava também uma população desocupada que acabava sendo forçada a migrar.

As periódicas crises de superprodução do café, mais particularmente a crise de 1929 e o período de 1930-1933, também conduziram a outra prática desenvolvida pelos proprietários endividados, que era a fragmentação da propriedade a um custo acessível aos trabalhadores com o intuito de solucionar suas dificuldades financeiras. Essa prática resultou no progresso da pequena propriedade a partir dos anos 1930,

abrindo espaços para que o imigrante tivesse a possibilidade de obter a terra, mediante a um pagamento acessível.

A terra retalhada assumiu o papel a que se destinava: transformar-se em renda e acúmulo de capital. Na falta da exploração do trabalho para um produto de exportação, a terra se mantém e se mostra como reserva para momentos de crises. Abundante na mão de uma elite política e econômica tornou-se a “gordura a ser queimada” para sustentar essa classe durante as fases de estagnação econômica.

Ressalta-se que o retalhamento da propriedade fundiária, nessa época, não significou uma democratização do acesso à terra, mas a manutenção da reserva de força de trabalho para a grande propriedade nas suas proximidades, quando fosse necessária. Se a demanda de produção permitia ao fazendeiro buscar essa força de trabalho do outro lado os novos pequenos proprietários necessitavam de recursos para organizar a sua pequena propriedade adquirida pela compra e iniciar uma atividade própria. Assim, por meio de trabalhos esporádicos (diárias) ou permanentes (assalariados), os pequenos proprietários vendiam sua força de trabalho ao fazendeiro.

Ianni (2012) afirmou que no fim do regime oligárquico do Brasil, denominado de política café com leite em 1930, as elites agrárias perderam sua força política para a emergente burguesia urbano industrial. Entretanto, Martins (1994) destacou que as mudanças no Brasil não ocorriam da mesma forma revolucionária que em outros países mais representativos do desenvolvimento capitalista.

[...] na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre de um desdobramento do velho [...] (MARTINS, 1994, p. 30)

No Brasil em seu processo de modernização após a crise de 1929, o Estado assume um papel de nacionalista extremado, com inspirações de ultradireita da Itália e da Alemanha. Os debates, os discursos e as práticas dos governantes impregnadas por essa ideologia aos poucos foi se mostrando como porta-voz de um processo de desenvolvimento, industrialização e independência com relação aos estrangeiros.

Para Ianni (1965), o nacionalismo se constituiu como um instrumento para a criação e consolidação do capitalismo industrial no Brasil e ao mesmo tempo foi uma ferramenta para o convívio pacífico entre a burguesia industrial e o proletariado. Na medida em que industrialização estava na pauta de um projeto nacional, o proletariado aceitava as reformas preconizadas pela burguesia.

Este fenômeno é particularmente evidente na fase da história nacional iniciada em 1945. De um lado, o proletariado toma taticamente uma facção da burguesia como 'nacional' e procura jogar com ela na luta contra as outras facções da mesma classe, em especial a burguesia agrário/comercial e a burguesia internacional. Nesta linha, grande parte ou a maior parte das energias políticas do proletariado é gasta nas tarefas destinadas a fortalecer a burguesia industrial, em detrimento do 'latifúndio' e 'imperialismo'. Daí os movimentos populares contra o capital estrangeiro, pela disciplina da remessa de lucros para o exterior, pelas reformas de base etc. Por outro lado, a burguesia aceita a definição alheia, como 'burguesia nacional', uma espécie de ficção política, e joga com o proletariado, para reformular as suas relações com as outras facções da burguesia, com a classe média e com a própria classe operária em conjunto. Baseada na aliança com o proletariado politicamente ativo na esquerda, essa parte da burguesia tem procurado assegurar-se no poder e ampliar a sua área de mando, tentando consolidar o seu domínio e efetuar ou encaminhar as alterações institucionais indispensáveis à consolidação do capitalismo industrial".(IANNI, 1965, p. 237-238).

Para Florestan Fernandes (1987) a revolução burguesa no Brasil significou um conjunto de modificações políticas, econômicas e sociais. Na verdade ocorreu uma recomposição da estrutura de poder, que ainda é oligárquico e na qual a burguesia convergiu para a esfera estatal e desse plano se fez a unificação de classe. Não houve uma ruptura da ordem social para instalação de outra. Na realidade, ocorreu uma reorganização do poder. A oligarquia não só modelou a mentalidade burguesa, como determinou o próprio padrão de dominação, resguardando seus interesses, sejam tradicionais ou modernos.

O problema central tornou-se, desde logo, como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originárias, herdadas da colônia e do período neocolonial, e como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital. Aí se fundiram "o velho" e o "novo", a antiga aristocracia

comercial com seus desdobramentos no “mundo dos negócios” e as elites dos emigrantes com seus descendentes, prevalecendo, no seu conjunto, a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominante. (FERNANDES, 1987, p. 210).

Martins (1994) ressaltou que os setores modernos e de ponta na economia e sociedade brasileira é que criaram e recriaram condições arcaicas. Isto se deve às mudanças que ocorreram internamente com as classes dominantes, fazendeiros que se tornaram comerciantes e industriais, ou forneceram capitais para as mudanças históricas na economia do país.

As novas classes prontamente se ajustaram aos mecanismos do clientelismo, tanto a burguesia quanto a classe operária. A história da moderna burguesia brasileira, é desde o começo, uma história de transações com o Estado, de troca de favores. O que talvez explique a apatia da burguesia brasileira, que nunca se pôs claramente o problema da sua responsabilidade política como classe dominante. (MARTINS, 1994, p. 31)

No caso da classe operária, Martins (1994) salientou que seu posicionamento à esquerda (anarquista, socialista ou comunista) quando ocorria era com poucos esclarecidos e com os imigrantes europeus inspirados pelos movimentos de seus países de origem. No geral, o mais comum era que a classe operária brasileira, política e ideologicamente se apoiasse no populismo, que teve sua maior expressão em Getúlio Vargas.

As relações de trabalho no campo se mantiveram arcaicas, ao passo que na indústria, Vargas regulamentou tais relações. Em parte, deve-se ao jogo político que Vargas compactuou com as elites fundiárias em troca do apoio que alimentava o clientelismo político e as relações corruptoras.

Vargas não quis, ou não pôde enfrentar os grandes proprietários de terras e seus aliados. Foi em seu governo que se estabeleceram as bases para um pacto político tácito, ainda hoje vigente, com modificações, em que os proprietários de terras não dirigem o governo, mas não são por ele contrariados. (MARTINS, 1994, p. 72)

Com a ampliação da relação capitalista no pós-guerra, o produto do trabalho agrícola passou para as mãos de outras esferas do sistema econômico nacional e

mundial, como mercadoria para a cidade, matéria-prima para a agroindústria e para o comércio internacional. Tudo isso como reflexo da opção pelo desenvolvimento aos moldes do capitalismo que emprestava dinheiro para o desenvolvimento nacional, assumindo uma dívida externa na qual a exportação de produtos agrícolas amortizava os juros dessa dívida.

Segundo Ianni (2012):

[...] o trabalhador rural, portanto, se encontra no centro de um sistema de produção bastante amplo e complexo; é como se fosse o vértice de uma pirâmide invertida. Como fornecedor de força de trabalho produtiva, segundo as condições do setor agrário, o excedente que o trabalhador rural produz é apropriado por diferentes setores do sistema econômico. Esse excedente é repartido entre os seguintes elementos do sistema econômico global: o proprietário, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante no mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental. (IANNI, 2012, p. 131)

A modernização do campo era mais um reflexo dessa opção do modo de produção capitalista imposto no pós-guerra. Todavia essa modernização considerada conservadora, simplesmente modificou a base técnica, levando o país a adquirir o pacote tecnológico das empresas multinacionais da chamada Revolução Verde, gerando uma dependência de máquinas e produtos de origem petroquímica para a produção agrícola. Em paralelo, acentuava-se a liberação da força de trabalho do campo para se tornarem operários na indústria e na construção civil, ou então, como temporários no campo (boias-frias).

Essa nova demanda de produção, intensificada nos anos a partir da segunda metade dos anos 1950, contribuiu para a manutenção do modelo concentrador da terra com um cultivo que garantisse a rentabilidade do capital, como o caso da cana-de-açúcar em São Paulo, que passou a eliminar os camponeses (parceiros e foreiros) e também a manutenção e ampliação da criação extensiva de gado (naquela época, era uma atividade tipicamente dependente de grandes extensões de terras) para alimentar a população crescente nas cidades.

Em resposta a esse modelo concentrador e rentista da terra, segundo Stédile; Sérgio (1993) surgiram grandes movimentos de camponeses organizados na busca da

terra para a vida. As Ligas Camponesas que nasceram nos engenhos de Pernambuco em 1954, foram os mais expressivos e radicais movimentos na luta pela reforma agrária.

O movimento organizou os camponeses na luta pela terra e implicitamente, impeliu-os a conquistar algo que nunca tiveram na História: a cidadania. Ao lutar pela terra, os camponeses reunidos nas Ligas ganhavam dimensão política, adquiriam condições para se libertar da opressão dos latifundiários. Era algo novo no Brasil e tal movimento ganhou expressão nacional. Por um lado alimentou o imaginário dos que sonhavam com transformações e por outro assustou aqueles que preferiam que a situação social no campo brasileiro continuasse como sempre estivera.

A crítica desse movimento era a terra usada como um negócio gerador de renda fundiária e como reserva de valor. Para eles, a terra deveria ser destinada ao trabalho e redistribuída de forma a buscar uma alternativa de desenvolvimento econômico e social no campo. Stédile; Sérgio (1993) ressaltou que no Sudeste o papel das Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABS), que organizavam associações de lavradores para representá-los ante o poder público. Vinculado ao PCB Partido Comunista Brasileiro (PCB), na década seguinte viabilizaria a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entidade com maior representatividade frente ao poder público.

No estado de São Paulo, o movimento que desencadeou, nesse período, a luta pela terra foi o movimento dos “Arranca Capim”. Segundo Bombardi (2004) esse movimento social refletiu a mudança da cafeicultura pela pecuária de corte devido à instalação de grandes frigoríficos nas proximidades da capital paulista, visando o abastecimento do mercado consumidor urbano. Para a formação das pastagens, utilizou-se do trabalho do camponês e de sua família, na forma de arrendamento por três anos, para a formação da fazenda e, no final do contrato, deveriam desocupar a fazenda e entregá-la ao proprietário com o pasto formado. Estes camponeses derrubavam as matas e podiam cultivar o que quisessem, sendo que parte dessa produção se destinava ao pagamento da renda ao proprietário.

O fato de após três anos serem forçados a desocuparem a terra mostrou a condição do acesso precário à terra a qual o camponês era submetido. Prado Junior (1979), aborda que:

O sistema tem o grave inconveniente de fazer da agricultura uma ocupação precária e provisória, com evidente prejuízo da produção agrícola e do fornecimento regular e sustentado de gêneros de subsistência. Mas o que há nele de mais sério, é a situação a que reduz grandes parcelas da população trabalhadora rural que fica na dependência de uma atividade precária e nômade, sempre se deslocando em busca de terras disponíveis e abandonando-a a curto prazo para deixá-la para trás ocupada pelos rebanhos de gado (PRADO JUNIOR, 1979, p. 109).

O pagamento era feito em mercadoria produzida que o fazendeiro comprava a custo muito baixo, o que prejudicava a subsistência da família camponesa, deflagrando o estopim dos conflitos pela terra no estado que iniciaram em 1956.

Em 1959, com a assunção do governo do estado de São Paulo por Carvalho Pinto, houve uma urgência em minimizar tais conflitos, por isso foi aprovada a Lei de Revisão Agrária de 1960. Segundo a Lei n. 5.994 (São Paulo, 1960), seria estabelecido um estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural, de forma que o Estado incentivaria a exploração racional econômica do solo e facilitaria a aquisição da pequena propriedade rural nos termos da lei.

O ponto de discórdia principal estava no Artigo 2º em seu inciso II:

Artigo 2º II – desapropriar, para fins de loteamento ou reagrupamento, terras inaproveitadas, de preferência localizadas em regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação [...] (SÃO PAULO, 1960)

As terras consideradas sem proveito e melhor localizadas seriam destinadas para uma reforma agrária estadual. Isso viria a privilegiar o fornecimento de matérias-primas agropecuárias para a indústria e a agroindustrialização em curso. Muito mais que uma medida de ajuste social, foi uma medida de ajuste técnico com vistas a modificar a exploração de terra de extensiva para um modelo intensivo. As terras com a respectiva localização eram as terras mais valiosas para seu proprietário, contradição que persiste até hoje, haja vista que a terra não possui valor. Seu valor era oriundo do poder que a renda pode gerar para seu proprietário seja pela exploração de outrem ou pela venda desta.

Dessa forma, a terra pode ser comprada com dinheiro e usada para explorar força de trabalho, comportando-se como se fosse capital. Segundo Martins (1990), a terra não é capital, pois este é produto do trabalho assalariado, do trabalho acumulado pelo capitalista sob a forma de meios de produção. A terra é um bem natural e finito, não sendo, portanto, produto de nenhum tipo de trabalho, não podendo ser produzida pelo trabalho.

Acrescentava-se a isso os artigos 15º e 18º, que passariam a cobrar maiores taxas pela terra na forma do Imposto Territorial Rural (ITR), de competência estadual. A alíquota gradativa imposta sobre a extensão das terras causou uma rejeição à lei pelos fazendeiros e deputados conservadores na assembleia do estado. Nessa ocasião, o então secretário de agricultura da época José Bonifácio Coutinho Nogueira buscava mostrar que não haveria o confisco de terras e que somente haveria uma sobretaxação sobre as terras que não estavam produtivas.

Essa foi a saída contra a Reforma Agrária e ele salientava que se não houvesse uma cessão por parte do latifúndio para amenizar a pressão social no campo, a revolução “comunista e sangrenta” seria eminente. De acordo com Bombardi (2004), a lei intitulada de “revisão” significava rever e não transformar, ou seja, evitar uma revolução na sociedade, por isso era a saída contra a Reforma Agrária.

Tornar a terra produtiva era uma forma de resgatar as regras que outrora eram exigidas para a concessão e manutenção das sesmarias, sem o risco do confisco. A Lei da Revisão Agrária seguia o mesmo princípio, todavia a resposta a tal regra pela classe latifundiária também remetia ao aparato liberal de que a propriedade fundiária privada e seu real destino cabiam apenas ao interesse do proprietário, inclusive se ele quisesse especular.

Segundo Bombardi (2004), o então secretário da agricultura José Bonifácio Coutinho Nogueira era latifundiário e só propagou a Lei da Revisão como forma latente de mostrar para a opinião pública que era urgente a solução do grave problema no campo e que a administração pública não deveria ignorar. Ceder um pouco hoje, para não se perder o tudo amanhã.

Reflexo do contexto internacional da Guerra Fria e, principalmente, da Revolução Cubana, ocorrida no ano anterior, o medo da ameaça socialista se propagava entre a Igreja e os proprietários de terras. No pleito eleitoral de 2018,

utilizou-se do mesmo artifício para a demonização dos partidos de esquerda e seus vínculos com o ideal socialista e até comunista para alavancar votos para a conservadora ou radical direita, evocando a família, o patriotismo e a religiosidade como lema de campanha.

Na concepção da ala conservadora da Igreja, a lei tinha o princípio de iniciar a revolução comunista. A instituição religiosa criticou severamente as ações do executivo paulista e se posicionou ao lado da classe latifundiária. Na sequência dos debates na assembleia, a Lei passou por revisões, sendo aprovada e extraíndo o mínimo de recursos para serem empregados nas desapropriações.

O aumento do Imposto Territorial Rural, instrumento de financiamento para as desapropriações, foi esquartejado pelos parlamentares, representantes da classe latifundiária paulista. A pressão dessa classe alcançou ecos no Congresso Nacional, resultando na Emenda Constitucional de 1961, menos de um ano depois da aprovação da Lei paulista da revisão agrária, transferindo para os municípios a competência do imposto.

Essa transferência inviabilizou ainda mais a captação de recursos, pois a elite agrária tinha maior acesso ao poder público municipal e interferia diretamente nos mandatos municipais, tanto no executivo como no legislativo. Em 1964, o ITR tornou-se competência da União e os recursos eram repassados aos municípios onde localizavam os imóveis.

Segundo Meneguetti Neto (1992), a legislação do ITR revelou-se completamente ineficaz em sua passagem pelas três esferas estadual, municipal e federal. Basicamente, o ITR teve um fraco desempenho devido aos aspectos políticos que influenciavam os problemas administrativos. As distorções nos cadastros, centralização excessiva da estrutura de arrecadação, distância entre o contribuinte e o administrador do imposto e cálculos complicados para se determinar o imposto a pagar. Isso tudo causava uma grave injustiça fiscal, fazendo com que, muitas vezes, latifúndios subexplorados pagassem menos impostos do que propriedades relativamente pequenas e de alta produtividade.

Alijada de recursos, a Lei de Revisão Agrária, segundo Bombardi (2004), foi ao menos o primeiro passo para iniciar os debates para a formulação do Estatuto da Terra, procurando alternativas às pressões sociais do campo por todo o Brasil. Com a

instalação do golpe militar em 1964, apressadamente no mesmo ano, foi aprovado o Estatuto da Terra com o aval da classe política e latifundiária que havia emperrado qualquer debate em torno da questão. Todavia, a legislação tornara-se ambígua, segundo Martins (1994), para dividir os proprietários de terra e assegurar, ao mesmo tempo, o apoio do grande capital, inclusive o apoio do grande capital multinacional.

Segundo destaca Talaska (2016, p. 39) que:

Estatuto da Terra contemplou pela primeira vez na história jurídica brasileira, de forma específica, as regras para a política governamental de reforma agrária no Brasil, o que significa dizer que a partir dessa normatização oficial foram originados conceitos e determinações que estiveram e estão presentes nos documentos oficiais e na produção científica sobre o campo brasileiro.

A reforma agrária radical proposta pelos grupos de esquerda foi sufocada pela força e o estatuto instituiu em uma política de reforma agrária que abrandou os movimentos de camponeses. Pela força da lei, percebia-se que a orientação do Estatuto da Terra visava a modernização da agricultura brasileira

O duplo conceito de latifúndio, por extensão e por exploração, no fundo era mais radical do que o vago conceito de latifúndio usado pelas esquerdas antes de 1964, porque incluía como latifúndios terrenos não tão extensos, porém, mal explorados. Ao mesmo tempo, incluía entre as terras desapropriáveis, os minifúndios, ou ao menos, os incluía nas terras penalizáveis pela taxaço, que era o principal instrumento de reforma. A flexível categoria de empresa rural recebia simpatias do Estado e escapava da possibilidade de ser incluída nas desapropriações. O que indica, em princípio, uma reforma orientada para a modernização econômica e para a aceleração do desenvolvimento capitalista na agricultura. (MARTINS, 1994, p.79)

Na concepção capitalista da agricultura, tanto o minifúndio quanto o latifúndio evoluíam para empresas rurais, nas quais o aproveitamento das terras deveria ter um caráter empresarial, ou seja, ser a terra produtiva. Se por um lado a terra deveria ser produtiva, por outro a desapropriação de terras tornava-se um negócio para o latifundiário, que aguardava o ressarcimento por parte do governo pelos bens desapropriados, inclusive com juros, caso houvesse melhorias (galpões, açudes, silos,...). Segundo Marés (2003), para garantir o uso da terra e a produtividade:

O que se tinha que exigir não era que o proprietário ou quem quer que fosse usasse a terra, mas que o proprietário, e só ele, a tornasse produtiva. O uso é um direito, a produtividade uma qualidade. Isto é, o proprietário teria a obrigação de dar esta qualidade à terra no exercício de seu direito de uso. O sistema estava, com uma única cajadada, resolvendo dois problemas jurídicos: garantir a propriedade absoluta e o uso como direito, e, ao mesmo tempo, criando uma obrigação legal, a de produzir. Já que o capitalismo precisava da terra para produzir matérias-primas ou alimentos, o Estado pagaria o preço ao proprietário inadimplente e o próprio capitalismo sairia fortalecido. Sempre há soluções mágicas quando há interesse econômico e sempre, nas soluções mágicas fundadas no interesse econômico privado, o povo paga a conta. (MARÉS, 2003, p. 190).

Como visto anteriormente, o ITR seria a fonte de recursos para o ressarcimento das desapropriações. A briga maior estava em quem teria que arcar com esses gastos, que no caso recairia sobre a própria elite agrária. Após mandos e desmandos, o Estado deveria, por meio do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e depois INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ressarcir essa elite com recursos de outras fontes, ou seja, dos recursos da União que eram desviados do uso social para o benefício de uma minoria acostumada com a exploração do rentismo.

O caráter empresarial e produtividade da terra eram reflexos do papel da “Revolução Verde” que alcançou o Brasil logo após a Segunda Guerra. Eles visavam grandes modificações nos processos produtivos da agropecuária com a propagação do uso de maquinários e demais insumos químico-biológicos. Segundo Talaska (2016), a difusão desses insumos era parte do processo de intensificação da política de “ajuda internacional” dos Estados Unidos para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

As novas técnicas de plantio e de criação, o uso do crédito bancário, a assistência técnica, sistemas logísticos e de armazenagem envolveram o capital industrial e urbano diretamente na agropecuária em substituição das técnicas tradicionais da produção.

Estes novos campos de atividade acentuaram as possibilidades para a acumulação do capital, promovendo mudanças profundas nas formas de produção agropecuária e nas relações sociais e econômicas. Entretanto, a modernização

integrou a agricultura à indústria, porém manteve a concentração fundiária e não resolveu os problemas agrários no país. Ela conservou uma elite agrária e ampliou a participação de membros do capital urbano e industrial a desfrutarem desse modelo concentrador de terra, de capital e de poder.

Tanto a modernização como o Estatuto da Terra representou um marco para o modelo concentrador de terras. Nesse modelo que se esboçou uma política agrária, estendeu pela venda de terras a projetos agropecuários ligados ao capital financeiro e industrial, na maioria das vezes de origem externa, sem a intenção de produzir, mas de assegurar a terra como reserva de valor.

De acordo com Oliveira (2001)

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. (OLIVEIRA, 2001 b, p.187)

Portanto, reter terras era assegurar acesso ao crédito bancário, oferecendo como garantia parcelas do patrimônio não raro constituído gratuita e ilegalmente. A terra passa a atrair capital de outros setores, especialmente o industrial, ocorrendo a chamada modernização da agricultura brasileira, graças à aliança entre o poder econômico e o militar (1964-1984).

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. [...] Em decorrência desse processo, tornou-se possível identificar dois aspectos contraditórios destes capitalistas modernos: a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário,

praticava em suas propriedades agropecuárias a “peonagem”, relação de trabalho também chamada de “escravidão branca”. Em outras palavras, a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas deste país. (OLIVEIRA, 2001 b, p. 187)

De acordo com Muller (1994), o estado de São Paulo tornou-se o núcleo desse padrão agrário tecnicamente moderno que se intensificou após os anos 1960 com a agroindustrialização. Todavia, ele não se generalizou, privilegiando as porções com os melhores solos com maior capital agregado graças à riqueza outrora gerada pelo café.

Esse é o caso da região de Ribeirão Preto e das terras do Centro oeste do estado até as barrancas do Rio Paraná, conforme citado por Oliveira (2010), senão vejamos.

Subsidiada pelo Estado, essa expansão da agroindústria canavieira ganha hoje, através do Programa Nacional do Álcool, os recursos que o feijão e os alimentos de primeira necessidade vêm reclamando há muito tempo sem nada conseguir. A atuação mediadora do Estado vem em perfeita consonância com o capital multinacional do setor automobilístico que já se prepara para produzir em grande escala os veículos movidos a álcool. (OLIVEIRA, 2010, p. 22)

O mesmo ocorreu com a sojicultura no sul do Brasil e depois avançando pelo Centro-Oeste, e a citricultura no estado de São Paulo, porém com a participação de multinacionais na intermediação mercantil, financeira e industrial, extraindo do produtor o ganho excedente e subordinando-o aos ditames do capital com a mediação do Estado.

Esses três produtos associados às agroindústrias que cresceram com a chamada “modernização conservadora”, estão presentes na paisagem do município de Itapetininga e mostram a ação monopolizadora da indústria no campo. Porém, em área cultivada, a silvicultura foi a atividade que mais se expandiu no município.

A silvicultura é outro setor que tem crescido ligado diretamente à indústria e submetida pelo Estado, através de sua política de incentivos fiscais. Assim, o Estado tem criado as condições necessárias para o aparecimento das grandes indústrias de papel e celulose que, ora aparecem como compradoras caso como compradoras da produção, ora como proprietárias das plantações. Aparecendo, pois, num caso como agroindústria e em outro como indústria que subordina o cultivo de árvores. (OLIVEIRA, 2010, p. 47)

Tanto o eucalipto como o *pinnus elliot*, espécies componentes dessa atividade, não têm restrições quanto ao tipo de solo e também quanto ao clima, enquadrando-se muito bem nessas condições e impondo não só sobre Itapetininga, mas quase toda a porção meridional do sudoeste paulista a territorialização do capital. Entretanto, historicamente nem sempre foi assim no município. Se no passado a cafeicultura fixou população e movimentou a economia de várias cidades paulistas, para Itapetininga, pouco representou pelas questões físicas, criando um limite geoeconômico para a expansão desta *commoditie*.

Outros municípios relativamente próximos, ao norte e noroeste de Itapetininga, desfrutaram da onda verde cafeeira, como o município de Bofete entre 1875 e 1918. Segundo Candido (1979), após a geada 1918 e a itinerante marcha para o oeste, muitas fazendas foram abandonadas, fracionadas ou vendidas (inclusive a antigos colonos). Estagnadas economicamente, outras culturas substituíram o café

Passada a prosperidade, e depois perdidas as esperanças do seu retorno, o município como que se aparelha para a sobrevivência modesta, na policultura de semi-subsistência e no algodão, velha plantação na área em que depende historicamente (Tatuí, Itapetininga), e que nele aparece e desaparece conforme as vicissitudes do mercado. (CANDIDO, 1979, p. 97)

Como no relato de Cândido (1979), se houve uma cultura significativa para o município, esta foi o algodão. Era um cultivo que prosperou de forma efêmera na região, sendo interessante salientar que era típica de pequenas propriedades de até 50 hectares em paralelo as culturas de autoconsumo, segundo Canabrava (1951).

A pecuária, tradicional atividade dos campos de Itapetininga, manteve-se presente para assegurar a manutenção das terras na mão dos latifundiários, da mesma

forma que os antigos fazendeiros nas áreas deixadas pelo café, conforme ressaltou Prado Jr (1985, p. 338):

Em certos setores rurais do estado de São Paulo, outrora regiões agrícolas florescentes e de elevado nível de riqueza, hoje reduzidos a pastagens de baixo teor econômico e semidespovoados onde o grande número de habitações abandonadas e em ruínas são um atestado eloquente e doloroso de decadência.

Todavia, o impacto maior que as pastagens causaram tanto em Itapetininga como nas antigas zonas cafeeiras, foi a pauperização da população que não encontrava terras para parceria/meação, conduzindo-os a migrarem para outras porções do estado ou do país.

Assim, visto a necessidade de apresentar maiores informações quanto históricos da estrutura agrária e da luta pela terra no município, propõe-se abordá-lo no subcapítulo seguinte para contribuir com o objeto do nosso estudo.

2.2 A LUTA PELA TERRA EM ITAPETININGA/SP

A apresentação desta pesquisa permitiu traçar um perfil dos fatores que conduziram a uma marginalidade em relação ao grande fluxo econômico gerado pelo café no estado durante o século XIX e XX. Mesmo assim, o município, por questões políticas e também por ciclos econômicos secundários ao café (tropas de muares e o algodão), prosperou socioeconomicamente, todavia, aquém das terras mais ao norte e noroeste no estado.

Acrescenta-se que a luta pelo acesso a terra no município se intensifica primeiramente na forma de sesmarias, seguido pela grilagem que em parte contribuíram decisivamente para a intensa concentração fundiária na mão de poucos. Predominam nessas terras concentradas, conforme Oliveira (2007), a territorialização do capital, no qual a citricultura e a silvicultura controlam as terras mediante a compra ou o arrendamento e produzem por meio de trabalhadores assalariados. Seus proprietários e arrendatários, como também enfatiza Oliveira (2003 p. 134), “não são pessoas estranhas ao capitalismo, ao contrário, [...] está em mãos de grandes

empresas industriais, financeiras e de serviços, e muitas vezes, em nome de seus familiares”.

Antes da constituição da vila de Itapetininga em 1770, verificam-se os pedidos de concessão de diversas sesmarias, relatadas no Itapetininga (1929)

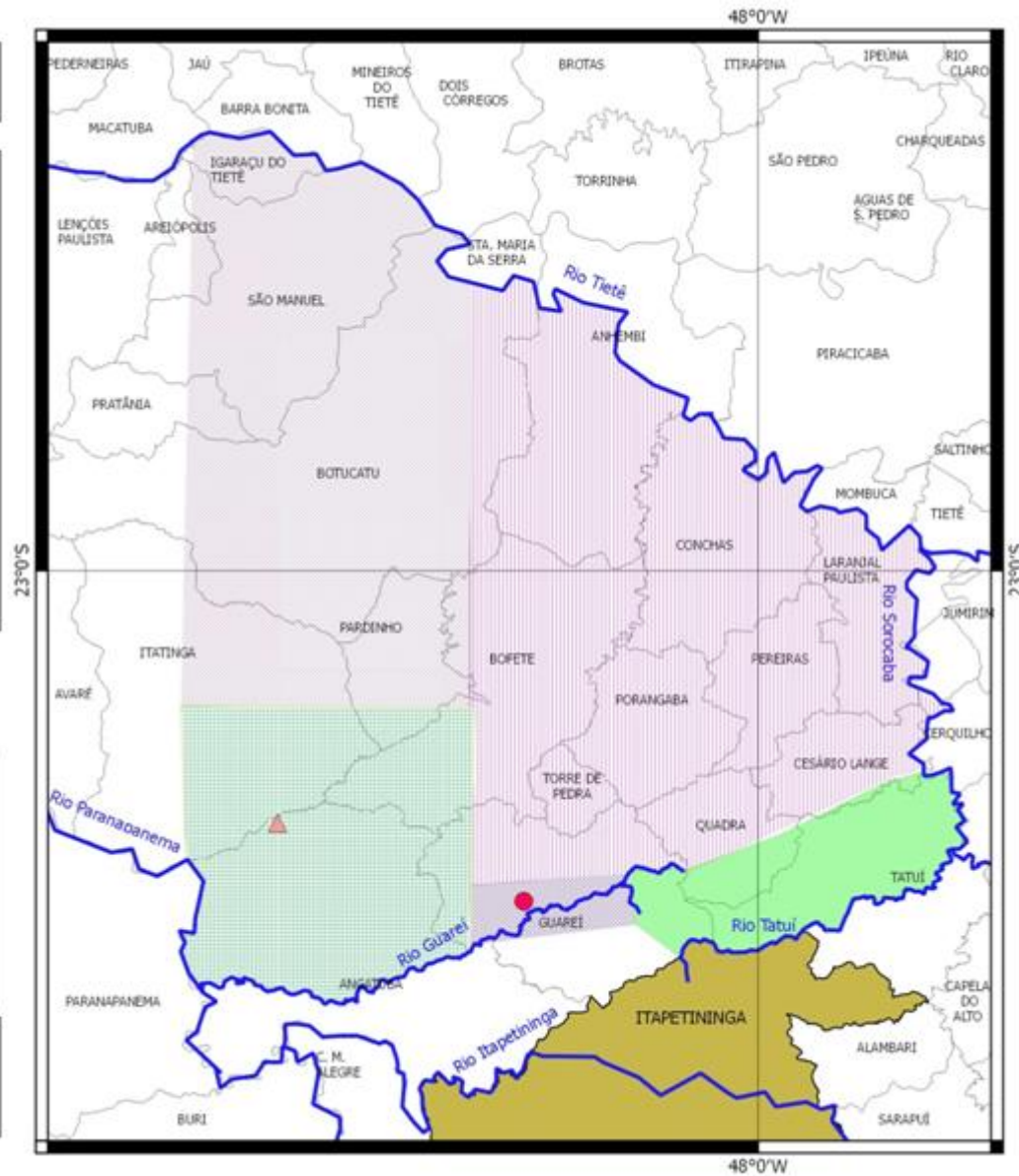
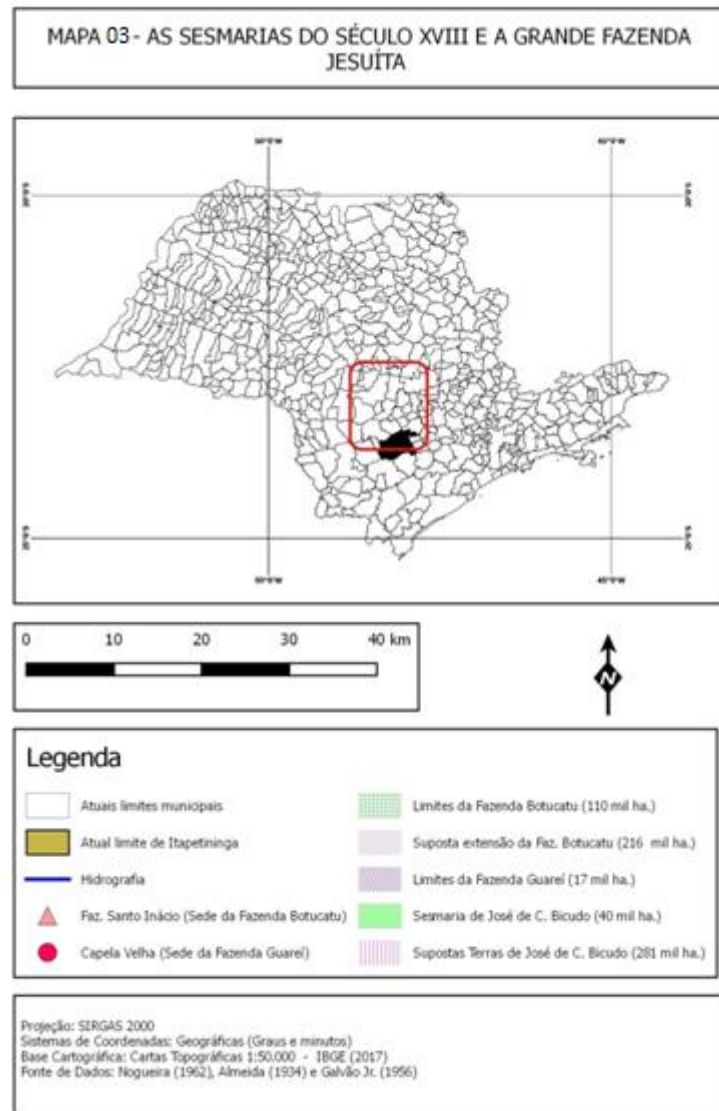
Antes, porém dos que são apontados como fundadores de Itapetininga, em grande parte descendentes de João Ramalho, o valle do Paranapanema vinha sendo povoado por numerosos sesmeiros nos quais seus campos, criavam diversos rebanhos. [...] José de Campos Bicudo pedia em 1727, confirmação de uma sesmaria que se referia ao rio Tatuhy, Jose Ferreira de Oliveira em 1727, registrava sua sesmaria citando o rio Capivary e Itapetininga; Bartolomeu Marchado da Silveira em 1728 registrava uma sesmaria alegando que a havia povoado e situando-se a margem do Rio Itapetininga, no caminho do Paranapanema, dizia que há anos nas ditas terras possuía ranchos e curraes de gado. (ITAPETININGA, 1929, p. 8).

Entre os citados, José de Campos Bicudo era detentor de outras sesmarias e realizou a doação da Fazenda Guareí à Ordem dos Jesuítas em 1724. Hoje essas terras são parte do território do município de Guareí. Os jesuítas acumularam outras doações, o que os tornaram grandes detentores de terras na região centro-sudoeste do estado.

Baseado nas descrições geográficas dos limites, associados a rios, topos de morros e extensões fixas em léguas, relatadas em Itapetininga (1929), Almeida (1939) e Nogueira (1962) foi adaptado num mapa a localização dessas sesmarias (Mapa 03). Salienta-se que tais sesmarias/fazendas são suposições, sendo duvidosos seus limites traçados sobre as bases cartográficas atuais do IBGE⁷.

A carência de documentos mais detalhados torna difícil reconstruir os limites do colossal domínio dos jesuítas, inclusive Almeida (1939) relata que as terras da Ordem religiosa chegavam às barrancas do Rio Tietê, porém, a soma das léguas descritas não permite alcançar tal acidente geográfico. Por isso, não é impossível que houvesse outras concessões aos jesuítas que permitiam suas terras chegarem até o Rio Tietê.

⁷ Cartas topográficas 1:50.000 do IBGE: Angatuba, Anhembi, Aracaçu, Avaré, Bofete, Boituva, Botucatu, Cerqueira César, Conchas, Guareí, Gramadinho, Itaí, Itanguá, Itatinga, Itapetininga, Itu, Jurumirim, Piraju, Paranapanema, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Sorocaba e Tatuí.



Em 1760, com a Reforma Pombalina e a expulsão dos jesuítas do Brasil, as terras doadas à Ordem religiosa voltaram à Coroa, sendo novamente concedidas na forma de sesmaria, entre essas a Fazenda Guareí.

Esta fazenda é o palco do mais antigo conflito de terra de Itapetininga, de acordo com Almeida (1939) e Nogueira (1962). O dono da fazenda Guareí, Américo Ayres do Amaral em 1843, foi morto próximo da Serra (Cuesta) de Botucatu num combate contra posseiros.

Em seu testamento, parte das suas terras (no entorno da sede da fazenda Guareí, denominada de Capela Velha) seria doada aos seus 47 escravos que também receberiam a alforria. Os ex-escravos da Capela Velha passaram a viver aos moldes do campesinato de autoconsumo na terra herdada, e apesar das constantes ameaças, conseguiram se manter nela até 1889, quando sucumbiram à cobiça de pessoas com influência e poder no governo do estado.

Naquele ano, cerca de quatorze soldados da força pública, saídos de São Paulo, entraram em combate com os ex-cativos. Em um dia de conflito, as terras foram tomadas e os negros expulsos de Capela Velha. Esse é um exemplo das lutas desencadeadas no município e por toda a região que interferiram no processo de povoação local, pois a camada menos favorecida da população do campo teve que se sustentar contra os titulares efetivos da terra ou contra os grileiros.

De acordo com Talaska (2016), como a terra não pode ser produzida, ela proporciona todas as possibilidades de geração e de acumulação de riquezas. É no benefício da apropriação das terras e consequente extração da renda da terra que o atual território do município de Itapetininga, não tenha documentação que informa a qual(is) sesmaria(s) pertenciam essas terras.

O povoado que deu origem à cidade necessariamente deve ser posterior ao do porto. O que é certo, porém, é que, até a presente data, não nos foi possível descobrir a sesmaria que compreendia a cidade, o rocio da vila e o patrimônio paroquial. O livro Tombo da nossa matriz, que não é o primitivo e os cartórios guardam silêncio. Afirmam, no entanto, alguns velhos dessa terra que o primitivo livro do Tombo foi queimado criminosamente, para vantagem dos posseiros sem domínio. (ITAPETININGA, 1929, p. 8)

Como já trabalhado anteriormente, a passagem pelo instrumento das sesmarias, cedendo posteriormente pelas posses que as sucederam e mesmo com a regulamentação da Lei de Terras (1850), as anexações via grilagem se mantiveram constantes. Entre os fins do século XIX e primeira metade do século XX, a memória de cidadãos locais confirma o modo que conduzia o município a apresentar o alto índice de concentração fundiária.

[...] antes de 1930 a fazenda pertencia ao meu avô. Foi o Prestes (Júlio Prestes) que expeliu meus familiares de lá. Eles “entraro” na justiça para tomar posse e foi “ganhado”. (A. – comentários – adaptado do BLOG FAMILIA JULIO PRESTES DE ALBUQUERQUE, 2018)

A grilagem, omitida na atualidade, foi a forma que muitos acessaram e acumularam as terras. De acordo com Nogueira (1962), muitos recorriam a advogados para conseguir justificar as propriedades de terras que consideravam ser suas. Monbeig (1998) vai além e apresenta maiores detalhes quanto à grilagem de terras no oeste do estado de São Paulo, o que não difere do que ocorria no sudoeste paulista.

Os falsários deram provas de imaginação e habilidades diabólicas: buscaram folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitaram escritas fora de uso, descolaram velhos selos, amarelecaram propositalmente seus documentos, arrancaram páginas dos registros dos tabeliães. Implantavam-se à pressa cafeeiros de vinte ou trinta anos nas clareiras das florestas. Transportaram-se partes destacadas de casas velhas, que eram guarnecidas com móveis antigos, para criar um ambiente adequado e simular uma antiga ocupação do solo. Era preciso também presumir-se contra os adversários, por muitas vezes dois ou três indivíduos moviam demandas em relação ao mesmo território, com algumas variantes na delimitação. Nesse caso, era indispensável cair nas boas graças do juiz de direito e dos agrimensores. E, por fim, era o assassinato uma solução levada em conta”. (MONBEIG, 1998, p. 144-145).

Segundo Fernandes (1996), a grilagem das terras era de conhecimento geral e fazia parte da história e do imaginário social do oeste paulista. Tanto que as principais avenidas de Presidente Prudente levam o nome de dois grandes grileiros: Manoel Goulart e Coronel Marcondes. Não sendo diferente em Itapetininga, há relatos de que Júlio Prestes, emérito cidadão itapetiningano e ex-presidente da república, utilizava inclusive de violência ampliar sua fazenda (Figura 02).

[...] *falam na escritura que compraram de João Bueno de Miranda que nunca teve terra pra vender principalmente 778 alqueires (1.883 hectares), posso afirmar isso porque João Bueno de Miranda era tio de minha mãe. Vou contar que jeito ele fez a grilagem: tinha muitos capangas, andavam a cavalo junto com Julio Prestes, entravam nos sítios e botavam fogo em casas matavam criações de porcos pra assustar os donos do sitio e dava a ordem pra desocupar e falava para os donos dos sítios se reclamar morre, se trabalhar compra outro, esse era seu sistema. Olha que ele estudou Direito. Fez isso com muitos sitiante mediam as terras. Assim ia aumentando suas terras, assim que ele conseguiu ter essa fazenda por nome de fazenda do Paiol, as pessoas saiam quietas, eram humildes e tinham família, choravam, pediam: não me mate tenho família para criar, eu vou sair doutor!* (L. S. –comentários - adaptado do BLOG FAMILIA JULIO PRESTES DE ALBUQUERQUE, 2018)

Figura 02 - Fazenda Paiol, dos Prestes, situada entre os municípios de Itapetininga e Tatuí.



Foto: do autor em 31 de março de 2018.
Org.: Floriano Silva (2018)

Minha família também é um dos herdeiros dessa fazenda. Meu bisavô possuía 480 alqueires (1.162 hectares). Pelo que minha avó falava, foi até a cavalaria pra tirar eles de lá. Há alguns anos atrás meus tios tentaram entrar na justiça, mas não sei o que aconteceu, parece que houve algum tipo de represália contra a advogada. (M. C. – comentários - adaptado do BLOG FAMILIA JULIO PRESTES DE ALBUQUERQUE, 2018)

Diante desses relatos prevalecem as dúvidas quanto às respectivas extensões de terras declaradas. Da mesma forma que há dúvidas quanto à legitimidade da propriedade por parte dos Prestes e se questiona os reais direitos dos declarantes no *blog* consultado, algo que não pode ser comprovado.

Diante de tais dúvidas, a propriedade citada nos relatos e retratada na Figura 02, no final de 2014, passou por uma ocupação realizada pela Frente Nacional de Luta (FNL) com cerca de 1.200 acampados, visando conquistar via desapropriação para a Reforma Agrária. Segundo o portal G1/Itapetininga (2014), essa fazenda situa-se na divisa entre Itapetininga e Tatuí, porção com os solos mais férteis dos municípios.

Os acampados reivindicam cinco mil hectares de terra e dizem que escolheram essas propriedades não pela produtividade, mas sim pela legalidade das áreas. O dirigente do movimento, José Rainha Júnior, diz que as áreas invadidas foram griladas e estão endividadas. “Essas áreas que estamos ocupando são griladas. Elas pertenciam a Júlio Prestes, que tinha 10 mil alqueires. São áreas que não têm documento. Estamos questionando a legitimidade dos títulos e se eles são ilegais. Nós não fomos notificados por ninguém. Assim que for recebida ordem judicial, será cumprida”, afirma. (PORTAL G1/ITAPETININGA, 2014, *on-line*)

Após a notificação judicial, a disputa foi concluída com a reintegração de posse aos pretensos proprietários e a saída do movimento para outra porção do estado. Há ainda, outros dois acampamentos que reivindicam o acesso à terra: o do bairro da Pescaria, há seis anos, atualmente desocupado e instalado ao lado da propriedade reivindicada (uma fazenda da Família Ermírio de Moraes do Grupo Votorantim) e no bairro da Chapadinha, nas proximidades da área urbana, há mais de dez anos (Figura 03), que solicita a desapropriação da Fazenda Santa Maria da Várzea.

A fazenda em disputa pelo MST desde 2003 possui 709 hectares. Com a aprovação do INCRA em 2005, o Movimento deslocou 49 famílias para a margem da estrada, visando acelerar o processo que se arrasta até hoje. Carossi Filho (2011), divulgou em uma reportagem sobre o acampamento e entrevista com o coordenador regional do MST, Joaquim da Silva.

É a 13ª ação de despejo do grupo que desde 2003 espera a liberação da fazenda. “Estamos apenas aguardando a assinatura do presidente e não ocupamos a área ainda por causa do decreto do governo federal que proíbe a desapropriação da terra ocupada”, explica Silva. [...]

Figura 03 – Croqui da fazenda S. Maria da Várzea, em processo de desapropriação e foto de 2016.



Fonte da imagem: Google Earth (2019)

Foto: do autor em 26 de setembro de 2016.

Org.: Floriano Silva (2019)

A fazenda foi vistoriada pelos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e avaliada como improdutiva. Mas grande parcela da propriedade está sendo cultivada pelo milho. De acordo com ele, atualmente a propriedade está arrendada para vários produtores. “O resultado da vistoria saiu há sete anos, naquele tempo a fazenda estava abandonada, ninguém cultivava nada ali. Mas depois da visita do INCRA, eles passaram a plantar, mas agora não adianta” declara. A superintendência paulista do INCRA informou que o processo de desapropriação da fazenda já foi enviado para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em Brasília, e aguarda documentação complementar. (CAROSSO FILHO, 2011, p. 3)

Em 2012, o mesmo jornal voltou a noticiar a vida no acampamento e entrevistou alguns integrantes:

A situação é difícil, mas todos os integrantes já se acostumaram. Muitos entraram no movimento porque não tinham condições de arrumar um emprego na cidade e precisavam da terra para produzir. As famílias são todas da região, a maioria de Itapetininga, mas também tem gente de Buri, Itapeva, Apiaí.

[...]

O grupo está à espera da fazenda há mais de sete anos. Por mais próximo que estejam de poder entrar na área, muitos dizem que o desafio não termina por aí. “A emissão de posse está longe de ser o

final de uma saga, é apenas o começo de um novo e longo episódio”, diz um integrante. (CORREIO, 2012, p. 2)

Em 2019, constata-se que a fazenda continua em trâmite na justiça, além de ela continuar sendo arrendada para soja. Após o deslocamento de parte dos integrantes para outros acampamentos nas proximidades de Sorocaba e Iperó, permanecem 26 barracas junto à estrada municipal Padre Luís Carlos da Silva em frente à fazenda, sendo que nem todas estão habitadas (Figura 04).

Em contato com uma representante dos dois acampamentos por aplicativo de celular, foi questionada a atual situação do processo de desapropriação de ambas as propriedades. A resposta foi resumida em poucas palavras:

As duas não viraram assentamentos e nem ‘vai vira’ com essa conjuntura. (N. 38 anos, representante dos acampados do MST em mensagem de texto enviada em 05/04/2019)

As dificuldades que se estabeleceram politicamente a partir do segundo semestre de 2016 e ainda mais após o pleito de 2019, afetam diretamente o poder de mobilização dos movimentos sociais que passaram a ser estigmatizados como movimentos terroristas. No caso da fazenda Santa Maria da Várzea, com a morte do proprietário, os herdeiros entraram com diversas ações na justiça para barrar a desapropriação.

Figura 04 - Atuais condições do acampamento do MST junto a Fazenda Santa Maria da Várzea, nas proximidades da área urbana de Itapetininga/SP.



Foto: do autor em 19 de fevereiro de 2019.

Apesar do insucesso de ambos os acampamentos, há no município três assentamentos que foram criados após a redemocratização. O mais antigo, foi um projeto estadual executado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), em 1987, com a desapropriação de uma fazenda de 485 hectares que pertencia ao Colégio Agrícola Estadual (atual ETEC Edson Galvão – Fundação Paula Souza), para 18 famílias no bairro do Capão Alto. Os outros dois assentamentos foram realizados pelo INCRA, com a atuação direta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, (MST) na constituição dos assentamentos Carlos Lamarca e do 23 de Maio.

O Assentamento 23 de maio é o mais recente. Foi criado em 2008, na gestão Lula da Silva. Situado junto ao Distrito do Tupy, foi resultado da desapropriação dos 515 hectares da Fazenda Eldorado, pertencente a massa falida das Fazendas Reunidas Boi Gordo S/A e distribuído para 46 famílias.

O assentamento Carlos Lamarca, foi priorizado para caracterizar a recriação camponesa, por meio da ação dos movimentos sociais. Foi estabelecido na gestão FHC, em 1998. Situado junto a divisa com o município de Sarapuí e às margens do Rio Itapetininga, a Fazenda Monjolo, outrora pertencente à tradicional família paulistana Almeida Prado, teve seus 920 hectares desapropriados e distribuídos para 57 famílias. A opção por esse assentamento, refere-se a diversidade de atividades praticadas pelos camponeses e também pelo tempo de existência.

Segundo o estudo de solos do INCRA, a atividade que melhor se adequaria para os assentados era a pecuária leiteira, entretanto, passados 20 anos desde sua criação, além desta atividade, constatou-se em campo a parceria para produção de legumes biodinâmicos, a produção de frutas e legumes para atacadistas, a criação de bubalinos (leite) e a produção agroecológica (hortaliças, ervas medicinais e frutas) para venda direta, que serão abordadas no último capítulo.

A luta pela terra, não envolve apenas a (re)conquista por meio de assentamentos, mas também a manutenção da família se reproduzindo contra os riscos de serem excluídas do acesso a esse meio de produção. Em geral no município, tanto os assentamentos como os demais camponeses, eles estão cercados por fazendas que praticam a pecuária extensiva e os monocultivos de laranja, de eucalipto e de *pinus*. Excluindo os assentados, os demais camponeses que persistem na terra,

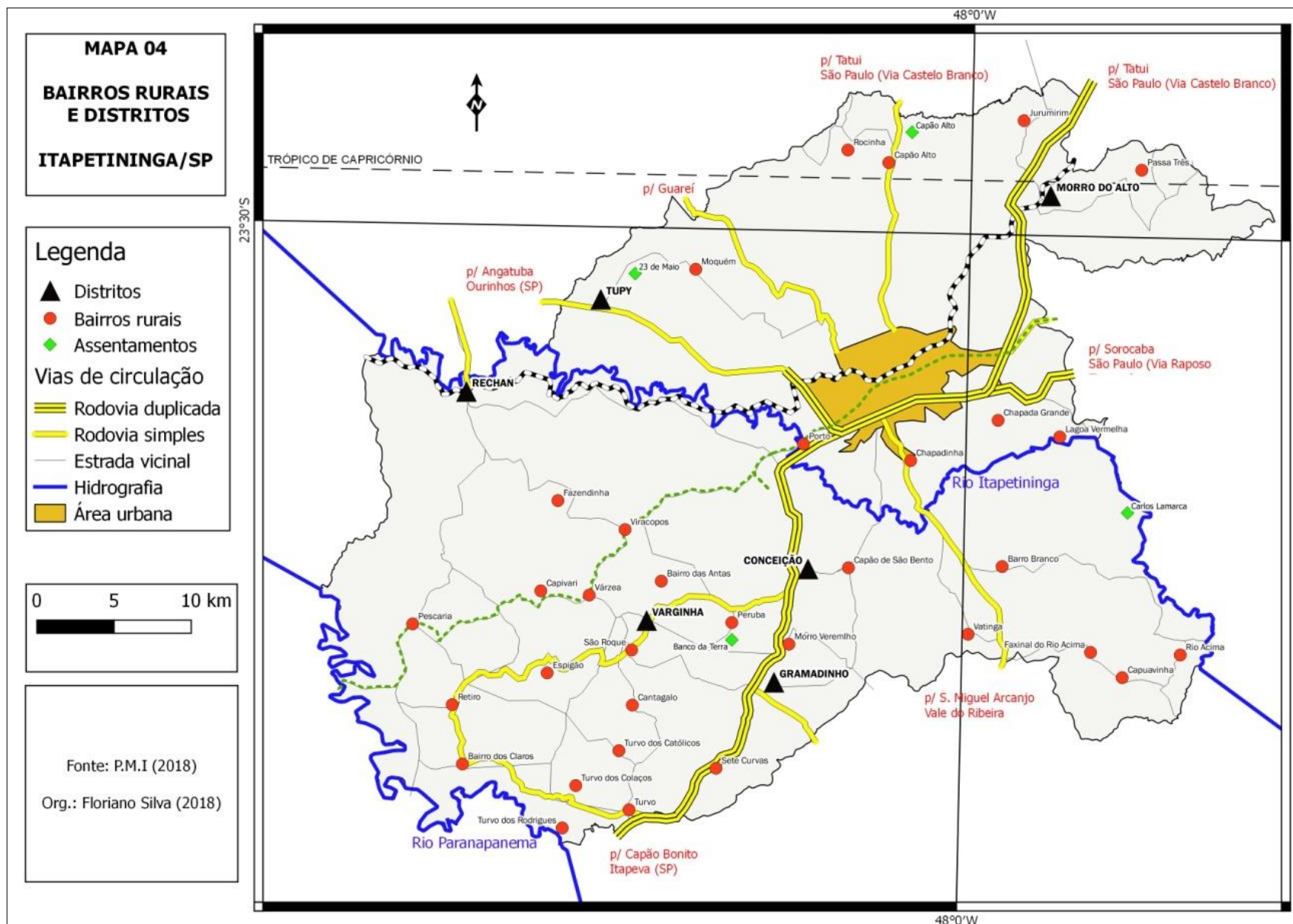
encontram-se localizados em torno de um núcleo denominado de “bairro rural” (Mapa 04).

Itapetininga está inserida na área mais antiga de ocupação territorial do estado, denominada de “zona velha⁸” (1532 e 1880), na qual a presença dos bairros rurais no estado de São Paulo é mais frequente. As famílias que se estabeleciam nessas zonas pioneiras viviam em uma autonomia em relação ao centro urbano, o que resultava em um relativo isolamento e autossuficiência com relação à sede municipal. Esse legado, em parte, contribuiu para a manutenção desse isolamento até a década de 80, no século XX. Aos poucos, essas porções isoladas foram sendo integradas à agropecuária modernizada pelo pacote tecnológico que avançava no município.

Advoga-se na atualidade, que esse campesinato, distribuído nos bairros rurais está muito integrado ao mercado nacional com o abastecimento de olerícolas, aves, leite e também ao mercado internacional, com o fornecimento de mel e a matéria prima para queijos finos. Todavia, não se transformaram em empresários do campo, muito menos exploram a força de trabalho alheia bem como atuam com base na lógica do lucro.

Todavia, a terra de trabalho é pouca. A terra é negócio especialmente com a ação de grandes empresas citrícola e silvícolas, que se mascaram com o título de agronegócio, a persistência do latifúndio, contribuindo para a degradação dos solos, a exclusão social e o constrangimento à venda da força de trabalho.

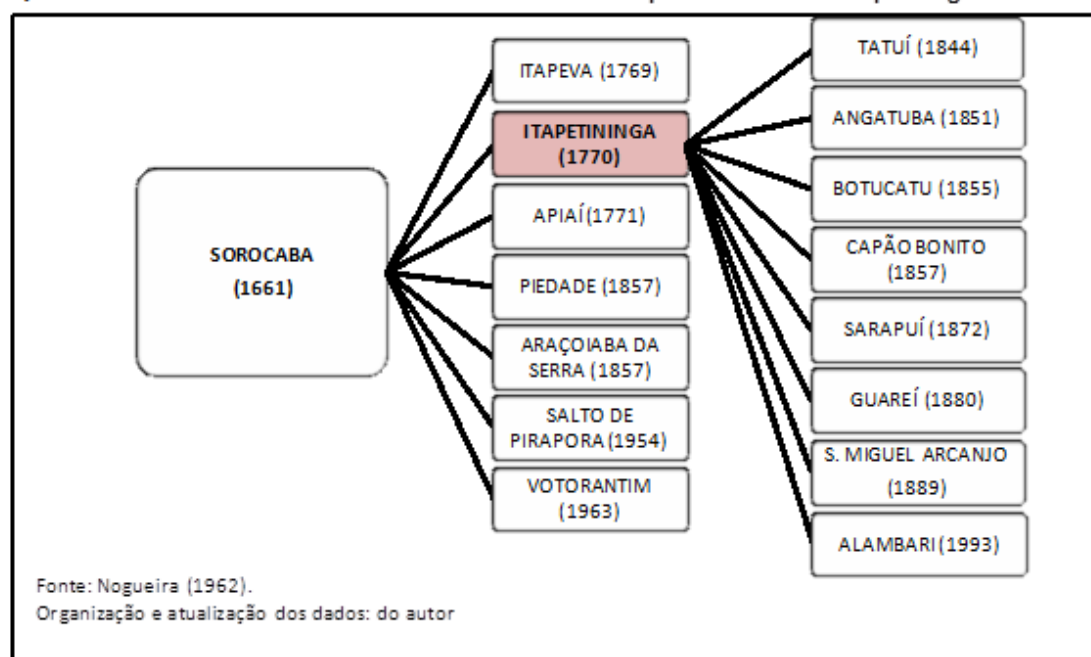
⁸ Candido (1979) p. 77.



2.3 A ESTRUTURA AGRÁRIA MUNICIPAL

Para compreender como se organizou a estrutura de terras, houve a necessidade de maiores informações, sobretudo de dados estatísticos de órgãos oficiais do estado, do Império e da República, visando a melhor ilustrar a teoria e os relatos obtidos na literatura. Embora não tenha sido possível acessar informações estatísticas do município durante o século XIX, foi possível identificar a dinâmica dos desmembramentos ocorridos naquele século (Quadro 07).

Quadro 07 - Demonstrativo do desmembramento dos municípios de Sorocaba e Itapetininga

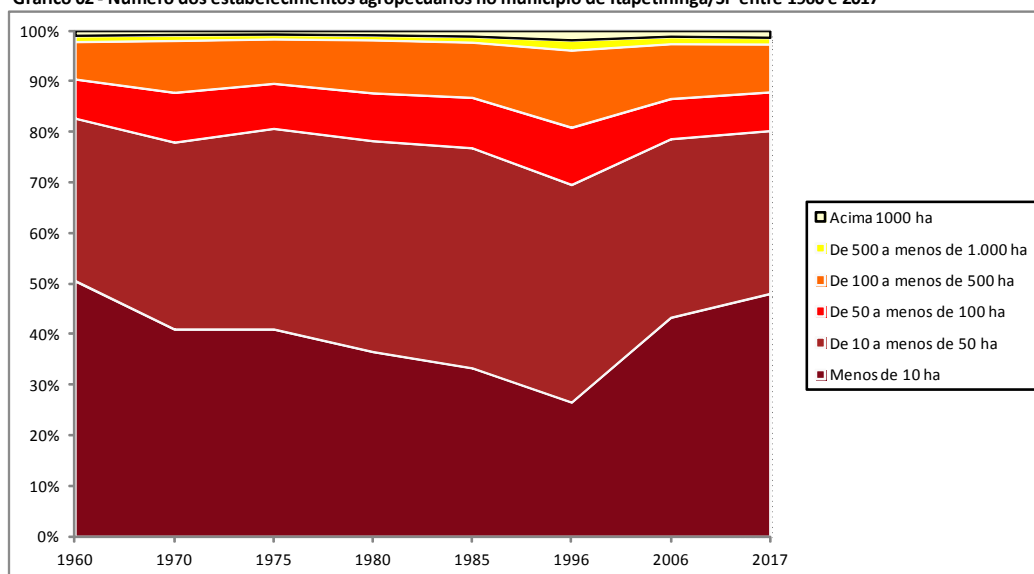


Por conseguinte, optou-se em buscar dados apenas do século XX, pois a exceção de um desmembramento⁹, os contornos se mantiveram como tal. O ponto de partida para os levantamentos comparativos entre os censos agropecuários será o ano de 1960, já que representará o município no início, ou pouco antes da chegada do pacote tecnológico ao campo, impulsionado pela Revolução Verde e será significativo para a representação de uma agropecuária que sofrera poucas mudanças do que havia nos séculos anteriores. Alguns dados mais antigos e obtidos em pesquisa bibliográfica auxiliarão na ilustração de questões sobre como se deu a organização agrária local.

⁹ O atual município de Alambari foi desmembrado de Itapetininga em 1993.

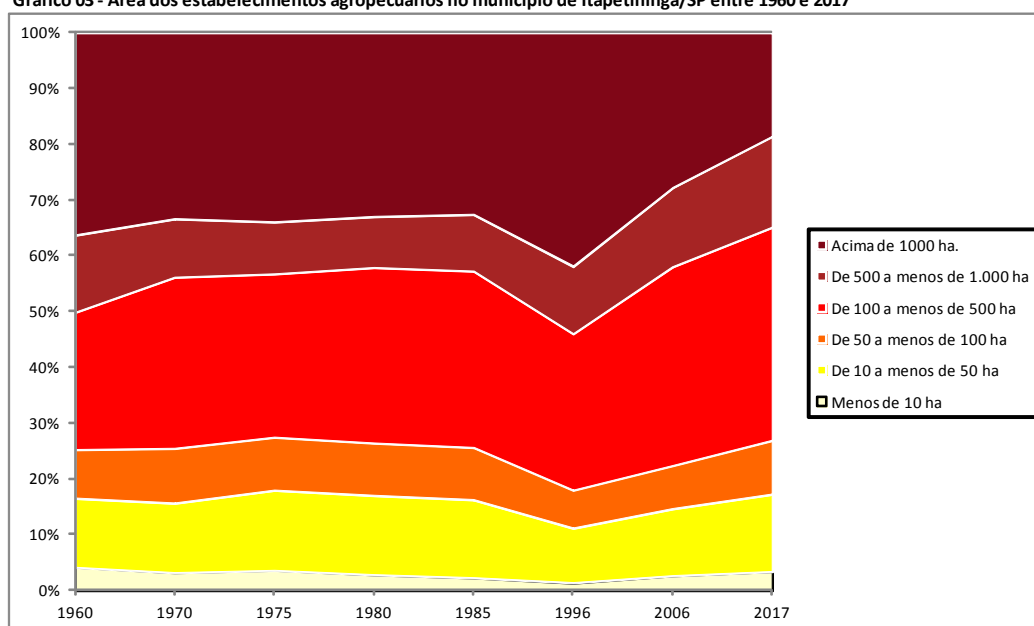
De acordo com os Censos Agropecuários, pode-se verificar que o número de estabelecimentos oscilou com uma tendência de queda nos e inferiores a 100 hectares até o levantamento de 1996 (Gráfico 02). Em área ocorreu o mesmo, sendo mais acentuada a queda entre os dados de 1985 e 1996 (Gráfico 03). Contribuiu para essa queda o desmembramento do atual município de Alambari, em 1993. Essa causa é constatada também nos estabelecimentos até 500 ha., sendo imperceptíveis nos estabelecimentos superiores.

Gráfico 02 - Número dos estabelecimentos agropecuários no município de Itapetininga/SP entre 1960 e 2017



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1960 a 2017.

Gráfico 03 - Área dos estabelecimentos agropecuários no município de Itapetininga/SP entre 1960 e 2017



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1960 a 2017.

A partir do Censo Agropecuário de 1996, ocorre um aumento do número de estabelecimentos inferiores a 100 ha e um decréscimo dos estabelecimentos entre 500 a 1000 há, como também entre 1000 ha e superiores a 10.000 ha. Em parte, esse acréscimo nos estabelecimentos tem como uma das justificativas a implementação de assentamentos como o Carlos Lamarca, no qual os 920 hectares da fazenda Monjolo foram divididos em 41 lotes e o da Fazenda Capão Alto, de 485 hectares que foi repassadas a 18 famílias.

Mesmo com essas desapropriações para fins de reforma agrária, o percentual da área de terras destinadas aos estabelecimentos inferiores a 100 ha., em 2017, são similares aos verificados no Censo de 1985, enquanto que os percentuais dos estabelecimentos acima de 100 ha. Apresentaram um acentuado crescimento de área a partir do Censo de 1996.

Especificamente quando se analisam os dados de 2017 com seus respectivos estratos elencados pelo IBGE, há a seguinte situação, como pode ser vista na Tabela 01.

Tabela 01 - Número e Área dos Estabelecimentos por grupos de área no município de Itapetininga/SP - 2017

Grupos de Área	Número de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Média (ha)
Menos de 10 ha*	633	49,0	2.276	1,8	4
De 10 a menos de 20 ha	207	16,0	2.966	2,4	14
De 20 a menos de 50 ha	200	15,5	6.572	5,2	33
De 50 a menos de 100 ha	97	7,5	6.732	5,4	69
De 100 a menos de 200 ha	68	5,3	9.603	7,7	141
De 200 a menos de 500 ha	54	4,2	16.733	13,3	310
De 500 a menos de 1000 ha	16	1,2	11.241	9,0	703
Acima de 1000 ha	16	1,2	69.400	55,3	4.338
Total	1.291	100,0	125.523	100,0	

* Os produtores sem área foram somados ao grupo inferior a 10 ha.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017

Antes de analisá-los, deve-se levar em conta que os dados do Censo Agropecuário de 2017 apresentaram um total de área dos estabelecimentos de 125.523 hectares. No estrato de 1000 a 2500 hectares, o total de área foi de 12.829 hectares em 9 estabelecimentos. Nos dados dos estabelecimentos com mais de 2500 hectares foram informados 7 estabelecimentos, porém a área não foi declarada. Sendo que a terra não desaparece como por encanto, inferiu-se que os 7 estabelecimentos

correspondam às terras faltantes, ou seja, 56.571 hectares que foram somados e apresentados no estrato dos estabelecimentos acima de 1000 ha.

Em parte, pode-se concordar com Paulino (2015) quanto à ocultação das dimensões reais dos estabelecimentos, como verificado nos dados deste Censo

Como superfície terrestre não some, apenas se rouba do patrimônio público, tal exercício hipotético se presta ao seguinte propósito: todos os dados de que tem se valido os pesquisadores e gestores para estudar e ou intervir na concentração fundiária no Brasil estão absolutamente subestimados e não há, por ora, nenhuma vontade política de maior aproximação do real. Afora tentativas isoladas de coação da grilagem já mencionadas, os grileiros vivem como se fossem proprietários, avançam sobre o que não lhes pertence e tratam terras públicas como suas, sem qualquer abordagem da justiça ou da polícia. Disso resulta a imprecisão dos dados que, por vezes é subestimada e, por vezes, superestimada, ao arbítrio dos fraudadores e sob o manto protetor do inoperante poder público naquilo que convém. É isso que poderá explicar o feito incrível de muitos municípios terem como área declarada dos estabelecimentos valores superiores às suas dimensões territoriais (PAULINO, 2015, p. 74-75).

Afirma-se que a convivência do Estado na superficial investigação da estrutura agrária corrobora com a manutenção das desigualdades no campo. Segundo o Censo Agropecuário 2017, a área territorial do município de Itapetininga é de 178.935 hectares, porém estão computados 125.523 hectares como área total dos estabelecimentos. Se for investigado mais a fundo e descontar a área urbana delimitada pelo plano diretor municipal de 2007 de aproximadamente 6.000 hectares, ainda faltam por volta de 47 mil hectares que não aparecem no Censo de 2017.

Segundo Paulino (2011), os levantamentos censitários se valem de autodeclaração, o que pode comprometer a exatidão dos dados, dependendo da conveniência dos responsáveis pelos estabelecimentos, isso não os invalida, pois são os únicos dados oficiais quanto às dinâmicas produtivas do campo.

Assim, enquanto 633 estabelecimentos têm que dividir apenas 1,8% de toda a terra, 16 estabelecimentos concentram para si mais da metade das terras do município. Estas terras concentradas têm como proprietários: agropecuaristas e agroindústrias silvícolas e citrícolas. Ao investigar mais a fundo, os dados do IBGE

(2017) para o município de Itapetininga mostram que dos 1.291 estabelecimentos, 1.114 são considerados como de agricultura familiar, ou seja, 86%.

É interessante observar que o termo “Agricultura Familiar”, balizado pela Lei n. 11.326 (Brasil, 2006), ignora a utilização efetiva, ou seja, o cumprimento da função social para descriminar os estabelecimentos que não se enquadram nesse quesito, sendo denominadas de propriedades não familiares.

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
(BRASIL, 2006.)

No caso de Itapetininga, o módulo fiscal é de 22 hectares. Segundo o INCRA (2019), o módulo fiscal é uma unidade de medida em hectares para cada município que se baseia no tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); na renda obtida no tipo de exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; no conceito de propriedade familiar, podendo variar no país de 5 a 110 hectares.

Logo, os estabelecimentos que tiverem até 88 hectares e que siga os demais critérios publicados pela Lei 11.326 (Brasil, 2006) seriam considerados como estabelecimentos familiares. Ao mesmo tempo em que é um critério genérico para averiguação da produção familiar, é também para que as terras não sejam exploradas pela atividade familiar, ou seja, a agropecuária capitalista. Essa foi uma solução que mascara uma falsa produtividade da terra, o que Oliveira (2003) ressalta ser um mito que esconde a real situação agrária do Brasil, quando analisou os dados dos Censos de 1995/96

Os dados do IBGE referentes ao Censo Agropecuário, mostram que as pequenas unidades que produzem a grande maioria dos produtos do campo. Esta realidade precisa ser esclarecida, pois há o mito de que quem produz no campo são as grandes propriedades. (OLIVEIRA, 2003, p.118)

Para ilustrar a afirmação de Oliveira (2003), buscou-se nos dados da produção de leite de vaca para o ano de 2017, divulgado no Censo Agropecuário. Dos 11.606.000 litros de leite produzidos, 7.508.000 litros foram provenientes dos estabelecimentos inferiores a 100 ha, ou seja, cerca de 65% da produção municipal. Além do leite, a produção de olerícolas, mel e criação bubalina verificada em campo ocorrem predominantemente nos estabelecimentos dentro desse estrato de área.

Aos médios e grandes estabelecimentos predominam as atividades da pecuária extensiva, cultivos de lavouras temporárias como soja, milho, cana-de-açúcar. Porém, as maiores extensões de terras estão destinadas à silvicultura e a citricultura. Tais cultivos devem-se a maior integração da agricultura com a indústria, algo que Girardi (2015) ressalta estar na região centro-sul do país, a maior difusão da mecanização e das práticas modernas em relação ao restante do Brasil, com exceção ao agronegócio especializado dos cerrados. É inegável a existência de terras ociosas ou com prática pecuária muito extensiva na porção centro-setentrional, além da maior concentração da terra.

O que acompanhamos atualmente é a transformação dessas áreas ociosas e subutilizadas em lavouras de cana-de-açúcar, sendo que mesmo as áreas desta região utilizadas com outras culturas têm sido transformadas em canaviais. A não realização da reforma agrária no norte desta importante região agropecuária do país reserva as terras ao capital, o que dificultará ainda mais a sua realização através dos princípios constitucionais. (GIRARDI, 2015, *s/p on line*)

Por conseguinte, além da pecuária extensiva, acrescenta-se que as lavouras temporárias e o reflorestamento também podem mascarar essa real utilidade da terra, como argumenta Girardi (2015) quando analisa a questão da terra no estado do Mato Grosso.

Para os camponeses, a questão é como produzir através da terra e tirar dela seu sustento; para os grandes proprietários, à espera do asfaltamento de uma rodovia próxima, a instalação de um frigorífico ou de uma trading do agronegócio nas proximidades para que sua terra tenha o valor aumentado exponencialmente e, assim, consiga o ganho que apenas uma mercadoria pode conferir, e não se trata nem do boi nem da soja, mas sim da terra. (GIRARDI, 2015, s/p *on line*)

Tanto o reflorestamento como as lavouras temporárias possuem um álibi que se propaga com slogans de prosperidade “importantes setores produtivos da economia” e do “agronegócio, setor salvador da economia nos momentos de crise internacional”. No caso da silvicultura, ela se expandiu muito, ocupando vastas terras do município, com a finalidade de assegurar que essa terra seja considerada produtiva e não passível de desapropriação para fins de uso social.

O modelo de agricultura capitalista, ligada ao grande estabelecimento improdutivo e especulativo (onde o boi e a pastagem escondem a terra), alia-se também ao latifúndio produtivo (silvícola e de extensas lavouras temporárias). O discurso do agronegócio acentua a retenção da terra para fins especulativos

Isso se comprova com o estudo de Calixto *et al.* (2009), durante as três décadas da silvicultura no Vale do Rio Jequitinhonha/MG

O desempenho medíocre da silvicultura em termos de ocupação de terra e pessoal revela que a privatização de recursos, concentração de capitais e intensificação produtiva aumentaram as dificuldades econômicas e sociais da região. Os recursos públicos investidos em eucalipto nos anos 1960/1980 geraram poucos e mal-pagos empregos – a média salarial das reflorestadoras é de 1,8 salários mínimos mensais -, e embora a silvicultura tenha contribuído para aumentar o número de empregados permanentes, este aumento foi pouco relevante. Mas, pela privatização dos recursos, do patrimônio e da terra, os eucaliptais contribuíram para introduzir na região o padrão nacional de concentração fundiária. (CALIXTO *et al.*, 2009, p. 534)

Os autores ainda enfatizaram no estudo em que a agricultura familiar, embora sofra restrições de área agrícola, seus levantamentos revelaram a importância dessa população tradicional e de seus sistemas produtivos: a produção de alimentos permanece mesmo em porções de terras muito limitadas e seus excedentes são disponibilizados localmente nos mercados.

Os sítios familiares geram ocupações que reproduzem a cultura material do lugar e sustentam a organização capilar que move essa sociedade. Este desempenho positivo da tradicional agricultura familiar não pode deixar de ser destacado quando se considera a baixa capacidade de geração de ocupações que existe no campo e na cidade, desde a década de 1980. (CALIXTO *et al.*, 2009, p. 532)

E concluem que as chapadas, outrora de uso comum das comunidades tradicionais camponesas, ocupadas pelos eucaliptais só beneficiaram grandes empresas pela incorporação de renda da terra, prejudicando as comunidades que arcaram com as perdas da terra e de grande parte das condições tradicionais de reprodução.

Além disso, receberam a conta dos passivos ambientais e sociais que a monocultura de eucaliptos direta e indiretamente acentuou: a erosão dos solos, a redução da água, a restrição das áreas de plantio e criação, a baixa renda e o duro ciclo da emigração sazonal. Três décadas depois se percebe que, em termos relativos, o cultivo de eucaliptos nas chapadas empobreceu mais os lavradores pobres da região. (CALIXTO *et al.*, 2009 p. 535)

Em geral, a concentração de terras em Itapetininga se manteve com leves oscilações, segundo os dados dos Censos desde 1960. Isso mostra que muito pouco se alterou a questão agrária no município. Entretanto, paralelo à manutenção desse tipo de propriedade, há um grande contingente de pequenos estabelecimentos que de forma similar ao verificado em Calixto *et al.* (2009), ainda que com dificuldades frente às vantagens oferecidas às grandes propriedades (crédito e incentivos produtivos), estes pequenos lavradores e criadores resistem produzindo alimentos e se submetendo aos imperativos da agroindústria.

Foi a partir dos anos 1960 que surgiram as primeiras ações para se desenvolver um código de leis, ou um estatuto que pudesse contribuir para uma melhor política agrária no Brasil. Contudo, ajustado por um governo militar que interveio contra a democracia em 1964, colocou-se em prática esse novo instrumento legal, mas com pouca efetividade.

De acordo com Talaska (2016, p.45), o Estatuto da Terra, de 1964, “trouxe uma série de contribuições importantes para a interpretação da estrutura agrária e

fundiária no país”. O Estatuto conceituou imóvel rural como prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada, como também os classificou em minifúndio a propriedade familiar, latifúndio por dimensão, latifúndio por exploração e empresa rural.

Durante os anos de repressão política (1964-1985), a concentração fundiária se consolidou no país e o Estatuto pouco significou para uma diminuição da desigualdade na distribuição das terras do Brasil. Com a redemocratização, amplia-se o debate em torno da questão da terra e em paralelo aumenta a violência no campo. Caberia à Assembleia Nacional Constituinte colocar novas regras para o redesenho do espaço agrário brasileiro.

Talaska (2016) afirma que a promulgação da Constituição Federal de 1988 ignorou pontos chave para a resolução de questões que foram alvo de polêmicas entre as classes políticas conservadoras e pró-reforma agrária, especialmente como se processaria a desapropriação de terras. O autor ressalta que o Estatuto da Terra (1964), com as definições de latifúndios por exploração e dimensão, era muito mais detalhado quanto à organização agrária mediante a desapropriação para fins de reforma agrária do que os genéricos artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal de 1988. Tais artigos davam ampla margem de interpretação e garantias para que a disputa agrária com a redemocratização se mantivesse estacionária em benefício das classes latifundiárias.

O texto constitucional ao tratar do agrário brasileiro, conforme comentado anteriormente, não definiu conceitos para as formas de classificação dos imóveis rurais, apenas explicitou no Art. 185 a existência da pequena e da média propriedade rural, como também da propriedade produtiva. A tarefa de definir essas conceituações ficou a cargo da regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, realizado através da promulgação da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e da disciplinarização do rito sumário do processo de desapropriação para fins de reforma agrária, através da Lei complementar n. 76, de 06 de julho de 1993. (TALASKA, 2016, p. 97)

Somente com Lei n. 8.629/1993 houve uma normatização, algo similar ao que já havia sido proposto pelo Estatuto da Terra de 1964. O módulo rural de outrora tem seu nome alterado para módulo fiscal e serviria como base para a classificação dos tipos de imóveis rurais, definidos apenas em pequena (1 a 4 módulos fiscais) e média propriedade (de 4 a 15 módulos fiscais). Ambos os tipos de imóveis não seriam passíveis de desapropriação, exceto se o titular da propriedade possuísse mais de um imóvel, se fossem considerados improdutivos. Além do fator produtividade; terras com o cultivo de psicotrópicos ou terras em que fosse constatado o trabalho escravo ou análogo à escravidão seriam passíveis de desapropriação.

Caberia a uma Lei Complementar reger o rito sumário da desapropriação. A Lei Complementar aprovada (n. 76/1993), segundo Talaska (2016), acabou defendendo a classe latifundiária, modificando muito pouco o caráter interpretativo da situação agrária nacional. Ao INCRA, órgão executor das desapropriações, havia as instruções normativas que regeriam o processo de desapropriação conforme os cálculos dos Graus de Utilização da Terra (GUT) e dos Graus de Eficiência na Exploração (GEE).

A instrução n. 10/2002, que normatizava o GUT e o GEE, foi considerada muito rígida pela classe latifundiária e conclamou a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) a combatê-la, forçando a gestão do executivo em 2003 revogá-la e lançar uma nova instrução

A revogação deveu-se, sobretudo, pela CNA considerar a IN nº 10/2002 inconstitucional, por estabelecer novas regras sobre aferição produtividade da terra sem a consulta formal ao Conselho Nacional de Política Agrícola, tal como definia a legislação. Em virtude disso, a CNA logrou êxito, inclusive, obtendo liminar na justiça para suspender os efeitos da IN e forçando o Governo Federal a rediscutir a instrução normativa. Entre os pontos que desagradavam os produtores rurais representados pela CNA estava o aumento das exigências para o enquadramento da propriedade agrícola produtiva, em especial a ameaça de declarar improdutivas as áreas que não atendessem a legislação ambiental. Assim, a solução encontrada pelo novo governo, foi editar uma nova instrução normativa, que expressasse certo consenso entre os representantes dos produtores rurais e o INCRA (TALASKA, 2016 p. 138-139).

Outro ponto salientado é que a Lei Agrária de 1993 não mencionava o minifúndio (imóveis inferiores a 1 módulo fiscal) e, principalmente, das grandes propriedades (acima de 15 módulos fiscais). O INCRA adota por analogia essa classificação com a finalidade de retratar melhor o perfil agrário do país

O INCRA, utilizando-se dos preceitos da Lei Agrária, classifica os imóveis rurais segundo o seu tamanho e sua produtividade. O Instituto, na composição de suas estatísticas cadastrais, utiliza o conceito de imóvel rural, categorizando-os em minifúndios, pequena, média e grande propriedade. Note-se que somente a pequena e a média propriedade estão normatizadas na legislação que trata do agrário brasileiro. A utilização não normatizada dos conceitos/categorias de minifúndios e grandes propriedades foram justificadas pelo Instituto, pois a Lei nº 8.629/1993 é silenciosa quanto à conceituação dos imóveis com área inferior a 1 (um) módulo fiscal e dos imóveis com área superior a 15 (quinze) módulos fiscais. (TALASKA, 2016, p. 140)

Como já salientado, o INCRA definiu a medida de 22 hectares como módulo fiscal no município, tendo em vista o tipo de exploração predominante, a renda obtida e a extensão necessária para a sobrevivência em uma unidade familiar. Baseado nessa definição, o perfil dos estabelecimentos que é alvo dessa pesquisa são os Minifúndios e as Pequenas Propriedades, ou seja, os imóveis inferiores a 88 hectares. Assim, de acordo com os dados do INCRA (2019), o município de Itapetininga apresenta a seguinte estrutura fundiária (Tabela 02).

Tabela 02 - Estrutura fundiária do município de Itapetininga / SP (2019)

Tipo de Imóvel	Imóveis	%	Total de Área	%
Minifúndio	2.440	66,4	19.758,40	11,5
Pequena propriedade	895	24,4	37.103,66	21,6
Média propriedade	262	7,1	43.207,77	25,1
Grande propriedade	75	2,0	71.738,96	41,8
Total	3.672	100,0	171.808,79	100,0

Fonte: INCRA (2019). Org. do autor, segundo os dados de áreas dos imóveis.

Em número de propriedades consideradas como minifúndios e pequenas propriedades, ultrapassam os 90% dos imóveis, restando para as médias e grandes propriedades os percentuais de 7,1% e 2,0 %, respectivamente. Isso demonstra o grau

de concentração fundiária na mão de poucos proprietários, algo que pouco se diferencia da realidade nacional, inclusive após as tentativas de modificação das legislações referentes à questão agrária.

Talaska (2016, p. 215) acrescenta que as leis que surgiram após a Constituição de 1988, com a função de normatizar a estrutura fundiária, preservaram a intocabilidade dos latifúndios no Brasil, deixando de existir no Brasil, enquanto foco para políticas públicas que visassem sua erradicação. Desse modo, “o que estava escrito no Art. 16 do Estatuto da Terra, de que dever-se-ia efetivar uma gradual extinção dos minifúndios e dos latifúndios no Brasil, fato que acabou acontecendo, eficientemente, no texto das leis, cunhadas por interesses de classe, mas não na realidade agrária brasileira”.

Como a terra não pode ser produzida, ela proporciona todas as possibilidades de geração e de acumulação de riquezas via recebimento da mais-valia social, resultante da extração da renda da terra.

É em nome dessa renda fundiária, que une capitalistas e proprietários de terra no Brasil, metamorfoseados, igualmente, em políticos, jornalistas, empresários, advogados, juízes, economistas, bancários, industriais, médicos, odontólogos, professores universitários, comerciantes, entre outros, que os embates e as mediações se realizaram em torno da regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, trazendo enquanto implicações, para além daquelas evidenciadas no corpo das leis, a manutenção e a ampliação da apropriação concentrada e excludente da terra no país. (TALASKA, 2016, p. 216)

Em prol dessa renda fundiária, cabia ao Estado, o sigilo quanto aos dados sobre os imóveis rurais. Todavia, diante da necessidade de governança e transparência, o mesmo passou liberar os dados que, inclusive, poderiam comprometer a manutenção do latifúndio. Contudo, essa possibilidade torna-se menos previsível diante dos desmandos que o governo federal provisório, instituído em 2016 e seu sucessor em 2019, trouxeram para a questão das terras no país.

Novamente o Estado passa a agir em favor do latifúndio, porém, agora, inclusive em instância legal por meio da Lei 13.645 (Brasil, 2017) que permite a regularização fundiária rural e urbana para aprimorar a eficiência dos procedimentos

de alienação de imóveis da União, o que contribui para dar legalidade às terras griladas e à manutenção da grilagem pelo país.

A Lei, que foi sancionada, teve a autorização das ações de regularização das terras com a publicação do Decreto 9.309/2018, segundo a revista Carta Capital (CARTA, 2018), por meio da extensão do Programa Terra Legal. Criado em 2009, pela 11.952/2009, o programa era inicialmente circunscrito à região da Amazônia Legal e para a realidade de proprietários com apenas um imóvel, com terras ocupadas até 2004 e área de até 1500 hectares.

Entretanto, a nova Lei e seu respectivo decreto regulador levou o programa a ser estendido às ocupações fora da Amazônia Legal, nas áreas rurais do INCRA, da União sob a gestão do INCRA e das áreas remanescentes de projetos de colonização criados em 1985. Agora serão regularizadas as ocupações anteriores a 2008, com área de até 2.500 hectares e de proprietários com mais de um imóvel. Para a finalidade de comprovar a ocupação da terra, até mesmo o desmatamento se torna aceito.

Essa lei, além de estimular o desmatamento, a grilagem e o aumento da violência no campo, contribuiu ainda mais para a impunidade dos grileiros que não diminuíram sua atuação, aguardando que futuros governos deem um novo perdão e facilitem a legalização das terras. Diante desse assombroso panorama da questão fundiária, tornou-se importante para os ocupantes das terras cercadas e não declaradas apresentarem “seus grilos”, justificando sua posse para futura legalização.

Segundo INCRA (2019), constata-se que há várias propriedades pertencentes a um titular ou empresa. Após somar as áreas territoriais delas, foi possível elaborar uma tabela com os 15 maiores detentores de terras dentro do município (Tabela 03).

Tabela 03 – Os maiores proprietários de terras do município de Itapetininga/SP (2019).

Ranking	Proprietário	Nº de Imóveis	Hectares	%
1	Grupo Votorantim*	17	29.347	17,1
2	Duratex Florestal S/A	7	5.333	3,1
3	Boa Vista Agroflorestal	3	4.108	2,4
4	Suape Empreendimentos	1	3.876	2,3
5	Agrícola Almeida	3	2.775	1,6
6	Tambara Agropecuária	2	2.287	1,3
7	Péricles D'Ávila Mendes	1	1.742	1,0
8	Abraão I. Lewin	4	1.690	1,0
9	Família Pilatti**	4	1.188	0,7
10	Servypart Agr. Adm. Part. Ltda	1	1.146	0,7
11	Família Palermo**	7	1.035	0,6
12	Fernando A. Magalhães	1	1.001	0,6
13	Família Villares**	1	995	0,6
14	Família Oi**	1	964	0,6
15	Agropecuária Dourados	4	963	0,6
Total dos imóveis		57	58.450	34,0
Total área rural do município			171.808	100,0

* Imóveis da Citrosuco, Fibria-Suzano, Votorantim Siderurgia e da família Ermírio de Moraes.

** Espólio de Família

Fonte: INCRA (2019)

Org.: do autor, com base nas áreas áreas dos imóveis e seus respectivos proprietários.

Os 15 maiores proprietários detêm praticamente 1/3 de todas as terras do município, sendo que apenas o Grupo Votorantim detém metade dessas terras para si. As empresas Fibria-Suzano e Citrosuco detêm as maiores parcelas de terras destinadas para o cultivo de eucalipto e laranja, respectivamente. O segundo maior detentor de terras é a Duratex Florestal S/A, que além de cultivar eucalipto, possui uma unidade industrial de fabricação de aglomerados e pisos de madeira no município.

Verifica-se que os espólios de família estão entre as maiores propriedades que o município possui. Composta por apenas uma propriedade, há exceções na 9ª e 11ª propriedade do *ranking*. Entre as atividades destas propriedades predominam a pecuária extensiva, a silvicultura e por último os cultivos temporários. Seus proprietários, segundo a pesquisa pelo nome dos titulares são: (ou eram, se falecidos) empresários e médicos e residiam na capital do estado, com exceção de um que reside no meio urbano local e é empresário do setor químico.

Itapetininga não difere de muitos recantos do Brasil, nos quais a concentração fundiária é extrema. Procurou-se ilustrar essa concentração de terras por meio do

coeficiente de GINI, orientado por Hoffman (2006) e Tubaldini (2008) na execução do cálculo para o município, para o estado de São Paulo e também para o Brasil (Quadro 08), de acordo com os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), emitido pelo INCRA no ano de 2014¹⁰.

Quadro 08 - Coeficientes de GINI de concentração fundiária em relação ao país, estado e município (2014).

Brasil	São Paulo	Itapetininga
0,831	0,774	0,807

Fonte: INCRA (2014).

Metodologia do cálculo: Hoffman (2006) e Tubaldini (2008).

Cálculos: do autor.

Por meio desse indicador, quanto menores são os valores obtidos para o campo, ele demonstra uma distribuição mais equitativa da terra entre os estabelecimentos e quanto mais aproxima de 1 (um), maior a concentração de terras na mão de poucos, porém como ressalta Tubaldini (2008), faz-se necessário ponderar algumas situações quando se trabalham com tais índices:

- O fato de que coeficientes iguais podem ser obtidos para realidades sociais bem diferentes, pois ele mede apenas os contrastes observados na unidade considerada;
- Os coeficientes de distribuição da terra são relativos e estatísticos, e que a concentração não significa necessariamente que um proprietário está se apropriando da terra ou que as grandes propriedades estão se tornando importantes [...];
- Finalmente, deve-se lembrar que as análises com base nos dados censitários – estabelecimento do IBGE e imóveis no INCRA, tem significados diferentes e podem mostrar situações diferentes para o mesmo espaço. (TUBALDINI, 2008, p.5)

Por isso, opta-se pelos dados do INCRA (2014), especificamente com dados da Titularidade Particular nas três categorias (país, estado e município) para se alcançar o

¹⁰ A opção pelos dados do INCRA (2014) se deve a obtenção do banco de dados em arquivo digital, que instantaneamente classificava os tipos de imóveis, para posterior tabulação manual e cálculo do coeficiente de GINI. Para os dados de 2019 além da tabulação manual e cálculo do índice, haveria o trabalho de classificar cada tipo de imóvel em cada unidade da federação. Tamaña incumbência foi destinada na identificação e agrupamento os imóveis, apenas para o município de Itapetininga/SP e informado na tabela 02.

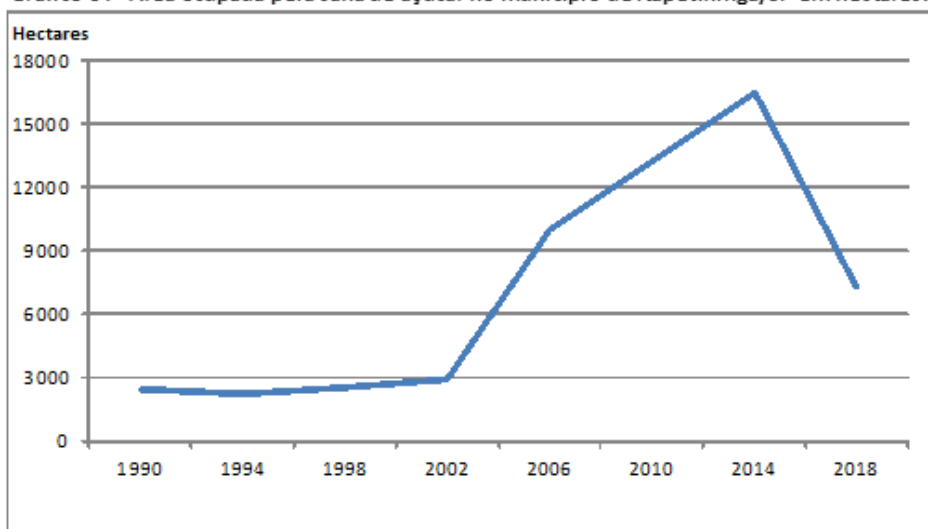
indicador que represente o grau dessa concentração. Assim, o que se verifica para o município de Itapetininga não é contrastante da realidade do estado e do país, ficando entre ambos, porém seu indicador é superior ao encontrado no estado de São Paulo.

O mesmo grau de concentração fundiária para o município de Itapetininga foi obtido por meio do Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA – 2008). De acordo com Olivette e Camargo (2009), o coeficiente de Gini para Itapetininga saltou de 0,789 para 0,809 nos dados da LUPA 1995/96 e LUPA 2008, respectivamente.

Para esses autores, a concentração da posse terra representa que as políticas modernizadoras da agricultura ampliaram os impactos sociais, pois a desigualdade fundiária condiciona a estrutura socioeconômica a características negativas na qualidade de vida e na educacional.

Para os dados do LUPA (2008), a ampliação do cultivo da cana-de-açúcar no estado foi decisiva para o aumento do coeficiente de Gini nas porções oeste, norte, noroeste e sudoeste do estado de SP em virtude da ampliação da procura e dos incentivos à oferta de etanol para o setor automobilístico. Se por um lado, o etanol é ecologicamente recomendado, por outro, socialmente, ele é insustentável. Itapetininga também passou por esse surto sucroalcooleiro, porém o setor vem apresentando queda desde 2013, segundo os dados da PAM (1990 a 2018) como pode ser visto no Gráfico 04.

Gráfico 04 - Área ocupada pela cana de açúcar no município de Itapetininga/SP em hectares.



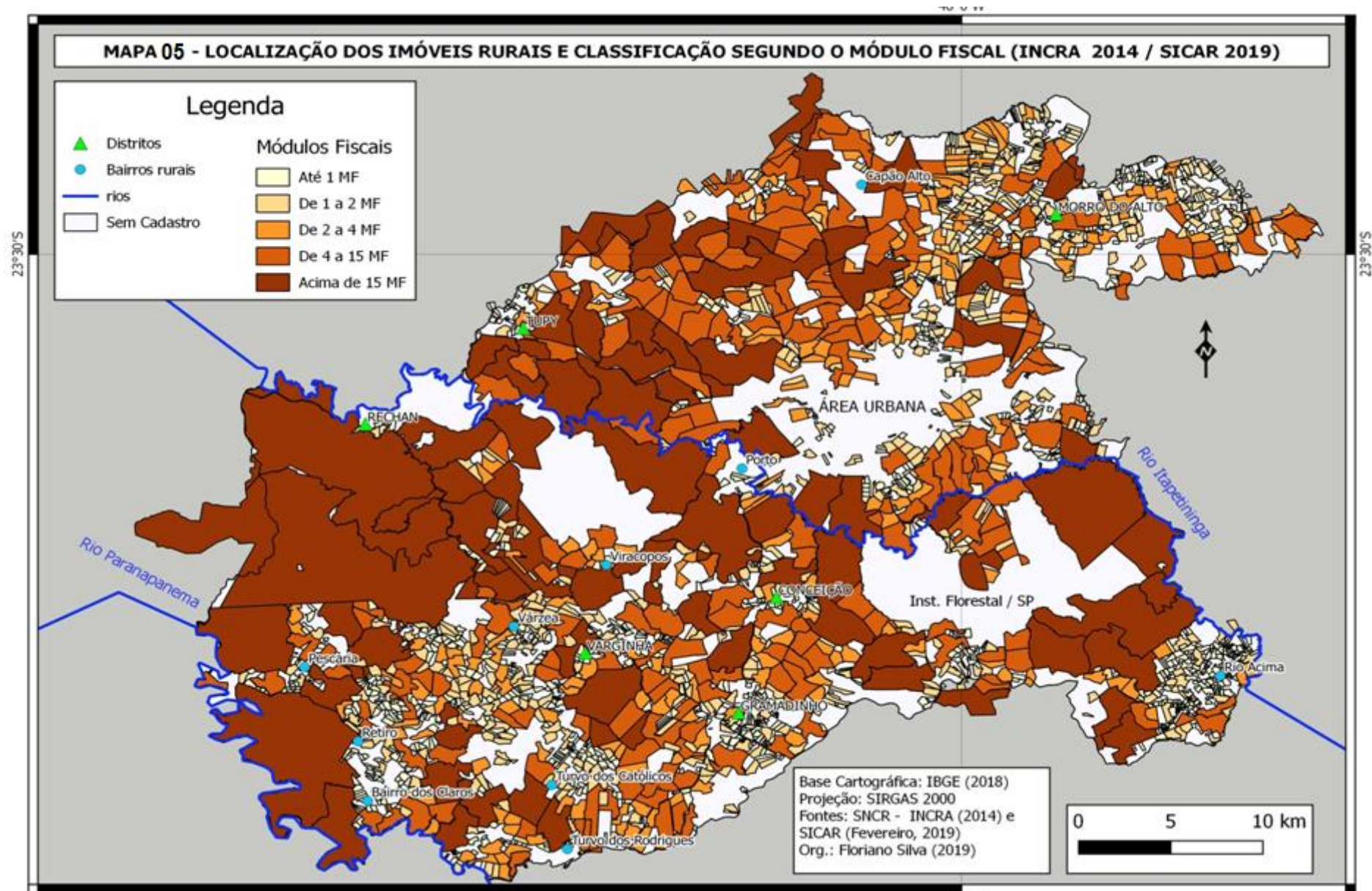
Fonte: IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal (PAM).

Se o aumento da área destinada à cana-de-açúcar refletiu nos dados do LUPA (2008), conforme defendem Olivette e Camargo (2009), isso não pode ser visto nos dados do INCRA em 2014 e 2019. Todavia, utilizando-se de metodologias diferentes de levantamento¹¹, os respectivos coeficientes de Gini se mostraram muito similares, num intervalo de 6 anos entre os dados do LUPA (2008) e do INCRA (2014). Essa concentração reflete mais ao histórico do município do que a implementação de uma cultura temporária.

Assim, a partir da fusão dos dados do INCRA (2019) e dos dados de localização dos imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), divulgados em fevereiro de 2019 para o município de Itapetininga, foi possível confeccionar o Mapa 05, no qual se visualiza a localização dos imóveis e sua classificação conforme o módulo fiscal.

Com o conhecimento das localizações dos imóveis, pode-se associá-las com o respectivo mapa do Uso de Solos, elaborados a partir de imagem de satélite (ESA - Sentinel 2) com resolução de 10 metros e classificação supervisionada pelo *software Quantum GIS* (Mapa 06).

¹¹ Ver metodologia adotada para chegar aos índices de GINI com os dados do LUPA (2008) em Olivette e Camargo (2009).



MAPA 06 - A UTILIZAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA / SP

Legenda

Classes de uso do solo

- Agricultura
- Matas e APP
- Área urbana ou solo nu
- Pastagens
- Silvicultura
- Citricultura (laranja)
- Bairro rural
- Distrito

0 5 10 15 km

Sistema de Coordenadas Geográficas: Graus e minutos

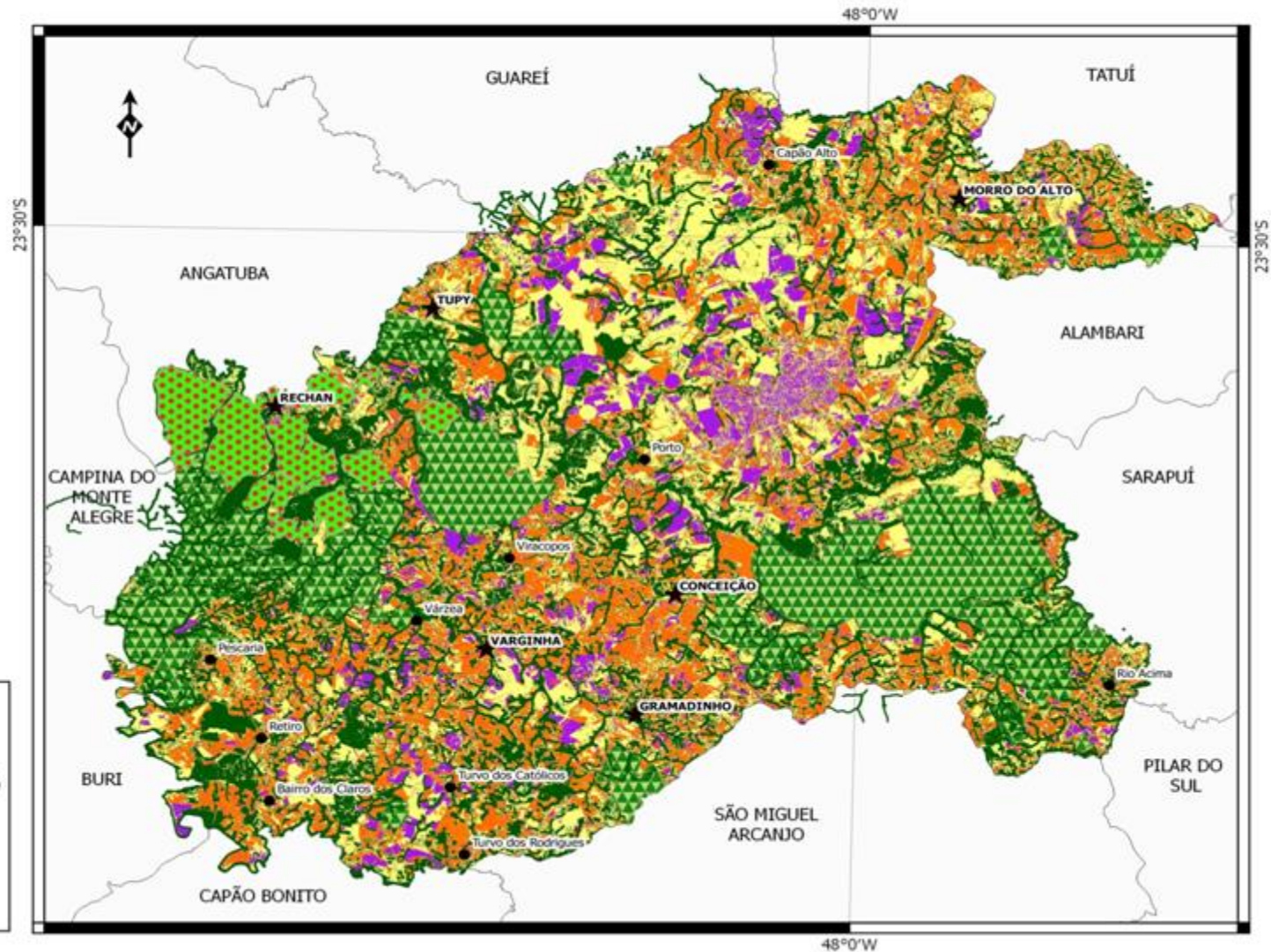
Projeção Cartográfica:
SIRGAS 2000

Fonte:
Classificação supervisionada de imagens ESA-Sentinel 2 (resolução de 10 metros) de 07/09/2017 com o software Quantum GIS (QGIS) nas bandas RGB432.

Dados de Área de Preservação Permanente (APP), obtidas do SICAR (www.cat.gov.br), outubro de 2018.

Reflorestamento - Inst. Florestal (IF) - Governo de São Paulo (2018)

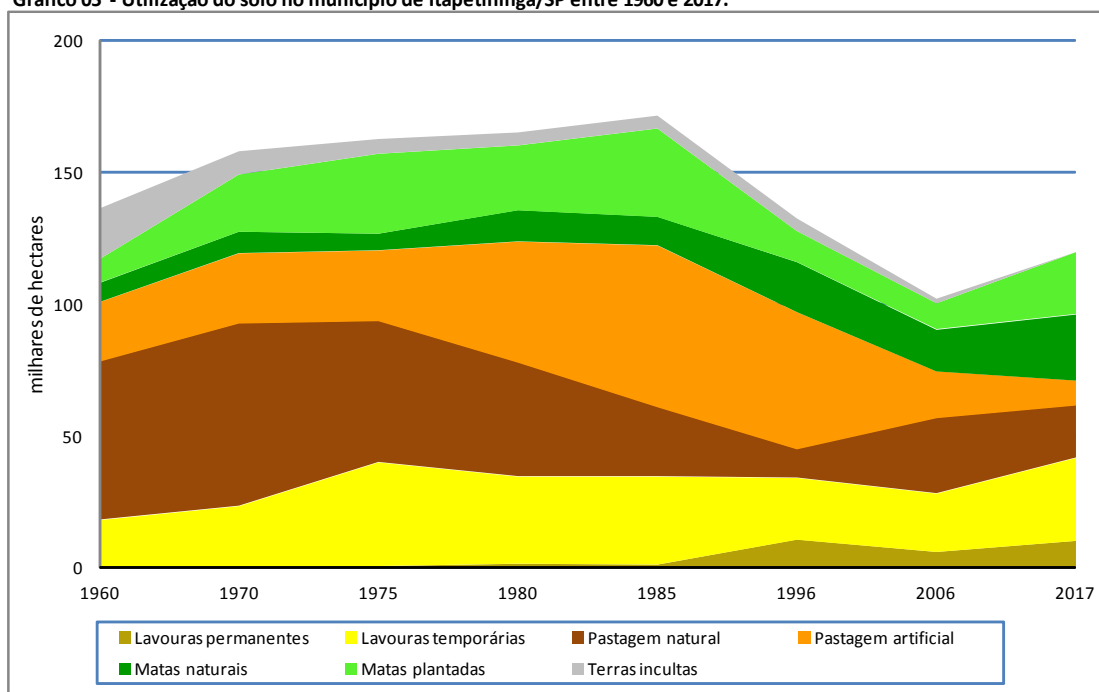
Org.: Flávio Séva (2018)



Para compreender a relação da terra com a sua ocupação, é mister destacar que a pecuária extensiva representada pelas pastagens é predominante. Isto se deve ao histórico do município tanto de uso da terra como do acesso por meios duvidosos, tendendo para a especulação ou como garantia de crédito nas instituições financeiras.

Há que se salientar que a categoria “Terras Incultas ou sem cultivo” desaparece no Censo agropecuário de 2017 (Gráfico 05). Esse fato, somado ao aumento das matas naturais pode ser um indicativo de possivelmente a autodeclaração ao órgão do governo contribui para “esconder as terras” da mesma forma que há a persistência do termo “pastagem natural”, algo inconsistente em um município com histórico de ocupação de quase 250 anos.

Gráfico 05 - Utilização do solo no município de Itapetininga/SP entre 1960 e 2017.



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1960 a 2017.

Os dados de 2017 mostram um aumento da área agrícola do município, algo que não ocorria desde o Censo de 1985. Mesmo com o acréscimo da área, ele ainda está muito aquém do que se pode obter a partir dos dados do INCRA em 2019.

Se analisada a utilização do solo particularmente, constata-se que as lavouras temporárias se expandiram até 1975 com sucessivas oscilações e tendência crescente até os dados de 2017. As oscilações refletem momentos da redução e alta dos incentivos do governo por meio de empréstimos de longo prazo e com taxas reais

negativas para desenvolver as lavouras temporárias e o crédito para aquisição de maquinário.

O período entre meados da década de 1960 até o início dos anos 1980 foi caracterizado por forte intervenção governamental nos mercados de *commodities* agrícolas. Essa forte intervenção se deu principalmente por meio de farta oferta de crédito rural subsidiado (por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural), mecanismos de garantia de preços mínimos, incluindo a formação de estoques reguladores, agências reguladoras (IBC, IAA) e substituição de importações (programas de álcool e trigo). Por meio desses instrumentos de política agrícola, o governo controlava preços ao produtor e ao consumidor, formava estoques e manipulava tarifas sobre exportações e importações para garantir o abastecimento. (JANK; CHADDAD E NAKAHODO, 2006, p. 6)

Essa política agrícola esteve comprometida com a modernização do setor, sua transformação agroindustrial e progressiva internacionalização. Para assegurar isso, a oferta de crédito rural subsidiado atendeu ao imperativo do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, contribuiu para a manutenção do caráter rentista da grande propriedade, mascarada por lavouras que pouco significam para o uso social da terra.

Com a aceleração da inflação na segunda metade da década de 1970 e com a crise da dívida e do balanço de pagamentos no início dos 1980, passou a predominar no Brasil uma política monetária restritiva, que elevou as taxas de juros internas e reduziu a disponibilidade de crédito na economia. O efeito imediato na política agrícola foi o fim da continuidade da política de crédito rural subsidiado, praticada nos anos 70. O que era vantagem financeira se transforma em dívida que eram roladas pelos bancos e, em certas ocasiões, perdoadas pelo governo, liberando novamente o acesso ao crédito, porém; agora, menos abundantes que nos anos 1970.

A partir da década de 1990, com a política neoliberal assumida pelos governos eleitos democraticamente, houve uma virada no sistema de financiamento agrícola nacional. O setor público afasta-se moderadamente e o setor privado ocupa parte dessa lacuna, os bancos e empresas transnacionais (Louis Dreyfus, Bunge, Cargill e outras) passam a atuar com mais intensidade na comercialização, oferecendo insumos e adquirindo a produção. De acordo com Hespanhol e Costa (2007), isso se intensificou na região Centro-Oeste, nas áreas de cerrados, em virtude da expansão da agricultura

de bases empresariais vinculadas à produção de grãos e da instalação de agroindústrias.

O setor público retoma o crédito agrícola, porém agora direcionando tanto para o grande, como também para o camponês, em especial com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), a partir de 1996. A criação desse programa para a agricultura familiar visava, acima de tudo, atender a pressão dos movimentos sociais e da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que utilizavam dos estudos realizados pela FAO/ONU em 1994 para comprovar frente ao Estado, a importância dessa agricultura para a produção destinada ao mercado interno e a absorção de força de trabalho no campo.

Segundo Hespanhol (2001), o PRONAF atendia “produtores rurais com até quatro módulos fiscais e até dois trabalhadores contratados [...] tendo acesso ao crédito oficial a taxas de juros mais baixas do que as modalidades convencionais de crédito, sendo utilizados, para tanto, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ”.

Conforme o Banco Central do Brasil (2018), os agricultores e produtores rurais são considerados os beneficiários do PRONAF, os quais compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

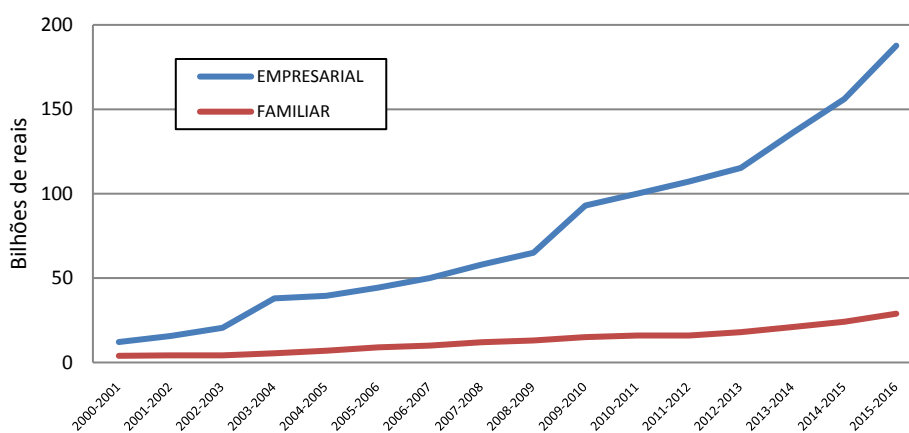
Os avanços que o PRONAF trouxe, era uma possibilidade de diminuir as restrições que o camponês, outrora, tinha ao disputar os recursos destinados ao crédito rural com os grandes produtores, cujas garantias eram maiores e lhes asseguravam a obtenção dos financiamentos. Outra vantagem que o programa trouxe foi a inclusão de grupos como dos agricultores sem-terra e outros grupos pouco articulados que sofriam restrições impostas pelas instituições financeiras.

Guanzirolli (2007) atribuiu o surgimento do PRONAF no momento da escassez de crédito e seu elevado custo, sendo apontado como um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores, especialmente os familiares. Todavia, Souza, Ney e Ponciano (2015) salientam que apesar de sua importância, a operacionalização, baixa abrangência e a concentração regional dos recursos junto aos agricultores mais capitalizados mostram um rompimento superficial com os mecanismos de seletividade e restrição do crédito que eram praticados anteriormente.

Essa superficialidade é analisada por Delgado (2012), como reflexo das estratégias adotadas no período da "modernização conservadora" que amparou a acumulação de capital nos setores agrícolas e agroindustriais, alavancado pelo sistema de crédito público e pela renda fundiária. Temerosos com a mudança dos percentuais de crédito, esses setores passam a se utilizar de sua representação política junto ao Estado com o intuito de socializar os custos e concentrar os benefícios. Por isso, Silva (2010) mostra que os maiores credores de recursos públicos da agropecuária persistem na inadimplência, mesmo nos anos de boas safras e preços altos, pois se acostumaram a renegociar e rolar as suas dívidas para obterem melhores condições ou aguardar um perdão governamental.

De acordo com os dados obtidos no Bianchini (2015), a agricultura empresarial entre 2000 e 2016 (último ano divulgado quanto aos valores distintos ao PRONAF e Agricultura empresarial) é ainda a que retém a maior parte do crédito anualmente disponível. Do montante dos recursos destinados ao setor agropecuário, menos de 10% é aplicado na agricultura familiar (Gráfico 06).

Gráfico 06- Financiamento rural: aplicação efetiva de recursos entre os anos 2000 e 2016.



Fonte: Bianchini (2015).

Em síntese, pode-se afirmar que o PRONAF tenha contribuído com avanços para a agricultura familiar, porém tanto Delgado (2012) como Silva (2010) estão corretos em concluir que houve uma manutenção dos benefícios públicos para a agricultura empresarial, setor que não abre mão de sua gorda fatia e da noção de fundo perdido que esses recursos assumem com a anuência do Estado.

Segundo os dados do Censo Agropecuário 2017, dos 1.291 estabelecimentos do município, apenas 168 informaram terem obtido financiamento/empréstimo, tendo como a origem desses recursos via: PRONAF (86 estabelecimentos); agentes não governamentais (64 estabelecimentos); programas governamentais (federal, estadual ou municipal, com 10 estabelecimentos) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) (8 estabelecimentos) .

Dentre os 57 entrevistados no campo, 28 solicitaram financiamento via PRONAF e 1 pelo PRONAMP, para investimento e custeio distribuídos em todas as atividades, sendo mais comum com a avicultura, pecuária leiteira e depois a olericultura. Duas famílias, vinculadas à olericultura no bairro do Gramadinho, utilizaram além do PRONAF, o Programa Pró-Trator para a aquisição de tratores agrícolas novos, com a taxa de juros subvencionada pelo estado de São Paulo (juros zero para o produtor). O financiamento pode ser amortizado em até oito anos, com carência de até três anos. Ambos os produtores adquiriram o mesmo modelo e marca de trator.

Nas lavouras permanentes destaca-se a cultura da laranja. Segundo os dados do Censo de 1960 a 2017, houve um elevado crescimento nos dados de 1985, com oscilações e crescimento nos dados de 2017. Esse cultivo concentra-se na porção ocidental do município e se estende pelos municípios de Campina do Monte Alegre e Angatuba. Ela é comandada por uma grande agroindústria do setor (Citrovita, atual Citrosuco, resultado da fusão dos negócios de suco de laranja entre os grupos Votorantim e Fischer em 2012).

Segundo a Citrosuco (2018), o cultivo para essa finalidade agroindustrial no município começou a partir dos anos 1980 por apresentar maiores índices pluviométricos locais que as plantações do centro norte do estado. O auge do crescimento refere-se à alta dos preços do suco concentrado no mercado internacional, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, período em que o mercado da América do Norte, sobretudo, dos Estados Unidos, ampliou a compra do suco brasileiro em virtude da quebra da produção por questões climáticas no estado Flórida.

Todavia, a recuperação da produção americana, somada à concorrência com o México, que também adere a citricultura e com melhores garantias de mercado

consumidor nos Estados Unidos, via os acordos da Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), levou a uma oferta maior de suco e sua respectiva queda nos preços internacionais a partir da segunda metade dos anos 1990.

De acordo com Fernandes (2010), além dos preços menores no mercado internacional, o *greening* ou *huanglongbing* (HBL), doença que obriga a erradicação dos pomares acabou prejudicando os citricultores em São Paulo, pois como recomendação do Ministério da Agricultura, o produtor deve eliminar o pé infectado.

As grameiras são muito presentes na economia do município, outra atividade que não figura entre as culturas temporárias e permanentes. A maior concentração desses estabelecimentos de produção de gramas, especialmente da espécie esmeralda, ocorre nos limites do perímetro urbano nas porções norte e oeste. São estabelecimentos médios (acima de 100 ha e inferiores a 1000 ha) arrendados e tecnificados desde o plantio, cuidado e colheita.

Quanto às Matas plantadas, elas referem-se ao reflorestamento com as espécies de *Pinus Elliot* e eucalipto. O cultivo ascendeu até 1985, com respectivas quedas nos censos posteriores, obtendo uma retomada na área cultivada nos dados informados pelo Censo Agropecuário de 2017. No caso do eucalipto, há diversos empregos, sendo mais comum nos pequenos estabelecimentos o uso próprio como palanque para mourões de cerca e como poupança da unidade, com a venda direta para lenha.

Localmente, o maior consumo dessa atividade silvícola direciona-se a empresas como a Duratex (pisos laminados e aglomerados de madeira), fábricas de dormitórios e “box” para camas (MGA e Itabox, respectivamente) e de microempresas fabricantes de *pallets* e madeira para caixaria. Os demais reflorestamentos pertencentes às Companhias Fíbria-Suzano são destinados à produção de papel e celulose, em fábricas distantes de Itapetininga.

A extração resina de *pinus* é outra atividade silvícola que está concentrada em uma grande área ao sul do perímetro urbano do município. Este estabelecimento denominado de Estação Experimental de Itapetininga é gerenciado pelo Instituto Florestal do estado de São Paulo. Segundo o Instituto Florestal (2018), a área com esta vegetação exótica (*Pinus Elliot*) é de 3.680,35 hectares. A Estação Experimental possui

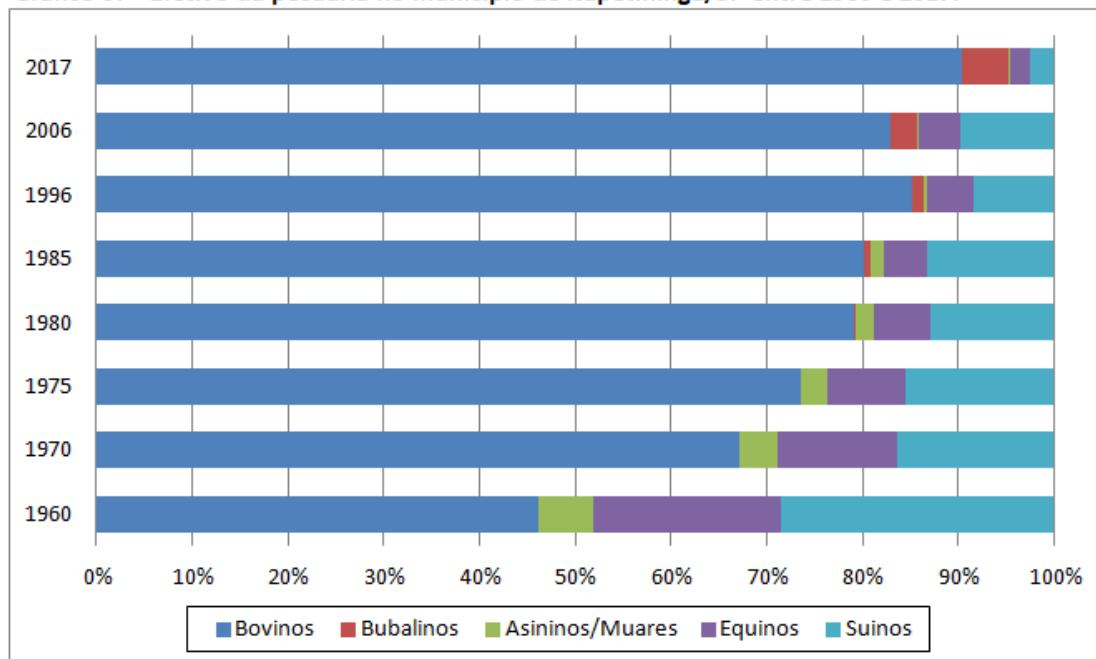
6.706,78 hectares, sendo o restante (3.026,43 hectares) destinado à preservação do ecossistema natural composto por cerrado, mata atlântica e matas ciliares.

Analisando as pastagens, até os dados de 2006 correspondiam em torno de 50% da utilização do solo no município. Entretanto, os dados do Censo de 2017 indicam uma diminuição da participação de sua área frente às matas e as lavouras.

Entre os possíveis atributos para ter ocasionado essa queda, os incentivos com a retomada da oferta de crédito agrícola para as culturas temporárias, como também a ampliação das atividades silvícolas pode ter contribuído para tal redução de área.

Segundo os dados dos Censos (Gráfico 07), verifica-se que os rebanhos que mais se destacam no município para uso comercial são os de bovinos, suínos, equinos, asininos/muare e bubalinos. Os rebanhos que apresentaram crescimento foram os bovinos e bubalinos, entre os censos de 1960 a 2017, sendo os demais oscilantes ou com queda acentuada no último Censo Agropecuário. Quanto ao rebanho suíno, não há no município criatório para abate em volume comercial. Portanto, esse tipo de criação está relacionado aos pequenos estabelecimentos que criam porcos para o autoconsumo e comercialização direta.

Os rebanhos bubalinos, apesar de não aparecerem nos três primeiros censos agropecuários levantados, foram o único que apresentaram crescimento constante a partir de 1980. Na pesquisa de campo, encontra-se esse tipo de criação, especialmente nos bairros da Várzea e da Varginha, praticada por pequenos proprietários. Como já indica os nomes dos bairros rurais onde foi encontrada a criação bubalina, ambos estão numa área de várzea inundável do ribeirão Capivari (tributário do Rio Itapetininga) e seus afluentes, condição agradável para esse tipo de criação.

Gráfico 07 - Efetivo da pecuária no município de Itapetininga/SP entre 1960 e 2017.

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1960 a 2017.

A criação bovina, com maior volume de cabeças, apresentou um crescimento considerável até os dados de 1996. O tipo de gado predominante no município, segundo os dados de 1960 até 1980, era o de vacas chegando a corresponder cerca de 65% do efetivo bovino. Nos trabalhos de campo, verifica-se que a criação bovina, em alguns casos, está atrelada apenas ao autoconsumo da família com a retirada de leite e fabricação de queijo caseiro, evitando maiores gastos com ordenhadeiras e tanques refrigeradores.

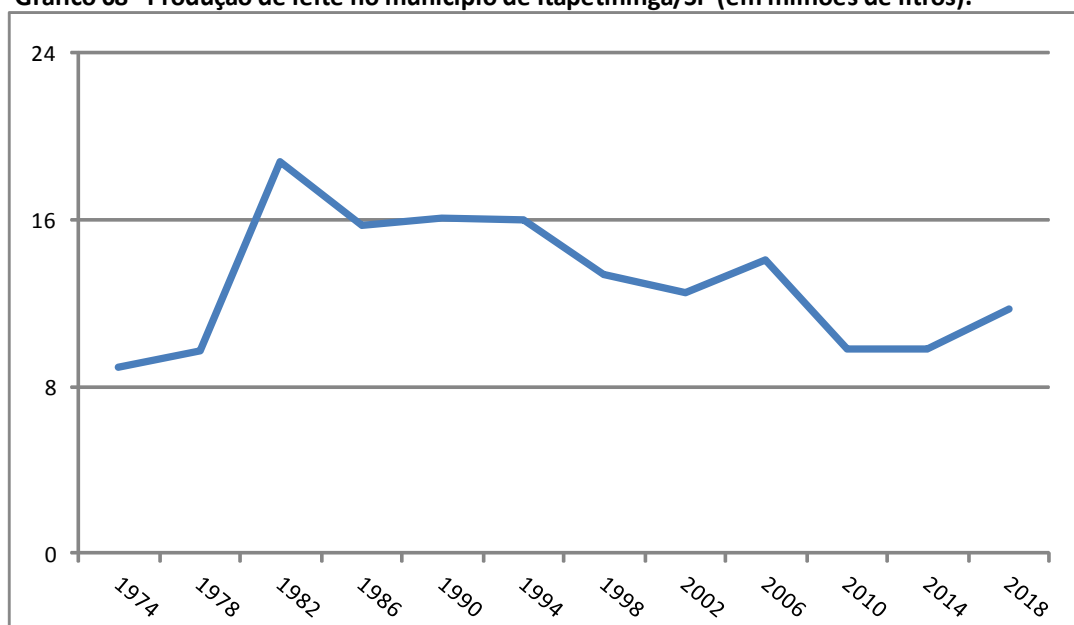
Os entrevistados nessa condição priorizavam o trabalho nas estufas de olerícolas e a criação servia como poupança, não sendo a principal. Raramente foi informado que o abastecimento de carne da família também provinha desses animais. Dos 4 informantes, 2 camponeses disseram abater um garrote ou novilha para uma ocasião especial (festas em prol da igreja do bairro, batizado de afilhado, casamento), 1 abate para o consumo e sob encomenda para conhecidos e o outro afirmou que abate para o abastecimento quase anual de carne da família e disse há 15 anos não sabe o que é ir ao açougue.

Paralelos ao volume de camponeses que se dedicam à olericultura, a outra atividade predominante, dentre as visitadas, é a produção de leite. Tipicamente uma atividade camponesa, ressalta-se que no município há também fazendas

especializadas na produção de leite para entrega à cooperativa Castrolanda, como também uma fazenda especializada em industrializar seu próprio leite (Laticínio Santa Luzia – Bairro da Chapada Grande), transformando-o em queijos especiais, inclusive premiados nacionalmente.

As espécies encontradas nas criações camponesas são cruzamentos de vacas Holandesas, Gir e Jersey, além de gado sem origem racial específica, esta última mais comum nas propriedades menores e menos equipadas. As condições naturais do município favoreceram a pecuária leiteira e isso pode ser também representado com a produção de leite no município, segundo os dados da PPM/IBGE (Gráfico 08).

Gráfico 08 - Produção de leite no município de Itapetininga/SP (em milhões de litros).



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)

A importância da produção leiteira em Itapetininga, com vistas ao mercado, cresceu na década de 1970 e se desenvolveu até o final dos anos 1990, como pode ser verificado no gráfico acima citado. A instalação do entreposto de captação do laticínio Vigor (sediado na capital/SP) e a instalação da Cooperativa de Laticínios de Sorocaba (Colaso) foram as responsáveis por fortalecer a formação da pequena bacia leiteira regional. Além delas, pequenas queijarias industriais e artesanais mostravam a vocação do município para essa atividade.

Outra empresa que nasceu em Itapetininga nos anos 1990 e hoje se encontra no município vizinho de Campina do Monte Alegre (aproximadamente 50 km de

Itapetininga) é o laticínio Exceleite, que concorre com a Colaso na produção do leite “barriga mole¹²”. A migração da empresa se deve à guerra fiscal¹³ entre os municípios paulistas, oferecendo vantagens tributárias, terrenos e até barracões para se instalarem com o intuito de gerarem empregos e movimentarem as economias municipais nos primeiros anos do século XXI.

Nos anos 1990, impulsionados pela ideologia do “novo rural”, uma associação de pequenos produtores do município fundou a Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Itapetininga e Região (COPPRIR) (Figura 05), com o apoio do poder público municipal que industrializava o leite captado na região na forma do “barriga mole”, iogurtes e queijos. Todavia, por má administração, concorrência e carência no controle da qualidade do leite levaram o afastamento dos cooperados. Em 2013, a cooperativa encerrou suas operações.

Figura 05 - Laticínio Copprir em 2011 e o leite "barriga mole", principal produto da cooperativa.



Fonte: Perfil da Copprir no Facebook, acesso em 12 de abril de 2018.

A partir da primeira década dos anos 2000, houve uma queda considerável na produção de leite no município, chegando aos níveis de 1970, porém, desde 2012, com

¹² Leite pasteurizado e refrigerado acondicionados em saquinhos plásticos de um litro, para ser consumido em poucos dias a partir de seu envasamento.

¹³ Segundo Oliveira (2012) o município de Campina do Monte Alegre de 6.000 habitantes, em 2005 para incrementar a arrecadação de impostos, resolveu dar incentivos fiscais para as empresas de prestação de serviços que transferissem sua sede para lá – ainda que só no papel. O município abdicou de boa parte da arrecadação do imposto sobre serviços (ISS), cuja alíquota deve variar entre 2% e 5% do faturamento da empresa, cobrando apenas 0,5% de imposto. O resultado foi que atraiu tantas empresas que faltou lugar para instalar as sedes de todos os interessados. A prefeitura permitiu que os interessados fornecessem como endereço o ginásio de esportes municipal, o edifício-sede da prefeitura, um lago e até o cemitério.

a instalação da Cooperativa Castrolanda que assumiu as operações da Colaso, constata-se que há um interesse em retomar novamente a produção de leite no campo. Mas, deve-se salientar que a maior captação de leite dessa empresa vem de outras regiões do estado e de outros estados, especialmente do Paraná para serem industrializadas na unidade de Itapetininga, em embalagens longa vida.

Nos trabalhos de campo, verificou-se que os menores estabelecimentos (até 10 ha) que se dedicam especialmente ao fornecimento de leite para cooperativa Castrolanda e para a Agroindústria Vale Verde (Capão Bonito/SP), cultivam seu próprio pasto, pois o pouco espaço para seu rebanho precisa ser aproveitado mais intensamente, o que se verificou com o uso do sistema Voisin.

Nos maiores estabelecimentos visitados, foi também encontrado o sistema Voisin, mas também práticas extensivas de manejo do pasto. Há apenas dois casos restritos dentre os camponeses visitados, ambos afirmaram que a propriedade está em processo de partilha entre os herdeiros, sendo que apenas um deles cuida da propriedade. A futura e incerta decisão judicial entre os herdeiros conduziu a um relativo desinteresse em investir na melhoria do pasto e do rebanho.

Outro fator, este alegado para a restrição do investimento, deve-se ao baixo preço pago pelo leite. Ambos fornecem a quantidade mínima exigida pela cooperativa ou o que produzem para a agroindústria (essa última não tem uma exigência mínima de produção diária). Eles salientaram que a venda de parte dos bezerros gerados e do gado mais velho para o corte (vacas) contribuem e até superam, em alguns meses, o ganho obtido com o leite. A soma dessas atividades é o que sustenta as famílias que, provisoriamente, cuidam do espólio de seus ancestrais.

Quanto aos rebanhos de equinos e de asininos/muares, constata-se que no passado, como animais de trabalho e transportes, eram muito mais comuns no campo. No passado tiveram importante papel econômico no município por causa da rota tropeira e da feira de muares que se estabeleceu na cidade, após Sorocaba ter abandonado este tipo de comércio.

A redução desses rebanhos coincide com a mecanização das atividades do campo, notadamente com o uso de tratores e veículos utilitários (caminhonetes) nos estabelecimentos rurais. Majoritariamente, dentre os entrevistados, o escoamento da produção é feito por pelos caminhões dos laticínios e fretistas terceirizados pelos

abatedouros e exportadores de mel. Já os autônomos que recolhem a produção olerícola por um lado, favorece aos camponeses economizarem com a manutenção de um veículo que poderia drenar parte da renda, por outro ele se submete a mais um intermediário na circulação de suas mercadorias produzidas.

No caso da olericultura, constatou-se um crescimento dos cultivos segundo os dados dos Censos Agropecuários de 1960 a 2017. Os três principais produtos da olericultura no município: pepino, pimentão¹⁴ e tomate (Tabela 04).

Tabela 04 - Produção (em ton.) dos principais produtos da Olericultura no município de Itapetininga / SP.

Cultivar	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006	2017
Pepino	-	57	67	65	30	1.430	1.588	3.660
Pimentão	-	10	47	204	255	535	887	1.729
Tomate	196	3.845	3.371	3.101	4.420	-	574	2.527

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1960 a 2017.

Com exceção do tomate que apresentou queda entre 1985 e 2006 e, posterior, retomada da produção em 2017, os demais produtos apresentaram crescimento na produção do município.

Em parte, a queda da produção do tomate refere-se aos custos de produção e a concorrência com outros estados. Entretanto, em campo, verificou-se também que há uma preferência pelo pepino; o que indica o crescimento de mais de 100% na produção entre os dois últimos censos. Segundo o que se apurou no campo, o retorno desde o plantio até a colheita fica em torno de 35 dias, havendo menos gastos com o manejo e, principalmente, no uso de agrotóxicos.

O tomate, mesmo com preço melhor, oscila muito no mercado, sendo arriscado para o camponês se envolver com os custos de produção, em especial o intenso uso de agrotóxicos. Mesmo tendo um amplo mercado consumidor, inclusive superior ao do pepino, ocorrem momentos de superprodução que jogam os preços muito abaixo do custo de produção, já que é um produto que tem pequenos e médios produtores envolvidos, tendo maior poder de barganha dos produtores que fornecem em maior quantidade no mercado.

¹⁴ Nos Censos não há distinção do pimentão e da pimenta americana. Ambos são cultivados no município, portanto se deduz que o IBGE generalize ambos os cultivos apenas como pimentão.

Os camponeses entrevistados alegam que o tomate é um acréscimo à renda, uma vez que quem garante o sustento mesmo é o pepino. Outro fator que pesa no cultivo do tomate é o tempo de início da colheita ser maior (cerca de 60 dias). Com preços similares aos do tomate, denso uso de agrotóxicos, como também o tempo de início da colheita está o pimentão; que também apresentou alta na sua produção nos censos apurados. Os produtores, em sua maioria, entregam no mercado o produto verde, já que sai do campo mais rápido, mesmo com o preço menor. As variedades do pimentão amarelo, vermelho, laranja e roxo demoram mais para produzir e seu valor de venda é maior. São poucos os produtores que investem nessas variedades, pois a demanda maior é pelo pimentão verde.

Retomando a discussão quanto ao transporte da produção, os camponeses visitados firmam um contrato com boxes específicos no Ceasa de Campinas e no Ceagesp da capital. Além do fretista citado no bairro do Gramadinho, há outros fretistas responsáveis pelo transporte. A coleta da produção ocorre todas as terças, quintas e domingo, sendo armazenadas em caixas (plásticas e de madeira) de 20 a 22 kg. Na madrugada seguinte são transportadas até os centros de comercialização que distam aproximadamente 160 km de Itapetininga.

Do mesmo modo, o sitiante não tem o ônus de se deslocar para pontos de venda da produção, que demandaria tempo e maiores custos. Acrescenta-se que sem o intermédio dos fretistas, a comercialização camponesa seria dificultada, uma vez que eles não teriam condições de deslocarem sua produção a cada dois/três dias aos centros de abastecimentos. Os camponeses sabem que, por meio dessa intermediação com o fretista, obtêm uma redução dos ganhos e também sabem que o preço pago pela sua produção não é igual ao que é praticado no mercado. Se isso fosse levado em conta por um capitalista na produção, certamente ele abandonaria a atividade, porém como nos ensina Chayanov (1974, p.12):

[...] las transacciones del pequeño productor no están guiadas por un precio de mercado que iguale el valor o por lo menos el precio de producción. De este modo siempre una parte del trabajo excedente es cedido gratuitamente a la sociedad, Para el campesino esto no es importante, no es un obstáculo para seguir produciendo, porque no tiene conciencia de ello. Su trabajo no aparece como un costo

‘objectivo’ y mientras obtenga su subsistencia seguirá al frente de su explotación.

Esse ônus que explora por um lado o camponês e sua família e por outro explora o consumidor, nas palavras de Chayanov (1974) seriam os maiores beneficiados com o trabalho cedido gratuitamente. Porém, tal vantagem transfere-se para os comerciantes e empresários da logística. Essa cadeia que se forma entre o sitiante e o destinatário final assume a forma de uma “bola de neve” que só vai crescendo e, de centavo em centavo, no final representa uma fatia do gasto das famílias consumidoras.

O custo do frete imposto sobre sua produção é algo que não chega a comprometer todas as entradas dos rendimentos do sitiante. Como já salientado, o trabalho familiar não entra no cálculo da produção, ou seja, não há que se extrair das entradas o custo com a força de trabalho. Portanto, esse diferencial da produção camponesa é o que interessa e será melhor investigado no capítulo final, no qual serão apresentadas as particularidades de cada atividade camponesa encontrada nos trabalhos de campo.

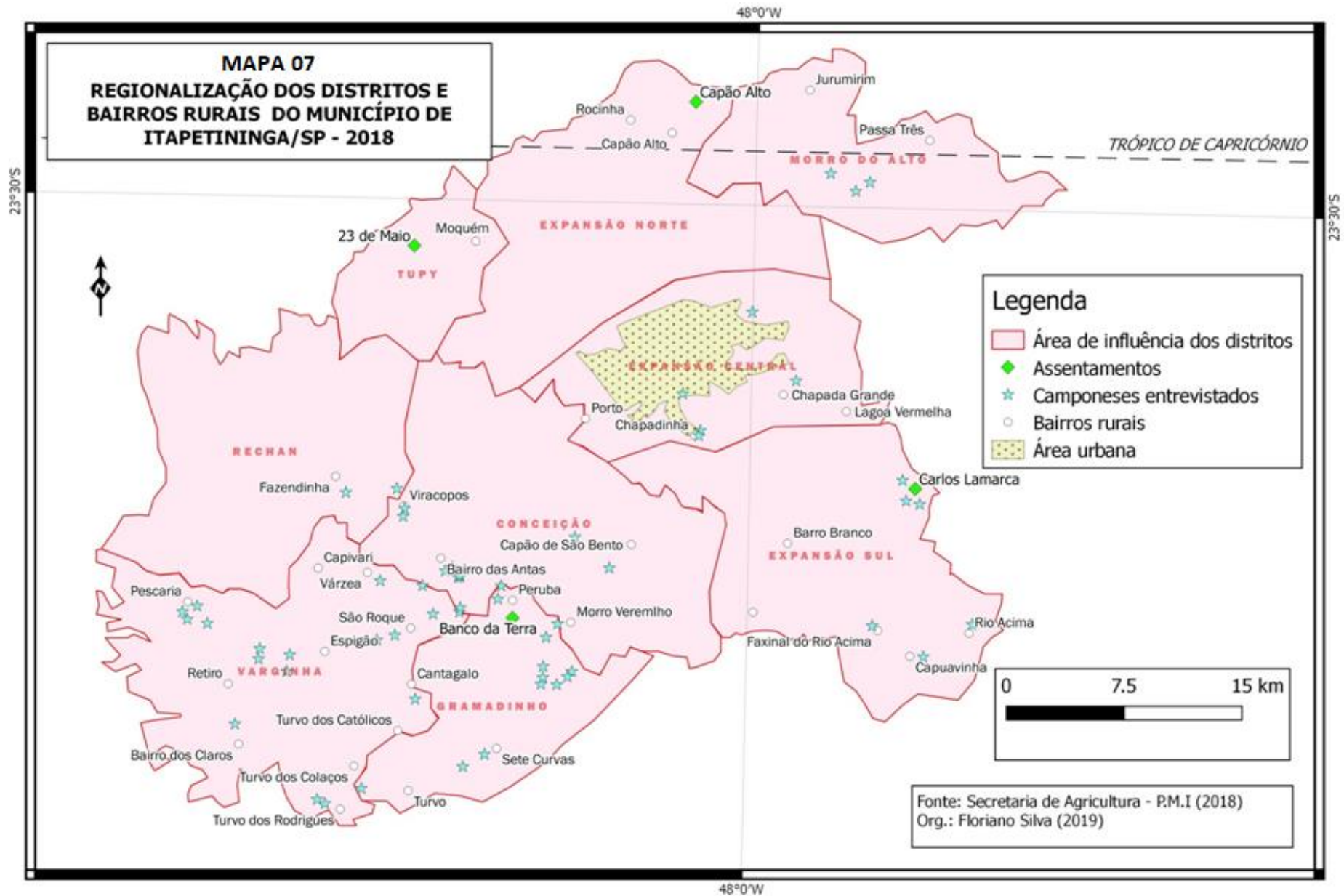
3 CAMPEPINATO E SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA

A recriação contraditória da classe camponesa alimenta os conflitos de classe no campo, e pode promover uma modificação considerável nas relações de trabalho. Se o trabalhador se apropriar dos instrumentos do trabalho e do meio de produção esse dado interfere diretamente na apropriação do produto final, o que não acontece na ótica capitalista. São esses processos que buscamos entender na prática, que ocorre na luta dos sujeitos do campo pelo direito de se apropriar “ao menos em parte” do produto do seu trabalho, ainda que, contraditoriamente estejam subordinados à lógica capitalista.

Trata-se, portanto de compreender as estratégias dos camponeses, no tempo e no espaço da hegemonia capitalista vão se constituindo enquanto sujeitos que constroem a sua própria história. A partir daí, identificam-se elementos capazes de explicar, ao menos em parte, o que está acontecendo no campo e quais os sujeitos sociais que estão, na apropriação dos territórios da vida, promovendo formas próprias de recriação.

Ao se analisar os camponeses de Itapetininga, tem-se a clareza que não se tratam de realidades que se explicam por si mesmas, mas que fazem parte, nas suas especificidades, de uma totalidade social que só podem ser explicadas a partir das contradições centrais do modo de produção capitalista e das suas estratégias de desenvolvimento no campo brasileiro, com base na apropriação dos recursos naturais e da força de trabalho humana.

Assim sendo, o eixo central que norteia a discussão é o de reprodução camponesa, na sociedade capitalista, enquanto uma contradição deste modo de produção, que, por sua vez, se apropria do trabalho camponês, a fim de garantir, e mesmo ampliar, a produção e a reprodução do capital. A partir dessa premissa básica é que se pretendeu analisar a permanência e, em alguns casos, a resistência camponesa no município. Geograficamente, é na porção sul do município, como pode ser visualizado no Mapa 07, que se encontram o maior número de camponeses onde a terra é vida.



Especificamente no conjunto de bairros vinculados ao distrito da Varginha se apresentou como a área de estudo com maior diversidade quanto de atividades desenvolvidas pelos camponeses. A distância e o semi-isolamento causados pelas vias de acesso relativamente precárias até meados dos anos 1990, em parte, contribuíram para a manutenção do seu modo de vida.

Nos distritos do Gramadinho e da Conceição, também ao sul, e o distrito do Morro do Alto à norte e o Tupy à oeste, todos às margens de importantes rodovias do estado, constata-se uma maior integração com o mercado e as transformações que este provocou na vida das famílias visitadas. A exceção é o distrito do Rechan, muito urbanizado e rodeado de cultivos de laranja e eucalipto, muito mais um repositório de força de trabalho assalariada do que um bairro predominante de camponeses.

Comum à todos esses distritos, o posto de saúde, a igreja católica, dois ou mais salões de igrejas protestantes, escolas públicas (municipal e estadual), mercadinhos, bares e um posto dos correios são os serviços que estes prestam aos demais bairros que os rodeiam.

Historicamente, o tropeirismo, foi em grande parte responsável pela formação desses bairros como também do próprio município. As condições naturais dos campos de Itapetininga e a criação das estâncias para muares e depois de gado foi a forma inicial de utilização do solo e ainda hoje é onipresente na paisagem municipal. Constatou-se que na atualidade a pecuária leiteira é a que mais se vincula às unidades camponesas, porém não é a única, ocorrendo a cria e cria de gados bovino e bubalino.

3.1 A PECUÁRIA

Caracterizada como a primeira atividade econômica durante a ocupação do município, a pecuária ocorreu em paralelo aos cultivos de feijão, arroz, milho e cana-de-açúcar destinados ao autoconsumo. Como destacado pelo viajante Saint-Hilaire (1976), a criação de suínos foi a que mais se destacava dentre os camponeses que viviam no trajeto da estrada real.

Contudo, com a intensificação da passagem das tropas durante os séculos XVIII e XIX, aumentam as estâncias que se dedicavam à criação de gado bovino e o pouso de muares. Os bovinos, além da oferta de carne e couro, eram também menos onerosos para serem adquiridos, inclusive para uso no trabalho quando comparado com os muares.

Até os anos 1950 não houve incrementos na melhoria do pasto nem do rebanho, mantendo-se uma prática rudimentar com poucas inovações. De acordo com Tavares (1993), com o aumento da população urbana na década de 1960 e a maior demanda por carne e leite, o governo federal precisou adotar uma política de melhoria no abastecimento das áreas de maior consumo. Em 1974, o governo criou o Programa Nacional de Pastagens (PRONAP), fornecendo crédito e assistência técnica para a alimentação do gado, reforma e formação de pastagens; construção de açudes, além de propagar o uso maquinários para ensilagem e fenação.

Apesar da melhoria modesta obtida, tais programas tiveram o mesmo papel que o crédito agrícola nos anos 1970, modernizar a base técnica e alimentar uma indústria de insumos dirigida especialmente aos grandes proprietários. Em Itapetininga, houve um esforço para se desenvolver uma das principais bacias leiteiras do estado, objetivo alcançado segundo a Itapetininga (2010) nos anos 1990, tornando-se a terceira maior bacia de captação do produto com 80.000 litros/dia.

Coincidentemente com a expansão produtiva do leite no município e região, Braga (2010) atribui que a modernização da produção leiteira no Brasil ocorreu a partir de 1991. Antes dela (entre 1946 e 1991), a produção era uma atividade regulamentada pelo governo, com os preços tabelados para os agricultores e para os consumidores. De acordo com Paulino (2012, p. 210), o preço do leite era estratégico para o governo, pois assegurava a viabilização da passagem de uma economia rural agroexportadora para um modelo urbano-industrial, portanto a necessidade do controle dos preços para o consumidor e para o produtor.

Foram 45 anos de controle do governo sobre esse setor, o que preservou certa margem de ganho aos produtores, mesmo porque esse é um dos produtos da cesta básica e, como tal, de vital importância dentro do processo mais geral de acumulação.

A partir de 1991, na gestão Collor (1990-1992/impeachment) ocorreu a desregulamentação federal, concomitante à liberalização da economia. Passava a valer a lei da oferta e da procura, que seguia a cartilha proposta pelo Consenso de Washington¹⁵. A ampliação da concorrência e a modernização da produção, agora com a intensa participação do capital privado e inclusive transnacional, impõem um ritmo de oligopolização do setor.

A cadeia produtiva do leite, tecnificada, passa a ser controlada por essas empresas, afastando o camponês do resultado diretamente natural do seu produto, sendo a indústria o agente que vai moldar o ritmo da produção do início ao fim da cadeia. De acordo com Araújo (2007), na agropecuária, entende-se como cadeia produtiva um conjunto de processos articulados, originários das inter-relações de agentes econômicos, baseada em três processos que ocorrem:

à montante: associada aos fornecedores de insumos e máquinas ao produtor, atividades como serviços agropecuários, pesquisas, ou seja, todas as atividades que precedem o produtor rural;
 à produção agropecuária: relaciona-se a todos os procedimentos diretamente ligados à atividade agrícola e pecuária que ocorrem no estabelecimento, e;
 à jusante: abrangem todos os agentes envolvidos após a produção agropecuária. Representada pela indústria, os canais de comercialização, intermediários, representantes, distribuidores, atacadistas, supermercados, consumidores e importadores. (ARAÚJO, 2007 p. 20)

Estes setores estabeleceram entre si significativas relações de compra e venda, sendo articulados com o intuito de levarem os produtos a obterem agregação de valor no decorrer da cadeia. O Estado contribuiu decisivamente para a incorporação do setor lácteo pela iniciativa privada por meio das padronizações e normatizações, exigindo maior especialização e tecnificação com modelo específico de equipamentos e patenteado por empresas estrangeiras. Como exemplo, Schmitz e Santos (2013, p. 344) ressaltam que:

¹⁵ Termo cunhado pelo economista John Williansom nos anos 1980 para o ajustamento macroeconômico de diversas nações pelo mundo, especialmente na América Latina, baseado no modelo econômico chileno, adotado por ditador Augusto Pinochet. Foi também o receituário de caráter neoliberal adotado pelo FMI que, segundo Rodrik (2006, p. 973), baseava-se no lema: “Stabilize, privatize, and liberalize”, que seria um “mantra” ao qual todo líder político e seu grupo de tecnocratas deveriam seguir para o desenvolvimento.

A ampliação do mercado com os leites UHT, principalmente, exigem que o leite *in natura* seja processado e obtenha um tratamento rápido, o que exige uma padronização desde a unidade de produção familiar até o seu primeiro processamento. Após o mesmo o leite passa a ser comercializado para sua industrialização, por vezes, em locais muito distantes daquele de sua produção.

Por meio das visitas de campo junto aos camponeses, detectou-se que, no final dos anos 1980, a política de crédito passou a ser direcionada para os produtores com menores extensões de terras. Um projeto do antigo Banco do Estado de São Paulo (Banespa), denominado de “São Paulo vai a Campo” foi citado por oito das famílias camponesas que visitamos e foi considerado como o ponto de partida para a mudança nos métodos de produção, como também o aperfeiçoamento das técnicas desenvolvidas no campo. Segundo Gerodetti; Conejo (2000), esse programa tinha o propósito de oferecer cursos com 80 temas e visava ampliar as práticas agropecuárias e diversificá-las por todo o estado. Em entrevista cedida em novembro de 2017, um dos coordenadores na época, informou que o projeto chegou a Itapetininga em 1988.

Havia muito capital disponível para o crédito rural e o Banespa organizou os cursos com agrônomos, técnicos e professores renomados da Luiz de Queiroz (ESALQ – USP), IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) e da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) para incentivar a adoção de tecnologias para os produtores grandes e pequenos. Era uma semana de cursos realizados nos salões paroquiais e escolas rurais dos bairros. Cada dia da semana era dedicado para um cultivar ou criação, que antes era pesquisado de acordo com o potencial da região. (L., 73 anos, engenheiro agrônomo aposentado).

Conforme o entrevistado, a região tinha maior experiência com milho, feijão, gado de corte e leite. Estes foram os cursos mais concorridos e de maior aporte de recursos dado pelo banco.

O Banespa era o agente de fomento e repassava a propaganda política do Quércio (ex-governador Orestes Quércio – 1986-1991) como possível presidenciável. Era uma superestrutura de propaganda política, mas também oportunidade de modernização das práticas agrícolas. Uma carreta transportava todos os equipamentos, como videocassete, TV, microfone e panfletos. Ao mesmo tempo incentivava a modernização com o crédito bancário, havia propaganda de sementes, adubos, agrotóxicos, medicamentos para o gado e casava a venda de seguro do banco contra intempéries. (L., 73 anos, engenheiro agrônomo aposentado).

O entrevistado destacou que um dos pontos altos do curso foi a popularização do sistema Voisin nos pastos da região. Esse tipo de pastoreio é realidade na maior parte dos criadores de gado que foram visitados, porém há camponeses que persistem na criação em campo aberto (criação extensiva) o que remete ao tempo dos tropeiros como o caso do entrevistado 1, residente no bairro do Viracopos, junto ao trajeto da antiga estrada real.

Meu pai viveu o fim das tropeadas. Veio do sul e se instalou aqui nesse sítio e passou a negociar gado [...]. Hoje eu vivo do leite vendido pra Castrolanda e dos bezerros que vendemos [...] (Entrevistado 1, 53 anos, Bairro do Viracopos, Distrito da Conceição).

Atualmente, as terras da propriedade do seu pai (108 hectares) estão em processo de partilha, o entrevistado é o herdeiro caçula que reside com a esposa e um casal de filhos (20 e 15 anos) na propriedade. Os outros três irmãos vivem fora da propriedade e na cidade. Salienta-se que o leite é a principal fonte de sua renda individual, sendo que das 67 cabeças de gado informadas, 16 eram vacas que estavam em lactação. A venda de bezerros é outra fonte de renda, porém ela é rateada entre todos os irmãos. Em 2016, o entrevistado informou ter vendido 18 novilhos para recria e abate para outros estabelecimentos, conseguindo um valor entre R\$ 800,00 e R\$ 1.200,00 por animal.

Se outrora seu pai viveu de negociar gado pela região e sempre em viagens com o gado, hoje o filho, sedentário na propriedade, optou em se dedicar à produção láctea para a sobrevivência. Sua criação é semi-extensiva, com braquiária, sem piqueteamento e a ampliação do rebanho ocorre naturalmente, sem a aquisição de novas vacas ou melhorias na pastagem. A falta de investimento na atividade se deve ao imbróglio com a partilha das terras entre os herdeiros. O risco de investir na propriedade e resultar em perdas diante de uma decisão judicial o mantém fornecendo à Castrolanda volumes de leite próximo do mínimo exigido diariamente.

Verifica-se que o entrevistado pouco falava da sua situação como sitiante e evitava as questões relacionadas à retirada do leite e da participação na Cooperativa Castrolanda. Priorizava em falar mais do legado tropeiro do pai que era reconhecido

no município e na região, por ter sido o último tropeiro¹⁶ que estava vivo em Itapetininga. Em 2006, o programa Globo Rural (TV Globo) refez o trajeto das tropas de mulas desde o Rio Grande do Sul à Sorocaba, passando pela estrada real e que teve a participação do pai do entrevistado.

De fato, o tropeirismo foi importante para a fundação de diversas cidades do sudoeste paulista, mas a cultura tropeira vem se enfraquecendo com o passar dos anos. Há a presença de organizações de comitativas e poucos criadores de mulas na região. Quem participa dessas comitativas são profissionais liberais, comerciantes, funcionários públicos e demais residentes na área urbana. Aos fins de semana, simulam as antigas tropeadas em pequenos trajetos como um *hobby* nas estradas rurais do município e redondezas.

Fugindo dessa exceção quanto ao manejo do pasto, entre os que utilizam do sistema Voisin, no bairro do Gramadinho, está a entrevistada 2, (Figura 06) que junto com o esposo possuem uma propriedade de 40 hectares e oferecem a produção à cooperativa Castrolanda (cerca de 120 a 140 litros/dia)

Figura 06 - A entrevistada 2, cuidando da sua horta. Na varanda o tanque refrigerador de leite.



Foto: do autor no distrito do Gramadinho em 16 de maio de 2016.

O leite é a principal fonte de renda da família, mas esta é realizada em apenas 10 hectares da propriedade, enquanto que o restante dela (cerca de 25 hectares) está

¹⁶ Falecido em 2012, com 90 anos.

arrendado e destinado à lavoura branca (soja, milho, trigo). Os demais hectares do terreno são banhados e a reserva, situados na porção mais baixa da propriedade junto ao Ribeirão do Capivari. A renda proveniente do arrendamento é toda guardada e utilizada em momentos de maior precisão.

Em torno da casa há um pomar com cítricos, castanhas (noz-pecã e macadâmia), mangueira e bananeira. Eles criam galinhas livres e a proprietária nem sabe informar quantos franguinhos possui, afirmando ter umas trinta. A horta é o seu “xodó¹⁷” e onde se distrai depois das funções domésticas.

A proximidade da propriedade com o núcleo urbanizado do bairro favorece para que a entrevistada faça também a venda direta do leite em garrafas PET de dois litros, reutilizadas e levadas pelos consumidores e retirado do tanque refrigerador que fica na varanda.

*“Se tem o suficiente pra mandá no caminhão (coleta a cada dois dias da Castrolanda), a gente vende pra quem pede, mas o *** (marido) ‘num’ gosta, tem medo de contaminá o leite e perdê o contrato [...] eu cobro dois reais pra enchê a garrafa na hora”.* (Entrevistada 2, 51 anos, Distrito do Gramadinho).

A relação que a entrevistada estabelece com os moradores é de vizinhança, o fato de cobrar um preço pelo leite é mais um valor simbólico do que apenas renda, pois o litro de leite, muitas vezes é vendido com preço inferior ao que oferece a Castrolanda. Esta é uma lógica que Martins (2002, p. 66) ressalta na classe camponesa, “nas situações características, o camponês vende aquilo que excede suas próprias necessidades de sobrevivência, suas e de toda sua família. É como excedente que ganha forma seu trabalho excedente.”

No caso da entrevistada, ela não se preocupa em poder fornecer leite à vizinhança, contanto que esteja assegurado o mínimo exigido para entrega à cooperativa. Esse excedente, que nem sempre é todo comprado diretamente da entrevistada, torna-se laços de sociabilidade que o camponês cria além da família nuclear, como afirma Martins (2002). Esses laços se concretizam nas festas dos santos de devoção no bairro, como também nos terços e novenas religiosas.

¹⁷ Palavras da camponesa.

Do ganho do leite, a entrevistada informou que cerca de 40% é gasto com vacinas e suplementos alimentares para o gado e, às vezes, com veterinário. Este último só em extrema necessidade, pois ela afirmou que o marido executa muita das funções que necessitaria desse profissional e que aprendeu com o tempo.

Um aspecto interessante do tratamento dos animais é que a entrevistada trata suas vacas por nomes específicos. Informou que cada vez que uma vaca velha é vendida para abate ou outros fins, chega a chorar e se pudesse deixava morrer no pasto.

Em retorno ao mesmo bairro em dezembro de 2017, a entrevistada não foi encontrada, mas a mediadora relatou que a camponesa ainda fornece o leite (garrafa PET de 2 litros) por R\$ 2,00, não havendo aumento no preço, mesmo com a cooperativa pagando pouco mais pelo litro, ela mantém o preço do produto do seu trabalho, muito mais para ajudar as famílias no bairro e manter um vínculo social com os vizinhos.

Se houvesse uma lógica capitalista, só o fato de envolver o trabalho da ordenha, da retirada do leite do tanque refrigerador e os gastos com energia consumida na conservação, a camponesa entrevistada poderia cobrar a mais pelo produto, pois o manuseio e o gasto incidiriam no preço final. Entretanto, no momento eles não são levados em conta. Sendo assim, concorda-se com Bombardi (2003), mesmo inseridos no mercado, os cálculos de lucros ou prejuízos típicos da produção capitalista não são os objetivos de sua vida, por isso computa seu trabalho quando fala do preço de seu produto.

Outro camponês que se dedica à pecuária é o entrevistado 3, de 43 anos, residente do bairro das Antas, Distrito da Conceição. Ele é solteiro e realiza todo o trabalho sozinho nos cuidados da propriedade de 9,6 hectares. A produção de leite é sua única fonte de renda, contratando força de trabalho esporadicamente. A vida solitária na propriedade é compensada pelo seu parceiro de trabalho, um pangaré que o entrevistado ganhou do pai quando tinha 8 anos de idade.

Na ocasião da visita, o entrevistado disse que gastou um dinheiro considerável com veterinário para descobrir que seu animal está com um problema nos testículos e não tem cura. O médico recomendou o sacrifício, mas o camponês recusou-se a fazer e

mantém o fiel animal de 35 anos na propriedade, mesmo não sendo usado mais para o trabalho. Contudo, outro cavalo já foi adquirido há alguns meses.

O entrevistado possui um rebanho de 34 animais (1 touro, 22 vacas e 11 bezerros e novilhas), faz o pastejo rotacionado, mas sem o rigor do sistema Voisin. Ele afirma que muda o gado de lugar quando vê que o pasto está ralo. Sua produção láctea chega a 85 litros de leite/dia e é destinado ao Laticínio Vale Verde, de Capão Bonito, que coleta a cada três dias. Ele possui um tanque refrigerador de 500 litros (Figura 07) e considera que o preço pago pelo litro oscila menos além de eles não serem tão rigorosos quanto a cooperativa Castrolanda. O entrevistado 3 está dentro do raio de ação da Castrolanda, porém a manutenção do bom relacionamento com o laticínio Vale Verde há quatro anos o leva a se manter fiel à empresa.

A renda, segundo o entrevistado, é comprometida em 40% com as despesas. Dentro das despesas atuais, ele informou que quitou uma carretinha com triturador de capim para seu trator, comprada de segunda mão de uma propriedade próxima e a última parcela paga foi R\$ 300,00. É evidente que esse cálculo é uma aproximação, pois ele relatou que também vende os bezerros, auferindo também uma renda complementar que não entrou no cálculo, já que as novilhas só são vendidas se oferecem um valor bom.

Precavido, ele tenta sempre guardar o que pode em uma poupança e reserva uma parte para o lazer aos sábados à tarde, num dos bares do bairro, em que conversa com os amigos e joga sinuca.

Figura 07 - A moradia do entrevistado 3 e o paiol com o tanque refrigerador de leite.



Foto: do autor no bairro das Antas em 28 de novembro de 2017.

Na sua fala, ele indicou preocupação com o futuro. Informou que tem se sentido mais cansado e vem investindo aos poucos para reduzir cada vez mais seu esforço na lida diária. Destacou que nunca fez financiamento com o banco por medo de se endividar, mas vem mudando de opinião por causa dos amigos que já fizeram, especialmente o PRONAF. Se vier a solicitá-lo, o emprego do dinheiro seria para melhorar a qualidade das vacas, ampliar os piquetes e melhorar o pasto, que no momento é composto por capim napier.

Assim, deduziu-se que todas as conquistas como ordenhadeira, tanque refrigerador, trator e mais recentemente a carretinha, foram frutos de aquisições com recursos próprios ou então dos falecidos pais. Com os desafios que a atividade pecuária impõe ao camponês solitário, ele sente o peso dos anos e procura diminuir seu esforço de forma que assegure sua renda, melhorando a genética do plantel para produzir mais leite com menos cabeças. Por outro lado, a opção por gado menos rústico que o atual e melhorado para a produção leiteira pode ocasionar um gasto maior com determinados medicamentos, complementos alimentares que, no momento, o camponês não tem.

O receio em contrair dívidas com o banco e a necessidade de reduzir o seu esforço para o bem-estar do camponês, torna-se uma decisão duvidosa. Se atualmente a renda da terra já é extraída pela indústria que beneficia o seu leite, acrescenta-se que com o financiamento aumentará a extração dessa renda para outros setores. Martins (1990, p.76) ressalta que o camponês aos poucos vai se modificando e ampliando sua sujeição ao mercado

[...] passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua. Sem perceber, ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital, em que além de ser o trabalhador é também de fato o arrendatário.

O que pode ser um risco para o entrevistado, já é uma realidade em outra unidade camponesa que foi visitada no bairro da Várzea, distrito da Varginha. A melhora no plantel com maiores custos, priorizando a produção maior e com maior grau de gordura para atender os requisitos da Castrolanda, o entrevistado 4, de 50 anos (Figura 08), dividiu a propriedade de 8,5 hectares em: 6,0 hectares para 40

piquetes (sistema Voisin rigidamente seguido) e o restante da propriedade com milho para produção de silagem.

Figura 08 - Parte do rebanho do Entrevistado 4 e o seu tanque refrigerador de leite.



Foto: do autor no bairro da Várzea, distrito da Varginha em 13 de dezembro de 2017.

Com um rebanho de 30 cabeças (1 touro, 14 vacas e 15 bezerros), ele afirmou que não mantém os bezerros na propriedade por muito tempo, tentando comercializá-los rapidamente. O entrevistado informou receber em torno de R\$ 600,00 a R\$ 800,00, até mesmo pelas fêmeas, pois o touro é misturado com a raça Nelore e não dá boas vacas produtoras de leite. Outro destino para os bezerros e novilhos machos destina-se ao consumo da carne bovina pela família de 6 pessoas.

O filho de 22 anos aprendeu com o entrevistado como sacrificar o animal e, inclusive, é o único membro da família que trabalha fora da propriedade, como açougueiro na área urbana do município. A experiência no abate e na separação dos cortes para a venda direta ao consumidor, tornou-se a origem de outra fonte de renda da família. O entrevistado receou falar a respeito disso devido a questões sanitárias, mas disse que vizinhos e conhecidos da família encomendam o novilho abatido e limpo para o consumo da carne.

Com a soma das rendas obtidas, ele procura adquirir novilhas Gir ou Holandesa de sítios e fazendas nas proximidades para garantir um aumento, ou pelo menos a manutenção de sua produção. Com vacas melhores, a produção supera facilmente os

100 ou 110 litros diários, todavia os preços ainda ficam abaixo do necessário para auferir uma renda familiar satisfatória.

“Desde o tempo da Colaso¹⁸, o preço tá ruim. Quem vive de leite é herói. ” (Entrevistado 4, 50 anos, Bairro da Várzea, Distrito da Varginha)

As dificuldades citadas pelo camponês envolvem os custos para a manutenção da propriedade com a atividade leiteira, que considerou pesar entre 40% (no verão) e mais de 60% (no inverno) do orçamento bruto familiar. O que mais onera nessa conta são os gastos com medicamentos, complementação mineral e ração.

Diante dos desafios que a pecuária leiteira impõe ao camponês, concorda-se com Paulino (2012, p. 210) que:

[...] a progressiva queda nos preços pagos ao produtor tem requerido, na mesma proporção, o aumento da produtividade, e isso somente se alcança por meio de sistemáticos investimentos na atividade. Em outras palavras, nas atuais condições de mercado, é cada vez mais limitada a sua sustentação sem um melhor manejo genético e alimentar do rebanho, o que evidentemente supõe custos.

Apesar de estar contente por ter quitado um financiamento PRONAF no ano passado, que foi usado para melhorias na propriedade como: os piquetes, a cerca eletrificada, o tanque de refrigeração e a ordenhadeira; ele informou que, atualmente, já iniciou o pagamento de outro financiamento PRONAF, no qual adquiriu até o momento uma vaca (produzindo) e duas novilhas.

Quanto ao trabalho, o filho ajuda só nos dias de folga, restando a maior parte para o próprio camponês. O salário do filho, segundo o entrevistado, não se destina à manutenção familiar, é a poupança para o futuro noivado e casamento. A esposa auxiliava, mas por conta de uma cirurgia na coluna vertebral não está em condições de cooperar com o trabalho na propriedade. As outras três são meninas de 18, 14 e 11 anos, que cuidam mais dos afazeres domésticos e da mãe.

Apesar das dificuldades que a pecuária leiteira apresenta a ambos os entrevistados, estes afirmaram não saber fazer outra coisa, sujeitando-se aos

¹⁸ Companhia de Laticínios de Sorocaba (Colaso) adquirida pela Castrolanda em 2011.

imperativos da indústria e da cooperativa, como também do mercado, com os baixos preços pagos pela produção e o contínuo aumento dos custos.

Para Martins (2002, p. 82), essa sujeição camponesa à exploração do capital:

[...] é exploração inteiramente diversa da exploração que sofre um operário. Não é uma exploração cotidiana, presente em cada momento do processo de trabalho. É exploração que se torna evidente na consumação da venda dos produtos do trabalho e na contrapartida daquilo que a venda possibilita.

Essa sujeição tem se acentuado com as medidas sanitárias e parâmetros de qualidade exigidos pelas agroindústrias. O Plano Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL) contribuiu para essa sujeição por meio da Portaria n. 56/1999 e as Instruções Normativas - IN 51/2002.

Entre os aspectos dessa norma, a coleta em galão ou latão de leite pelos laticínios torna-se proibida, é obrigatória a presença de um tanque refrigerador na propriedade para o armazenamento do leite e que ocorra em até 3 horas a partir da ordenha e condicioná-lo em temperatura abaixo de 7°C.

Segundo Milinski e Ventura (2010), a obrigatória Instrução Normativa pesou no orçamento familiar do sitiante na aquisição de tal equipamento, além disso outro agravante é a necessidade da eletrificação rural que se tornava um fator limitante ao resfriamento do leite na propriedade. Por outro lado, a agroindústria minimiza seus custos com o transporte da matéria-prima, ocorrendo a cada dois ou três dias.

O outro ponto chave da discussão que se levantou quanto à adoção da IN-51, de acordo com Cassoli (2012), previa que a partir de 01 de julho de 2011, os limites para CPP (contagem padrão de placas – contagem de bactérias relacionada à mastite e o trato sanitário do rebanho) e para CCS (contagem de células somáticas – relacionada à higiene da ordenha, conservação e transporte do leite) deveriam ser de, no máximo, $1,0 \times 10^5$ UFC/ml e de $4,0 \times 10^5$ cels/ml, respectivamente. Inúmeras críticas surgiram diante da instrução, entre elas a falta de análise dos impactos na condição do produtor e a opinião de todos os interessados. Se levada a cabo, haveria o risco de aproximadamente 60 a 80% dos produtores estarem fora dos novos padrões e exigências que tal instrução impunha ao produtor.

Em virtude das dificuldades em alcançar tais parâmetros em curto prazo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou uma portaria prorrogando por 6 meses nas regiões sul, sudeste e centro-oeste (até os limites de $7,5 \times 10^5$ para CPP e para CCS) e mais um ano para as regiões norte e nordeste. Em paralelo, representantes de toda cadeia láctea nacional passaram a analisar a situação e fazer uma proposta de quais deveriam ser os novos limites. Antes do prazo final, a Embrapa fez uma proposta, que foi aceita e publicada por uma nova instrução IN-62 em 30/12/2011, substituindo a IN-51. Nesse pouco tempo, alteraram-se os valores de CPP e CCS, mas prorrogava-se o prazo para 2016.

De acordo com o IEA (2016), como os limites não foram alcançados, uma nova Instrução foi lançada, a IN-7 em 03/05/2016, que novamente prorrogava para julho de 2018 o alcance dos valores previstos na IN-51 de CPP e CCS pelo produtor, nas regiões sul, sudeste e centro-oeste e para julho de 2019 nas regiões norte e nordeste. Para o IEA (2016), entre os fatores que levam a republicar a norma e dar maiores prazos para que todos se enquadrem, está ligado à falta de pagamento pela qualidade do leite por boa parte dos laticínios.

Segundo as informações da Clínica do Leite, do total de indústrias analisadas, 86% não tem Programa de Valorização da Qualidade (PVQ) do leite e 73% dos produtores não o adotam. Normalmente, conforme informações de alguns segmentos, são os grandes laticínios que pagam pela qualidade e isso, com certeza, diminui o interesse dos produtores que entregam leite para empresas que não têm programa de qualidade, que não veem vantagens em investir, pois estes não têm informações que lhes apontem que apenas alguns investimentos lhes dariam condições de ter maior produtividade e, por conseguinte, maior lucratividade. (IEA, 2016, p. 3).

Verifica-se que a pressão pela qualidade do leite atende mais a agroindústria e o setor industrial, que passou a impor mais uma mercadoria de elevado valor e inerente à produção leiteira no campo. As exigências na aquisição de equipamentos para assegurar a busca na qualidade e o nível de gordura do leite é outra estratégia em submeter os camponeses aos seus interesses quanto ao preço pago ao produtor. Tal afirmação refere-se à Cooperativa Castrolanda, que limita seu raio de atuação no município e paga ao produtor conforme a análise da qualidade. Seus maiores

fornecedores não são os locais, mas as bacias leiteiras do Paraná e de Minas Gerais que escoam para a grande indústria o leite que não é absorvido na origem.

Portanto, a Cooperativa citada apenas se instalou no município beneficiando-se de incentivos fiscais, não estimulou a produção local e ainda dificulta para os pequenos produtores a possibilidade de a acessarem. Quando consome, impõe um preço baixo ao produtor, pois o leite produzido distante é de melhor qualidade e de maior percentual de gordura, propagando a imagem de que o produtor local precisa investir na melhoria da raça e na alimentação, oferecendo em troca poucos centavos a mais, o que para um camponês (100 litros/dia) torna-se difícil saldar tamanho investimento.

Contrariando a tese da IEA (2016), não é que o produtor se recuse a melhorar seu plantel e se adequar às normas para produzir mais. Há o risco de se endividar e não conseguir compensar a majoração dos custos com a venda do leite. Portanto, a ausência de um PVQ em empresas menores até contribui para a manutenção da entrega pelos camponeses que não podem ou resistem em se enquadrar em tais medidas. Esse é o perfil do entrevistado 3, que está dentro do raio de ação da Castrolanda, porém opta em destinar ao laticínio Vale Verde por não exigirem tanto quanto à qualidade e volume mínimo de produção.

Já o entrevistado 4, que investe na melhoria do rebanho e na pastagem e ainda passa por dificuldades intra-familiar, submete-se às cobranças constantes para adequação aos parâmetros da empresa, esperando obter melhor valor pelo litro, além de uma fidelidade com a cooperativa, alegada por ser fornecedor antigo (desde a época da Colaso) e nunca ter tido problema. São pontos de vista diferentes e graus de sujeição da renda que fortalecem a heterogeneidade da lógica que rege a família camponesa.

Se há dificuldades no setor lácteo, há também expectativa de uma vida melhor que a experiência de vida no meio urbano da metrópole paulistana. É o caso do entrevistado 5 (42 anos), no bairro do Turvo dos Rodrigues, distrito da Varginha. Nascido e criado na região metropolitana de São Paulo, no passado, durante as férias escolares, ele ficava na fazenda do avô no bairro do Turvo dos Rodrigues. Seu pai abandonara a propriedade no início dos anos 1970 para trabalhar na urbana São Paulo, que refletia o auge do milagre brasileiro.

O pai do entrevistado fora em parte seduzido pela oportunidade de independência que a vida urbana poderia lhe oferecer, da mesma forma que os demais irmãos que hoje moram distantes da propriedade. Martins (2002) ressalta que quando ocorre a submissão camponesa ao mercado, mesmo que haja um aumento quantitativo de oferta de produtos no mercado pela família, por outro lado, no caráter qualitativo como na produção direta dos meios de vida, pode levar à desintegração da economia camponesa, a dispersão da família para aglomerados distantes e da proletarianização.

Todavia o mesmo autor acrescenta que

A saída dos jovens e o envelhecimento dos pais repercutem diretamente no modo como essa agricultura é organizada e funciona. Decadências familiares não significam, por isso, o declínio e extinção do mundo camponês, não significam uma tendência histórica. São apenas expressões de uma oscilação cíclica própria desse mundo [...] (MARTINS, 2002, p. 70)

A oscilação a que Martins (2002) ressalta, em parte condiz ao relato de vida do entrevistado que fará o caminho contrário do pai. Após 20 anos trabalhando na construção civil, em 1994 seu pai falece. Em consequência, disso o entrevistado muda-se para a fazenda do avô. Em 1996, ele retorna para a cidade e passa a trabalhar na mesma construtora que o pai trabalhara. Três anos depois, o entrevistado abandona a cidade e volta para a fazenda do avô. Em 2003, retorna à capital devido as insistências do ex-patrão para assumir outra obra. Na grande São Paulo, casa-se e em 2014 e muda com a família constituída (esposa e filha de 2 anos) para a fazenda, agora com o intuito de não mais voltar e ajudar o avô que não tem mais condições físicas para tal trabalho.

A frequente migração do entrevistado entre o campo e a cidade reflete as oscilações e as dúvidas quanto ao tipo de vida que desejava para si. Ao mesmo tempo, ele criticava a exploração do trabalho urbano, mas também considerava baixo o retorno econômico mediante a pesada carga de trabalho que havia no campo. Detecta-se que a constituição de sua própria família nuclear e a necessidade de auxiliar o avô contribuiu para a tomada de decisão.

Marques (2008, p. 65), quando analisa o camponês brasileiro, afirma que ele é um migrante, expropriado da terra, não significa uma ruptura total desse vínculo.

A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de acesso à terra de se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador.

Diferente de um sem-terra que luta contra a terra como mercadoria, o entrevistado 5 tem ao seu favor a propriedade do avô para se recriar como camponês, que se tornou referência dele para iniciar a reprodução da família em seu modo de vida específico. A propriedade do avô (com 87 anos de idade) é de 200 hectares. Em forma de doação, registrado em cartório, o entrevistado 5 recebeu 8,6 hectares para começar sua vida autônoma.

A necessidade de abandonar a cidade e tornar-se camponês foi uma possibilidade de melhoria na qualidade de vida de sua família. Atualmente ele possui 55 cabeças de gado e, parte desse gado foi doação do avô. Das vacas em lactação, doze foram adquiridas com recursos próprios há um ano, oriundas da venda da casa em que residia em Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo. Segundo ele, a venda da casa foi para ter certeza que não voltaria para “aquela vida¹⁹”.

Sua renda é totalmente proveniente da venda do leite. Como iniciante na atividade, a opção foi fornecer para o Laticínio Vale Verde de Capão Bonito, foi a melhor alternativa, mesmo estando no raio de ação da Castrolanda. O volume de produção gira em torno de 120 litros por dia e o camponês informou que, no começo, produzia apenas com as vacas do avô e o preço do litro chegou a R\$ 1,30, porém desde que adquiriu suas vacas mais produtivas, o preço não passou de R\$ 1,10. Não era o caso no momento, mas o entrevistado ressaltou que, em havendo maior necessidade, parte do gado doado pelo avô poderia ser vendido para melhorias ou mesmo manutenção, ou seja, era uma reserva (poupança) disponível.

O relato do camponês foi muito vago, uma vez que a partir de 2016 ele começou com suas próprias atividades após a aquisição das vacas, pois antes oferecia

¹⁹ Palavras do entrevistado ao se referir a vida que possuía na Grande São Paulo e o trabalho na capital.

o leite para o laticínio que retirava das vacas do avô. Quanto às dificuldades, ele salientou que é difícil viver do leite porque é muito trabalho e está começando do zero. O avô sempre adotou o pasto aberto (criação extensiva). Contudo, admite que está satisfeito, vivendo o ritmo de vida pacato do bairro do Turvo dos Rodrigues, deixando a natureza reger sua vida.

Em dias de muita chuva, só saio de casa para retirar o leite no comecinho da manhã, depois volto pra cama e se não tiver nada grave para resolver só levanto para almoçar. Quando poderia fazer isso naquele inferno de obra? (Entrevistado 5, 42 anos, Bairro do Turvo dos Rodrigues, Distrito da Varginha)

O entrevistado pretende dividir com piquetes os seus aproximados 8 hectares (Figura 09) e também está formando a pastagem, gastando com a adubação dela, já que o bairro está num solo arenoso e relativamente pobre, próximo do Rio Paranapanema.

Figura 09 - Vista obtida da sede da fazenda do avô do entrevistado 5.



Fonte: foto do autor no bairro do Turvo dos Rodrigues, distrito da Varginha em 21 de novembro de 2017.
Org.: Floriano Silva (2019).

Esse gasto inicial está atrelado às sobras dos recursos oriundos da venda da casa na Grande São Paulo e para não comprometer ainda mais essa poupança, o maquinário do avô (trator, grade e arado) auxilia no preparo da terra, como também o armazenamento da produção de leite que é levado até o tanque refrigerador de um

vizinho²⁰, que também fornece leite para o laticínio Vale Verde, compartilhando as despesas com a energia elétrica. Durante a conversa, com a presença da esposa do entrevistado 5, foi questionado se ela estava se adaptando à vida no campo ou se gostaria de retornar para a Grande São Paulo. Para a surpresa, ela informou que havia nascido e se criado no campo em Santa Izabel/SP e mudou adolescente para a grande São Paulo para cuidar de um sobrinho e lá conheceu o marido. Afirmou categoricamente que não troca essa vida no campo pela vida na cidade grande e vê um futuro melhor para a pequena filha crescendo no campo do que na violência da grande cidade.

O entrevistado 5 salientou que ainda recebe propostas da construtora para que retorne. Porém, ele afirmou que dessa vez não tem volta.

Eu já passei dos quarenta. Prefiro pagar por fora o INSS para poder aposentar e não perder o tempo de carteira. Hoje vivo do jeito que eu quero. Tá ruim o leite, mas uma hora melhora. (Entrevistado 5, 42 anos, Bairro do Turvo dos Rodrigues, Distrito da Varginha)

A liberdade e a independência do trabalho caracterizam a autonomia camponesa que o entrevistado relata. Ele salienta a preocupação com o futuro, por isso a intenção de destinar parte do seu ganho para manter os pagamentos da previdência social. Ainda que seja uma remuneração baixa, essa futura aposentadoria poderá contribuir para a renda da família ou mesmo uma pensão para a esposa e filha, na ausência dele.

Acredita-se que a experiência camponesa da infância influenciou a decisão do entrevistado 5 em abandonar a vida urbana. Martins (2002) destaca que independentemente da sua inserção no mundo das mercadorias, o camponês está voltado para “dentro”, para o mundo concreto no qual se identifica como no caso, a família e o bem-estar dela. Ao contrário do operário, voltado para “fora”, para o mundo da mercadoria e dos relacionamentos sociais que ela possa proporcionar.

²⁰ O vizinho também foi contabilizado como o entrevistado 6. Ele possui duas propriedades no mesmo bairro, uma com 10 hectares (cultivam de milho para venda) e outra onde moram com 6 hectares (5 ha de pasto e ½ ha. de amendoim para consumo próprio). Está localizada ao lado da fazenda, há uns 400 m da sede. O entrevistado 6 é pedreiro e, no momento, trabalhava fora da propriedade. A esposa e os dois filhos (15 e 17 anos) cuidam do gado leiteiro.

É também voltado para “dentro” que se verificou a oportunidade de outra família assegurar sua manutenção camponesa, agora com a titularidade da sua propriedade obtida por meio de um projeto de assentamento fundiário. Também envolvido com a pecuária leiteira, o entrevistado 7 (52 anos) tem sua maior fonte de renda no fornecimento de verduras e frutas para o programa nacional de alimentação escolar (PNAE), porém diante do cenário que se previa para 2018 seu sustento passará a ser do leite.

A conquista da terra foi obtida por meio do programa Banco da Terra, no qual foi assentado em 2013. Segundo Maia; Sant’ana e Silva (2018), o programa caracteriza-se por ser um tipo de reforma agrária negociada ou mesmo reforma agrária de mercado, desenvolvida ao longo da década de 1990 e aplicada em países em desenvolvimento pelo mundo, como uma adequação da reforma agrária tradicional à nova realidade econômica e conjuntural desse período. No Brasil, foi implantado em 1997 e inicialmente se utilizava de recursos provenientes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Como um programa que possibilitava o acesso à terra, havia apoiadores que, de acordo com Monteiro e Julio (2001), consideravam um avanço para diminuir os problemas sociais e econômicos que afetam uma parcela da população, porém não diminuía a necessidade e a importância do processo de reforma agrária. Os autores ainda salientam que o público alvo desta política eram pessoas que possuíam recursos (trabalhadores rurais ou urbanos), no entanto com condições de assumirem uma dívida e se diferenciava dos que realmente precisavam da reforma agrária (expropriados e miseráveis do campo e da cidade).

Maia; Sant’Ana e Silva (2018) acrescentam que alguns setores da sociedade e dos movimentos sociais de luta pela terra se opuseram ao programa. O argumento deles criticava a substituição da desapropriação por interesse social pela manutenção da lógica do mercado de terras. Em parte, o programa caracterizava-se como o modelo neoliberal que se expandia pelo mundo e; no Brasil, encontrou abrigo com a política adotada pelo governo FHC (1995-2002) que reformulou o programa internacional, modificando o nome para Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Para o entrevistado 7, o programa é considerado muito bom, pois acessou a terra mediante pagamento parcelado e facilitado, que era a alternativa mais próxima

de seu poder aquisitivo após anos deslocando-se de propriedade em propriedade, como assalariado ou parceiro.

O processo para a adesão ao programa, segundo o entrevistado 7, ocorreu por meio de seu irmão que tinha um conhecido que havia sido assentado em outro município. Em 2010, eles foram se informar junto ao ITESP e se organizaram em uma associação com a participação de 11 famílias. Depois de três anos em processo, ocorreu a compra do imóvel de 41,14 hectares no bairro do Peruba, distrito do Gramadinho.

Essa propriedade estava à venda desde o falecimento do proprietário há 16 anos e foi pleiteada pelas famílias que se associaram ao programa. Segundo o entrevistado, o programa pagou aos herdeiros do proprietário R\$ 340.000,00, ou seja R\$ 8.264,00 por hectare. Cada família, descontada a reserva de mata, ficou com cerca de três hectares cada.

Há quatro anos instalados no lote, a família ainda está em processo de melhoria do pasto e dos cultivos (Figura 10). No lote do entrevistado não havia nada, sem ser uma pastagem rala. O foco principal da família no início foi construir a casa e plantar as primeiras mudas de frutíferas (cítricos, acerola, abacate, manga, banana). Para cada família assentada, o programa disponibilizou a fundo perdido R\$ 25.000,00, que o entrevistado 7 informou ter investido R\$ 15.000,00 para construir a casa (mão de obra e material) e os outros R\$ 10.000,00 para o poço artesiano. Além desse recurso e como assentado, conseguiu uma linha de crédito especial do PRONAF, no valor de R\$ 21.000,00, que foi utilizado para aquisição de mourões para cerca, melhoria no do pasto, início dos cultivos de verduras e os equipamentos para irrigação.

Figura 10 - Entrevistado 7 e a esposa junto ao gado no lote conquistado por meio do programa Banco da Terra.



Foto: do autor no bairro do Peruba, distrito do Gramadinho em 14 de novembro de 2017.

No começo, ele informou que ainda precisava trabalhar fora da propriedade de segunda a sábado como assalariado em uma fazenda, enquanto a esposa trabalhava como auxiliar de serviços, terceirizada na escola estadual do distrito da Varginha. Sobravam apenas os domingos para organizarem a propriedade recém-adquirida.

Há cerca de um ano e meio somente trabalhando na propriedade, nota-se que ela vem sendo intensivamente explorada pela família. O pomar já formado em torno da residência produz para o consumo próprio e, às vezes, quando excedente a produção, é direcionada para o PNAE. Também é destinada para o PNAE, 5.000 m² da propriedade para cultivo de verduras (alface, almeirão, couve, couve-flor, repolho, rúcula e cheiro verde). Há 4.000 m² para cana-de-açúcar (destinada à silagem) e o restante é o pasto, que futuramente será a principal atividade da família. Na porção mais baixa da propriedade, há um pequeno açude, construído pelo entrevistado para armazenar água da chuva e de uma mina, com o intuito de criar tilápias para o consumo próprio e para o lazer (pescaria).

Como já citado, a principal fonte de renda da família é proveniente das entregas para o PNAE (80%). O restante (20%) está dividido em trabalho acessório da esposa (cuidadora de idosa) e do filho cadeirante que recebe além da aposentadoria

por invalidez (um salário mínimo), uma bolsa de auxílio social da prefeitura (R\$ 200,00) e uma bolsa da Escola da Família²¹ (R\$ 500,00). Além desses recursos, há “bicos” que o entrevistado 7 realiza com o trator e a carretinha que adquiriu em sociedade com o irmão antes de entrar no lote. Entre os serviços, está o de puxar veículos atolados nas estradas em dias de chuvas e cargas para os vizinhos do assentamento.

O filho casado trabalha fora e mesmo morando em uma edícula anexa, sua renda contribui apenas com as despesas domésticas, não se somando aos investimentos na propriedade. A esposa dele assume as atividades do lar, enquanto a sogra trabalha à tarde.

Por ser um lote pequeno, inicialmente a opção em cultivar hortaliças era uma forma de obter um primeiro retorno do capital investido. Produziram couve, alface e cheiro verde para mandar por meio de um caminhão para o Ceagesp/São Paulo, porém no primeiro ano (2013-2014) já abandonaram a entrega por ter preços muito baixos. Acrescentaram à produção com abobrinhas, conseguindo um preço melhor no Ceagesp. Sabendo sobre o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que para o camponês foi “a salvação da lavoura²²”, abandonaram as entregas para o Ceagesp, todavia na entrevista (novembro de 2017), o camponês já se preocupava com o fim do fornecimento a partir do mês seguinte, quando encerravam as aulas e cessava a aquisição dos produtos pelo programa (Figura 11).

²¹ Aos fins de semana, o filho cadeirante presta serviço na escola estadual do bairro da Varginha como recreador. A escola é aberta para atividades esportivas, culturais e recreação para as comunidades que atende. Essa bolsa é dada pelo governo do estado para custear os estudos em instituições particulares, todavia ele obteve o PROUNI com bolsa de 100%, cursando Educação Física. O ganho com as atividades da Escola da Família é destinando para complementar a renda familiar.

²² Palavras ditas pelo entrevistado.

Figura 11 - Cultivo de hortaliças do entrevistado 7 destinado ao PNAE.



Foto: do autor no bairro do Peruba, distrito do Gramadinho em 14 de novembro de 2017.

Os cortes do governo eram outro medo para o próximo ano (2018), pois ameaçavam o programa e o quanto isso poderia afetar a renda da família. Para exemplificar, ele citou o preço pago pela caixa de abobrinha no Ceagesp e pelo PNAE, enquanto o primeiro pagava entre R\$ 4,00 e R\$ 8,00 a caixa, o segundo pagava R\$ 40,00.

Com o limite anual de R\$ 20.000,00 na quota de fornecimento, ele relatou que ficava com R\$ 13.000,00, já que o frete custava R\$ 7.000,00 ao ano. O frete era oneroso e feito particularmente, mas ainda assim era vantajoso, uma vez que a entrega da produção era ponto a ponto, ou seja, havia uma quantidade específica de produtos que teria que ser entregue em cada escola ou creche. Além do tempo necessário para se deslocar, o custo dos combustíveis e o desgaste do veículo tornava o frete particular mais interessante para o camponês.

“Sem o PNAE a nossa situação estaria complicada, se acabá então... o leite que produzo é pouco e ainda perdi as 5 vacas que comprei (com a voz ameaçando chorar) [...], ou são essas torres ou eu fui passado pra trás com vaca doente.” (Entrevistado 7, 52 anos, Bairro do Peruba, Distrito do Gramadinho).

O relato acima mostra que o camponês está apostando na pecuária de leite, com receio do fim ou de mudanças no PNAE. Entretanto, ocorreu uma tragédia com as cinco vacas que havia adquirido há pouco tempo.

Para explicar o ocorrido com as 5 vacas adquiridas com recursos do PRONAF, o camponês lança duas hipóteses: a primeira seria o fato de a propriedade ser cortada por redes de alta tensão do ramal da ONS proveniente da Usina de Itaipu. O que pode ser descartado, pois ele ainda tem outras 15 cabeças de gado que estão saudáveis. A rede incomodou durante a entrevista, pois o som da corrente elétrica é intenso, mas os assentados afirmaram estar acostumados. Eles salientaram que em dia de chuva, as cercas de arame farpado chegam a dar um leve choque, ocasionado pela alta tensão transportada pela rede. A outra hipótese e mais aceita é que as vacas adquiridas já vieram com determinada doença que as vitimou, como informou o camponês.

A perda foi significativa para o camponês, porém, mesmo com dificuldades, a família de uma forma ou de outra vem encontrando formas de superar em conjunto tal adversidade

*“Se não fosse a aposentadoria do ***(filho cadeirante), que se ofereceu pra guardá pro PRONAF e pro Banco do Brasil (parcelas do Banco da Terra), não sei o que seria da gente...”* (Entrevistado 7, 52 anos, Bairro do Peruba, Distrito do Gramadinho).

A responsabilidade e o compromisso com as dívidas do PRONAF e do financiamento de acesso à terra em parte são uma honra que o camponês espera manter em dia. O PRONAF, para que no futuro possa acessá-lo novamente se precisar e o outro como a principal conquista da sua vida.

A perda das vacas dificultou o início do fornecimento de leite para o Laticínio Vale Verde de Capão Bonito. Ele estava previsto para começar em janeiro de 2018 e até o momento da entrevista, a produção de leite era para produzir queijo para venda e consumo familiar. Entre a aquisição das vacas e o início do fornecimento de leite, o camponês precisou adquirir a ordenhadeira e o tanque refrigerador de 500 litros, tendo que parcelá-los e isso gera mais uma dívida que estão acumulando.

Tais problemas coincidem com o trabalho de Oliveira (2014) sobre a viabilidade dos assentamentos propostos pela contrarreforma agrária ou reforma agrária de mercado no estado do Ceará. Segundo a autora os camponeses assentados não estavam conseguindo produzir o suficiente para a alimentação familiar e muito menos renda para pagar a terra. Isto estaria os conduzindo a se envolverem em uma cadeia de endividamento da qual que dificilmente se libertarão.

A esperança do camponês entrevistado é conseguir sobreviver com a futura renda do leite e poder dispensar o uso da aposentadoria do filho para manutenção do orçamento familiar. Ele está ciente dos baixos preços e os custos que a atividade leiteira está enfrentando, mas assim mesmo é o ramo que melhor conhece e sabe como lidar. É a autonomia dele e de sua família que os conduz a enfrentar os desafios de forma conjunta para superar os interesses individuais a partir das somas das rendas dos membros para um objetivo comum.

Se por um lado a família camponesa utiliza de malabarismo para se sustentar na terra, há momentos que a própria terra se torna um obstáculo para a criação bovina. Entretanto, o obstáculo natural pode representar a oportunidade de abrir o leque de possibilidades da manutenção da família, como o caso do entrevistado 8, do bairro das Antas, distrito da Conceição.

Beneficiário mais jovem da partilha das terras do avô, ele relatou que foi prejudicado frente aos demais herdeiros. Enquanto os outros ficaram com as melhores terras à montante do vale onde se encontrava o sítio da família, ao entrevistado restou um terreno pouco maior que os dos demais, porém no fundo de vale, repleto de banhados e nascentes (Figura 12).

Figura 12 - Terreno alagadiço na propriedade do entrevistado 8.



Foto: do autor no bairro das Antas, distrito da Conceição em 28 de novembro de 2017.

Experiente com a criação bovina, ele viu a necessidade de se adequar ao terreno que lhe coube na partilha. Assim, introduziu há 7 anos a criação de búfalos e

relatou, não ter sido difícil a adaptação. Investindo tudo o que tinha e mais um financiamento do PRONAF, o entrevistado 8 informou que seu rebanho é composto por 65 animais, sendo 19 búfalas que já possuía e mais 20 adquiridas por meio do financiamento.

A produção por animal é pequena, cerca de 8 litros/dia, por isso a necessidade de ter um maior número de búfalas como também a fisiologia do animal ser diferente das vacas bovinas, já que por se um animal mais rústico, há uma sazonalidade produtiva.

“Nesse período de dezembro a março, não se produz leite, porque a época de cobertura, de nascimentos e de desmama ocorre tudo junto. Tenho um touro e tô preparando um novilho pra ser o segundo touro. A maior produção de leite ocorre no inverno entre dois e três meses depois da cria, já cheguei a tirar 120 litros/dia, mas a média é de 80 litros. Os bezerros são desmamados no fim do ano quando começa o verão aproveitando das pastagens verdes para ganhar peso e depois negociá-lo para o corte. Se não respeitar o ciclo, a fêmea não cruza mais e daí é um ano perdido”. (Entrevistado 8, 43 anos, Bairro das Antas, Distrito da Conceição).

O relato do entrevistado mostra o respeito pela natureza do animal e seu devido ciclo reprodutivo. Ele mesmo chegou a salientar que há experiências de inseminação artificial e outras para a manutenção do ciclo, mas ele, no momento, não se propõe a praticá-lo por ser muito oneroso, porém já soube na região de camponeses²³ que já estão produzindo leite nesse período de entressafra.

Ele informou que as cabeças que adquiriu vieram do município de Sarapuí, onde há fazendas que desenvolvem a criação desses animais com o uso de tecnologia e inseminação artificial e do Vale do Ribeira, no sul de São Paulo, que não adota tecnologia, no entanto possui as maiores criações bubalinas do estado.

Sua renda é totalmente oriunda da retirada de leite de búfala e da venda de búfalos para o corte. Questionado sobre como sobrevive na época da entressafra, ele afirmou que dá para tocar sem problema, pois o preço pago pelo litro é satisfatório (R\$ 2,15) e o animal demanda de menores cuidados se comparado com “as vaca fraca²⁴” – palavras do entrevistado.

²³ No município de Sarapuí/SP, há modernas fazendas especializadas na criação de búfalos que inclusive usam da inseminação artificial para manutenção da produção de leite o ano todo.

²⁴ Expressou dessa forma para ilustrar os problemas nos ossos das vacas holandesas e do sacrifício de tais animais que são descartados rotineiramente, segundo seu conhecimento:
- “É” essas mudança genética que deixa “as vaca fraca” virando campeã de leite e “alejada”.

A renda obtida pelo entrevistado 8 estimulou dois de seus irmãos, começarem a criar búfalos para diversificarem suas atividades, hoje concentrada na criação de frangos. Para o camponês, o leite de búfala é um bom negócio porque é mais bem remunerado pela indústria, já que os derivados produzidos com ele têm maior valor agregado do que da criação bovina de leite.

Verruma e Salgado (1994) salientam que a finalidade principal da criação comercial de búfalos é a produção leiteira. Uma característica verificada pelos autores é a menor presença natural de água no leite de búfala e de apresentar elevado valor nutricional, podendo ser consumido tanto na forma *in natura* como na elaboração de derivados, especialmente queijos.

Segundo a TBCA (2018), a composição química do leite de búfala é superior em muitos quesitos se comparada com o leite convencional de vaca, especialmente de gorduras e minerais (Tabela 05).

Tabela 05 - Composição química dos leites de búfala e de vaca

Componente	Leite de Búfala (a cada 100 g.)	Leite de Vaca (a cada 100 g.)
Proteína (g.)	3,82	2,93
Lipídios (g.)	7,02	3,23
Ácidos graxos saturados (g.)	4,68	2,01
Colesterol (mg.)	19,35	12,37
Cálcio (mg.)	180	107
Ferro (mg.)	0,12	0,07
Fósforo (mg.)	120	82
Vitamina A (mcg.)	54	48,9

Fonte: TBCA (2018)

A comercialização da produção é feita com o laticínio Santo Antônio/Yema, situado em Guareí/SP. A Yema Alimentos teve início com um imigrante italiano, Umberto Yema, que chegou ao Brasil em 1947 e trouxe de navio as primeiras matrizes de búfalas mediterrâneas (para o leite), instalando-se em São Miguel Arcanjo/SP. Além da fazenda para a criação, instalou um pequeno laticínio.

Nos anos 1970, além de vender a fazenda, vendeu o pequeno laticínio para outro imigrante italiano, Antonio Ruoppolo, que trouxe seu conhecimento sobre os queijos da região de Salerno, de onde era originário. Sob um novo comando, o

pequeno laticínio diversificou a produção e instalou mais dois laticínios em Guareí/SP e Andrelândia/MG, diversificando a produção para 80 tipos de queijos, visando atender restaurantes e queijarias finas no Brasil e no exterior.

Segundo RODRIGUES (2017), no final do segundo semestre de 2016, os três laticínios da Yema passaram a pertencer ao grupo empresarial italiano Granarolo. A Granarolo, mantendo a tradição de produção de queijos sofisticados de bovinos, caprinos e bubalinos, atua em vários países, chegando agora por meio da Yema para ocupar uma fatia do mercado brasileiro.

Naturalmente, por meio da troca de experiências e de conversas entre camponeses, a criação de bubalinos vem se propagando pela região de Itapetininga, tanto que o próprio entrevistado recebeu visitas de produtores da região interessados em também criar búfalos. Mas, essa criação, como já citada acima, já é relativamente antiga, sendo os municípios de Sarapuí e Alambari os detentores de grandes rebanhos de bubalinos, criados tanto em pequenas propriedades como em grandes fazendas especializadas.

Pela proximidade com o município de Sarapuí, sete dos 42 camponeses do Assentamento Carlos Lamarca, também aderiram a criação de bubalinos. Como ressaltado no capítulo anterior, o assentamento segundo o INCRA teria melhores resultados se direcionado para a pecuária leiteira. Porém, durante os 20 anos de existência, foram modificando as atividades conforme o interesse dos assentados. A criação bubalina em média com 8 cabeças de búfalas por criador, produz diariamente cerca de 100 a 150 litros.

Mesmo assentados na área do município de Itapetininga, eles são assistidos pela CATI – escritório Sarapuí. Por meio dessa assistência, os assentados, seguindo as normas de higiene e melhoria do plantel, conseguiram se inserir na associação de produtores de leite bubalino, sediada em Sarapuí que absorve outros pequenos produtores de leite de Alambari e Capela do Alto, além de Sarapuí e Itapetininga.

A diversificação no tipo de produtor (grande e pequeno) de leite bubalino, em parte coincide com o que Paulino (2012) resalta sobre a produção leiteira e as contradições na relação com a indústria. Exigindo maior participação na produção dos pequenos, a indústria evita de ficar dependente de uma minoria de grandes produtores, que como ela se mantém no negócio capitalista por ser lucrativa. Porém,

se a indústria somente priorizar os grandes produtores, que seriam uma minoria, mas detentores do fornecimento de volumosas quantias de leite, eles podem se articular para boicotar o fornecimento, exigindo preços maiores pelo litro do leite, sendo fatal para os lucros da indústria.

Por isso, a necessidade de equilibrar a produção, pois são:

[...] essas contradições da lógica capitalista que possibilitam a recriação do campesinato, embora muitos não compreendam ou rejeitem as evidências de que há uma intercomplementaridade contraditória entre camponeses e capitalistas. (PAULINO, 2012, p. 221).

Em síntese, a produção camponesa tem no leite sua importância ressaltada por representar a garantia de obtenção de uma renda ao final de cada mês. Por não estar tão suscetível às mudanças climáticas, como as lavouras, a pecuária se torna uma atividade mais segura. Além de ser mantida pelo trabalho familiar, por menor que seja a produção, é possível obter uma remuneração mínima que possibilite a manutenção básica da família.

Se por um lado surgem legislações e obrigações quanto às regras rígidas de controle de qualidade do leite, que podem pesar no orçamento da família, por outro, a maleabilidade de se enquadrar, mudar de ramo pecuário (bubalinos), buscar outros compradores ou mesmo transformar em queijo, manteiga e requeijão para venda direta, para autoconsumo ou até mesmo para a engorda do bezerro para venda ou abate, não os conduz a um abandono tão fácil da atividade.

A sujeição aos laticínios não os atinge completamente. A propriedade do trabalho e do seu consequente produto é o que dá a liberdade que a classe camponesa insistem na atividade pois não se trata só de uma necessidade econômica, mas também social.

3.2 A AVICULTURA

A cadeia de produção de frangos de corte é uma atividade econômica padronizada e artificial, orientada para internacionalização e a ampliação dos seus ganhos. Para ser eficiente e lucrativa, a atividade passou por: melhoramento de linhagens e insumos, investimentos em tecnologias de automatização do sistema produtivo, controle das condições sanitárias de criação, aperfeiçoamento de pessoal quanto ao manejo das aves, além da introdução de um sistema de produção integrado e verticalizado.

Segundo Rodrigues *et al.* (2014), pode-se caracterizar três fases da evolução da avicultura de corte no Brasil:

- 1950 - 1970: Antes a criação de aves era basicamente uma atividade de subsistência, a partir de 1950, houve a introdução de novas linhagens das raças Leghorn e New Hampshire nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com o objetivo de substituir as raças rústicas nas quais eram comercializadas vivas em feiras e alguns comércios da época.
- 1970 - 1990: Na década de 1970 começam a surgir no centro sul empresas avícolas, incentivadas pelo Governo Federal que inovaram na área de genética, com destaque para a empresa Sadia, também responsável pela implantação do modelo de produção de aves integrada trazida dos Estados Unidos para a região Oeste do estado de Santa Catarina, e adotada pelas empresas Perdigão, Seara entre outras.

Nessa fase, o Governo Federal influenciou indiretamente no aumento do consumo da carne de frango industrializado no país, com incentivos fiscais e também na intensificação de novas noções de higiene sobre a carne de aves, por meio do Sistema de Inspeção Federal. O pacto do Estado com o setor privado avícola, segundo Paulino (2012) elucida o jogo de interesse de ambos.

Apesar da significativa queda dos preços da carne de frango no mercado mundial, é possível vislumbrar como a taxa de lucro é assegurada para a indústria: de um lado, com a parcial renúncia fiscal do Estado e a presumida socialização das perdas dela derivadas, de outro lado, com o ônus que recai diretamente sobre os integrados,

em vista da padronização dos preços e padrões requeridos para a matéria-prima. (PAULINO, 2012 p. 136)

- Pós-1990: A abertura econômica proporcionou condições favoráveis aos setores agroindustriais, expondo-os à concorrência a nível mundial, obrigou as agroindústrias processadoras a redefinirem suas estratégias empresariais, assim como a reestruturação e reorganização da base agroindustrial da cadeia produtiva do frango, com a adoção intensa de tecnologia na engorda, abate e logística de distribuição para atender os mercados.

O sistema de integração desenvolvido no Brasil mostrou-se ideal para pequenas propriedades. No entanto, esta cadeia é muito competitiva e possui uma margem estreita de lucro, além de ser vulnerável a condições sanitárias e, portanto, aos poucos esta se direciona para uma integração de formato empresarial com ampliação do uso da força de trabalho assalariada.

A avicultura em Itapetininga é relativamente expressiva, todavia segundo o que se pode apurar, o maior número de aves do município são destinadas às granjas integradoras com força de trabalho assalariada e direcionada para o fornecimento de pintos de um dia. Tais empresas além da produção de ovos prestam diversos serviços a outras integradoras como a produção de ração e de maravalha, este último a partir do eucalipto cultivado em torno dos seus aviários que atuam como barreiras de biossegurança (Figura 13).

Figura 13 - Imagem de apresentação do portal do Grupo Alvorada, quanto a biossegurança de seus criatórios (à esq.) e a imagem orbital da propriedade do grupo entre os bairros da Fazendinha (distrito do Rechan) e do Viracopos (distrito da Conceição), (à dir.)



Fontes: <http://www.galvorada.com>, acesso em 20/08/2019 e Google Earth (2019).
Org.: Florino Silva (2019)

Segundo os dados da PPM (2017), a microrregião de Tatuí, situada ao norte de Itapetininga, possui um volume de aves para abate três vezes maior que o da microrregião de Itapetininga. Isto se deve a concentração dessa atividade e de abatedouros naquela região, tanto que das quatro companhias integradoras citadas pelos entrevistados e que atuam (e atuaram) no município, três estão naquela microrregião.

Em campo foram entrevistados 7 criadores, nos bairros das Antas, do Peruba, da Pescaria, da Fazendinha e do Retiro. As três integradoras que monopolizam o território dessa pesquisa são: a Céu Azul – JBS *Foods*, localizada no próprio município, a Zanchetta – AlliZ, localizada em Boituva-SP (distante 64 km) e a Frango Rosaves sediada em Pereiras/SP (distante 77 km). Desses entrevistados, quatro afirmaram terem se integrado no início da atividade, com a empresa Frango Forte de Tietê/SP (distante 78 km) e que encerrou as atividades em 2009.

Constatou-se no campo que a Céu Azul-JBS *Foods* é majoritária na integração, com quatro entrevistados, o que reflete o papel da proximidade da empresa com os integrados. Em seguida a Zanchetta-AlliZ, com dois integrados e apenas um com a Rosaves. Essa territorialidade, segundo Paulino (2012) deve estar intimamente relacionada a alocação física da empresa evitando que as distâncias do integrado ao abatedouro inviabilizem a atividade.

Segundo o entrevistado 9, entre as exigências feitas pela JBS *Foods*, havia necessidade de o galpão ser equipado com comedouros, bebedouros padronizados; o contrato tornou-se mais rígido quanto as condições de higiene, manejo da criação e, principalmente, o tipo, tamanho e capacidade do galpão. Há também outra vantagem, na visão do entrevistado.

A Céu Azul (JBS Foods) manda pintinho só macho, que engorda mais e paga melhor. A Zanchetta (AlliZ), além de mandar menos do que tá no papel manda muita fêmea misturado. (Entrevistado 9, 70 anos, bairro das Antas, distrito da Conceição)

Segundo Api *et al.* (2017), a maior razão para realizar a sexagem na avicultura está justamente na diferença de crescimento de machos e fêmeas. Fazendo a criação

de frangos com sexo separado, é possível estabelecer manejo e dietas diferenciadas, tamanho de carcaça mais homogêneo para os equipamentos. Além disso,

O maior peso de carcaça, bem como o maior rendimento da carcaça dos machos, pode ser justificado pela maior percentagem de gordura apresentada pelas fêmeas, que acaba interferindo no ganho de peso e na conversão alimentar deste grupo. Em condições semelhantes de manejo e de nutrição, o ganho de peso dos frangos de corte machos apresenta-se superior ao das fêmeas, podendo ser justificado pela melhor eficiência no aproveitamento dos alimentos, melhorando a conversão alimentar com maior deposição de tecido muscular. (API *et al.*, 2017, *on line*).

Em relação ao preço pago, comparando com as informações dos outros entrevistados e integrados a AlliZ que receberam R\$ 0,72 (preço obtido em outubro de 2017) por cabeça, o entrevistado 9 (integrado a JBS) informou ter recebido R\$ 0,81, mas houve época que pagaram até R\$ 1,25/cabeça, preço que a AlliZ, nunca ultrapassava de R\$ 1,00.

O galpão do entrevistado 9, é de concreto armado, moderno, totalmente equipado e automatizado quanto à refrigeração e capacidade para 30 mil aves. Sua aquisição foi pelo PRONAMP-Investimento, que é uma linha de crédito federal para médios produtores. No caso do entrevistado, ele informou que a sua D.A.P para o PRONAF não foi aprovada em virtude de ter outra propriedade (76 hectares) onde se pratica lavoura branca (milho e soja), além de ter outra renda oriunda de casa de aluguel na cidade.

Assim, sua renda proveniente da exploração do estabelecimento não era igual ou superior àquela auferida fora do estabelecimento, o que inviabilizou o acesso ao PRONAF. A vantagem do PRONAF são suas taxas de juros entre 2,5% a 4,6% a.a, enquanto que o PRONAMP é de 6% a.a. O seu antigo galpão que tinha capacidade para 15 mil aves, foi desmontado e seu material vendido.

Em geral, os demais galpões são de tábuas e escoras de eucalipto, além da refrigeração ser ligada manualmente. Em parte, essas estruturas de criação dos entrevistados 10 e 11 ilustram bem as condições iniciais da atividade avícola dos integrados, como Paulino (2012) ressalta

Há alguns anos, a rusticidade das instalações era aceita sem restrições, o que viabilizava o ingresso na atividade de camponeses sem recursos financeiros. Para tanto, aproveitaram o que podiam da propriedade para construir o aviário, desde madeira até telhas, reduzindo assim os investimentos iniciais (p. 146).

No caso da ampliação da atividade pelo entrevistado 10, ele nos informou que para a aquisição desse segundo galpão e a melhoria dos seus equipamentos, ele recorreu ao PRONAF. Ainda que tenha conseguido os recursos para ampliação e melhorias, considerou que poderia tentar vincular-se novamente a Céu Azul, porém está contente, no momento, com o atendimento que a Zanchetta-AlliZ oferece.

Quanto ao entrevistado 11, com um galpão mais precário, informou nunca ter recorrido ao “empréstimo de banco”. Montou seu galpão com recursos próprios, proveniente de trabalhos acessórios como pedreiro, instalação e reparação de cerca para propriedades do entorno, venda de gado próprio e empréstimo com o compadre.

A relação de compadrio no caso do entrevistado é similar ou até superior a um vínculo familiar. Nesse caso o empréstimo com o compadre, foi mais bem aceito pelo entrevistado pois ele considera que a origem do dinheiro que o auxilia vem de uma fonte segura e que não o colocaria em risco sua reprodução como camponês. Para o compadre (credor) além de uma relação monetária é um misto de confiança, sociabilidade e religiosidade. Para ele é uma honra e credibilidade quanto sua capacidade de assegurar o bem dos afilhados, aos olhos dos pais.

Cândido (1979) ressalta que a relação de compadrio vincula uma vida social mais intensa, uma relação afetiva virtualmente contida, criando a possibilidade ou disposição para intercâmbios mais intensos de prestação de serviços e assistência mútua. A honra de ter confiado os filhos a um extra-familiar, muitas vezes em melhores condições econômicas e estabilizado na terra, contribui para este exercer uma suplência paterna, numa eventualidade. Esse laço contribui na co-responsabilidade da criação dos infantes e ao mesmo tempo serve apoio para a consolidação da família ainda presente no cuidado dos jovens afilhados.

A falta de adequação dos entrevistados 10 e 11 às exigências da integradora JBS *Foods* não os levaram a abandonar a atividade ou se endividarem para atender as normas. Foi conveniente para ambos não se sujeitarem a imposição dessa empresa, com o risco de não se manterem economicamente. Assim, encontraram na

concorrência uma forma de assegurar o seu modo de vida, ou seja, estabelecer um limite para sua autoexploração do trabalho.

Se para a primeira empresa eles se tornaram descartáveis por não remunerarem plenamente o capital com adesão a insumos e equipamentos exigidos, recorreram a via mais simples que não interferia em seu modo de vida. Da mesma forma que a empresa é menos exigente com o aviário, por outro lado fornece pintainhos de qualidade inferior de forma a comprar a produção por preço também inferior.

É nesse contexto que se fortalece a tese da independência da classe camponesa e dela ser diferenciada das demais. Se a sujeição às condições brandas dessa integradora é aparentemente desvantajosa, por outro lado ela se basta e permite a manutenção da família na terra sem ter que investir mais e desgastar-se em trabalho.

Esta característica da classe camponesa, converge ao que Paulino (2012, p. 144) ressalta quanto ao choque da concepção criadora da natureza, incutida nos camponeses diante da artificialidade da produção da avícola integrada que leva a um “descompasso entre o tempo da natureza e o tempo da mercadoria”.

Nas condições de produção tecnificada e, particularmente, no caso da avicultura, o processo produtivo passa a estar determinado pelas prescrições das empresas industriais que estruturam o ritmo e as tarefas da atividade produtiva como: forma de alimentar, a preparação da alimentação, quando e como distribuir, o tratamento do frango, o que fazer em casos de doenças etc.

O ritmo de trabalho passa a ser determinado por essas prescrições técnicas da agroindústria, pois o integrado trabalha com o delicado material genético que necessita de uma racionalização no uso dos insumos (quantidade certa distribuída em períodos prefixados), o que leva a perda do controle do produtor sobre sua atividade. A desapropriação do conhecimento tradicional e a imposição do ritmo de trabalho não implicam que o trabalhador avícola não possua ainda certas características e conhecimentos que lhe são próprios, porém não deixa para o produtor maiores margens de autonomia sob a pena de não cumprir os níveis de sanidade e produtividade exigidos pela integradora.

Sorj; Pompermayer e Coradini (2008) consideram a avicultura relativamente limitada para sua proletarização, mas convém sublinhar que este é um setor que se

verifica uma diminuição da ociosidade do capital fixo, devido à rotatividade da engorda ao abate ter caído para 35 dias. Se no momento ainda é um setor onde a produção com o trabalho familiar é dominante e, inclusive, é onde se estipula a taxa de lucro das empresas, esses autores consideram que o avanço da automatização na avicultura poderá conduzir a uma queda na participação das famílias, passando a ser exercidas por empresas rurais que utilizarão pouca força de trabalho.

Tal previsão, em parte, já é uma realidade no município, com a presença de aviários de caráter empresarial, todavia para a postura de ovos férteis e pintainhos. No caso dos entrevistados 9, 10 e 11, o momento em que eles mais necessitam da mão de obra é no apanhe, engradeamento e carregamento, que envolve cerca de 10 pessoas, seguido da troca de cama de frango, limpeza e desinfecção, que necessita de no mínimo 4 pessoas. A ajuda mútua baseada na troca de dias entre essas famílias é a maior fonte de trabalhadores, entretanto, em casos esporádicos contratam-se diaristas para auxiliar no trabalho.

Por outro lado, os demais avicultores entrevistados do bairro do Peruba (entrevistado 12), da Pescaria (entrevistado 13) e do Retiro (entrevistado 14); todos integrados à JBS *Foods*, além de envolverem toda a família (4, 5 e 4 membros, respectivamente), informaram pagar diárias entre R\$ 50,00 e R\$ 70,00 durante os momentos de maior intensidade do trabalho, não ultrapassando 7 dias e no máximo de três trabalhadores.

Ambos informaram terem recorrido aos recursos do PRONAF. O entrevistado 12 e assentado do banco da terra (43 anos, no bairro do Peruba, distrito do Gramadinho), recorreu aos recursos para iniciar a atividade no assentamento e também utilizou da venda de um terreno (125 m²) na área urbana de Itapetininga, para melhorar o seu galpão conforme as exigências da integradora.

O entrevistado 13 do bairro da Pescaria (51 anos) informou que já havia quitado o primeiro financiamento, usado para iniciar a criação, e estava pagando o atual, obtido para melhoria dos equipamentos e ampliação do galpão, preferindo adequar-se às exigências da JBS-*Foods*. Quanto ao entrevistado 14, do Retiro (30 anos), sua família já havia feito três financiamentos PRONAF, todos quitados, sendo o primeiro destinado para criação bovina para o corte e os outros dois para a construção dos dois aviários (24 mil frangos cada), que se tornaram a maior fonte de renda da

família. Ressalta-se que além de criarem frangos e gado de corte, diversificam com uma estufa de tomates diferenciados (gourmet) para comercialização no Ceagesp.

Quanto ao entrevistado 15 do bairro da Fazendinha (63 anos), ele possuía dois galpões para engorda de frango (capacidade de 15 mil aves cada), construídos há 18 anos com a ajuda financeira do falecido pai que era criador de gado. Similar ao entrevistado 3, este informou que nunca contraiu empréstimos com bancos, pois sua situação remediada, permitiu desenvolver-se com a família de forma autônoma.

No início integrou-se com a empresa Frango Forte (Tietê/SP), mas em 2009 diante do escândalo que a empresa se envolveu e da morte de milhares de frangos²⁵, passou a fornecer para a Céu Azul (antes da aquisição pela JBS *Foods*). Todo o trabalho era realizado com a esposa e os três filhos. Com as mudanças na direção da empresa, somado à saída dos filhos da residência (casamento de um filho, e mudança para o meio urbano dos outros) não teve forças para dar continuidade e passou a criar o gado que herdou do pai, cerca de 24 cabeças para cria e venda esporádica dos bezerros, que seria suficiente para a manutenção do casal.

Dois anos após o abandono da atividade avícola, surgiu uma oferta para disponibilizar via arrendamento seus galpões e uma área ao redor, num total de 3 hectares para a criação de ovos para incubação (Figura 14).

A integradora Frango Rosaves, construiu algumas benfeitorias e reestruturou os aviários que é mantido por 8 trabalhadores assalariados em escalas, 24 horas por dia. Ao proprietário e a esposa, que reside no restante da propriedade (2 hectares) o arrendamento hoje corresponde a 90% do ganho familiar anual e o restante da negociação do seu pequeno rebanho bovino.

²⁵ Segundo a Campo News (2009) o frigorífico Frango Forte foi alvo de uma série de denúncias feitas pela imprensa em 2008. Entre as denúncias, a empresa comercializava frango congelado com adição de água acima do permitido por lei, lesando o consumidor. O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento realizou uma fiscalização rigorosa no frigorífico, proibindo por dez dias a comercialização dos produtos. Todos os fatos ocorreram no início da crise econômica mundial, que afetou o abastecimento de milho e soja, em virtude do aumento no preço das *commodities*. Como resultado, a empresa não conseguiu honrar o fornecimento de rações para as granjas afiliadas, ocorrendo a morte de milhares de aves confinadas.

Figura 14 - Croqui da propriedade do entrevistado 15 e a entrada da área arrendada à Frango Rosaves.



Foto: do autor no bairro da Fazendinha, distrito do Rechan em 27 de julho de 2019.

Em geral o que se observa é que a sujeição dos camponeses nas atividades avícolas, diretamente ligadas ao fornecimento ao mercado não os extinguem ou os transformam em empreendedores do campo. Se de alguma forma o tempo da natureza que rege o trabalho camponês é alterado pelo imperativo artificial do tempo da mercadoria, deve-se levar em conta que aceitar total ou parcialmente essa condição, representa uma estratégia dos camponeses para permanecerem na terra de trabalho.

Se por um lado há o risco da avicultura integrada se tornar amplamente uma atividade típica de relações capitalistas, com trabalho assalariado e menor número de trabalhadores em virtude de uma automatização; por outro ela é ainda, uma atividade que tem riscos, especialmente nos momentos de oscilações do mercado. A realização de vultosos investimentos na automação da engorda de frangos pode significar a ruína de um empresário nos momentos de alta oferta e preços baixos.

Por isso, a manutenção da criação avícola por meio das relações não capitalistas possuem maior maleabilidade para sobreviver diante dessas oscilações. Se por um lado a família camponesa se submete a integradora, essa não o domina pois ele detém o meio de produção e sua força de trabalho. Se porventura essa família venha a abandonar a atividade, buscará outra atividade ou mesmo a produção para o autoconsumo para sustentar-se, como exemplificado com o entrevistado 15.

O capital necessita das relações não capitalistas para sua expansão, como visto na avicultura, o que nos leva a reconsiderar os ensinamentos de Luxemburgo (1970) que mostrou que essas relações são inerentes ao próprio capitalismo. Portanto, o

interesse de grandes empresas integradoras em filiar camponeses para a engorda dos pintainhos é uma condição para a reprodução ampliada do capital, como ressalta Martins (1998, p. 21)

A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo, o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também, de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas.

A integração dos 6 primeiros entrevistados e envolvidos diretamente com a atividade avícola foi interessante para sua manutenção no campo, ainda que as empresas integradoras sejam diferentes e o trabalho oscile entre momentos intensos e tênues. Verifica-se que além de entregarem o frango para o abate, a cama de frango é um produto que o avicultor pode revender, assumindo uma similaridade de poupança equivalente à venda de bezerros na pecuária leiteira.

Quanto ao entrevistado 15, este passou a usufruir das suas instalações avícolas que foram arrendadas. Essa renda não entra no mercado da especulação financeira, mas se torna o sustento da família e seu excedente uma poupança para eventualidades de saúde ou de precisão dos filhos residentes no meio urbano. Ele e a esposa não abandonaram o campo, mantiveram seu modo de vida, hoje sustentado pelo arrendamento e pela criação e venda do gado herdado.

Essa poupança que associa-se ao caráter resumidamente econômico não é algo que serve ao negócio, mas atende a uma casa, a uma família, pois como assinala Wolf (1976), o camponês não é um empreendedor no sentido econômico, ele sustenta a família e não uma empresa. Com ganhos maiores, mas também oscilantes a apicultura também é uma atividade camponesa que proporciona o sustento da família e que será tratada adiante.

3.3 A APICULTURA

Segundo Wiese (2000), a relação homem e abelhas é muito antiga. A apicultura é relatada pela primeira vez por Virgílio (300 a. C.) em seu tratado *Geórgicas*.

Entretanto, somente no século XIX é que ocorrem os avanços nas práticas e técnicas da apicultura. No Brasil, até 1840 predominavam as abelhas melipônicas nativas, sem ferrão e produtoras de um mel de alta qualidade.

De acordo com De Paula (2009), a introdução das abelhas europeias (*Apis Mellifera*) no país coube inicialmente aos padres jesuítas e depois com a imigração de europeus para o sul. A vantagem produtiva dessas abelhas deve-se ao fato delas estocarem alimentos na primavera e verão para enfrentarem o rigoroso inverno.

Nos anos 1950, foram trazidas para o país duas espécies de abelhas africanas, apenas para um estudo científico no horto florestal de Rio Claro/SP. Sendo mais agressivas e migratórias, acidentalmente essas abelhas fugiram e se espalharam pelo país se reproduzindo e cruzando com as espécies europeias. Segundo Wiese (2000), hoje 90% da população das abelhas no Brasil, são africanas ou africanizadas. Sem controle, couberam as universidades e pesquisadores produzirem estudos sobre essas espécies visando orientar os apicultores quanto as melhores formas de manejo.

De Paula (2009), ressalta que a apicultura não está somente relacionada com a produção de mel. Há também o importante papel da polinização das plantações, produção da geleia real, de própolis e da apitoxina, de amplo uso no setor farmacêutico e de cosméticos. A apicultura, de acordo com Wiese (1980) pode ser classificada em três formas:

- 1) Como atividade amadora ou um hobby;
- 2) Como exploração secundária, mantendo colmeias com o intuito de contribuir com a polinização de plantas para assegurar maior produção de sementes e frutas e obter mel para o autoconsumo ou comercialização;
- 3) Como exploração profissional, preocupando-se com as técnicas e a atualização tecnológica adotada para a atividade.

As segunda e terceira forma de praticar a apicultura foi o que se encontrou nos trabalhos de campo. Como contribuinte para a polinização, verificou-se que três camponeses do assentamento Carlos Lamarca, estão se instruindo para desenvolverem a apicultura com espécies nativas (sem ferrão). O intuito principal é contribuir com uma maior produção segundo as práticas agorecológicas e

agroflorestais desenvolvidas no assentamento e que será abordada no subcapítulo dedicado a olericultura.

Como exploração profissional, apesar de identificar no município um grande produtor e concomitante intermediário de mel no distrito do Rechan, procurou-se buscar produtores nas unidades camponesas que privilegiem o trabalho familiar. Assim, enquadrados na terceira forma acima, foram entrevistados dois camponeses nos bairros do Viracopos e da Fazendinha.

Localizado na porção oeste do município, essa atividade encontrou maior funcionalidade, em virtude do uso do solo que se realiza nas imediações, com os cultivos extensivos de eucalipto e de laranja onde estão as fazendas da Cias. Fíbria-Suzano e Citrosuco, pertencentes ao grupo Votorantim e do reflorestamento do Grupo Alvorada.

O distrito do Rechan é o que apresenta a maior população do município após a sede urbana. Ele funciona como um reservatório de força de trabalho para as duas empresas do grupo (Fíbria-Suzano, como terceirizados no cultivo e manejo silvícola de eucaliptos e da Citrosuco, para coleta de laranja).

O bairro da Fazendinha é o limite sudeste das plantações de laranja, porém os cultivos avançam à oeste e norte por outros dois municípios: Campina do Monte Alegre e Angatuba. Nesse bairro, além das laranjas, verifica-se um misto de pastagens, silvicultura e cultivos de lavouras temporárias. A monotonia na paisagem causada pela monocultura diminui, conforme se aproxima do bairro do Viracopos, área em que se entrevistaram os apicultores.

Ambos os entrevistados, iniciaram a atividade há 20 anos. Antes eles eram criadores de gado leiteiro e o destino da produção até meados dos anos 1990 era o entreposto do laticínio Vigor, em Itapetininga. Segundo ambos, a adoção da apicultura começou em 1996, com os cursos promovidos pela Casa da Agricultura (CATI) que visavam a melhoria da produção e de renda para as famílias camponesas.

A capacitação que a CATI realizou coincide com os projetos de ordem governamental inspirados pela propagação da “agricultura familiar” que tinha como intuito tornar o camponês um empreendedor e em específico do estado de São Paulo, modernizar a agropecuária praticada nos pequenos estabelecimentos. Em parte essa política refletia a globalização e a necessidade de seguir as normas impostas pelos

grandes consumidores do produto, como a União Européia bem como as medidas para o fortalecimento do Mercosul no mercado internacional.

Segundo Barreto; Dib; Nordi (2014) até a década de 1980, a apicultura convivia com normas adaptadas de outras criações (como a do leite) e a ausência de um padrão no controle laboratorial dos produtos apícolas. Somente na década seguinte elaborou-se legislações sobre os critérios para o processamento e qualidade dos produtos. Além da qualidade, o estado de São Paulo como maior produtor, uniu forças dentro da cadeia produtiva do mel e em conjunto com a secretaria de agricultura estadual, instituiu em 1997, a Câmara Setorial de Produtos Apícolas que era um fórum de debate para os entraves e as soluções do setor.

A Portaria n. 368 (Brasil, 1997) e as Instruções Normativas do MAPA n. 11 (Brasil, 2000) e n. 03 (Brasil, 2001), contribuíram para a profissionalização do setor. De acordo com Barreto; Dib; Nordi (2014), a portaria substituiu as antigas normas da década de 1950, referentes a construção das Casas de Mel e entrepostos enquanto que as instruções substituiu as normas de 1980, quanto aos requisitos mínimos de qualidade do mel para o consumo humano, além da apitoxina, do própolis, da geleia real e do pólen, voltado para atender o comércio nacional e internacional e cumprindo com as peculiaridades pertinentes a cada país de destino.

Medeiros (2014) considerou ser importante o crescimento da participação do Brasil como grande exportador de mel, todavia tais medidas poderiam dificultar a vida dos apicultores que teriam de assumir maiores despesas financeiras, o que em grande parte dos casos inviabilizaria a atividade.

É importante destacar que em momento algum descarta-se a necessidade de fiscalização e controle de qualidade pra uma produção segura de mel e seus entrepostos, porém faz-se necessário, de forma urgente, um ajuste na regulamentação, para que ela consiga conciliar a certificação do produto sem desmotivar a atuação dos apicultores, principalmente em seus encargos financeiros [...] (MEDEIROS, 2014 p.19)

O início da atividade, citado pelos entrevistados 16 e 17, coincide com a organização do setor no estado e conjuntamente adotado em todo o país. Eles informaram que no começo perdiam as colmeias por ainda não dominarem totalmente as técnicas. Na época, o então apicultor do Rechan e hoje empresário do

setor, ajudou muito informando quanto ao manejo das colmeias e também comprando a produção inicial de ambos.

Era uma experiência nova e totalmente diferente da vida que tinham como criadores de gado leiteiro. Sem a ajuda de outro familiar, o entrevistado 16 ameaçou abandonar a atividade, pois era muita coisa pra fazer sozinho e conseguir alguém para auxiliá-lo (diarista) era difícil.

Morria de medo de abelha [...] quando ia retirar os favos, o zunido delas me dava medo, hoje já acostumei. Às vezes precisava de ajuda e era difícil conseguir alguém. Quando conseguia ele vem no primeiro dia, mas não voltava mais, o enxame “afroxava” qualquer macho (risos). (Entrevistado 16, 61 anos, bairro do Viracopos, Distrito da Conceição)

A solução para a dificuldade em conseguir auxílio no trabalho foi a filha única que passou a ajudar o pai depois das aulas, na época com 17 anos. Verifica-se que o entrevistado 16 preferia ver a filha formada e buscar uma vida mais “segura” na cidade, todavia a mesma em conversa informal disse não sentir vontade de sair do campo e prefere trabalhar com o pai. Hoje com 34 anos é casada e tem um filho de 8 anos.

Na fala do entrevistado, ele exaltou a dedicação e a habilidade com que a filha desenvolvia seu trabalho com as colmeias.

É como se fosse um filho. Desde a primeira vez ela não teve medo de mexer com as abelhas. Acho que ela prefere estar com as abelhas que cuidar da casa. (Entrevistado 16, 61 anos, bairro do Viracopos, distrito da Conceição)

Denota-se o despreço ao gênero feminino, mas tal concepção parte de uma cultura em que o homem na divisão de tarefas assume o papel mais pesado no trabalho rural familiar, como indica Bombardi (2004)

Em geral, as mulheres executam os trabalhos mais leves na roça (que são em parte definidos culturalmente, mudam de um grupo camponês para outro) e todos os trabalhos domésticos, desde a limpeza da casa, lavar e passar as roupas, fazer a comida e cuidar mais diretamente da educação dos filhos, em especial dos menores. (p. 211)

Neste caso, o trabalho direto da filha com a apicultura é associada a necessidade da família, como também seu gosto pela atividade. Não se pode generalizar que haja uma oposição quanto aos respectivos gêneros e suas funções específicas, o que está em jogo é manutenção do trabalho familiar, seja ele pesado ou não, inclusive como sucessora da atividade.

Quando na família não existem, por exemplo, filhos homens que desempenhem complementarmente a função do pai, muitas vezes procura-se fazer uma adaptação de tal forma que as mulheres filhas, passam a “trabalhar como homem” (BOMBARDI, 2004 P. 221).

Segundo o entrevistado é durante a safra que o trabalho se intensifica, demandando mais horas de trabalho deles e que tem que ser feito durante o dia dentro do horário específico e com o tempo ensolarado (momento ideal para a coleta que é entre as 10 e 17 horas, horários de baixa umidade, porém quem coordena isso não é o relógio, mas a claridade e a temperatura do dia). Com a ajuda da filha, o trabalho rende mais e é possível coletar os favos em um menor tempo, evitando as intempéries que possam prejudicar a qualidade do produto. Nestes dias, durante as épocas de coleta e manejo intensivo dos enxames, o neto de 8 anos fica aos cuidados da vódrasta, aposentada, que assume também a responsabilidade de cozinhar para as duas famílias, diminuindo um dos encargos domésticos que a enteada teria.

Portanto, ainda que intenso o trabalho, não ultrapassa 7 horas do dia, algo inferior ao dia de trabalho de um operário. Além disso, o tipo de trabalho destinado na apicultura não equivale ao destinado a fruticultura e atividades paralelas (poda de galhos grossos, aplicação de veneno e as vezes a colheita) descritas por Bombardi (2004), algo que a filha consegue administrar bem durante as safras.

Nos momentos de entressafra, o trabalho reduz muito, inclusive o entrevistado relatou que nas épocas de conservação e manejo, desloca-se até os enxames uma ou duas vezes por semana, simplesmente para verificar se não houve o ataque de formigas, tatus e iraras. Tal função poupa a necessidade do trabalho da filha.

A entressafra é um momento em que o camponês tem para um relativo descanso, porém artificialmente há um interesse econômico que se propaga na apicultura que é interromper esses períodos e de ampliar a produção de mel. Segundo

ambos os entrevistados, a produção média por caixa a cada coleta produz entre 35 a 40 Kg de mel. Todavia sabem, por meio de técnicos e extensionistas de campo, que se adotassem uma ampla tecnificação, melhorias no pasto apícola e no manejo, poderiam dobrar²⁶ a produção por caixa.

O que se verifica com o entrevistado 16 é a divergência em adotar completamente esse pacote em prol da produtividade e do mercado. Em sua visão, esses extensionistas e técnicos só pensam em criar potencialidades e técnicas para uma maior produtividade, subestimando o custo adicional em trabalho que novas práticas acarretariam, tanto nas operações correntes como em investimentos.

Assim, a recusa ou aceitação de inovações pelos camponeses não passa necessariamente, pelos mesmos critérios usados pelos fomentadores ou criadores das inovações, mas por critérios baseados na organização da produção camponesa, na divisão do trabalho familiar, disponibilidade de recursos, alterações no calendário já adotado das floradas e das safras de produção e no grau de articulação com o mercado de insumos e produtos.

Para exemplificar o relativo desinteresse em adotar esse pacote de produtividade, cita-se o relato do entrevistado 16 durante um breve intervalo em que se dedica a manutenção e montagem dos quadros com cera de abelha, para futura substituição.

Ontem mesmo, eu vim aqui no galpão montar as caixas depois do almoço. Tava aquele sol! (fim da primavera, em dezembro de 2017) Deu uma preguiça e encostei naquele sofá velho. Era uma hora (13 horas). Sabe que horas acordei? [...] Já passava das 5 (17 horas) (risos) (Entrevistado 16, 61 anos, bairro do Viracopos, distrito da Conceição).

O respeito aos ciclos da natureza possibilitou ao entrevistado ter o total controle do seu trabalho, podendo ele usufruir em optar por dormir ou dedicar-se a qualquer outra atividade, algo que não compromete a sua produção e a manutenção das caixas ou mesmo da geração da renda para a unidade camponesa. Se por um lado, aparenta-se que o operário tem os fins de semana livres do trabalho, reforça-se que esse é mediado por um relógio artificial, desvinculado do tempo da natureza.

²⁶ Segundo o entrevistado 8, houve palestras com técnicos citando a excelência em produtividade obtida em apiários que se modernizaram e conseguem produzir por caixa 70 Kg de mel a cada coleta.

Já o camponês deve sempre estar atento a produção, trabalhando diariamente, dando a falsa impressão de dedicação intensiva a suas lavouras ou criações. O que os diferem é em primeiro lugar, a autonomia que o camponês tem quanto ao controle do próprio tempo, do meio de trabalho e de sua força. E por último

[...] que os camponeses têm tempo livre e, mais ainda mostram que eles determinam o seu tempo e tem liberdade para isso. Evidentemente o tempo livre está determinado pelo ciclo biológico das espécies que cultivam. De qualquer forma, essa liberdade de “não ter patrão” é altamente valorizada, é um dos fatores que possibilita dispor do tempo com maleabilidade. (BOMBARDI, 2004 p. 200)

Na sucessão além da filha, há também no neto (Figura 15) a vontade de manter a atividade. Segundo o entrevistado, o garoto com oito anos insiste em ir aos enxames para ajudar, algo que o entrevistado reluta, mas consideram importante o interesse do pequeno pela apicultura.

Figura 15 - Entrevistado 16 e seu neto de 8 anos, na casa do mel manuseando os favos a serem desoperculados.



Foto: do autor no bairro do Viracopos, distrito da Conceição em 13 de dezembro de 2017.

Esse daí (aponta para o menino) se pudesse nem ia na escola de tarde. Mas não pode. Já não chega a mãe dele ter parado por que queria “sê” livre pra namorar e cuidar de casa? Puxou pro gênio da mãe, não larga o sítio e foge da instrução. Quando quer ajudar, prefiro que ele coloque a cera nos quadros e na manutenção com as caixas. Imagina levar ele para o enxame? Ainda não dá [...] (Entrevistado 16, 61 anos, bairro do Viracopos, distrito da Conceição)

Ciente da importância do estudo para o neto, o entrevistado tem noção das mudanças sociais que se impuseram ao modo de vida do camponês e da sociedade em geral. Ele compara as suas dificuldades para estudar quando era jovem e valoriza a facilidade atual por meio do acesso com o transporte escolar gratuito e a ampliação da rede de educação básica pela área rural²⁷. Outrora, na vida camponesa, tais oportunidades eram difíceis, pois o trabalho familiar era decisivo para a manutenção das famílias, conforme se verifica em Candido (1979)

Desde pequenos os filhos acompanham os pais, familiarizando-se de maneira informal com a experiência destes: técnicas agrícolas, artesanais, trato dos animais, conhecimentos empíricos de várias espécies, tradições, contos, código moral. [...] Apenas um morador enviou o filho durante dois anos à escola rural, situada a cerca de meia légua; mas retirou-o em seguida por achar que, sabendo mais ou menos ler e escrever, já não havia razão para deixar de auxiliá-lo no trabalho. (CANDIDO, 1979 p. 249).

Bombardi (2004) encontrou tal realidade entre os fruticultores da região de Campinas, algo similar ao que Cândido (1979) descreve. A primeira deparou-se com entrevistados que demonstraram um estranhamento quanto ao trabalho infantil ser considerado como exploração. Em parte isso provinha da autocomparação com as respectivas infâncias, nas quais, com idade inferior já labutavam no campo. Todavia, mesmo ocorrendo mais tarde que em comparação com os seus pais, esse se tornava um processo gradual de atuação complementar no trabalho que se intensificaria com o avanço da idade dos mesmos.

As crianças são inseridas no trabalho no momento em que a família julga necessário, reservando, como pude observar no trabalho de

²⁷ Os alunos do bairro do Viracopos são atendidos pelo transporte escolar nos três períodos (manhã, para ensino médio, tarde: fundamental II e noite ensino médio e EJA fundamental e médio) na escola estadual no bairro da Varginha. Já o vizinho bairro da Fazendinha, é atendido nos três períodos porém na escola estadual do Rechan. O ensino fundamental I, para os dois bairros, concentra-se na escola municipal do bairro do Viracopos.

campo, um horário para que possam frequentar a escola. As crianças sabem o valor que a fruta está sendo vendida, nos informaram qual é o processo de comercialização e conhecem como é feito o cultivo. (BOMBARDI, 2004 p. 224)

Esse conhecimento da vida quanto ao trabalho na propriedade, em parte contribui para um amadurecimento mais cedo se comparado com o que ocorre no ambiente urbano. Apesar de ilegal, o trabalho infantil é legitimado pela necessidade de aprendizagem do trabalho do campo que ocorre intrafamiliar. Assim, quando o entrevistado ressalta o *“Ainda não dá...”*, indica que o neto participará do trabalho intrafamiliar ainda como menor, em um processo de inclusão na atividade de forma gradativa, pois em parte tanto o avô como a mãe veem neste trabalho, desde o conhecimento e as experiências desenvolvidas com a apicultura, um dos legados para sua futura vida adulta.

O trabalho de coleta e manejo das caixas ocorre fora e relativamente distante da propriedade. No momento da entrevista os enxames estavam localizados dentro do território da Fíbria-Suzano coberto pelos reflorestamento de eucaliptos. Com a autorização da empresa, as caixas do entrevistado estão localizadas em uma clareira onde há uma rótula para a manobra dos treminhões usados apenas durante o período de corte.

Além da autorização, há algumas regras que o produtor deve cumprir para a instalação das caixas colmeias, como a sinalização num raio de 100 a 200 metros, junto aos carregadores que dão acesso às caixas (Figura 16).

A instalação das caixas só é autorizada pela empresa a partir de dois anos após o plantio do eucalipto, pois esse é o período de intenso manejo (80% ocorre nesse período) do cultivo pela empresa, havendo riscos para os funcionários, como também a floração das plantas está mais acentuada. Para o camponês, há um período de quatro anos para a obtenção do mel, sendo necessária a retirada das colmeias na época do corte. A Fíbria-Suzano, na visão do entrevistado, apoia muito a apicultura de forma que enquanto permite a presença das colmeias em seu território recebe em troca uma semi-vigilância dos apicultores denunciando a presença de caçadores, elemento considerado de maior risco quanto a incêndios.

Figura 16 - Caixas com os enxames do entrevistado 16 no eucaliptal da Fíbria-Suzano (a esq.) e a sinalização obrigatória nas proximidades dos enxames (a dir.).



Fotos: do autor nas terras da Cia. Fíbria-Suzano entre os territórios dos distritos da Varginha e do Rechan em 13 de dezembro de 2017.

Além do mel obtido do eucalipto, o camponês ressaltou que desloca as caixas conforme a época do ano, com o intuito de aproximar as abelhas das floradas, algo que exaltou ser interessante na natureza as diferentes épocas de floração das espécies, assegurando a produção de mel praticamente o ano todo. Para o mel silvestre, o melhor em sabor na opinião do entrevistado, ele não precisa transportar as caixas, pois sua propriedade fica nas proximidades da vegetação nativa relativamente preservada e com as matas ciliares.

Já o mel de laranjeira, necessita ser deslocado para as proximidades dos laranjais da Citrosuco. Portanto, ele adota um tipo de apicultura denominada de migratória. De acordo com Zanusso (2011) a apicultura migratória é o deslocamento de dezenas de enxames para áreas próximas à espécies em período de floração. Essa prática é comum junto às culturas de interesse econômico. Além de obterem o néctar, as abelhas contribuem decisivamente na polinização das plantas e aumentam de forma considerável na produção dos frutos.

Segundo Vieira; Silva; Grande (2004) nos Estados Unidos cerca de um milhão de colmeias são alugadas anualmente para esse fim. No Brasil, já existe o aluguel de colmeias, mas ainda não é uma prática comum, pois estando o país predominantemente na faixa de clima tropical, há um número maior de polinizadores em potencial tais como coleópteros (besouros), dípteros (mosquitos) e outros.

Zanusso (2011) ressalta que a apicultura móvel é praticada por grandes apicultores que viajam com centenas/milhares de colmeias por muitos quilômetros, em busca de flores para suas abelhas e também para fazer a polinização. Entretanto esta é a realidade de poucos apicultores. Para o desenvolvimento desta modalidade de exploração altamente especializada, é necessária uma tecnologia adequada e completa, com equipamentos apropriados para facilitar a manipulação das colmeias, permitir fácil transporte e proporcionar a necessária resistência para os constantes deslocamentos das colmeias.

No caso do nosso entrevistado, durante as floradas da laranja e do eucalipto (duas a três vezes no ano) ele chega a deslocar em três ou quatro viagens com um carro utilitário leve, cerca de 20 colmeias, num raio de no máximo 10 km de sua propriedade. Ele também nos informou conhecer produtores da região que se deslocam para laranjais na região de Avaré/SP (cerca de 150 km de Itapetininga) e outros que vão até o estado do Paraná (Telêmaco Borba cerca de 380 km de Itapetininga), para nas plantações de eucalipto da companhia Klabin.

No caso do mel de laranjeira, o entrevistado 16 relatou há sempre a preocupação com os enxames em virtude dos problemas causados pelo uso de agrotóxicos no cultivo da laranja. Outro ponto salientado é que a Citrosuco não permite a instalação das colmeias dentro dos pomares de sua propriedade.

Entre as alegações que a Citrosuco repassa aos apicultores, segundo o entrevistado 16, é que o manejo da laranja é mais intenso que o da silvicultura e colocaria em risco os profissionais que trabalham no pomar. Assim, há uma recorrente procura pelas propriedades vizinhas aos pomares para a colocação das caixas de abelhas na época das floradas. Ele se diz privilegiado de ter um amigo que permite gratuitamente a instalação das caixas há cerca de 1.000 metros da cerca que divide sua propriedade dos pomares da Citrosuco.

Informou que há propriedades que margeiam a Citrosuco que passaram a cobrar por caixa, algo já trabalhado como renda diferencial I em Marx (1974). Da mesma forma que se arrenda a pastagem convencional para engorda do gado, verifica-se que há o arrendamento do pasto apícola. A diferença é que na pecuária tradicional, o pasto deve ter condições de receber o plantel ou então prepará-lo antecipadamente para a engorda do gado. Ele é delimitado por cercas e todo processo ocorre

internamente com a necessidade de manejo e recomposição da pastagem ao fim do arrendamento, algo que pode ser realizado tanto pelo proprietário como pelo arrendatário, conforme o contrato firmado.

Já o pasto apícola, não gera custos de manutenção, já que ambos não têm a função de recompor a pastagem. O arrendamento nesse caso seria como um aluguel para moradia temporária das colmeias. Elas não são cativas, não estão isoladas por cercas e executam o seu trabalho produtivo externamente por meio de uma migração pendular entre o pomar externo, um corpo hídrico e a colmeia. Portanto, a renda é gerada por que essa porção de terra em localização privilegiada está monopolizada por um proprietário.

Entretanto, o negócio rentista pode sofrer uma inversão de papéis passando a ser o apicultor o beneficiado com tal ação, no qual o trabalho polinizador das abelhas contribui para o aumento da produção agrícola, prática recorrente na Europa e que está ocorrendo em Santa Catarina, nos cultivos de maçãs. Nesse caso, são os produtores de maçãs que pagam aos apicultores o aluguel de colmeias para serem instaladas no meio das plantações.

Toda essa revolução na apicultura brasileira foi acompanhada por um inconveniente, o intensivo uso de nocivos agroquímicos, segundo D'Auria (2014) principalmente os neonicotinoides, cada vez mais potentes e altamente tóxicos às abelhas.

O Brasil é hoje o maior consumidor mundial de agrotóxicos, sendo usados de forma mais intensa nos estados do Sudeste, onde, não por acaso, também ocorrem grandes áreas de monocultura, como a cana de açúcar, a soja entre outras. À toda ação, corresponde uma reação, [...] o sumiço das abelhas já pode ser notado no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Em 2012 e 2013 faltaram colmeias para a polinização da maçã em Santa Catarina e lá os apicultores já recebem aluguel para colocar suas colmeias para polinização. No Rio Grande do Norte, mais especificamente em Mossoró, os produtores de melão também pagam aluguel aos apicultores para que coloquem suas colmeias para as abelhas realizarem a polinização das flores de melão, pois já têm consciência em relação ao aumento da produção, como ocorre em outros países do mundo. Mas esses movimentos ainda são incipientes [...] a maioria dos apicultores ainda paga para colocar suas colmeias nos pomares, como sempre ocorreu nos laranjais do Estado de São Paulo. (p. 42-43)

Se por um lado há a emergência de uma retomada, ainda incipientes, de práticas outrora naturais que agora necessitam ser artificializadas, como a polinização, do outro está uma forte cadeia produtiva industrial que impõe seus agroquímicos causam sérios impactos a natureza e ao apicultor. O entrevistado 16 relatou dificuldades e perdas de colmeias inteiras. Segundo ele, basta uma única abelha contaminada para exterminar a caixa inteira.

Esse ano (2017) tá sendo o pior pras abelhas por causa do agrotóxico. Tem um produto que eles “passa na laranjeira” que fica 60 dias agindo e matando abelha[...] depois que o enxame morreu, tenho que queimar a caixa com o mel, cera [...] nada se aproveita (Entrevistado 16, 61 anos, bairro do Viracopos, distrito da Conceição).

O entrevistado 17, disse que até 2015 não havia tanto problema com os laranjais, pois a pulverização era controlada por ser feita com trator. Com a adoção da pulverização aérea ele considerou que a propagação do veneno passou a ser maior e intensificou a morte dos enxames.

O entrevistado 16 relatou que ele e outros apicultores, chegaram a registrar boletim de ocorrência na polícia civil contra a Citrosuco, porém nada se fez. Chamaram a imprensa e não houve resposta ou divulgação. A CATI também foi chamada, segundo ele, os técnicos coletaram abelhas mortas e prometeram levar para análise. Depois de muita insistência para a divulgação do laudo, informaram ter encontrado apenas duas substâncias que nem eram componentes dos produtos usados na pulverização da laranja.

Segundo D’Auria (2014) há diversos relatos de perdas de abelhas no estado de São Paulo, que podem ser causadas por vários motivos, manejo inadequado e presença de agrotóxicos são alguns, mas a comprovação do uso de agrotóxicos é algo complicado de se comprovar.

Apesar dos relatos e dos fortes indicativos, é preciso coletar as abelhas mortas de forma adequada, enviá-las de maneira correta e em tempo hábil a um laboratório, pagar um alto custo para ser feita a análise que evidencie a presença de agrotóxico, e esse custo é um grande gargalo. Enfim, o apicultor acaba adquirindo outra colmeia, até acontecer de novo e ele desistir da atividade ou mudar de local. (D’Auria, 2014 p. 43)

O entrevistado 16 informou que ele, o entrevistado 17 e mais seis apicultores contrataram os serviços independentes de um laboratório de Franca/SP para coletar as abelhas mortas e fazer a análise. Com um considerável custo para os apicultores, o resultado da análise se mostrou mais fiel à realidade. Segundo seu relato foi detectado 17 tipos de agentes químicos nocivos às abelhas, sendo 11 deles componentes utilizados nos laranjais.

A dificuldade em levar a cabo as denúncias de danos ambientais e sociais, em parte de deve ao peso econômico e o poder político da agroindústria da laranja no estado de São Paulo. Segundo Ribeiro (2008) em uma reportagem com o biólogo Osmar Malaspina, pesquisador do Departamento de Biologia da Unesp/Rio Claro, informou que o combate ao *greening* (HBL) estaria dizimando abelhas no estado de São Paulo. As substâncias neonicotinóides, seriam as responsáveis por tais danos.

Diante desse panorama, o que se verifica é a ampliação e intensificação do uso de tais produtos, com o avanço do projeto de lei ou "PL dos Venenos" que foi aprovado em 25 de junho de 2018 pela comissão especial que analisou o tema, na qual dos seus 26 integrantes, 20 compunham a bancada ruralistas.

Com um governo provisório desde 2016 e sucedido em 2019 por outro que é marcado pelo caráter neoliberal e regido conforme o mercado internacional a tramitação das polêmicas leis se aceleraram. A lei dos agrotóxicos de 1989, foi ressuscitada pelo deputado federal Luis Nishimori (Partido da República – Paraná), mudando certos pontos:

- Muda a definição do que é "aceitável" nos venenos. O texto mantém a proibição de produtos que podem causar riscos graves à saúde, mas os danos teriam que ser "inaceitáveis". Fica em aberto quais seriam os riscos que se encaixam nessa categoria.
- Limita o prazo para que órgãos competentes avaliem e liberem substâncias usadas em defensivos para de 30 a 180 dias. Também cria a figura do "registro provisório".
- O Ministério da Agricultura passa a centralizar a aprovação de agrotóxicos. Hoje, a competência é dividida entre Ministério da Agricultura, Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Os dois últimos são vinculados aos ministérios do Meio Ambiente e da Saúde.
- Passa a chamar agrotóxicos de "defensivos fitossanitários". (AUDI, 2018 – *on line*)

Portanto, verifica-se que o poderio dos impérios agroquímicos e os interesses agroindustriais se sobrepuseram, com as bênçãos dos três poderes no governo federal e estadual acima dos interesses na manutenção do equilíbrio ecológico, da apicultura e das famílias a ela atreladas. Entretanto, mesmo ocultadas pelo poder e ação desses agentes, surgem iniciativas e pesquisas que possam auxiliar no controle do *greening*, de forma a evitar maiores impactos.

Barbosa (2012) destaca a existência de pesquisas em desenvolvimento que envolve o controle biológico do vetor, mas ainda possuem sucesso limitado. Entre elas o uso de plantas repelentes, como a viabilidade da utilização de goiabeiras intercaladas com os pomares de citrus.

As goiabeiras produziram voláteis (odor) que afastam os insetos da planta. De acordo com Gottwald (2010) plantas que produzem repelentes naturais teriam uma vantagem quando comparados com os métodos de controle a partir do uso de inseticidas. Muitos inseticidas utilizados atualmente são sistêmicos o que requer primeiro a alimentação dos psilídeos para adquirir nível letal de inseticida, promovendo primeiramente a transmissão do patógeno e depois sua intoxicação. (BARBOSA, 2012 p. 100).

O entrevistado 17 informou que no ano de 2018 houve um alívio na morte dos enxames causados pela contaminação dos laranjais, todavia a produção do mel de laranjeira foi pífio. Ele acredita que a Citrosuco passou a adotar produtos químicos repelentes dos insetos que provocam o *greening* ao invés de exterminá-los. Todavia, os mesmos produtos causaram a repulsa das abelhas nos laranjais.

Enquanto tais soluções ainda permanecem em estudos, ambos os entrevistados (16 e 17) relataram buscar alternativas para seus apiários. O cultivo da astrapéia (*Dombeya wallichii*), um arbusto permanente, possibilita desenvolver a apicultura internamente em suas propriedades de 29 e 24 hectares, respectivamente. Natural de Madagascar (África), segundo o entrevistado 17, esse arbusto (Figura 17) tem sua floração intensificada exatamente no período de entressafra (do fim de maio até julho).

Além da astrapéia, o entrevistado 17 está programando plantar $\frac{1}{4}$ de hectare de girassol em suas terras (cultivo temporário) que é uma experiência para a

obtenção de mel próximo de sua moradia. Para os camponeses entrevistados, a necessidade da troca de experiências para a adequação de plantas que atraíam as abelhas melíferas e o manejo das colmeias é fundamental para a obtenção de melhores resultados e a manutenção da família no campo.

Figura 17 - Astrapéia (*Dombeya wallichii*) na propriedade do entrevistado 17.



Foto: do autor no bairro da Fazendinha, distrito do Rechan em 27 de julho de 2019.

Foi através da troca de experiências entre os diversos apicultores do Brasil que conseguiram as sementes de astrapéia e que possibilita a produção de mel em parte do inverno, que outrora era entressafra, como pode ser visto no calendário apícola informado oralmente pelo entrevistado 17 (Quadro 09).

Quadro 09 – Meses de floradas das plantas para produção de mel em Itapetininga/SP

J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
EUCALIPTO											
				ASTRAPÉIA							
GIRASSOL										GIRASSOL	
								LARANJA			
									SILVESTRE		

Fonte: Informações prestadas pelo Entrevistado 17 no bairro da Fazendinha, distrito do Rechan em 27 de julho de 2019.

Quanto ao mercado do mel, constatou-se que a produção dos entrevistados, direciona-se quase totalmente para exportação. Segundo o entrevistado 16, o principal

destino da produção é a China. Já o entrevistado 17, informou que o exportador que praticamente monopolizou a aquisição do mel de Itapetininga e região (Prodapys, com sede em Araranguá/SC) comercializa também com a União Europeia e com os Estados Unidos.

No caso do entrevistado 16, se no início a apicultura era uma alternativa para complementação de renda, hoje com o contrato de exportação ele disse que 99% de sua renda familiar é oriunda do mel, com exceção do 1% que ele atribuiu à aposentadoria que a sua esposa recebe. Sendo apenas ele e a filha os únicos a realizarem todo o trabalho consideram vantajosa a vinculação com o único comprador.

O entrevistado 17, mais consciente dos riscos da total vinculação com o agente exportador como também do número de membros (4 trabalhadores em idade ativa) da família dependentes dessa atividade, passou a buscar alternativas para diversificar e aumentar a renda. Visando depender menos do contrato de exportação com a empresa Prodapys, informou que atualmente 70% da renda é com o contrato de exportação, 10% com a venda direta no varejo²⁸, 10% da loja²⁹ e 10% com a venda de bezerros (nelore) para o corte, atividade mantida controlada pelo pai septuagenário do entrevistado, reflexo do tempo que dedicou a pecuária leiteira.

A composição da família que trabalha diretamente com a apicultura do entrevistado 17 é o irmão de 35 anos e a cunhada, mas também contrata mão de obra externa, preferencialmente do gênero feminino. Informou que chegou a contratar, nas épocas de safra, 4 mulheres com diárias de R\$ 70,00³⁰. Com uma produção cerca de 30% maior que a do entrevistado 16, ele procura modernizar aos poucos com seus próprios recursos o beneficiamento do mel para a comercialização. Atualmente com a aquisição de uma desoperculadora elétrica³¹, a demanda por força de trabalho

²⁸ O entrevistado 17 informou que embala mel e fornece às casas de produtos naturais e pequenos estabelecimentos comerciais na cidade de Itapetininga. Informou também ter clientes com atendimento a domicílio (sistema delivery) por meio de aplicativo de celular.

²⁹ Estabelecimento comercial em parceria com a irmã que reside na área urbana. Além do mel, comercializam geleia real, própolis, pólen e revenda de pomadas a base de apitoxina. Atuam como intermediários de produtos naturais, chás emagrecedores e de dieta macrobiótica, instalada no centro da cidade há 4 anos.

³⁰ Dados de fevereiro e março de 2019.

³¹ Equipamento que remove a película que envolve o favo para a retirada do mel na centrifuga. Segundo o entrevistado, o trabalho manual era lento e delicado, por isso contratava mulheres para a desoperculação manual. Segundo o entrevistado tal equipamento custou R\$ 12.000,00, pagos com recursos próprios, da mesma forma que adquiriu sua centrífuga e construiu a casa de mel.

diminuiu, sendo hoje necessária apenas a contratação eventual de duas diaristas nas safras.

Quanto ao mercado do mel, verificou-se que houve a desvalorização acentuada do produto no mercado internacional num intervalo de dois anos. O entrevistado 16 informou que sua produção anual vem crescendo e para 2019 está com uma expectativa de produzir mais em virtude do atraso no rigor do inverno.

Todavia, o aumento da produção não significou maiores ganhos em virtude da queda nos preços do quilograma do mel. Quanto aos custos para a manutenção da atividade, o entrevistado informou que seus gastos³² consomem em torno de 35 a 40% do rendimento bruto.

A partir das informações obtidas em campo quanto ao preço e o volume de produção do Entrevistado 16 no ano de 2017, calculou-se suas receitas bruta e líquida anual com a atividade. Além desse cálculo, se mantido o mesmo volume de produção para os anos de 2018 e de 2019, simulou-se com os preços pagos pelo quilograma de mel (valores informados pelo Entrevistado 17) as respectivas receitas nestes dois anos, como pode ser visto no Quadro 10.

Quadro 10 - Simulação das receitas obtidas com a apicultura pelo Entrevistado 16.

Ano	Produção (Kg.)	Preço por Kg.	Renda bruta anual	Custo %	Renda líquida anual	Renda mensal da família
2017	20.000	R\$ 13,00	R\$ 260.000,00	40	R\$ 156.000,00	R\$ 13.000,00
2018* **	20.000	R\$ 8,00	R\$ 160.000,00	40	R\$ 96.000,00	R\$ 8.000,00
2019* **	20.000	R\$ 4,00	R\$ 80.000,00	40	R\$ 48.000,00	R\$ 4.000,00

* Simulação com volume de produção e custos similares aos declarados em 2017 pelo Entrevistado 16.

** Preços informados pelo entrevistado 17, em 27 de junho de 2019

Segundo o entrevistado 17, o que os exportadores alegaram para justificar a queda no preço foi o aumento da produção nacional e a concorrência com a produção de outros países, que conduziu a renegociação dos contratos com os países importadores, especialmente dos EUA e U.E, que são mais exigentes quanto a qualidade do produto. Entretanto, o mesmo entrevistado acredita que por trás da

³² Tambores de 200 litros, placas de cera para caixas, madeira específica para caixas, fumigador, filtro para os equipamentos, macacões, combustível (deslocamento de caixas) e energia elétrica.

gritante queda dos preços, houve a queda de qualidade do produto que passou a ser exportado, algo que não é responsabilidade dos apicultores, mas dos intermediários.

A gente acredita que foi a ganância dos exportadores. Eles passaram a misturar o produto de boa qualidade nossa (brasileira), com mel barato da Argentina e do Uruguai, para vender em maior quantidade. Na hora que o mel chegou lá e passou no laboratório, eles descobriram a malandragem e derrubou o preço. Quem você acha que tá pagando por isso? (Entrevistado 17, bairro da Fazendinha, distrito do Rechan)

Segundo o entrevistado 17, hoje no Brasil há 5 empresas que negociam a exportação do Mel, instaladas entre os estados de SP, PR e SC. Praticamente formam um cartel, mantendo os mesmos preços para o produtor e a mesma política de alcance no mercado externo.

O importador visita a propriedade uma vez por ano. Vem aqui, fotografa as caixas e a casa do mel pra fazer propaganda lá fora. Nós fazemos a nossa parte de higiene e qualidade, mas e eles? (Entrevistado 17, bairro da Fazendinha, distrito do Rechan)

Apesar das críticas, ambos os entrevistados quando falam do intermediário/exportador, o caracterizam como um mal necessário. Se por um lado dita os preços e exige uma qualidade para o produto, por outro ele os poupa de ter que buscar mercado para escoar a produção apícola. Provavelmente isto se enquadraria com maior intensidade na fala do entrevistado 16, que tem majoritariamente (99%) sua renda vinculada a esse canal de comercialização.

Quanto ao entrevistado 17, apesar da dependência com o exportador (70% da renda da família), este procurou outros canais de comercialização para diversificar as entradas de renda (Figura 18). Se comparado ao entrevistado 16, este aparenta estar em uma transição para a se tornar empresário do mel. Suas referências inspiram-se no empresário do mesmo setor do Rechan.

Como parte da família já está na cidade (irmã) e em virtude da pressão do número de membros sobre a terra, o entrevistado busca diminuir sua sujeição frente ao exportador e passa a buscar na comercialização direta do mel para assegurar uma renda extra, no qual tem todo o controle.

Figura 18 - Loja da família do entrevistado 17 na área central de Itapetininga/SP (a esq.), mel embalado e rotulado pela família camponesa (ao centro e a direita).



Fotos: do autor na área central de Itapetininga em 05 de agosto de 2019.

Para tanto, o camponês entrevistado, estabeleceu junto com a irmã na área urbana um comércio para a venda no varejo da produção. Além dos produtos de fabricação própria (mel, geleia real, pólen e própolis) que são beneficiadas pela família, há a revenda de produtos naturais (raízes e chás medicinais) para dietas macrobióticas compradas de outros fornecedores para diversificar os produtos na loja.

Por outro lado o entrevistado 17 salienta não pretender sair do campo, pois tanto ele como o irmão, herdarão a terra dos pais e nela podem obter o necessário para seu sustento e inclusive manter parte do orçamento familiar da irmã na cidade. É por meio dessa soma de estratégias que se verifica a flexibilidade do camponês em encontrar formas de se reproduzir na terra.

Quanto ao entrevistado 16 e sua filha, dependentes do intermediário do mel. Todavia, essa sujeição da renda da terra é monopolizada por um capitalista que retém do camponês apenas seu produto. Mesmo que monopolize o território apícola, ele não sujeita de forma real a família camponesa ao modo de produção capitalista, pois esta detém para si a força de trabalho e o meio de produção, podendo ter a liberdade de manter-se na atividade ou buscar outra forma de se reproduzir.

Atualmente, o que se observou em campo, nos permitiu classificar que a apicultura é a atividade que melhor remunera o camponês e que requer menor esforço físico do camponês, pois as verdadeiras operárias são as abelhas. A frequência da retirada dos favos e a manutenção das colmeias não é diária apesar de depender de

técnicas para o manejo, diferem muito da atenção dedicada a pecuária leiteira e da avicultura. Na pecuária, há uma demanda maior da vigilância da família camponesa quanto a alimentação, a hidratação, a aplicação de medicamentos e as vacinas além das ordenhas diárias, o que submete o camponês a uma rotina de trabalho estafante.

Na avicultura, durante a engorda a vigilância é constante quanto ao fornecimento de ração, água, conforto térmico e outros cuidados. Todavia, após a retirada dos frangos para o abate, há um breve período de manutenção do aviário antes de receber a próxima remessa de pintainhos, o que alivia o peso da frequência no trabalho em poucos dias.

Em campo constatou-se que a atividade mais frequente na paisagem camponesa também demanda menos trabalho, porém não se compara à apicultura. Propagada na região, em meados dos anos 1990 em paralelo ao desenvolvimento da apicultura, a olericultura acabou ganhando maior expressividade entre os camponeses. As vantagens dessa atividade são a necessidade de pouco espaço na propriedade, exceto o plástico, a maior parte da estrutura é feita por materiais disponíveis na propriedade e permite ele manter seu pomar e criações para o autoconsumo. Acrescenta-se que gera uma produção abundante e em curto prazo de cultivo (35 a 60 dias) além de um rápido escoamento da produção e terem os pagamentos semanais.

4 A OLERICULTURA E A TRANSFERÊNCIA DA RENDA CAMPONESA

A agricultura camponesa participa de forma significativa na produção de alimentos e consequentemente ela fixa população no campo, pois gera trabalho na qual emprega a mão-de-obra familiar. Partindo desse pressuposto, a reprodução do campesinato está relacionada com a atuação dos camponeses no repensar as estratégias de resistência e sobrevivência diante das situações que lhes são impostas pelo atual modelo de produção capitalista. Por isso, a nova iniciativa que vem ocorrendo no campesinato brasileiro retrata um modo novo de agir do camponês de acordo com a sua necessidade que tem de reproduzir o seu modo de vida, mesmo mudando de atividade.

Se outrora as roças de arroz, feijão (intercalado com algodão), milho, cana-de-açúcar e as criações bovinas e suínas para o consumo familiar, caracterizavam a produção camponesa no município, com o avanço das relações capitalistas no campo, houve gradativas mudanças na forma deles lidarem com o solo.

Com a ampliação da oferta da cesta básica (especialmente arroz, feijão e açúcar) e em alguns casos até a carne bovina e suína, mais acessíveis no mercado do que produzi-los na terra, verificou-se que algumas atividades costumeiras dos camponeses quando não foram abandonadas, passaram a ser redirecionadas e até tecnificadas para atender ao mercado para que lhe trouxessem uma melhor fonte de renda ou que pudessem ainda viverem da terra.

Foi o que se constatou com a tradicional pecuária, hoje, especializada na produção de leite e modernizada num conluio entre indústria de insumos, Estado e laticínios. O mesmo ocorreu com a criação de galinhas, transformada em granjas de frangos híbridos, chocados e alimentados artificialmente e em série pelo sistema integrado; e por último com a apicultura, que apesar de ainda estar aquém dos setores anteriores, aos poucos se tenta criar novas estratégias para ampliar as floradas com adoção de vegetais exóticos e diminuir a entressafra na produção melífera.

De todas as atividades nas quais os camponeses se dedicam, a olericultura adotada em estufas é a atividade mais presente na paisagem do município. Tal prática se deve às condições edafoclimáticas relativamente desfavoráveis no município para um cultivo aberto, necessitando da estrutura de escoras, arame e plástico.

Centralizada em quatro produtos principais (pepino japonês, tomate, pimentão verde e pimenta americana) sua comercialização, de forma predominante, segue para as Centrais de Abastecimento, especialmente a central situada na cidade de São Paulo.

A forma de trabalho predominante é o familiar, porém foram detectadas formas mistas de trabalho que mostram uma resistência dos camponeses permanecerem na terra. Antes de adentrar nessas formas mistas, exemplifica-se com o entrevistado 18 (65 anos) que está entre os 68,5% dos entrevistados que afirmaram não contratar força de trabalho externa.

Na propriedade de 21 hectares, vivem apenas ele e a esposa (63 anos). Atualmente a principal atividade econômica da família é a olericultura com uma única estufa dividida em dois cultivos (tomate italiano e pimenta americana), porém o entrevistado informou há 15 anos abandonou a pecuária leiteira que era entregue no entreposto do laticínio Vigor, em Itapetininga. O aumento das exigências³³ do laticínio e a desmotivação dos filhos jovens em seguir com a atividade o influenciaram a abandoná-la.

*O filho mais velho estudava a noite na Varginha e conversava com um pessoal que estava contente com as estufa. Ele começou a falar na minha cabeça e então montamos uma pra tentar. Quem encabeçou foi o *** (filho mais velho). Até que foi bom no começo. Hoje o preço não tá bom não. (Entrevistado 18, 65 anos, bairro do Retiro, distrito da Varginha)*

Apesar da mudança, o entrevistado abandonou apenas a retirada do leite mantendo sua criação que ocupa a maior parte do terreno da propriedade conforme pode ser visto no croqui elaborado abaixo (Figura 19). Segundo ele, o gasto com um tanque refrigerador e as ordenhadeira seria oneroso, mas a falta de motivação dos filhos foi decisiva para o desvio dessa atividade para a criação de bezerros com a finalidade comercial (Figura 20).

O meu gado antes era pra leite e os bezerros valiam pouco. Comecei a cruzar com zebu (nelore) de uns conhecidos pra gerar um touro. Quando os bezerros tem um ano, eu vendo, dá pra tirar uns R\$ 1.000,00 por cabeça. (Entrevistado 18, 65 anos, bairro do Retiro, distrito da Varginha).

³³ Segundo o que se observou, o entrevistado foi uma das vítimas das exigências do PNMQL no início do século XXI, como já abordado no capítulo referente à pecuária leiteira.

Figura 19 - Croqui da propriedade do entrevistado 18
Bairro do Retiro - Distrito da Varginha

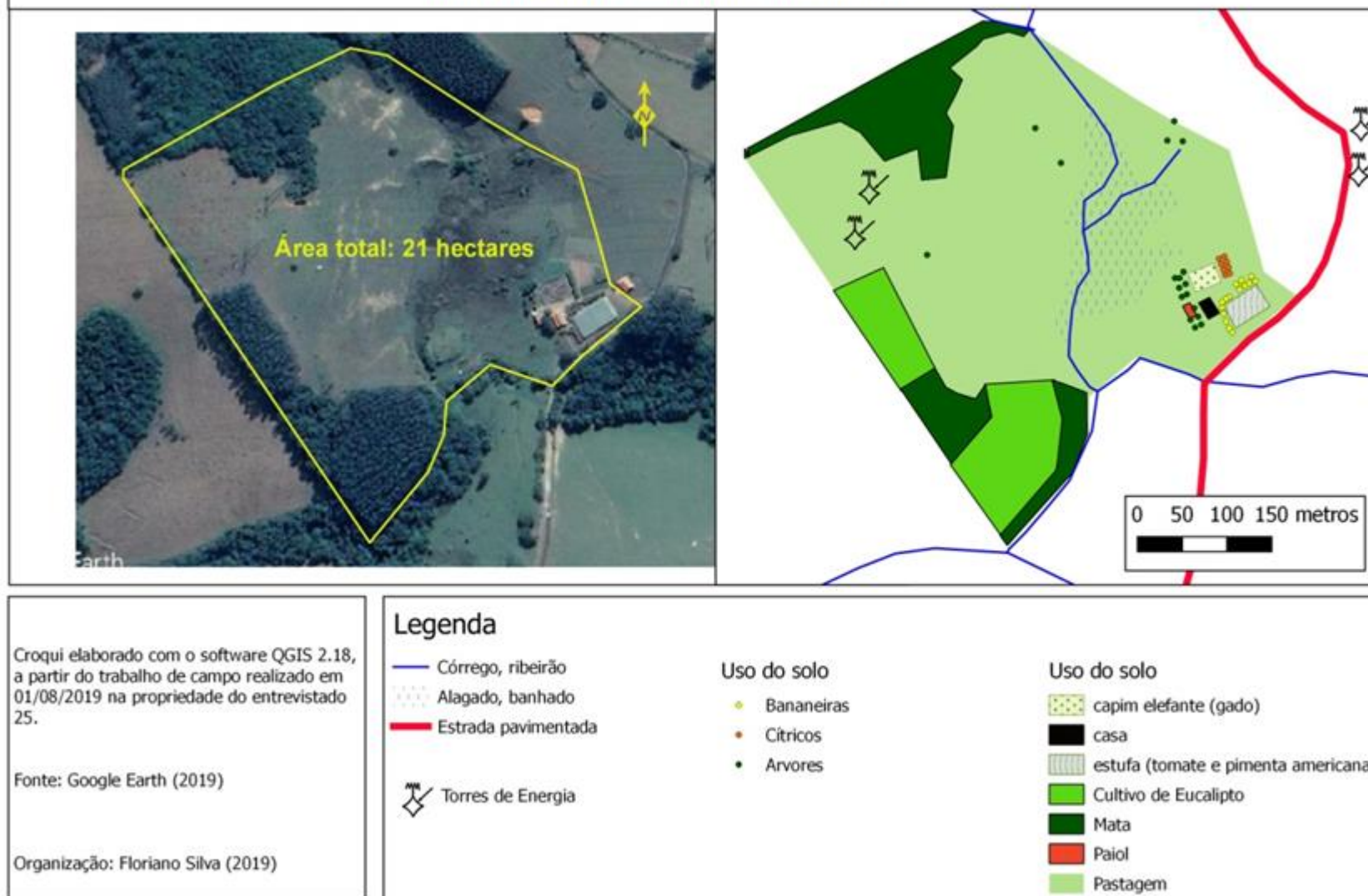


Figura 20 - Gado criado no pasto para comercialização e o paiol da propriedade do Entrevistado 18. Ao fundo e a esquerda, eucaliptos cultivados para uso da família que também é uma possível poupança para momentos de necessidade.



Foto: do autor no bairro do Retiro, distrito da Varginha em 01/08/2019.

Verifica-se que a melhoria do gado foi realizada por meio da solidariedade com conhecidos. Não houve uma relação monetária na mudança de gado leiteiro para o de corte, evitando custos para a família camponesa. Segundo Bombardi (2004) a sociabilidade e a solidariedade entre camponeses cria um vínculo de troca de favores circular (hoje você me ajuda e amanhã conte comigo) que dificilmente se extingue. Há um respeito na comunidade por quem estabelece esse tipo de relação. A estratégia de melhorar seu plantel tende a caracterizar a melhoria do que Ploeg (2008) considera como sua base de recursos.

Administrada pelos camponeses, a base de recursos, organiza-se no processo de trabalho a ser desenvolvido, nas novas formas de produzir com um estilo próprio na qual sua luta social visando melhorar a vida se torna um mecanismo chave e conta principalmente por meio da cooperação entre os camponeses. No caso apurado, verifica-se que a cooperação propiciou a adaptação de seu rebanho outrora de leite, para o corte, auferindo preço melhor na comercialização direta dos bezerros.

A continuidade com a criação bovina, mesmo que a finalidade seja outra, torna-se uma poupança disponível para uso da família. A manutenção é pequena segundo o que o entrevistado informou gastar com vacinas, carrapaticidas e sal mineral. A alimentação é com a própria pastagem da propriedade, além de capim elefante e cana de açúcar que cultiva nas proximidades da estufa. Além do gado, há um considerável

eucaliptal que segundo o entrevistado não tem uso específico, todavia poderá ser utilizado em caso de necessidade na propriedade ou mesmo para venda como lenha.

Outra importante vantagem salientada da pecuária, é a garantia de disponibilidade de esterco bovino próprio e essencial para a adubação dos cultivos nas estufas. Segundo o entrevistado no processo de abandono da pecuária leiteira, a comercialização das vacas mais velhas e alguns bezerros para o abate foi a fonte inicial de recursos para o início da construção da estufa.

A vantagem que estimulou a mudança para a olericultura era relacionada a manutenção de uma renda que outrora era mensal e agora passaria a ser semanal. A construção da estufa (palanques e arames) foi totalmente realizada com o trabalho familiar (pai e filhos). Somente a instalação da lona plástica demandou da participação de um colega de classe do filho e já olericultor no bairro do São Roque. Em troca da mão de obra e do conhecimento para o cultivo de pepino, a família adquiriu as mudas enxertadas dele.

O cultivo de pepino foi abandonado há cinco anos, optando em produzir tomate e pimenta americana. Segundo ele, a opção por esses cultivares se deve a falta dos filhos na propriedade.

[...] só tá aqui eu e a mulher. Os meninos já têm suas vidas. O pepino produz demais e dá mais trabalho para manter e colher. Por menos trabalho de seleção durante o crescimento dos tomates e da pimenta, eu ganho mais. (Entrevistado 18, 65 anos, bairro do Retiro, distrito da Varginha).

O fato dos filhos não morarem mais na casa, diminuiu o número de braços, porém também diminuiu o número de bocas. Diferente de outros entrevistados que tem no pepino uma garantia de ganhos em curto prazo (do plantio a 1ª colheita, cerca de 30 a 35 dias), o camponês entrevistado afirmou preferir aguardar mais tempo (até 60 dias – inverno - para a 1ª colheita) e ter melhor remuneração.

O trabalho, segundo o entrevistado, diminui bastante no cultivo do tomate e da pimenta. Ele afirmou que se por um lado a aplicação de agrotóxicos é mais intensa nesses cultivos, quanto ao pepino a fiscalização dos frutos é cansativa tendo que excluir os pequenos que começam a entortar. Outro fator que se detectou é que o

entrevistado possui apenas uma estufa de 1600m², dividida entre os dois cultivos e segundo ele os cuidados e a aplicação de defensivos são similares.

O entrevistado informou há duas entressafras (sem colher nenhum dos produtos olerícolas) de um mês cada e no inverno ela é um pouco mais longa (aprox. 45 dias) (Quadro 11). Sozinho e às vezes com a ajuda da esposa consegue realizar praticamente todos os cuidados, exceto a adubação e o plantio que conta com a ajuda dos filhos e ocorre nos fins de semana para realização dessa tarefa. Nesse período de 15 dias, o primeiro fim de semana é para a adubação. Durante a semana o material é irrigado e incorporado ao solo e no fim de semana seguinte, as mudas são replantadas.

Quadro 11 - Ciclo anual da produção de tomate e pimenta americana do Entrevistado 18.

CULTIVAR MESES	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
PIMENTA AMERICANA	Colheita	Adubação e plantio	Crescimento	Colheita	Colheita	Adubação e plantio	Crescimento	Crescimento	Colheita	Colheita	Crescimento	Colheita
TOMATE	Adubação e plantio	Crescimento	Colheita	Colheita	Adubação e plantio	Crescimento	Crescimento	Colheita	Adubação e plantio	Crescimento	Colheita	Colheita



Adubação e plantio



Crescimento



Colheita

Fonte: Entrevistado 18, bairro do Retiro, distrito da varginha em 01 de agosto de 2019.

A produção semanal oscila em torno de 20 a 25 caixas. Baseado nas informações obtidas em campo com o camponês e o fretista. Em agosto de 2019 as caixas de 20 kg de tomate e de pimenta americana estavam sendo vendidas aproximadamente por R\$ 52,00 e R\$ 45,00, respectivamente. Salienta-se que tais valores são muito oscilantes, pois ambos os produtos são levados ao Ceagesp em consignação. A partir dos dados informados, tentou-se simular o cálculo da receita bruta e líquida do camponês com a olericultura (Quadro 12).

Quadro 12 – Receita mensal da olericultura, segundo o entrevistado 18.

Produto	Produção Caixa (20 kg.)	Preço (R\$) (por caixa)	Total Bruto R\$	Custo do frete (R\$7,00 . caixa)	Custos de produção (-35%) (R\$)	Total Líquido R\$
TOMATE	80	52,00	4.160,00	560,00	1.260,00	2.340,00
PIMENTA AMERICANA	80	45,00	3.600,00	560,00	1.064,00	1.976,00
TOTAL MENSAL						4.316,00

Fonte: Entrevistado 18, bairro do Retiro, distrito da Varginha em 01 de agosto de 2019.

Segundo o que se apurou com as entrevistas (entrevistado 18 e o fretista), baseou-se no mínimo da produção mensal (20 caixas multiplicado por 4 semanas do mês) para obtenção da receita bruta. Os custos envolvem os gastos com o frete (7,00 por caixa transportada) e por aproximação o entrevistado informou que além do frete os custos com mudas enxertadas, plástico, água (poço artesiano rural da Sabesp), energia, agroquímicos; consumia cerca de 35% da receita.

Aparentemente o resultado líquido obtido a partir dessa simulação dos cultivos somados ao mês conforme as declarações (R\$ 4.316,00), seria relativamente satisfatória para o sustento do casal camponês, entretanto é mister lembrar que essa é uma realidade para o inverno em que os preços da produção estão relativamente altos e que na primavera/verão estes valores pela caixa sofre grande depreciação.

Além da renda da cria e venda do gado e da estufa, o entrevistado informou ser aposentado rural (1 salário mínimo). Como renda fixa, há apenas a aposentadoria, seguido da estufa com menor oscilação e o gado que atua muito mais como uma poupança, o que dificultou um rateio da renda mensal de acordo com cada atividade. Observando o restante da propriedade, constatou-se um grande número de bananeiras (Figura 21) e em menor número árvores frutíferas (cítricos).

Figura 21 - O bananal do entrevistado 18, visto de fora da estufa de tomates (a esq.) e de dentro da estufa de pimenta americana (a dir.).



Foto: do autor no bairro do Retiro, distrito da Varginha em 01 de agosto de 2019.

Autor: *Esse bananal o senhor produz para venda?*

Entrevistado: *Não! É só pra casa. O que nós não come, os “passarinho come”! (risos)*
(Entrevistado 18, 65 anos, bairro do Retiro, distrito da Varginha).

A banana poderia ser mais um produto que o camponês poderia auferir alguma renda, entretanto seu comentário bem humorado mostra que o mercado não rege sua vida. O bananal tem função polivalente na propriedade, além de alimento para a família, ela serve de quebra-vento na proteção da estufa, alimenta a fauna (pássaros) nativa e também como produtora de matéria orgânica (folhas e cepas de bananeiras em decomposição) para serem utilizadas como adubo na estufa.

Como foi visto, o fato de evitar a contratação de força de trabalho externa à família e produzir o próprio adubo na propriedade, contribui para reduzir significativamente a extração de parte da renda camponesa. Ainda que dependam do uso do produto químico para evitar pragas, gastos com o plástico, mudas enxertadas e o frete para o mercado, isso não priva a família, como talvez privaria na análise dos riscos de manterem-se com o fornecimento de leite ao laticínio.

O fato de deterem o meio de produção e uma poupança para a transição possibilitou mudar de atividade através da iniciativa dos filhos que viram na olericultura uma forma de resistência na terra frente ao envelhecimento dos pais e as adaptações quanto a ordenha e conservação do leite. Adaptados com a nova atividade e a respectiva saídas dos filhos da propriedade, o entrevistado abandonou o cultivo do pepino que demandava mais de sua força de trabalho e buscou em outros cultivos ganhar mais com menor esforço.

Mas não é só na propriedade da terra que há a resistência camponesa. Ela pode ocorrer de forma mista, como a parceria e o assalariamento, que possibilita ao camponês e sua família se reproduzirem no campo, da mesma forma que a olericultura pode ser a atividade principal da família como também complementar de renda diante de outras atividades que se desenvolvem na propriedade, como se constatou com o esse entrevistado.

De acordo com o que se levantou no campo, dentre as relações de trabalho a parceria foi pouco representativa com apenas três dos entrevistados. O primeiro foi o entrevistado 19, camponês do assentamento Carlos Lamarca, que cedeu sua terra e seu trabalho familiar para o cultivo de abobrinha (variedade Itália ou italiana) no cultivo biodinâmico.

O parceiro (investidor e residente em São Paulo), segundo o entrevistado, se mostrou comprometido com a sustentabilidade social e ambiental, entrará com as sementes orgânicas, os insumos e os preparados da prática biodinâmica. Sendo ainda recente o contrato de parceria, foi firmada entre as partes que a renda gerada seria dividida em 50%. Ainda com o solo sendo preparado para o plantio numa área de 450 m² (Figura 22), o destino futuro da produção será a feira de agricultura orgânica e biodinâmica e quitandas especializadas na capital e região metropolitana.

Figura 22 - Solo preparado pelo entrevistado 19 para receber as mudas de abobrinha segundo as regras da Agricultura Biodinâmica (a esq.). Entrevistado 20 que é caseiro assalariado e parceiro nas estufas com o proprietário da terra.



Fotos: do autor no Assentamento Carlos Lamarca em 23 de agosto de 2019 (à esq.) e no bairro do São Roque, distrito da Varginha em 14 de novembro de 2017.

O entrevistado 20, residente no bairro do São Roque não possui propriedade e trabalha como caseiro/administrador (assalariado) de uma propriedade de 10,9 hectares. A parceria se desenvolve com o proprietário em apenas três estufas olerícolas (Figura 22), sendo o restante da propriedade pastagem, açude, pomar, horta, galinheiro e duas moradias. No contrato de parceria, o entrevistado entra apenas com a força de trabalho no plantio, nos cuidados e na colheita. Toda a estrutura (estufa), sementes ou mudas, insumos são por conta do proprietário.

O rateio da produção é de 70% para o proprietário e 30% para o entrevistado. Todo o trabalho é todo feito pelo chefe de família e, esporadicamente, pela esposa (que trabalha fora como diarista doméstica duas vezes por semana). Os filhos (dois rapazes de 26 e 22 anos) residem com os pais, mas trabalham fora da propriedade. A parceria é um complemento da renda do chefe de família além do salário que recebe para cuidar e manter propriedade alheia no bairro do São Roque.

O proprietário (um microempresário da Grande São Paulo) não tem ambições econômicas para essa terra, tanto que ele e sua família a utiliza nos fins de semana prolongados para o lazer. Com exceção das duas estufas, há ainda na propriedade três cabeças de gado (duas vacas e um bezerro), o açude com tilápias e o pomar, para o autoconsumo do proprietário, podendo o caseiro e sua família usufruir deles.

O percentual fixado na parceria olerícola, entre o proprietário e o entrevistado é pago mensalmente junto com o salário. Ambos têm o controle do volume de caixas comercializadas pelo romaneio de carga que o fretista transporta. A confiança é mútua e pelo que o entrevistado informou, há muita lisura nessa parceria que se mantém há três anos e meio.

O entrevistado 21, residente no distrito do Gramadinho é proprietário de terra, porém no momento da entrevista, sua propriedade estava sem uso econômico. A parceria que participa, ocorre concomitante ao trabalho assalariado. A propriedade em que trabalha pertence a uma família de descendentes de japoneses, que muito pouco atua na produção direta, administrando a propriedade e escoando a produção de frutas e olerícolas dos bairros próximos ao Gramadinho como fretistas para o Ceagesp de São Paulo.

O entrevistado 21 é registrado como empregado da propriedade junto com outros 6 trabalhadores fixos para cuidar de 20 hectares destinados à fruticultura

(lichia, limão tahiti, tangerina e uva) e estufas olerícolas (tomate, pepino e pimentão) (Figura 23).

Além do salário, os proprietários cederam uma estufa de 2.000 m² (cerca de 2.500 pés) para o cultivo de tomate italiano na forma de parceria. Os proprietários entram com tudo, restando ao entrevistado, auxiliado às vezes pelo filho (este sem registro e remuneração direta), plantar, cuidar e colher em troca de 35% da renda gerada pela venda.

Figura 23 - O entrevistado 21 em três cultivos: o tomate cereja (a esq.) e a uva niágara (centro) como assalariado. Como parceiro, no tomate italiano (a dir.).



Fotos: do autor no distrito do Gramadinho em 15 de dezembro de 2017

A sua propriedade tem três hectares, fica a um quilômetro do seu local de trabalho. Lá reside com a esposa e o filho de 21 anos, onde tem toda a estrutura de duas estufas que eram destinadas ao tomate italiano, mas estão sem uso há um ano e meio, em virtude dos preços pagos e os custos para produzir. Além das estufas, possui um galinheiro, uma horta e um pomar, destinado ao autoconsumo.

Para Kautsky (1980, p. 15), a busca pelo trabalho acessório poderia ser o caminho para a total aniquilação do campesinato, pois se:

[...] cria entre os pequenos lavradores a necessidade de ganhos acessórios, obtidos fora de sua própria exploração. A terra deles é muito limitada para fornecer o excedente sobre as necessidades de sua própria casa. Eles não têm produtos agrícolas que possam levar ao mercado. A única mercadoria que podem vender é a sua força de trabalho que só temporariamente é reclamada em globo pela sua própria exploração. Um dos meios de aproveitá-la reside no trabalho assalariado, efetuado nas empresas maiores.

Como a quantidade de terras seria insuficiente, o camponês se submeteria ao trabalho nas grandes propriedades para complementar a sua renda. Essa mudança para o autor e o emergente antagonismo entre as classes explorador e explorado “penetra na aldeia, no próprio lar do camponês, e destrói a antiga harmonia e a antiga comunidade de interesses.” (KAUTSKY, 1980, p. 15)

Se por um lado as mudanças levaram o autor a levantar o risco da continuidade do campesinato, por outro resgata-se os ensinamentos de Chayanov (1974), quanto ao balanço entre trabalho e consumo. Nos casos em que a produção resultante não cobre as necessidades da família camponesa, os seus membros podem recorrer a outros tipos de trabalho, no próprio estabelecimento, nas cidades ou mesmo em outros estabelecimentos. Isso é o que caracteriza o trabalho acessório, que pode ou não estar relacionado à atividade agrícola.

É importante destacar que, para Chayanov (1974), a prática de atividades não agrícolas constitui uma forma de ocupar a força de trabalho para assegurar a manutenção do equilíbrio que são estratégias que o campesinato adota e que não derivam de nenhum tipo de cálculo capitalista baseado no lucro e na acumulação.

De esta manera, es frecuente que, al buscar la retribución más alta por unidad doméstica de trabajo, la familia campesina deje sin utilizar la tierra y los medios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan condiciones más ventajosas. (CHAYANOV, 1974, p. 120)

No caso do entrevistado 21 do distrito do Gramadinho, a propriedade e a família são pequenas (3 hectares e 3 membros, respectivamente), portanto o consumo dela não seria expressivo e dependente de muito trabalho. O trabalho que é agrícola, mas a serviço de outro, somado a atividade em parceria com o seu patrão, tornou-se mais interessante que manter a própria produção, algo que lhe custaria mais trabalho e maiores riscos no comprometimento da renda familiar. No momento em que as condições do mercado favorecerem, ele voltará a produzir nas estufas próprias, podendo ou não se manter como assalariado.

Nos dois últimos caso de parceria, verifica-se que os camponeses momentaneamente modificaram seu modo de vida, porém isso não os aniquila, como Kautsky (1980) interpretou no fim do século XIX. Shanin (2008) ressalta que os

recursos de sobrevivência do campesinato têm provado ser mais forte do que se pensava naquele século e acrescenta

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008 p. 25)

Da mesma forma que a parceria associada ao assalariamento erroneamente poderia significar a erradicação do campesinato, pois trata-se de trabalho acessório para permanência da família na terra, verificou-se em campo outra relação na qual o assalariamento complementa-se com a fixação da família em terra alheia, similar a prática do colonato brasileiro na transição dos séculos XIX e XX.

Situado no distrito da Conceição, a propriedade é a única do município com certificação para a produção de legumes, verduras e frutas, conforme as práticas da Agricultura Biodinâmica. Segundo Quijano-Kruger e Câmara (2008), a agricultura biodinâmica é a corrente agroecológica que se desenvolveu na Alemanha, em 1924. Ela apresenta práticas comuns à agricultura orgânica, porém em seu método, a produtividade e a qualidade dos vegetais resultam de influências cósmicas como a luz, o calor e dos movimentos lunares. Há também Influência da biologia do solo, a adubação, a compostagem e o uso de animais.

Os preparados biodinâmicos ocupam posição central no método. Eles são elaborados a partir de substâncias orgânicas e minerais, de forma bastante diluída, semelhante aos medicamentos homeopáticos. A dinamização das substâncias naturais aumenta o poder energético da matéria por meio do atrito das moléculas do medicamento e de uma solução inerte como álcool, lactose ou água destilada, a qual promove a transferência da energia da matéria para a solução.

Steiner (1993) considera que o agricultor biodinâmico desenvolve um relacionamento harmonioso e equilibrado com a natureza que lhe permite agir de acordo com as situações, evitando raciocínios mecanicistas. A agricultura biodinâmica

preconiza que a nutrição vegetal equilibrada resultará em alimentos de melhor qualidade, não só em termos biológicos, mas também energéticos.

A entrevistada 22 recebeu a propriedade como herança do avô. A área total da propriedade é de 90 hectares e no passado era dedicada a pecuária para cria e recria. Outrora residente fora do Brasil, a entrevistada retornou e se fixou com seu marido na propriedade. Ela ficou com poucas cabeças de gado (leite para o consumo e produção de esterco para os cultivos), arrendou uma parte das terras e o restante passou a desenvolver a agricultura biodinâmica.

Seguidora de uma cultura de vida alternativa e consumidora dos produtos biodinâmicos, foi voluntária em propriedades que desenvolvem essa prática na Europa. A proprietária buscou orientação junto ao IBD (Instituto Biodinâmico, situado em Botucatu-SP) para introduzir esse tipo de agricultura nas terras que herdou, participando de cursos e adaptando a propriedade conforme os requisitos. Em 2015 obteve a Certificação de produtor biodinâmico. Ela, o marido e uma família de caseiros, que realizam todo o trabalho na propriedade e a entrega da produção. Dentre os produtos cultivados, constam legumes, verduras, frutas, ovos como também cultivos de espécies não tão comuns da alimentação convencional³⁴ dos brasileiros.

Com um hectare de pomar e 5 hectares destinados aos cultivos de legumes e verduras biodinâmicos, o restante da propriedade é de pastagens. A pretensão é ampliar a área de cultivo biodinâmico, porém no momento, devido a quantidade de membros no grupo de consumidores não tem como ampliá-lo. A produção é baseada no conceito de Comunidade que Sustenta a Agricultura (C.S.A), modelo sustentável de agricultura e produção de alimentos orgânicos com destino direto para o consumidor.

Organizados em grupos de consumidores, eles recebem semanalmente uma cesta da produção obtida naquele período, conforme o calendário agrícola biodinâmico, podendo variar o tamanho da cesta de acordo com a época do ano. São produtos de qualidade e procedência reconhecida, tanto que a cada três meses os participantes do grupo visitam a propriedade para as reuniões, nas quais são repassadas informações, participação nos momentos da sementeira e de “rituais” para o preparo de substratos e compostos que adubarão os cultivos.

³⁴ Entre os produtos: ora-pro-nobis, beldroega, taioba, erva-peixinho, batata doce de polpa roxa e batata de açafrão. Entram na cesta semanal ervas aromáticas e medicinais para chás.

O compromisso do C.S.A é que um grupo fixo de consumidores cubra o orçamento anual (compromisso que só pode ser rompido após esse período) da produção agrícola. É uma forma de o produtor se dedicar livremente à produção sem a pressão do mercado. Para o ano de 2017, o valor mensal que o grupo de consumidores pagava era de R\$ 180,00, era um valor alto, porém com o aumento de participantes esse valor seria reduzido. A entrega das mercadorias era feita pela proprietária em um local fixo na área urbana (campus do IFSP) para facilitar o acesso do grupo consumidor, não necessitando deslocar-se até a propriedade semanalmente.

Quanto à família de caseiros, o pai, o filho adulto e o genro têm registro em carteira, isto é, são assalariados. Os adolescentes e as mulheres participam dos trabalhos nos cultivos como também no trabalho doméstico na própria casa e de alguns afazeres da moradia da proprietária (babá, limpeza e, esporadicamente, como cozinheiras durante as reuniões do grupo de consumidores). É cedida a família um espaço para as criações próximo da moradia (galinhas, gansos e patos) e horta para o consumo da família que mantém uma distância relativa da área de cultivo biodinâmico.

O patriarca da família que trabalha na propriedade era lavrador no interior do estado de Alagoas. Ele migrou para a grande São Paulo no início dos anos 1990, trabalhando como assalariado em diversos ramos. Ribeiro (1995, p. 249) retrata bem esse gigantesco fluxo que levou milhares de nordestinos a seguir em direção ao sudeste. Para o autor, o desejo de uma transformação renovadora da vida é típico dos povos novos, entre eles o brasileiro.

Não estando atados a um conservadorismo camponês, nem a valores tradicionais de caráter tribal ou folclórico, nada os apega às formas arcaicas de vida, senão as condições sociais que os atam a elas, a seu pesar. Essa atitude receptiva a mudanças em comparação com o conservadorismo em que se observa em outras configurações histórico-culturais, não é suficiente, por si só para promover a renovação. A família mais humilde, do interior mais recôndito, vê no primeiro caminhão que chega a oportunidade de libertação. Seus membros mais jovens [...] quererão antes partir do que ficar, prontos que estão a se incorporar aos novos modos de vida.

Depois de casado com uma migrante nordestina e com dois filhos pequenos na época, partiu em busca de trabalho no interior para ser caseiro em chácaras e sítios.

Há cerca de seis anos o casal está nesta propriedade. Além dos caseiros, foi informado pela entrevistada 22 que periodicamente a propriedade recebe visitantes do exterior e do Brasil, eles permanecem em sua casa durante 15 a 30 dias, em média. São alimentados e hospedados sem custos em troca apenas do trabalho voluntário na propriedade, conforme as práticas da agricultura biodinâmica.

Na tentativa de compreender a família de proprietários, verifica-se o abandono da vida urbana na Europa para assumirem a propriedade herdada. Além disso, ambos não exerceram em suas vidas atividades rurais, com exceção dos trabalhos voluntários e esporádicos em propriedades biodinâmicas da Europa. Por outro lado, a mudança de vida do urbano para o rural, a participação direta nos trabalhos da propriedade junto à família de caseiros, cria uma particularidade na qual não há apenas a exploração homem x homem, mas também a autoexploração.

Shanin (1980) evita conceituar o camponês como um modelo único, da mesma forma que Almeida (2006), quando procura compreender a identidade de uma classe pura em meio às diferenças profundas entre eles. Para a autora, entende-se que os camponeses são uma classe *sui generis* pela sua contradição: ao mesmo tempo em que são proprietários dos meios de produção, são também trabalhadores, portanto, diferente da classe proletária ou da patronal.

No caso do jovem casal que herdou a propriedade, segundo Ploeg (2008), diante dos embates com o mercado, novas atividades, práticas e trajetórias de desenvolvimento são constituídas, nas quais a rebeldia e a insubordinação total do campesinato busca trabalhar no outro lado da fronteira que separa os circuitos da mercadoria dos circuitos da não mercadoria.

O mesmo acontece onde os produtos novos são canalizados através de circuitos novos que ligam produtores e consumidores: as transações são fortemente enraizadas em novas relações não mercantis que dominam, especificam e legitimam as relações mercantis particulares. Aqui, é importante assinalar que essas novas constelações interessam e atraem jovens (de contextos agrários e não agrários), assim como são fortemente apoiadas por novos movimentos sociais, como o movimento *Slow Food*. Elas alargam simultaneamente essas novas combinações híbridas de padrões mercantis e não mercantis a uma grande variedade de fenômenos frequentemente confusos, que presenciamos, por exemplo, na “agricultura apoiada pela comunidade”. Em suma, como reação ao domínio atual dos mercados, as “velhas” transações não monetárias

estão se disseminando cada vez mais de forma substancial, enquanto novas formas estão sendo desenvolvidas. (PLOEG, 2008, p. 295-296)

A vivência em outra cultura, como a visão cultural-humanista, somada à oportunidade de deter uma propriedade para executar sua agricultura alternativa torna-se uma crítica simbólica à ação dos mercados. É também a uma crítica à má alimentação humana a partir de legumes, verduras e frutas, adubadas artificialmente e contaminadas por agrotóxicos, bem como produtos refinados e artificializados pela indústria, comandadas por Impérios³⁵, como denomina Ploeg (2008), do início ao fim da cadeia produtiva.

Para a família de caseiros, sem deter a propriedade da terra, deduz-se que é uma tentativa de recriação camponesa. Se antigamente o patriarca da família foi lavrador no agreste alagoano, o fato de migrar em busca do sonho urbano no Sudeste não o descaracterizou como tal. Conforme foi constituindo sua família e adicionado à exploração do trabalho, aos baixos salários como proletário, a segregação social, a violência da grande cidade e a preocupação com sua prole o levaram a um *fugere urbem*.

O fato de ele estar sem terra própria e dividir as tarefas em família, produzindo e criando para o autoconsumo em paralelo com o trabalho assalariado, resgata a sua origem lavradora e, ao mesmo tempo, é um sintoma nostálgico de que as dificuldades no campo não se comparam às dificuldades e os riscos que a família correria na periferia metropolitana da capital. Diante do risco da fragmentação social da família, ele optou em se submeter a condições similares ao do colonato do café do início do século XX no interior de São Paulo, pelo que foi detectado nesta propriedade. Assim, mesmo sem a propriedade da terra, compreende-se o que Marques (2008, p. 60) caracterizou como campesinato, não sendo um conceito fixo e estanque.

[...] uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida juntamente

³⁵ Segundo Ploeg (2008), os Impérios são empresas de processamento de alimentos fortemente centralizadas, que ampliam suas operações em escala mundial, personificados como grupos do agronegócio, grandes varejistas.

com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

É nessa diversidade de formas de acesso a terra, que caracterizam-se os próximos entrevistados, que alcançaram o acesso ao meio de produção por meio dos movimentos sociais. Cientes dos riscos que sua família corria nas periferias urbanas de São Paulo, Sorocaba, Campinas e Votorantim, da mesma forma que o entrevistado anterior, estes aderiram ao MST em busca de seu acesso a terra como proprietários.

Quando entramos no movimento, pensávamos nos riscos, ainda mais tinha acabado de acontecer o massacre de Eldorado no Pará. Mas ficar naquele lugar em Votorantim, passando dificuldade, não dava não. Foi difícil morar no barraco, mas é lá que você começa a entender a lógica do movimento, a colaboração, o trabalho em conjunto. Pra entender o movimento tem que viver o acampamento. Diante dos mais de 10 anos que o resto do pessoal da Sapituva e da Santa Maria (da Várzea) estão acampados; nós até que ficamos pouco tempo debaixo da lona! (Entrevistada 23, 47 anos, Assentamento Carlos Lamarca)

A entrevistada 23 juntamente com seus dois irmãos e respectivas famílias, aderiram ao MST em 1996, exatamente na época do violento conflito agrário ocorrido em Eldorado dos Carajás, no Pará. Diante das dificuldades de viver na periferia de Votorantim (SP) optaram em assumir o risco junto ao Movimento. Primeiramente, acampados junto a rodovia SP-129 (Estrada Velha Tatuí-Itapetininga) e depois junto a estrada margeando a Fazenda Sapituva (Bairro da Pescaria, Itapetininga), conseguiram acessar a terra após dois anos acampados, recebendo os lotes no Assentamento Carlos Lamarca.

Segundo o que se apurou, na adaptação à terra não foi fácil e diversos foram os obstáculos para comercializar a produção, especialmente sem a ação dos atravessadores

Quando fomos instalados o INCRA estimulou em um projeto único, criar gado de leite pra Conab. A Conab fechou (referiu-se a suspensão do PAA-leite no município). Por isso todo lote ainda tem umas cabeças, pelo menos para o consumo. Tentamos plantar pimentão pra vender no Ceagesp (SP). Conseguimos até uma caminhonete pra tirar o atravessador (fretista). Pagamos pra trabalhar, pois ficava em consignação, com o preço baixo do produto, mais os custos de viagem, [...] desistimos. Entramos no PNAE, depois de um ano, a prefeitura cortou o frete. Usávamos a caminhonete para entregar ponto-a-ponto. De repente começaram a exigir uma produção “de Ceasa”(volume de produção) que era impossível cumprir e todo dia tinha que rodar a cidade toda entregando. [...] Vieram uns motoristas (fretistas) e tentou convencer a gente a entregar pra eles, mas não deu não.

Cada um foi indo pra um lado. Eu tentei com o mel. Foi muito bom, porém não conseguia escoar a produção, vendia pouco e não queria atravessador. Hoje estou com minhas irmãs na agroecologia e as bancas nas feiras (sábados em Sarapuí e domingos em Itapetininga). Até ontem (de 19 a 22/08/2019) estava fazendo curso no SENAR pra criação de abelhas sem ferrão. Gostei muito, acho que vou retomar a criação de abelhas, sabendo que elas produzem só 800 gramas por ano. O mel é valorizado, esse potinho aqui (100 ml) ganhei num sorteio entre os alunos do curso. É de abelha mandaçaia. O professor (técnico) disse que no mercado custa R\$ 50,00. O preço pago é bom, mas o que mais tá me incentivando é criá-las para polinizar nossas plantas pra produzir mais. (Entrevistado 24, 50 anos, Assentamento Carlos Lamarca - grifos nosso).

Atualmente a família entrevistada está conseguindo renda por meio da produção agroecológica. O relato do entrevistado, quanto ao retorno à apicultura com espécies melíferas nativas do Brasil, mostra que o interesse maior não é exatamente com a produção de mel, mas com a possibilidade de aumentar a produção agroecológica com uma ação mais intensa da polinização das plantas.

Segundo Scheuer *et al.* (2017) a agroecologia é articulada a partir dos conhecimentos e experiências dos agricultores integrado ao conhecimento científico, permeando técnicas mais sustentáveis, menos dependentes de inputs não renováveis, manejo e conservação dos recursos naturais e a manutenção da capacidade produtiva em longo prazo, com respeito à diversidade biológica. A agroecologia não está fundamentada apenas nos aspectos agrônômicos e ecológicos, mas também, em questões socioeconômicas dos agricultores e busca a inter-relação entre os cultivos ser voltado para a otimização do ambiente. Para que haja uma prática agroecológica, necessita repor no solo e no ambiente em torno uma diversidade de microrganismos, de animais e de plantas, que contribuam para a ciclagem de nutrientes da matéria orgânica de forma biológica.

Juntamente com a agroecologia, os assentados fizeram e ainda fazem a reconstituição da vegetação local. O reflorestamento com frutíferas e espécies nativas, por meio do sistema agroflorestal, inclusive reconstituiu duas nascentes dentro do assentamento que estavam degradadas por causa da pecuária extensiva que era praticada na fazenda, antes da desapropriação. Além dessas práticas, verifica-se o cultivo de espécies alimentares pouco comuns na dieta atual e comercial dos brasileiros, como a bortalha (planta rica em zinco) e a flor comestível da capuchinha

que além de alimento é usada em tratamento de infecção urinária, escorbuto e doenças de pele.

O consórcio do plantio de alimentos com a reconstituição da floresta, além de benéfica à natureza, possibilita um ambiente melhor para o desenvolvimento dos cultivos, protegendo-os das intempéries e do rigor do clima no inverno local, como o caso do café cultivado na sombra da mata reconstituída que não foi queimado pela ação das geadas do início de julho de 2019 (Figura 24).

Figura 24 - A Bertalha (a esq.) e a Capuchinha (no centro) agroecológicos e o Café que foi preservado das geadas de julho de 2019 por meio do sistema de cultivo agroflorestal (a dir.).



Fotos: do autor no Assentamento Carlos Lamarca no dia 23 de agosto de 2019.

Outro ponto salientado na fala do entrevistado 23 se refere à negação quanto ao atravessador citado em três momentos (grifos nosso). O fato de poder deter o produto do próprio trabalho e buscar fornecê-lo diretamente ao mercado é uma forma de resistência contra a rapina dos intermediários. O abandono da atividade a introdução em outra, sem o medo de tentar e mesmo falhar, além de introduzir no campo cultivos diversificados mostra bem o diferencial do camponês: ser livre e detentor de seu meio e de sua força de trabalho para produzir.

Tentar é experimentar, mas só podem fazê-lo aqueles que detêm não apenas o controle sobre o seu tempo e seu espaço, mas, sobretudo, o controle sobre os processos que envolvem, do qual emana o conhecimento que alimenta a capacidade de inovação criativa.
[...] o experimentar subsume um determinado foco, que não é outro senão o controle próprio do processo produtivo e de recriação social,

invalidando assim o pressuposto de que a existência camponesa seria uma condição dada e determinada por agentes externos.

[...] sua capacidade de permanecer na terra tem sido a arma utilizada nas circunstâncias de progressiva desestruturação econômica, momento em que optam por abandonar bruscamente a atividade comercial principal e, assim, dar as costas aos capitalistas que se nutriam da renda ali gerada (PAULINO, 2012 p. 327-328).

A produção agroecológica dos camponeses é comercializada diretamente nas feiras livres em Sarapuí aos sábados e em Itapetininga aos domingos. Atualmente, possuem duas bancas na feira de Itapetininga (Figura 25). Comercializam ervas medicinais, temperos, mudas de plantas, frutas, legumes, verduras e recentemente passaram a comercializar cereais como arroz e milho de pipoca e as leguminosas como o feijão e ervilhas, todos produzidos no assentamento.

No começo não foi fácil. Você não sabe o que a gente ouvia!!! Teve gente que veio bater boca, criticavam o MST e as ocupações, teve gente que falou que conheceu o Lamarca e que ele não prestava. Mantemos a faixa porque é a nossa identidade, é a nossa resistência. Hoje já temos clientela que entende nossa luta pela produção de alimentos sem agrotóxico. Colhe-se no final da tarde para na manhã seguinte estar na banca o produto fresquinho [...] dá pra contar nos dedos as bancas (da feira) que é de produtor. O resto é tudo 'colhedor' de Ceasa. (Entrevistada 23, 47 anos, Assentamento Carlos Lamarca)

Além do preconceito com os assentados na feira livre, salientado pela entrevistada, houve críticas quanto ao nome do assentamento homenagear o guerrilheiro fluminense Carlos Lamarca, que viveu parte de sua luta contra a ditadura militar (1964-1985) no Vale do Ribeira (próximo de Itapetininga). A crítica da entrevistada ressalta o papel das feiras livres cada vez mais, sendo supridas com hortifrutigranjeiros vindos das Centrais de Abastecimento. A mercadoria que viaja quilômetros chega ao consumidor menos frescos e sua procedência é desconhecida, e certamente, no início dessa cadeia há exploração de uma família camponesa, visto pelos assentados como o maior fantasma que assombra seu modo de vida.

Figura 25 - Banca dos camponeses do Assentamento Carlos Lamarca, na feira livre aos domingos na Praça Peixoto Gomide, centro de Itapetininga/SP.



Foto: do autor no centro de Itapetininga/SP em 25 de agosto de 2019.

Todavia, nem todos os assentados possuem essa visão de liberdade quanto a comercialização direta da produção. Como já salientado na pecuária bubalina leiteira, sua produção destina-se a um laticínio que certamente retém maior parcela da renda gerada pelo trabalho camponês. Foi citado entre os entrevistados no assentamento, que em outros lotes há produção convencional de melancia e abóbora para serem comercializadas no Ceagesp (SP).

A variedade de relações estabelecidas direta e indiretamente com o mercado, são mediadas conforme a visão de cada camponês e sua família. Cabe a eles definirem o grau de sujeição do extravio da sua renda ou mesmo a negação desta. Se por um lado os assentados possuem o meio de produção, os outros entrevistados fora do assentamento que não a possuem não são menos camponeses. Como visto anteriormente com os diversos entrevistados, a soma das relações de parceria, assalariamento e até um tipo de colonato reformulado, permitiram a essas famílias manterem-se ou acessarem a terra de trabalho, mesmo que essa não lhes pertença.

Similar ao entrevistado 21 houve outro camponês que possui sua própria terra, porém prefere arrendar terra alheia por considerar essa mais propícia aos seus interesses olerícolas. O fato de arrendar poderia transformar o camponês entrevistado em um pequeno capitalista, contanto que contratasse força de trabalho, pagasse a

renda e fizesse a retenção de seu lucro. Todavia isso não foi comprovado, pois o renteiro e sua família exercem também o papel de trabalhadores.

O entrevistado 25 tem residência no bairro do Espigão (distrito da Varginha) distante 8 km das estufas, instaladas no distrito da Varginha. Ele relatou que seu contrato de arrendamento fixado em dinheiro ocorre na propriedade do pecuarista que também arrenda a terra para o cultivo de batata com trabalho assalariado, que foi tratado na explanação sobre a Renda Diferencial II.

O valor da renda cobrada é bem superior ao valor pago pelo hectare destinado à batata (R\$ 496,00). Ele nos informou que há seis anos cultiva pepino, pimentão e tomate nessa propriedade. Suas três estufas ocupam 0,5 hectare³⁶ mediante um pagamento anual de R\$ 6.000,00 para usufruir da terra mais fértil, localizada próxima à sede da propriedade, da água do poço artesiano e da energia elétrica disponível na propriedade. Toda a estrutura (arames, madeira, irrigação, plástico) como também a adubação orgânica e química e as mudas das plantas são por conta do renteiro.

Diante das declarações do renteiro, simularam-se os custos da produção de acordo com os preços informados e pesquisados em dezembro de 2017 e a renda na produção apenas de pepino (Quadro 13).

Quadro 13 - Custos de produção de pepino e preço atual pago ao produtor.

Despesas por mês	R\$	Produção	
Renda da terra	R\$ 167,00	Produção mensal (caixas)	500
Estrume (bovino)	R\$ 55,00	Preço (cx. 20 kg) dez. 2017	R\$ 11,00
Adubação química	R\$ 55,00	Renda Bruta	R\$ 5.500,00
Desgaste material	R\$ 97,20		
Mudas enxertadas	R\$ 1.000,00		
Frete + embalagem	R\$ 3.500,00	Renda líquida	R\$ 625,80
Despesas totais	R\$ 4.874,20		

Fonte: entrevista realizada em dezembro de 2017. Org.: o autor.

A renda anual dividida em 12 meses correspondeu a R\$ 500,00 por mês, todavia a área de pepino equivale a 1/3 da área cultivada, portanto cerca de R\$ 167,00. A mesma regra do 1/3 da área foi para adubação orgânica e química, incluídos os gastos com defensivos, foram declarados pelo camponês em R\$ 2.000,00 cada e fracionadas em 12 meses, correspondendo a R\$ 55,00. O desgaste com material foi

³⁶ A área arrendada é de 5.300 m².

calculado com base no preço do plástico, que sem o agravante das intempéries (granizo, ventanias), dura 3 anos.

A última troca do plástico das estufas custou R\$ 10.500,00. Se em 1/3 da área durar os três anos (ou 36 meses), a manutenção custará R\$ 97,20/mês. O camponês compra as mudas de pepino prontas. Ele informou ter gastado cerca de R\$ 3.000,00 com as mudas que tem a vantagem de produzir durante 3 meses, por isso o valor foi dividido (R\$ 1.000,00 / mês). Quanto ao trabalho, este é totalmente familiar, o produtor com 50 anos, a esposa de 34 e o filho de 22 anos realizam todo o trabalho. A contratação de força de trabalho externa é muito rara, exceto na época de descarregar e aplicar os adubos no início do cultivo e na troca do plástico da estufa.

O custo que mais pesa para o camponês é o preço do frete de Itapetininga ao Ceagesp/SP. É cobrado R\$ 7,00 por caixa de pepino, incluídas, nesse valor, as embalagens em caixas de madeira de *pinus*, não retornáveis. Para esse valor, multiplicou-se o volume de produção mensal informado (500 caixas de pepino) pelo valor do frete. A coleta pelo fretista acontece três vezes por semana (domingos, terças e quintas-feiras), antecedendo os dias de entrega e maior movimento no Ceagesp/SP (segundas, quartas e sextas-feiras).

Com base no volume de produção e das vantagens oferecidas ao rendeiro, o proprietário cobra um valor maior pelo arrendamento para a olericultura. O pepino em 30 ou 35 dias (na primavera/verão) começa a produzir e cada safra dura cerca de três meses, com uma produção aproximada de 1.500 caixas de 20 kg, segundo o rendeiro entrevistado. A frequência de produção do pepino é superior em um mês com relação ao tomate e o pimentão. Enquanto a batata demora cerca de 110 dias e se colhe tudo em uma vez.

O diferencial que torna as terras da olericultura mais caras envolve a localização em solos mais férteis à disponibilidade de água de qualidade e também o trabalho intensivo (no caso citado, o familiar) destinado nas estufas. O proprietário, ciente da produtividade, exige para si um valor superior ao da batata. Observa-se que os custos da produção que mais pesam no cultivo do pepino, mensalmente, é o frete e a aquisição de mudas. A transferência de renda do camponês-rendeiro, além do proprietário, desloca-se para o setor logístico e para o produtor e comerciante de mudas.

O entrevistado 25 optou em investir mais em plantas enxertadas de qualidade para o produto gerar uma renda para a família, que asseguram o dobro da produtividade convencional e por mais tempo.

[...] o filho da M. comprou mudas enxertadas por R\$ 0,60 cada, achando bom negócio. As mudas produziram um mês e meio e começaram a secar. Nós gastamos mais (R\$ 1,50) para as plantas produzirem por três meses. (Filho do entrevistado 25, 22 anos, Distrito da Varginha)

A declaração refere-se a um conhecido que optou por mudas de pepino mais baratas, mas que produziram menos que a do entrevistado. Segundo ele os melhores preços são obtidos no fim da safra, quando os concorrentes que utilizaram de mudas menos produtivas, estão fora do mercado.

Assim, por mês, de acordo com o que se pode apurar no campo, a renda líquida mensal, no momento da entrevista com o arrendatário, girava em torno dos R\$ 600,00, valor muito baixo. Segundo este rendeiro, o preço ideal seria pelo menos R\$ 15,00 a caixa. No momento da entrevista, a queda era ocasionada pela grande oferta de pepino no mercado³⁷ (transição primavera-verão). Ao simular com preço ideal esperado pelo produtor (Quadro 14), observa-se que os custos não mudam, todavia, a renda líquida obtém um acréscimo extraordinário para a família.

Quadro 14 - Custos de produção de pepino e preço ideal pago ao produtor.

Despesas por mês	R\$	Produção	
Renda da terra	R\$ 167,00	Produção mensal (caixas)	500
Estrume (bovino)	R\$ 55,00	Preço ideal (cx. 20 kg)	R\$ 15,00
Adubação química	R\$ 55,00	Renda Bruta	R\$ 7.500,00
Desgaste material	R\$ 97,20		
Mudas enxertadas	R\$ 1.000,00		
Frete + embalagem	R\$ 3.500,00	Renda líquida	R\$ 2.625,80
Despesas totais	R\$ 4.874,20		

Fonte: entrevista realizada em dezembro de 2017. Org.: o autor.

Mesmo com o preço baixo pago pelo pepino, ressalta-se que há outros dois cultivos e que, no momento da entrevista, geram um retorno maior (tomate R\$ 24,00

³⁷ Em novo trabalho de campo realizado em 01 de agosto de 2019, foi apurado junto com os produtores de pepino que a caixa do produto estava sendo comercializada por R\$ 30,00, reflexo da queda na produção típica do inverno.

a 26,00 e pimentão R\$ 18,00 a 20,00 a caixa), porém eles levam mais tempo para iniciar a produção.

Acrescenta-se que o entrevistado 25 detém terras juntamente com seus três irmãos (em usufruto do pai viúvo e octogenário) no bairro do Espigão, onde também residem. A propriedade de 60 hectares está arrendada para soja; e segundo ele, a olericultura poderia ser desenvolvida nas terras do seu pai, todavia o arrendamento relativamente distante de sua casa foi mais vantajoso, pela fertilidade do solo e pela água abundante e sem areia³⁸.

Nesse caso, verifica-se que o camponês mesmo sendo nu-proprietário³⁹ de terra inferior, optou-se em ser renteiro cultivando o pedaço de terra melhor e momentaneamente seu. O que o diferencia de um simples arrendatário capitalista é a propriedade de seu trabalho e da família. Portanto, o arrendamento fortalece uma das possibilidades de recriação do campesinato, além da compra e da ocupação de terras segundo Fernandes (2019).

Se teoricamente Kautsky e Lenin no futuro previam o fim do campesinato em virtude da intensificação das relações capitalistas, Fernandes (2019) reforça que a maleabilidade que essa classe apresenta aparentando seu fim, é na verdade sua ressignificação inserida no modo de produção capitalista.

E assim se desenvolve um constante processo de territorialização e de desterritorialização da agricultura camponesa ou de destruição e recriação do campesinato. O que é compreendido como fim também tem seu término na poderosa vantagem que o capital tem sobre a renda da terra, gerada pelo trabalho familiar ou comunitário.

Ainda nesta compreensão, o campesinato é visto como uma importante forma de organização social para o desenvolvimento humano em diferentes escalas geográficas. A produção familiar provoca impactos socioterritoriais contribuindo para o desenvolvimento regional e contribuindo com a melhoria e a qualidade de vida (FERNANDES, 2019, *on line*).

³⁸ O entrevistado queixou-se da qualidade da água na propriedade do pai. O poço artesiano “dava muita areia”, o que danificava as bombas e tubulações além de entupir os aspersores de água e do sistema de gotejamento.

³⁹ Para evitar os custos de um futuro inventário, o patriarca da família realizou em vida a doação das terras aos filhos sendo isto averbado na matrícula do imóvel. Enquanto o pai estiver vivo, a casa e as terras estão em usufruto do ancião. Assim, o entrevistado e seus dois irmãos são donos da terra, porém ainda não detém a propriedade, ou seja, ele e os irmãos estão momentaneamente “nus”.

Portanto, a parceria associada ao assalariamento e como arrendatário foram as estratégias camponesas para resistirem e acessarem a terra como espaço de trabalho. A tão cobiçada terra para o trabalho, às vezes pode iludir e levar a uma tentativa de recriação camponesa. Entretanto, aquilo que sonharam aos poucos se metamorfosearam em relações capitalistas e conseqüentemente a ruína da sua recriação e o retorno ao proletariado, como o caso do entrevistado 26 do bairro das Sete Curvas, no distrito do Gramadinho.

Na entrevista realizada em maio de 2016, o então camponês informou que trabalhou em uma marmoraria até 2013. Naquele mesmo ano, concluiu o ensino médio integrado ao curso de técnico agrícola, cursado no período noturno e procurou colocar em prática o que estudou. Com experiência no trabalho do campo em sua juventude, buscou investir seus poucos recursos no desenvolvimento da olericultura.

Para acessar a terra de trabalho, precisou de um sócio que as possuía em usufruto e cedidas por um familiar idoso. Ambos iniciaram as atividades em 2014, com três estufas e no momento da entrevista já estava com seis, conseguidas por meio de financiamento (PRONAF) e destinadas à produção de tomates (Figura 26), pepino japonês, pimentão e pimenta americana, escoando a produção para um *box* no Ceasa de Campinas (único entrevistado olerícola que não entregava para o Ceagesp/SP).

Figura 26 - Entrevistado 26, junto a estufa de tomate em sociedade.



Foto: do autor no bairro das Sete Curvas, distrito do Gramadinho em 16 de maio de 2016.

A atividade independente do entrevistado 26 e de seu sócio estava dando frutos, por isso a necessidade de eles dobrarem o número de estufas e a diversificação dos cultivos. Entretanto, durante a entrevista, detectaram-se algumas inconsistências quanto à realização do trabalho, como nos custos de produção e na relação com o sócio.

O trabalho, segundo ele, era realizado apenas por ele e seu sócio, com esporádicas participações de sua filha (17 anos). A distância da residência do entrevistado até as estufas (cerca de 4 km) dificultava a participação do trabalho familiar. Seu sócio, por outro lado, morava dentro da propriedade com a esposa e uma filha de 4 anos. Informou que antes eles contratavam diaristas, porém com a ampliação das estufas, metade da semana havia de dois a quatro diaristas e, às vezes, chamavam até mais.

Em retorno ao bairro em dezembro de 2017, constatou-se que o entrevistado abandonara a sociedade e no momento estava trabalhando na mesma marmoraria de antes. Na quebra da sociedade, o sócio encampou as seis estufas e, com a ajuda do seu irmão mais velho, criou uma nova sociedade que vinha tendo dificuldades em manter a produção e os pagamentos dos financiamentos contraídos.

Na busca por conversar novamente com o entrevistado 10, houve pouco interesse em comentar sobre o distrato da sociedade. Entretanto, percebeu-se que outrora contente com a atividade olerícola independente, gradativamente ele se sujeitava à venda da força de trabalho.

Segundo Martins (2002 p.71),

O camponês se situa no mundo através do seu produto. Seu trabalho se oculta no seu produto. Seu trabalho não aparece como uma relação de trabalho, embora de fato seja. É uma relação invisível com o mercado e, por meio dele com o capital.

O trabalho nas estufas não era familiar, portanto não se ocultava no produto como resalta Martins (2002). O trabalho se torna explícito por meio do compromisso com o pagamento das diárias. Além disso, a forma de contrato que se estabeleceu na sociedade transformou o entrevistado em um tipo de arrendatário, pois a outra parte

da sociedade, como nu-proprietário, exigia uma contrapartida no reparte da renda líquida de 15% a mais.

Há que se salientar que o real proprietário que ainda vive no local não recebia nada pelo usufruto repassado ao sobrinho. Deste modo, a sociedade era de 65% para o sócio e 35% para o entrevistado 26. Outro agravante relatado por ele refere-se ao rateio dos custos (adubação, insumos, aquisição de mudas já enxertadas, diesel do trator do sócio, agrotóxicos), sendo praticamente 50% para cada. Apesar de não ter declarado, a injusta partilha dos dividendos foi decisiva para o fracasso da parceria.

Segundo o entrevistado 26 “o tiro de misericórdia⁴⁰”, que levou a quebra da sociedade foram: o fim da carência do PRONAF (para a ampliação das três estufas) e a acentuada queda no preço das olerícolas, especialmente do pepino e do tomate que se verificou entre os anos 2016-2017.

Em análise, verifica-se que a relação praticada na sociedade se tornou nociva para o entrevistado. A ampliação do trabalho social (diaristas) e a plena integração da produção com destino ao mercado minaram o ideal de independência econômica. A ausência de uma produção como meios de vida, em um momento de eventual crise no mercado, ao que Martins (2002, p. 78) atribui como produção destinada ao consumo da família, faltou ao entrevistado que, não tendo alternativa, abandonou a atividade.

Quando o agricultor familiar mergulha plenamente na divisão do trabalho social e se torna um produtor especializado, mergulha também nas incertezas e nos mistérios do mercado, expressões de uma vontade que não é só sua. A possibilidade de ganhos altos com a produção da soja, anos depois desta exposição, levou muitos pequenos agricultores do Sul à ruína e à miséria, pois não tinham a sobrevivência assegurada pela sua própria produção de gêneros de subsistência. Toda a terra disponível fora ocupada pela soja. Bastou os consórcios americanos despejarem no mercado a soja acumulada, para que os preços despencassem e a soja produzida pelos pequenos agricultores do Sul tivesse que ser vendida por menos que valia.

Essa dependência ao mercado se reflete no custo da produção aumentando a instabilidade para o produtor, sobretudo como do entrevistado que não era o proprietário da terra e se viu obrigado a arcar com cerca de 50% do investimento feito

⁴⁰ Palavras do entrevistado.

na lavoura, além do pagamento de 15% líquido pelo uso da terra em um contrato que foi lesivo a ele.

Chayanov (1974 p. 90) assinala a partir da fórmula $IB-(GM+S)=BN^{41}$ praticada em uma unidade de produção capitalista, quando comparada a unidade camponesa, esta última não possui o S (dos salários), pois o trabalho é familiar. Mesmo que o ganho fique abaixo do esperado

Frecuentemente el equilibrio básico interno de la unidad familiar de explotación agrícola hace que sean aceptables remuneraciones muy bajas por unidad doméstica de trabajo, lo cual le permite existir en condiciones que llevarían a la ruina segura a una unidad de explotación capitalista. (CHAYANOV, 1974, p. 94)

Assim, nas primeiras quedas dos preços obtidos pela sua produção, somados aos custos, a mascarada renda da terra paga ao sócio e os gastos com diaristas, resultaram na ruína da sociedade. Não tendo outra fonte de renda ou garantia de poupança (algo similar a venda de bezerros na pecuária ou da venda da cama de frango na avicultura) além da ausência da propriedade da terra, culminou com o abandono da oportunidade de se recriar como camponês.

Essas formas de poupança ou uma renda extra para eventualidades não foi possível acumular pelo entrevistado 26 durante o desenvolvimento da olericultura. A única que obteve foi quando era assalariado e a disponibilizou para iniciar na atividade olerícola. Em sua fala final, ele informou não ter outra opção no momento senão submeter-se novamente ao trabalho assalariado por ser pai de família e mantenedor da casa. Quanto ao processo e os custos referentes ao distrato, o entrevistado optou em não falar, mas indicou ainda arcar com parte das dívidas contraídas durante a sociedade. A ausência da poupança para eventualidades e do meio de produção minaram sua possibilidade de recamponizar-se.

Na sequência dos relatos de campo e diferente do entrevistado 26, a recriação camponesa se deu primeiramente pela aquisição do meio de produção, ou seja, a compra da propriedade e o estabelecimento da olericultura.

⁴¹ Definidos como: IB = Entradas Bruta, GM= Gastos (defensivos, energia, plástico, combustível...), S= Salários (no caso o pagamento pela meia diária ou diária completa aos três trabalhadores, quase todos os dias) e BN= resultado líquido.

Nesse caso o entrevistado 27, de 38 anos, mora com a esposa e dois filhos (10 e 7 anos). Antes de se recamponizar-se, era motorista terceirizado de transporte de toras para a Fíbria-Suzano. Depois de 14 anos na empresa terceirizada, foi demitido (em 2017) e parte considerável de seu acerto e fundo de garantia, propiciou a compra da propriedade de 2,42 hectares.

A propriedade localiza-se muito próxima da divisa com o município de São Miguel Arcanjo e nela havia apenas uma casa e o restante era pasto. O antigo morador havia falecido e os filhos vinham tentando vender a propriedade há mais de cinco anos. Situado num terreno íngreme, tem na baixada uma nascente bem preservada junto a reserva de mata, que também é o limite da propriedade. O entrevistado informou não utilizar daquela água, dispensando o uso de bomba e energia devido a facilidade da propriedade ser atendida pelo poço comunitário com água encanada da Sabesp.

Morador a pouco mais de um ano na propriedade, intercalou a manutenção do terreno (arado, grade e preparo do solo) com um trabalho acessório de pedreiro no distrito do Gramadão (São Miguel Arcanjo), distante há cerca de 2,5 km da propriedade.

O primeiro cultivo na propriedade foi o milho em 1/3 de hectare (para consumo próprio, quando verde) e o restante vendeu e trocou com a vizinhança. Em seguida, com a ajuda de conhecidos construiu sua própria estufa (950 m²) destinada ao cultivo de pepinos (Figura 27). No momento de nossa entrevista, realizava-se a terceira semana de colheita do produto para entrega no Ceagesp. Sua produção semanal era de 25 a 28 caixas de pepino, sendo adquirida pelo preço feito de R\$ 30,00 cada, valor que o entrevistado relatou estar relativamente satisfeito.

Questionado quanto ao risco de queda no valor da caixa na primavera-verão ele respondeu:

Fazer o quê? Pelo menos um pouco a gente ganha. Mas ali onde tava o milho vou plantar berinjela, assim que passar o inverno. O preço é bom e pouca gente produz aqui. Ela produz por um tempo maior que e nem vai precisar de estufa! (Entrevistado 27, 38 anos, bairro Turvo dos Colaços, distrito do Gramadinho)

Figura 27 - Estufa de pepino em plena produção do entrevistado 27. Ao fundo a reserva de mata a direita a área para a futuro cultivo de berinjelas sem estufa.



Foto: do autor no bairro do Turvo dos Colaços, distrito do Gramadinho em 01 de agosto de 2019.

O entrevistado está programando plantar mil e quinhentas mudas enxertadas e estaqueadas de berinjela nos próximos meses. Informou também que nesse sistema a planta consegue produzir por mais de um ano. Além da berinjela, espera mais pra frente construir mais duas estufas para pimentão e tomate, porém no momento ainda lhe faltam recursos financeiros (Figura 28).

Sobre a possibilidade de solicitar o PRONAF, o entrevistado desconsiderou-a e disse:

Enquanto eu der conta com os bicos de pedreiro e do que o pepino dá e do que vier da berinjela vou tocando. Planos é o que mais tenho para a terra. Se precisar pegar trecho, eu vou, mas não quero não. Hoje só me ajuda no trabalho a esposa, mas os garotos estão crescendo e já começaram a colher. No futuro terá trabalho pra todo mundo aqui. (Entrevistado 27, 38 anos, bairro Turvo dos Colaços, distrito do Gramadinho)

A recusa ao financiamento é uma forma de manter a autonomia frente a terra. Além de obter uma renda acessória como pedreiro, o entrevistado não se recusa a voltar a dirigir caminhões, com a expectativa de acumular mais recursos para destinar na melhoria da propriedade, na qual ele consegue vislumbrar um futuro promissor com a integração dos filhos nas atividades camponesas.

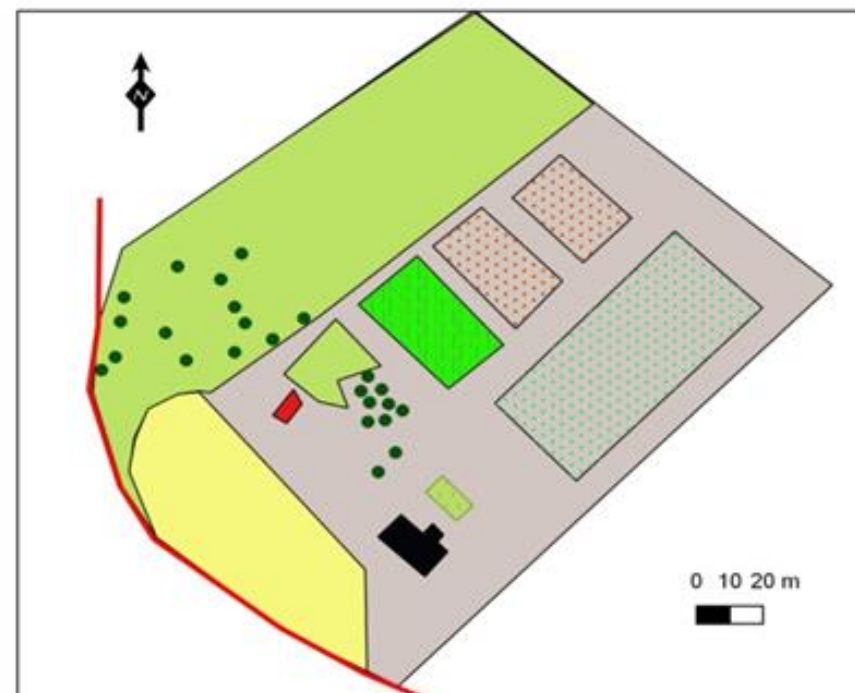
**Figura 28 - Croqui da propriedade do entrevistado 27.
Bairro do Turvo dos Colaços
Distrito do Gramadinho**



Croqui elaborado a partir das informações obtidas na no trabalho de campo realizado em 01/08/2019.

Fonte: Google Earth (2019)

Org.: Floriano Silva (2019)



Legenda

- Estrada
- Vegetação (árvore/arbusto)

Uso do solo

- Solo nu
- Estufa de pepino
- Mudan (pomar de citricos)
- Área para lavoura (milho/mandioca)
- Moradia
- Paiol/Depósito
- Pastagem (sem uso)

Planos do proprietário

- Futuras estufas (tomate e pimentão)
- Futuro cultivo (berinjela)

Essa resistência em buscar crédito em agência financeira, revela uma lógica camponesa na qual o lucro não é a finalidade do trabalho. O fato de agregar a família na produção e ter a liberdade de viver com o que é gerado na terra, foge de uma rigorosa contabilidade, na qual se deve selecionar a parte da renda que será necessária para saldar a dívida e os juros com o banco, colocando em risco até a terra que possui.

O trabalho para o campesinato não é um fim em si mesmo e não está concebido para a extração do lucro. Está fundamentado na reprodução da vida. A renda que advém do trabalho na terra é empregada na compra de mercadorias que ele necessita ou deseja. Assim, uma contabilidade 'rigorosa' e 'sistemática' está fora de suas necessidades e preocupações, pois enquanto ele se reproduz em sua terra, lá ele permanece. (BOMBARDI, 2004 p. 270)

Ao contrário do que visualizou Bombardi (2004), o pai de família não pretende enviar os filhos para a cidade e se proletarizarem. A terra e o conhecimento de como lidar com ela é o legado que ele os oferece. Se necessário alguém retornar a cidade ou ao trabalho externo, é ele que iria para o "sacrifício", pois ainda se considera jovem e apto para dirigir caminhão e acumular uma renda acessória para assegurar a futura permanência na terra.

Se meu pai fosse na época dono da terra em que me criei nos Tavares (bairro rural ou distrito de Nova Campina/SP) eu e meus irmãos acho que estaríamos lá ou pelo menos não tinha ido pra cidade. Minha infância foi colher feijão 'pros outro'. Meus filhos vão colher o que é deles, se quiserem (Entrevistado 27, 38 anos, bairro Turvo dos Colaços, distrito do Gramadinho).

Apesar das grandes expectativas para os filhos, há que se ressaltar que a quantidade de terra é pequena para tamanha pretensão, se analisado a partir de uma lógica empreendedora. Entretanto, o que está em jogo nessa relação familiar é a possibilidade de sua recriação camponesa que o patriarca da família busca para sua prole. É um resgate dos laços que a família antepassada do entrevistado possuiu e que hoje, diante da mercantilização das terras, da urbanização e esvaziamento do campo, só foi possibilitado por meio da olericultura, algo que Paulino (2012) visualizou no norte do Paraná e é similar ao encontrado em Itapetininga.

Vimos que a olericultura tem se constituído uma via de recriação em porções de terras exíguas [...]. Se a permanência da condição

camponesa nesses termos já é uma expressão incontestada de sua recriação, o que não dizer ao se constatar que a maior parte das unidades estudadas é um registro concreto do processo de diferenciação às avessas do que preconizaram Lênin e seus adeptos. Em outras palavras, praticamente todas as minúsculas propriedades que não comportam outra atividade, senão a olericultura, foram compradas pela própria família que a empreende atualmente. Isso não mudaria os fatos caso não se considerasse que, salvo exceções, seus proprietários até um passado recente trabalhavam em terras alheias como porcenteiros ou até mesmo como empregados (PAULINO, 2012 p. 251-252).

Da mesma forma que a recriação camponesa foi mediada pelo acesso a terra pela compra, como visto acima, ela teve como partida a necessidade do entrevistado buscar um retorno a um modo de vida antepassado em que havia uma certa autonomia (apesar de não estar em terras próprias). Hoje realizada nos poucos hectares que adquiriu ele pretende manter unida e autônoma a família.

Esse vínculo com o passado e a necessidade de se recriarem, consolida-se com duas famílias no bairro da Pescaria, que abandonaram a atividade de empreita no corte do eucalipto. Ambos os entrevistados, viveram como camponeses, todavia na idade adulta, eles declaram terem trabalhado como “gatos”, usando inclusive do trabalho de menores de idade, que se ofereciam para ganhar um dinheiro para ajudar na complementação de renda de outras famílias camponesas.

No campo, as crianças são desde pequenas iniciadas no mundo do trabalho. Em parte, isso corrobora com os ensinamentos de Chayanov (1974) quanto ao equilíbrio entre os membros da família que trabalham e o de membros que consomem, o qual é o responsável pelo montante da produção no interior da propriedade. Com a participação, mesmo que acessória e externa à propriedade familiar, com os rendimentos obtidos; a criança contribuía para a diminuição da pressão dos consumidores sobre os trabalhadores, ou seja, a família passava a ter mais recursos.

Atualmente, ambos os declarantes afirmaram viverem da produção olerícola na propriedade, mas também contam com um considerável patrimônio imobiliário como casas e galpão comercial para locação⁴² no próprio bairro e no distrito do Rechan. Por

⁴² O entrevistado 28, desconfiado, não falou quantas casas ou galpões, mas afirmou que o barracão é dividido em dois espaços e alugados para um mercadinho e um templo pentecostal no centro do Bairro da Pescaria. O entrevistado 29 afirmou que possui quatro casas de aluguel no distrito do Rechan, especialmente para trabalhadores das fazendas da Citrosuco.

coincidirem os relatos, deduziu-se que esse patrimônio, ou parte dele, tenha sido adquirido no passado com a exploração do trabalho alheio durante a empreita no corte de eucalipto.

O entrevistado 28 (57 anos) disse que hoje afixa com as estufas apenas 50% do orçamento familiar devido ao baixo preço dos produtos (pimentão e pepino), complementando o restante com os aluguéis. O que sobra deles, o entrevistado afirmou guardar no banco (poupança). Questionado quanto a insistência com o cultivo olerícola diante das dificuldades, o camponês relatou não conseguir ficar parado, mesmo não necessitando exclusivamente dessa renda para viver.

Depois que parei de trabalhar com eucalipto aprendi a “planta” pepino e pimentão. É um dinheirinho que é bem-vindo, mas hoje não investiria de novo na atividade. Se você tiver 50 mil (reais) e quiser fazer uma estufa, eu falaria pra você deixar o dinheiro no banco (...) (Entrevistado 28, 57 anos, Bairro da Pescaria, distrito da Varginha)

Em sua interpretação, hoje ele não investiria em tal atividade e nem recomendaria para quem espera obter ganhos elevados com o cultivo. Por outro lado, seu vizinho de cerca, o entrevistado 29 (38 anos), com o aporte de capital oriundo da locação de imóveis pretende ampliar suas estufas para o tomate, que segundo ele, apesar dos custos, a produção o remunerará melhor.

A seu favor está a numerosa família que realiza todas as tarefas, desde a atual esposa (30 anos), os três filhos (18, 13 e 8 anos), além de um meio-irmão (29 anos) que mora e trabalha na propriedade (Figura 29). Com esse número de familiares aptos ao trabalho não há necessidade de contratar força de trabalho externa.

Figura 29 - A casa, a garagem com dois carros e as estufas do entrevistado 29 (a esq.). A direita o mesmo mostrando a estufa de pimentas americanas.



Foto: do autor no bairro da Pescaria, distrito da Varginha em 21 de novembro de 2017.

De fato, se analisado pelo viés capitalista do entrevistado 28, a olericultura é muito instável quanto aos preços no balanço dos custos para o produtor. Se por um lado a olericultura se caracteriza pela obtenção de alta produtividade por hectare, em contrapartida ela envolve alto risco devido aos problemas fitossanitários, maior sensibilidade às condições climáticas, vulnerabilidade à sazonalidade, o que gera instabilidade dos preços. Além dos riscos, acrescenta-se que são cultivos que exigem o emprego de grande número de força de trabalho por hectare, algo desvantajoso para a exploração empresarial.

Portanto, são raros os estabelecimentos empresariais que se dedicam a essa atividade. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006⁴³, 72% da produção olerícola do Brasil ocorrem em estabelecimentos com menos de 10 hectares e, por coincidência, os mesmos percentuais foram verificados para o município de Itapetininga. Isto representa que a olericultura se concentra em unidades de produção camponesa. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014), a produção camponesa contribui com aproximadamente 80% dos alimentos e corresponde a 90% dos 570 milhões de estabelecimentos agrícolas do mundo.

Todavia, apesar dos riscos, é considerável o número de integrantes nessa forma de produção. Isso não passa despercebido pelo modo de produção capitalista que visa desviar a renda camponesa com a finalidade de acumular capital nos setores ligados aos camponeses. É nesse contexto que se procura modernizar o camponês, inclusive caracterizando-o como um possível empreendedor rural. Esse modelo corrobora para tornar os camponeses, segundo Abramovay (1998), produtores abundantes para o mercado, com preços estáveis aos atravessadores e para a formação de novos padrões de consumo no modo de produção capitalista que emergiu no pós-Segunda Guerra.

Criticado por Paulino (2008), esse modelo de empreendedor do campo transformaria o camponês em um adepto do modelo racional de agricultura, com uma contabilidade rigorosa, dependente de orientação técnica e do uso de insumos. Segundo esse discurso, o camponês precisaria obter lucro e superar as dificuldades

⁴³ A divulgação dos dados referentes aos grupos de área dos produtores da horticultura no Censo Agropecuário de 2017 não se encontram disponíveis.

impostas pelo mercado. No entanto, para isso o camponês, transformado em empreendedor, dependeria do acesso ao crédito para realizar investimentos e ampliação da produtividade, subordinando a renda da terra camponesa ao capital financeiro.

Confirmando a falsa noção de empreendedor rural, no caso do entrevistado 28, o trabalho na estufa é realizado por ele e pela esposa (periodicamente contrata-se até três diaristas), assim o trabalho passa a envolver maiores custos, que leva a um descontentamento com a atividade. Entretanto, o camponês não a abandona, pois ainda é significativo no orçamento do casal. Verifica-se na fala do entrevistado que ele e a esposa não necessitariam sobreviver da olericultura, porque possuem rendimentos externos à propriedade (aluguel/éis?). Contudo, além de ocupação, a olericultura ainda com preços baixos é uma garantia de entrada para a manutenção familiar em momentos que o(s) imóvel(is?) esteja(m) desocupado(s).

A mesma situação se percebe com o entrevistado 29. Em situação confortável quanto ao excedente de força de trabalho familiar disponível, no momento de contabilizar o “lucro⁴⁴” gerado, ele considera apenas o valor das vendas de seus produtos, pois subtrai os gastos desembolsados na produção. O trabalho oculta-se no preço do produto. O propósito de ampliar a produção com novas estufas, aparentemente, poder-se-ia confundi-lo como um empreendedor do campo, porém existe uma relação mais ampla que está em melhorar o conforto dos membros da família na propriedade.

De acordo com Almeida (2008), há uma lógica camponesa, baseada na família-trabalho-terra, contraditória à lógica do lucro médio dos empresários da indústria e do agronegócio rentista. Por conseguinte, se a produção destes tem como destino o mercado, ela segue o princípio da mercadoria – dinheiro – mercadoria, o aumento do trabalho com novas estufas tem a finalidade de melhorar ainda mais o bem-estar da família e não a acumulação simples em prol de uma única pessoa, algo que Chayanov (1974) também ressaltou.

As diversas realidades que se encontrou nos trabalhos de campo retratam bem a noção que Shanin (1980) propôs para conceituar/desconceituar o camponês, ou seja,

⁴⁴ O termo “lucro” foi relatado pelo entrevistado 29. Na verdade, o que ele obtém ao fim da produção é a renda camponesa, pois ele não explorou e se apropriou do trabalho na produção.

como classe social inserida e subordinada ao modo de produção capitalista, mas também como modo de vida, multifacetado conforme o tempo e o lugar. Ao mesmo tempo em que eles estão subordinados ao capital, este não os organiza ou os descamponiza totalmente. De fato, não é possível, do ponto de vista objetivo, diferenciar quem realmente é camponês e quem não se enquadra mais nessa condição, mas se entende que toda classificação envolve critérios subjetivos e inoportunos. Mais importante que isso é compreender limites e possibilidades civilizatórias nos marcos da pretensa autonomia camponesa frente à lógica capitalista.

Para compreender melhor como se dá a integração com a sociedade capitalista, é mister destacar o papel do fretista na relação direta com os camponeses e como se dá a comercialização nas centrais de abastecimento.

4.1 OS DESVIOS DA RENDA CAMPONESA NA OLERICULTURA

A aparência do que se vê na olericultura, especialmente em se considerando o processo de circulação poderia lançar dúvidas em relação à tese da recriação contraditória do campesinato. Com a especialização, ele deixa de produzir para seu autoconsumo, porém utiliza da força de trabalho da família e outrora o que era excedente a ser comercializado, desaparece e, se torna cultivo especificamente comercial que aprofundaria sua dependência ao mercado.

Entretanto a relação com o mercado não deve ser vista como uma sujeição real do trabalho camponês, Woortman (1990 p. 39) em sua análise com os camponeses do nordeste, entende que

Vender a própria produção e realizar o valor monetário do trabalho é expressão da autonomia camponesa. Neste sentido, a feira é um espaço de realização [...] a transformação desse trabalho em ganho, necessário para "botar de um tudo dentro de casa" [...] Mas a feira [...] é sobretudo, o espaço do negócio, um espaço não controlado pelo camponês; enquanto espaço de negócio, a feira se opõe à campesinidade. Por isso, ela se realiza na cidade - na rua sempre fora do território camponês.

A ampliação das lavouras comerciais de olerícolas é reflexo do crescimento das cidades e a respectiva necessidade da criação de mercados para produtos

hortifrutigranjeiros. Aos poucos, isso foi minando a produção local. Comparando o caso da cidade de São Paulo, Seabra (2011) destaca que o abastecimento da mesma nos anos 1940, era feita por diversas chácaras a pequena distância do centro urbano. Os chacareiros com suas carroças, palmilhavam a cidade vendendo sua produção de porta em porta e nas feiras livres. Com a era dos supermercados;

pequenos negócios, como quitandas, os verdureiros que porta-a-porta, faziam chegar à mesa diariamente as hortaliças e frutos, gradativamente começaram a desaparecer porque o abastecimento urbano constituía-se em um grande negócio passível de investimentos e lucros. As redes de comercialização que se formaram foram administrando o fluxo de produtos e preços e o tamanho do mercado de consumo acabou por justificar o deslocamento da produção para áreas distantes, uma vez que compensava o custo da distância – preço do transporte – com especialização de áreas produtoras (SEABRA, 2011 p. 152).

O antigo cinturão verde nas proximidades da cidade, vai sendo absorvido pelo urbano, tornando-se vias, loteamento, condomínio residencial e áreas industriais. Ao mesmo tempo a produção para o abastecimento se desloca cada vez mais para áreas distantes, concomitante a ampliação de vias rápidas para o acesso a metrópole, ocorre uma metamorfose de parte dos grupos camponeses se especializando em atender ao crescente mercado de abastecimento olerícola.

Se por um lado, na concepção de autores do paradigma do capitalismo agrário, a sujeição da renda camponesa atrelada ao mercado o condenaria ao desaparecimento ou o converteria em empreendedor, nos marcos da teoria da recriação contraditória, vislumbra-se uma estratégia de resistência, como também suas relações não capitalistas se tornam essenciais para gerar a renda capitalizada para outros setores.

Na olericultura, verifica-se que os setores beneficiados no final da cadeia produtiva são o de logística e dos atacadistas instalados dentro dos Centros de Abastecimento. É na reprodução ampliada do capital por esses setores que está lógica da recriação das formas não capitalistas no campo, ou seja, do campesinato. Segundo Oliveira (2010, p. 9), o processo de produção de relações não capitalistas de produção tem sido utilizado pelo capital

[...] como recurso para garantir a sua própria expansão, tem-se dado, no caso brasileiro, inicialmente pela intensificação das relações comerciais, que têm, através da circulação da mercadoria de origem agrícola, drenado toda a renda diferencial para esse setor, onde graçam toda sorte de representantes do capital comercial, também conhecidos como intermediários, atravessadores, atacadistas, etc.

Ao subordinar a produção à circulação, o capital sujeita a agricultura e toda a sociedade aos seus projetos, subvalorizando os preços pagos ao produtor e do outro lado supervalorizando os preços ao consumidor. Essa transferência de renda para o capital, tem a total conivência do Estado que oferece um espaço para que a rapina seja executada.

É só vermos o que aconteceu com os CEASAS, ou como vem sendo chamado nas cidades menores o Mercado de Produtor. Aí o capital comercial se instala confortavelmente subsidiado pelo Estado que lhe constrói toda infraestrutura necessária. A essência do processo é que, enquanto critica, o Estado dá a esse segmento todas as vantagens, como que se os trouxesse sob o seu manto protetor, pois especular no espaço criado pelo Estado não se trata de especulação, mas sim de comercialização. (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

A intensificação no uso da logística ganha importância no Brasil, principalmente no setor agropecuário, que necessita de um eficiente manuseio, armazenamento e distribuição dos produtos, para que estes cheguem ao cliente final com qualidade e o mínimo possível de perdas. Dentre os setores da agropecuária, o mais exigente para o transporte é o de hortifrutigranjeiros.

Com exceção dos mercados institucionais (PNAE, PAA, PPAIS) em que a produção é diversificada e o consumo é local ou no máximo regional, atualmente o pepino japonês, o tomate, o pimentão e a pimenta americana são os principais produtos do município que são absorvidos pelos Centros de Abastecimento. O centro prioritário de comercialização é o Ceagesp de São Paulo que também é o maior entreposto de hortifrutícolas do Brasil e da América Latina.

Segundo Romero (2006), 32% dos municípios brasileiros fornecem para o Ceagesp da capital paulista e cerca de 25% do volume comercializado das centrais de abastecimento do país, passam por esse entreposto. Além de ser uma central de abastecimento para frutas, verduras e legumes, o Ceagesp opera como um atacado e

dependendo do produto inclusive atua como varejo. Acrescenta-se que o mesmo estendeu suas atividades inclusive de lazer (*happy hour*) e de eventos turísticos, abrindo para o público em geral, comercializando também alimentos manipulados (salgados e doces), bebidas, artesanato e até roupas.

Ciente da estrutura assegurada pelo Estado para a ação dos intermediários, acrescenta-se que a oferta da produção camponesa passa a estar atrelada a necessidade das redes de transporte. Assim, a distância percorrida pelos alimentos entre Itapetininga e São Paulo tem como agravante o custo do consumo de combustíveis e demais derivados de petróleo, que acabam sendo transferidos no preço final da produção a ser comercializada.

A dependência do petróleo não fica restrita apenas à circulação da produção, ela atinge também o início da cadeia produtiva da olericultura no plástico que reveste as estufas, nos adubos químicos e agrotóxicos manipulados que se originam desse mineral. Com a tese de eliminar a fome do mundo e revolucionar a produção de alimentos com uma agricultura moderna, a revolução verde ampliou cada vez mais nossa dependência quanto a esse combustível fóssil e encaminhou para a privatização da agricultura que deixou os camponeses e os consumidores como reféns de um conjunto de empresas, desde a exploração, fabricação de produtos químicos e produtos da indústria metalúrgica e automobilística, como ressalta Lutzenberger (2001, p. 65)

O sistema atual de produção e distribuição de alimentos [...] começa nos campos de petróleo e continua nas minas, passa pelas refinarias, siderúrgicas, plantas de alumínio, indústrias químicas, de maquinário, de embalagens, pelo envolvente sistema de transporte (consumindo principalmente combustíveis fósseis), além de computadores, supermercados e um totalmente novo complexo de indústrias que não existia no passado: a manipulação de alimentos que mais mereceria ser chamada de indústria de desnaturação e contaminação de alimentos.

Além dos impactos econômicos na renda camponesa, há também os severos impactos ambientais que os derivados de petróleo causam. Todavia, em nossa análise, prioriza-se a transferência da renda para o capital comercial, que é mediado pelo

Estado, abrigando em suas instalações o maior retentor dessa renda capitalizada que é o atravessador que é

[...] muitas vezes abrandados pela alcunha de atacadistas ou distribuidores, existe uma miríade de outros atravessadores que consolidam uma extensa hierarquia na divisão do valor do trabalho que não é pago ao agricultor, mas repartido entre os diversos pontos de intermediação, na proporção do potencial econômico dos sujeitos que compõem o território-rede do abastecimento alimentar em uma determinada porção do espaço, fato que resulta em um verdadeiro descaminho da comida em benefício do capital comercial (VALÉRIO, 2015 p. 188 – grifo nosso)

Outro personagem que age como parte do ponto de intermediação citado pelo autor acima, é o fretista e sua relação com o camponês e o mercado. Responsável pela viagem dos alimentos do campo para o Ceagesp, onde recebe a cotação e revendido, algumas vezes pode retornarem à sua origem onde será comercializada mais cara do que quando saiu do campo. Além de ocorrerem perdas pelo mau acondicionamento nos caminhões de transporte, esse deslocamento significa para a sociedade um maior custo para a sua alimentação, problema que é muito bem ressaltado por Valério (2015 p. 199)

É uma via de mão dupla. Comida que vai, comida que vem. Quando vai, perdem o produtor, devido aos baixos preços pagos pelos produtos comercializados de acordo com as cotações do mercado e, a economia local de maneira geral, devido à drenagem da renda para outros territórios. Quando vem, perdem os consumidores, com alimentos viajados, mais caros e com qualidade inferior àquela que seria possível caso os alimentos fossem produzidos e consumidos em um contexto de soberania alimentar, ou seja, produção e consumo local e regional.

Em busca de compreender esse passeio do alimento e no escoamento da produção foi entrevistado em agosto de 2019, um fretista que atua nos municípios de Itapetininga, São Miguel Arcanjo e Capão Bonito. Com 29 anos, nascido em Capão Bonito/SP, concluiu o ensino médio como técnico em meio ambiente em Iguape/SP e posteriormente mudou-se para Indaiatuba/SP onde trabalhou como operário numa indústria de autopeças. Após perder o emprego, retonou para Capão Bonito, onde começou a trabalhar como motorista assalariado para fretes de olerícolas.

Adquirida a experiência na atividade, há cerca de 4 anos, adquiriu um caminhão com seus próprios recursos e empréstimos familiares. Residindo atualmente no distrito do Gramadão (São Miguel Arcanjo/SP), hoje já possui três caminhões. Sua inserção nos bairros foi gradativa e insistente, frente a três outros fretistas que monopolizavam o escoamento olerícola da porção sul de Itapetininga.

Aos poucos fui ocupando os espaços, pegando os que produziam apenas 5 caixas ou até menos a cada coleta. Os produtores maiores pra me testar, mandavam 6 caixas pela minha linha e o resto com os fretistas anteriores. Foi no boca a boca que o pessoal migrou para meus serviços. Fui até ameaçado de estar invadindo o território deles. Um compromisso que assumi com os meus fornecedores era pagar na semana seguinte. (Fretista, 29 anos, distrito do Gramadão, município de São Miguel Arcanjo/SP)

Segundo o fretista, havia muita desonestidade na relação e isso gerava desconfiança dos camponeses. Os pagamentos eram quinzenais ou mensais e não se entregava uma nota fiscal do Box. O pagamento era feito apenas com cheque, inclusive para produção pequena e assinados pelo próprio fretista. Os fatos citados pelo fretista e por parte dos entrevistados corroboram nas concepções camponesas levantadas nos estudos de Woortman (1990 p.40)

[...] o comerciante é percebido como ladrão porque o lucro depende, não do esforço físico visível, mas do monopólio de informações. O resultado do negócio é invisível para todos (menos o comerciante) [...]. A invisibilidade do negócio torna duvidosa a honestidade do negociante. Em outros termos, o lucro do negócio escapa ao controle do grupo, ao contrário do ganho na agricultura.

Pelo fato de reter a informação de preços, os fretistas anteriores barganhavam no início e no fim da negociação. O campesinato olericultor, monopolizado pela ação destes e distante da informação sobre os preços, acatava, porém sempre desconfiado. Na oportunidade da concorrência estabelecida e com o novo fretista, somado ao acesso facilitado a média de preços do Ceagesp⁴⁵, o fretista entrevistado começou a ganhar espaço para poder coletar a produção local.

Sua pequena empresa logística atua ainda na informalidade. Sua esposa, além de funcionária pública, é responsável nas horas vagas pela contabilidade da empresa.

⁴⁵ Foi verificado nas entrevistas que os camponeses mais inteirados da tecnologia possuem um aplicativo de celular que conseguem obter os valores cotados a cada dois dias.

O demais trabalhadores: o irmão do fretista, um motorista e dois auxiliares para carregarem os caminhões, são assalariados porém sem registro em carteira. Atualmente, ele conta com mais dois caminhões menores que circulam pelas estradas rurais coletando a produção. Atua fazendo duas rotas: bairros rurais do sul de Itapetininga (Figura 30) e bairros rurais da divisa entre Capão Bonito e São Miguel Arcanjo.

Figura 30 -O Fretista e os funcionários no momento da coleta das caixas de pepino em propriedade camponesa.



Foto: do autor no bairro do Retiro, distrito da Varginha em 01 de agosto de 2019.

Segundo o que nos informou, em média a cada viagem (nos domingos, terças e quintas-feiras) para o Ceagesp/SP, transporta cerca de 400 a 500 caixas de produtos olerícolas. O pepino japonês é o carro-chefe do transporte, seguido do tomate, do pimentão e da pimenta americana. Como possíveis compradores, o fretista informou ter uma carteira com 18 boxes/atacadistas que adquirem sua carga e relatou:

Tinha uns funcionários que trabalhavam para grandes atacadistas e que resolveram comprar o próprio Box. Como eram meus conhecidos, abandonei os grandes pra incentivar eles e não me arrependo. Muito fretista só quer entregar pra grandes boxes pois é venda e recebimento garantido, mas eles tem o poder de comprar muito e jogar o preço lá embaixo. Os boxes novos e pequenos compram por preços melhores, mas há o risco de calote no consignado. (Fretista, 29 anos, distrito do Gramadão, município de São Miguel Arcanjo/SP)

Na relação comercial, o fretista afirmou que quando transporta tomate, pimenta, pimentão e qualquer outro produto que o camponês gostaria de oferecer (berinjela, maracujá azedo, ervilha, feijão de corda, foram exemplos citados e já transportados) é em sistema consignado. Quanto ao pepino, que é o principal produto transportado (80% da carga), é adquirido no sistema do “preço feito”, ou seja, fixado pelo grupo de compradores que ele atende.

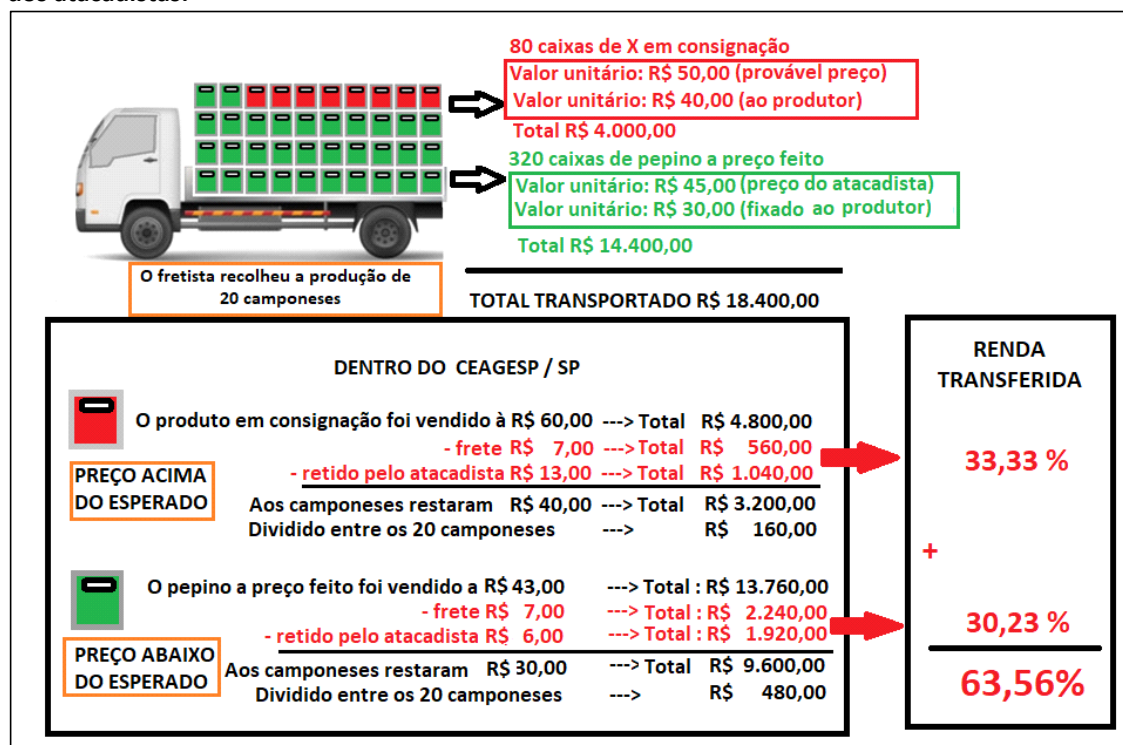
Segundo o IEA (2005) no caso do preço feito ou combinado, os custos de carga, descarga e frete são pagos pelo comprador. O valor da mercadoria poderá ser renegociado se esta apresentar uma qualidade diferente da que foi combinada. Segundo os dados do Prohort/Conab, para 01/08/2019 no Ceagesp-SP, pode-se apurar que a caixa (20 kg.) de pepino japonês estava sendo negociada ao preço máximo de R\$ 49,60 em 01/08/2019. Na mesma data da entrevista, o fretista informou que a caixa estava sendo comercializada no Ceagesp por R\$ 45,00, porém no campo o preço feito era de R\$ 30,00⁴⁶.

O fretista informou que o seu ganho na relação camponês x intermediário, se dá por meio do volume transportado, ou seja, quanto mais clientes, maiores chances de lotar o caminhão e auferir maior renda com o frete. Seja por consignação ou preço feito, por caixa ele recebe cerca de R\$ 7,00. A partir desses dados somados aos do frete, preço feito e possíveis preços de consignação, simulou-se uma viagem do fretista para se verificar o grau de extração de renda do camponês e do produto que seguirá para o consumo da sociedade (Quadro 15).

Constatou-se que há mais de 63% de acréscimo no valor das mercadorias quando deslocadas de caminhão para o Ceagesp/SP. Esses setores realizam uma rapina sem diretamente atuarem na produção dos alimentos ou seja, quando não é o camponês que paga é a sociedade consumidora que arca com esse ônus. Essa renda extraviada no campo não fica somente na mão desses dois intermediários, desloca-se por toda uma rede de agentes que atuam em todo o processo do deslocamento que foi possível se obter segundo os dados repassados pelo fretista.

⁴⁶ Ressalta-se que o preço do pepino pago ao produtor em agosto de 2019 está quase três vezes maior que o valor que se verificou nas entrevistas em dezembro de 2017. Entre as justificativas, a produção no inverno reduz mesmo com a atividade sendo desenvolvida em estufas, portanto com menor oferta os preços se elevam.

Quadro 15 – Simulação da transferência da renda camponesa pelos os intermediários da logística e dos atacadistas.



Fonte: Dados aproximados a partir das informações prestadas pelos entrevistados e pelo fretista em 01 de agosto de 2019.

Cálculos: do autor.

Ele informou que somando combustível, pedágio, motoristas⁴⁷ e outros, gasta-se em torno de R\$ 1.000,00. Assim, simulamos no Quadro 16, apenas para o pepino com “preço feito” as receitas do fretista.

Quadro 16 – Simulação de custos de viagem por dia (ida e volta) ao Ceagesp/SP.

Valor do frete/caixa (R\$)	Volume carregado (caixas = 80%)	Receita Bruta (R\$)	Soma dos Custos (R\$)	Líquido (R\$)
7,00	320	2.240,00	1.000,00	1.240,00

Fonte: Fretista entrevistado no distrito do Gramadão, município de São Miguel Arcanjo/SP em 01 de agosto de 2019.

⁴⁷ O entrevistado informou que ele viaja apenas uma vez por semana (domingo para segunda-feira), ficando o irmão e um motorista (ambos assalariados) para realizarem as outras viagens. Na escala de trabalho, quem viaja a noite, não vai a campo recolher as mercadorias dos camponeses.

Ressalta-se que essa simulação refere-se apenas ao transporte do pepino que é adquirido com preço pré-fixado, faltando acrescentar cerca de 80 caixas de demais produtos que ele transporta em consignação, na qual obtém uma renda extra de mais R\$ 560,00, que se soma ao líquido do quadro acima. O único risco para o sistema de consignação é que

[...] o atacadista cobra uma comissão pela venda da mercadoria. No momento em que é feita a venda, todos os custos de embalagem, carga, descarga e transporte são descontados do valor final. Neste tipo de negociação, o risco para o produtor é grande, dada a perecibilidade dos hortifrutis. (IEA, 2005 – *on line*)

Questionado do risco para o produtor quanto ao produto consignado, o fretista informou não ter ouvido reclamações dos produtores quanto ao preço pago devido a acessibilidade destes via aplicativo de celular. Acrescenta-se que a maioria dos camponeses atendidos pelo fretista, tem no pepino a principal fonte de renda, portanto o preço pago que viesse do atacadista era um adicional para a renda da família. Diante da oscilação dos preços pagos ao produtor muitas vezes desvantajosas e da desonestidade do atacadista, reforça-se que o objetivo de vida do camponês não é o lucro sobre sua produção, como salienta Bombardi (2003)

Embora os camponeses estejam totalmente inseridos no mercado - sabemos que o mercado sempre fez parte da vida camponesa - esta relação é o meio para manter e ampliar a sobrevivência e não o fim e objetivo da vida. Se assim não fosse, após diversos anos de sucessivos "prejuízos" os camponeses venderiam a terra e deixariam de ser camponeses (p. 113)

Para ilustrar isso, nas entrevistas, em companhia do fretista durante a coleta da produção camponesa, verificou-se um caso no bairro do Retiro, em que o camponês entrevistado 30 (52 anos), depende apenas da produção consignada. Ele fornece apenas maracujá azedo obtido na propriedade de 0,45 hectare que além do cultivo principal tem uma pequena criação de galinhas caipiras (cerca de 50 aves) para venda e consumo dos ovos. Há também uma horta, um pomar de cítricos e bananeiras para o autoconsumo.

Eu tinha uma estufa, mas tava muito trabalhoso manter sozinho e o preço não tava bom. Quando precisou trocar o plástico, larguei. Desmontei tudo, aproveitei o arame e os “palanque”⁴⁸ e fiz os “jirau” pro maracujá (Entrevistado 30, 52 anos, bairro do Retiro, distrito da Varginha).

Apurou-se com o fretista que a cada coleta, ele fornece em média 4 a 5 caixas de maracujá (aproximadamente 10 kg cada). O entrevistado 30, mora sozinho na propriedade e informou ter recebido do atacadista, R\$ 18,00, por caixa no último envelope⁴⁹. Se mantido o volume de produção de cinco caixas, sua renda bruta mensal obtida com o maracujá gira em torno de R\$ 1.100,00. Quanto aos custos, o camponês disse que gasta pouco, mas não soube quanto, sendo os adubos e a pulverização de veneno contra broca e besouros, o que mais encarece a produção.

A complementação de renda é realizada com a venda de galinhas e de ovos, todavia informou que essa renda se torna essencial no intervalo de produção do maracujá (fim do inverno e primavera). Além da criação, afirmou que não dispensa uma diária nas estufas dos vizinhos ou outros bicos, quando necessário.

O que aparenta ser uma dificuldade para o camponês, é muito mais uma opção de vida. A estufa de pepino garantiria uma produção maior e uma constância quanto às estações do ano. Entretanto, o camponês optou em diminuir a autoexploração do trabalho e conseqüentemente, de arcar com o custo da manutenção nessa atividade (especialmente a onerosa troca do plástico da estufa). Seria extremamente necessária a sobrecarga de trabalho para o camponês entrevistado?

En otras palabras, podemos afirmar positivamente que el grado de autoexplotación de fuerza de trabajo se establece por la relación entre la medida de la satisfacción de las necesidades y la del peso del trabajo (CHAYANOV, 1974 p. 84).

Assim, apesar da sazonalidade da cultura do maracujá, esta se tornou uma alternativa de obtenção de renda que o satisfaz, além de poder manter-se na terra e demandar menos de seu trabalho solitário, todavia não ignora as possibilidades de

⁴⁸ Refere-se a estrutura de madeira de eucalipto que sustenta toda a estufa.

⁴⁹ O pagamento da consignação é feito pelo atacadista em envelope lacrado com uma nota fiscal e os valores pagos em cheque ou em dinheiro. Cabe ao fretista entregar ao produtor na semana seguinte a entrega.

agregar renda por meio de esporádicos trabalhos acessórios. O abandono da olericultura em estufa, por um lado significou uma queda na renda, mas por outro não interferiu na sua sobrevivência e manutenção no campo.

A consignação é também realidade para a produção do entrevistado 31, do bairro do São Roque (distrito da Varginha) porém ele também opta em garantir uma renda com o pepino a preço feito. Morando na propriedade da mãe de 1,5 hectares, possui sua casa separada e tem duas estufas para cultivo de tomate e pepino. O trabalho é realizado por ele e a esposa de 19 anos. Quando solicitado, trabalha como pedreiro nas redondezas e o trabalho nas estufas acaba recaindo para a esposa, a mãe (51 anos) e a irmã casada (21 anos) que reside no mesmo bairro. O trabalho da irmã não é de caráter familiar, sendo remunerada por jornada. Durante a entrevista, quando questionado sobre os preços pagos pelo tomate, ele interrompeu a entrevista para falar ao fretista da tamanha surpresa quanto ao valor pago pela consignação do tomate na semana anterior.

*Então *** (fretista)! Semana passada, pagaram R\$ 60,00 pela caixa do tomate! Você disse que não passaria de R\$ 50,00! (Entrevistado 31, 29 anos em diálogo com o fretista, bairro do São Roque, distrito da Varginha)*

Até o fretista ficou surpreso. Como salientado anteriormente, a espera por um preço inferior da produção já era tida como certa pelo produtor, todavia a surpresa com o preço obtido fortaleceu a fidelidade do camponês com o fretista e o atacadista. Se observado os preços pagos pelo tomate, segundo os dados do Prohort/Conab, para 01/08/2019 no Ceagesp-SP, o preço máximo pela caixa de tomate (20 kg) era negociado a R\$ 83,20, todavia como o fretista comentou que esse preço oscila entre 5% a 8% pra menos, algo entre R\$ 79,00 a 76,00, respectivamente.

Após a entrevista, foi questionado ao fretista o porquê do valor acima do previsto. Este respondeu que para agregar valor ao produto, além da qualidade, a forma como se embala a produção nas caixas é muito valorizada pelos boxes. Segundo o IEA (2005), o embalamento da produção é uma grande barreira para o segmento. A maioria das caixas que acondicionam os produtos não contempla a Instrução

Normativa nº 009 (Brasil, 2002)⁵⁰, ou seja, as caixas utilizadas não atendem às características dos produtos. Além disso, representam um alto custo nas transações do setor, contribuindo para um elevado percentual de perda das mercadorias, especialmente durante o transporte (Figura 31).

Figura 31 - Exemplo de perdas no transporte com o embalamento a granel em caixas de madeira.



Foto: IEA (2005). Acesso em 21 de agosto de 2019.

Nesse caso, o fretista afirmou que o camponês entrevistado, é muito detalhista quanto a organização dos tomates dentro das caixas de madeira, gastando mais papel para envolver os produtos e organizando-os de maneira uniforme e conforme o formato dos frutos. O tempo dedicado a essa organização e padronização se transforma em valores maiores para a revenda nos boxes. Havendo qualidade e um comprador exigente, o produto auferia maiores lucros ao atacadista que repassa uma parte para o produtor.

Além de compradores exigentes para os produtos convencionais, existem produtos diferenciados que também podem resultar em maiores ganhos para o camponês e para o atacadista. Entretanto a oferta dessa produção acaba sendo inferior devido ao número de compradores também ser restrito, se comparado com os volumes que são comercializados no Ceagesp. Assim, resgata-se as mini-abóboras já citadas anteriormente e vendidas também em consignação.

⁵⁰ A Instrução Normativa visa regulamentar o acondicionamento, manuseio e comercialização dos produtos hortícolas “in natura” em embalagens próprias para a comercialização, visando à proteção, conservação e integridade dos mesmos.

Produzidas no distrito do Gramadinho, pelo entrevistado 32, ele informou que as plantas produzem muito em um pequeno espaço (400 m²) e que há muitas perdas na mercadoria que não encontra mercado. Ciente de que a demanda no mercado é restrita e exigente quanto a seleção dos frutos (casca lisa e sem defeitos na forma) o camponês insiste em produzir essa iguaria, pois a renda que se obtém é muito satisfatória. Em dezembro de 2017, na ocasião da entrevista, ele informou que conseguiu o valor de R\$ 140,00 por caixa (20 kg) de mini-abóbora⁵¹ (Figura 32). Se comparado os preços para 20 quilos da mesma abóbora, só que maior e comum, naquela época se pagava ao produtor R\$ 17,00.

Figura 32 - O cultivo e a seleção de minis abóboras em propriedade camponesa.



Foto: do auto no distrito do Gramadinho em 15 de dezembro de 2017.

A especialização em cultivos que apresentem diferenciais de preço no mercado pode significar uma alternativa para os camponeses, todavia não podem ser únicos. A diversificação é uma forma de assegurar um adicional para o rendimento da família, como o caso acima. Entretanto relembra-se, como afirmado no capítulo 1, que o camponês entrevistado tem nas estufas de tomate, pepino e pimenta americana os produtos que prioritariamente sustentavam sua família, além de ser o mesmo

⁵¹ Segundo o entrevistado, o destino final (após passagem pelo Ceagesp) de suas minis abóboras são os supermercados, restaurantes e buffets. A encomenda varia muito, oscila de 2 a 6 caixas por mês, porém o roçado que cultiva produz além da demanda. Ele informou que entre novembro e dezembro de 2017, superou 12 caixas acreditando ser por causa das festas de fim de ano.

entrevistado que afirmou criar poucas cabeças de gado para o consumo da família e destacar não saber o que é ir ao açougue há cerca de 15 anos.

Essa especialização oscila muito próximo do que PLOEG (2008 p. 44) aborda quanto as formas que permitem a autonomia camponesa e sua relação com o mercado

[...] a arte de produzir um estrume bom, de criar vacas boas e de criar um cavalo dócil são elementos centrais nos repertórios locais que se referem a prática agrícola como um processo socialmente construído. Ligada a isso está a importância atribuída ao trabalho árduo, à dedicação, à paixão e ao conhecimento como fontes estratégicas dos valores criados. Mesmo em sociedades altamente modernizadas [...] onde aparentemente apenas são permitidos argumentos econômicos, a maioria dos agricultores descreve cuidadosamente aquilo que a chama de seu “hobby”. [...] Esse “hobby” [...] onde o trabalho, o conhecimento, a experiência e os desejos próprios são as fontes de inspiração orientadoras e onde os elementos de superioridade e beleza são construídos de forma a trazer satisfação e orgulho. São precisamente essas “coisas” que o mercado nunca consegue oferecer.

É o detalhe, o capricho e os cuidados com a produção que podem contribuir com um acréscimo na renda familiar, mas acima disso, é a transferência de seu trabalho para o produto que alimentará a sociedade. Numa produção capitalista, em série e ditada pelo ritmo do D-M-D', a circulação da mercadoria deve ser rápida e para assegurar o retorno do capital de giro em conjunto ao lucro, assim se artificializa os processos e se alteram os ritmos da natureza. Na produção camponesa é diferente, como assinala Bombardi (2004)

O dinheiro em exagero, na lógica camponesa, é sinônimo de exploração ou ganância, palavra que tem uma conotação extremamente negativa, como que em oposição à generosidade que é desejável que tenham (p. 272).

Na ocasião da entrevista, fomos agraciados com parte da sua produção, de mini-abóboras, que inclusive já estavam selecionadas para comercialização. Para esse camponês, os cuidados com as minis-abóboras representa um trabalho artesanal de proteger os frutos durante seu crescimento. No processo de acompanhamento da plantação, elimina-se os frutos deformados para economizar os nutrientes para as planta gerarem melhores frutos. Esse trabalho detalhista se assemelha aos cuidados

que os nipônicos tem na elaboração dos seus bonsais. É no cuidado das minis-abóboras, que as tornam valorizadas e aceitas num mercado restrito.

Essa mesma especificidade em buscar um produto que aufera um acréscimo na renda pôde ser encontrada no cultivo de um tomate diferenciado no bairro do Retiro (distrito da Varginha). A família camponesa é proprietária de 25 hectares e tem na avicultura sua principal fonte de renda (entrevistado 14), além da pecuária de corte e da na olericultura desse tipo especial de tomate.

As atividades que se desenvolvem na propriedade camponesa são reflexos das experiências anteriores. Primeiramente pela pecuária, atividade herdada do avô; seguido da olericultura iniciada em meados dos anos 1990 pelo pai; e quando o entrevistado alcançou a maioridade (há cerca de 10 anos) ele considerou a possibilidade investir na avicultura integrada (Figura 33).

Chayanov (1974) ressalta que a família camponesa organiza sua produção por uma avaliação subjetiva baseada na longa experiência de trabalho agrícola da geração presente e das anteriores. Essa organização dos sistemas produtivos, tem como base o espaço físico existente, a mão de obra disponível, a quantidade de animais que tem ou que deseja criar, a quantidade de foragem que será necessária para estes animais, a quantidade de instalações que serão necessárias, o ganho esperado entre outros aspectos. Todo este arranjo reproduz o plano organizativo da unidade econômica camponesa.

Na composição da renda dessa família, o entrevistado 14, soube dividir bem as receitas. Ele afirmou que 40% vêm da avicultura, 30% da estufa de tomate, 25% do gado de corte e 5% de imóvel que alugam na cidade. O trabalho é dividido entre os 4 membros da família⁵², todavia informou que esporadicamente contrata diaristas (máximo de 4) nos momentos de maior necessidade, especialmente para a avicultura durante a limpeza e troca de cama de frango. Se por um lado a diversificação diminui os riscos de assegurar o sustento da família, por outro, passa a exigir mais da força de trabalho para realização de determinadas atividades em momentos de sobrecarga de trabalho.

⁵² Entrevistado (30 anos), esposa (25 anos), pai (59 anos) e mãe (53 anos).

O fato de se ter mão de obra externa, equivalente ao trabalho familiar, não exclui o caráter campesino dessa produção. É uma necessidade momentânea que a família sozinha não poderia executar. Portanto, a relação que se estabelece, apesar de monetária envolve principalmente os vizinhos ou conhecidos da família.

A contratação externa de força de trabalho, nesse caso, é similar às épocas que a família camponesa necessitava de ajuda mútua ou mutirão, como ressalta Cândido (1979), para colher a produção antes de uma intempérie. O diferencial é que se transforma numa relação econômica, todavia não se extrai a mais-valia do trabalhador, pois é uma contratação momentânea para conseguir concluir uma fase da produção, como no caso, a troca da cama de frango e limpeza dos galpões.

Apesar disso, Chayanov (1974) ressalta que a organização da produção deve satisfazer as necessidades assegurando inclusive o futuro da propriedade e da manutenção familiar

[...] la familia de unidad de explotación campesina al empezar a organizar la producción, tiende a un resultado final que satisfaga sus necesidades en la mayor medida posible y que asegure la estabilidad posterior de la unidad de explotación mediante un proceso de renovación de capital con el consumo mínimo de energía. Con este propósito, trata de asegurar tales aplicaciones para su fuerza de trabajo como aseguraría la mayor remuneración posible por unidad doméstica de trabajo (p. 134).

A segunda maior fonte de renda é a estufa é dedicada a uma variedade específica de tomate (*DRC-Cocktail*) na qual há um controle biológico de pragas e que agrega ainda mais valor ao produto. Conhecido como tomate de cacho, ele é embalado com suas ramas em caixas de papelão e internamente protegido por folhas de papel diferente do tomate convencional, embalado a granel (Figura 34).

Antes desse tipo de cultivo, seu pai, responsável pela introdução da olericultura na família, cultivava pepino e tomate convencional, como a grande maioria dos entrevistados. Somente após diversificarem as fontes rendas para a manutenção da família, especialmente com a adoção da avicultura é que eles passaram a se especializar nessa produção diferenciada.

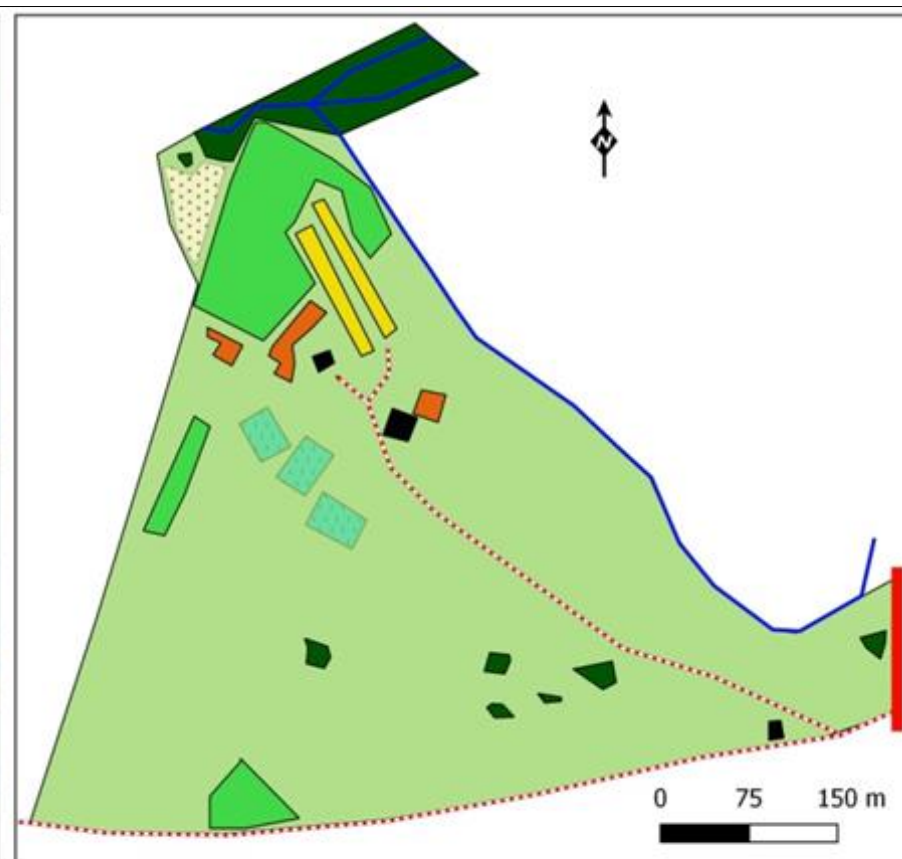
Figura 33 - Croqui da propriedade do entrevistado 14
 (Gado de Corte, Olericultura e Avicultura)
 Bairro do Retiro - Distrito da Varginha
 Itapetininga / SP



Fonte da Imagem: Google Earth (2019)

Croqui elaborado a partir da imagem orbital e adaptado no software QGIS (2.18) e informações obtidas em trabalho de campo realizado em 01/08/2019.

Org: Floriano Silva (2019)



Legenda

— Estrada	Uso do solo	 Galpão de frangos	 Cultivo (milho)
- - - Estrada vicinal	 Pastagem	 Estufas (tomate)	 Pomar
— Córrego	 Moradias	 Eucalipto	
		 Mata	

A safra dura 60 dias, porém depois de replantá-lo, o tomateiro só volta a produzir após 60 ou 70 dias. O camponês informou que o preço pago pela caixa específica (caixa de papelão para 8 kg) no Ceagesp, foi de R\$ 75,00, na última semana de julho de 2019.

Figura 34 - Cachos de Tomate Cocktail do entrevistado 14



Foto: do autor no bairro do Retiro, distrito da Varginha em 01 de agosto de 2019.

Segundo informações dadas pelo fretista, o produto do entrevistado é um tomate diferenciado e que tem alta demanda em três dos dezoito boxes/atacadistas que ele atende. Em média, transporta-se por coleta de 20 a 30 caixas de 8 kg. O entrevistado 14 informou também ter sido procurado para a venda direta na propriedade na primeira quinzena de julho (2019). Foram embarcados 100 kg de tomate para um supermercado dentro do condomínio residencial Alphaville, na Grande São Paulo, sendo o transporte feito pelo próprio estabelecimento comercial.

*Não sei como esse “mercado” veio parar aqui? Deve ser por causa do rastreamento. Ele ligou pra mim e conversou quanto ao preço e se eu poderia vender. Joguei uns 5 reais a mais do preço que o ***(fretista) paga. Na hora, nem chorou e fechou 100 kg. Dois dias depois encostou o 608 (caminhão leve). Pagou a vista. Ele já tinha carregado uva e caqui orgânico lá de Ribeirão Branco (município a 130 km ao sul de Itapetininga), daqui ia passar ainda em São Roque e Ibiúna pra pegar mais carga. (Entrevistado 14, 30 anos, bairro do Retiro, distrito da Varginha).*

O acesso direto ao produtor, coletando parcelas da produção, diminui a atuação dos intermediários do Ceagesp sobre o lucro do supermercado. Por outro lado, esse varejista acaba explorando o consumidor que cada vez mais é consciente na busca por alimentos saudáveis e seguros. Ciente do público seletivo e abastado que atende dentro do condomínio, o supermercado, diminuindo a ação do atacadista, pode auferir uma renda maior sobre a produção, além de publicar imagens da compra direta do produtor como argumento “apoio social ao homem do campo” e “incentivo a produção orgânica e semi-orgânica” e com isso justificar o ágio, ou melhor, o lucro extraordinário sobre os preços praticados no varejo. Segundo o entrevistado, o preço negociado por quilo foi de R\$ 14,00, valor acima do pago pelo Ceagesp (cerca de 9,00⁵³ o quilo).

Por quanto será que ele vendeu esse tomate? (Entrevistado 14, 30 anos, bairro do Retiro, distrito da Varginha).

A questão levantada pelo camponês entrevistado resume bem a relação que se estabelece quando seu produto desvia-se para o mercado. Seu trabalho está impresso no produto, porém ele não sujeitou seu trabalho para a mais-valia, bem como ele continua como detentor do meio de produção. O que se transferiu para o mercado foi apenas o seu produto para outros setores capitalizarem em cima.

A sujeição real é descartada justamente porque os pequenos proprietários continuam em sua maioria donos da terra e dos instrumentos de trabalho. E naqueles casos em que há um aumento do domínio do capital sobre a produção agrícola como, por exemplo, os camponeses integrados na avicultura, sericicultura, etc, não há nem mesmo sujeição formal. É, na verdade, sujeição de renda da terra ao capital. Essa sujeição da renda oculta-se na circulação da mercadoria, no crédito bancário, na transferência de riqueza para as

⁵³ Se a caixa de papelão de 8 kg desse tomate foi comercializada a R\$ 75,00, deduz-se que o quilo equivale a R\$ 9,37.

empresas urbanas através de alimentos a baixo custo. (ALMEIDA, 2003 p. 98)

O fato de produzir uma variedade diferenciada em um processo praticamente orgânico (o entrevistado não possui a certificação) atrai um público consumidor também diferenciado e exigente, que aceita pagar pelo alimento um valor muito superior ao produto convencional do mercado.

Acrescentar um valor maior sobre o negociado com o Ceagesp, não foi propositalmente calculado pelo camponês, levando em conta o tempo dedicado à estufa, como também dos exigentes cuidados com os tomateiros, o que nos lembra Bombardi (2003) quanto ao fato do camponês não computar seu trabalho quando fala do preço de seu produto. O que o camponês tem é uma noção do quanto gastou com insumo, porém nesse cálculo não aparece a autoexploração do trabalho.

Mencionado pelo entrevistado, o rastreamento da produção na atualidade, é uma exigência para um maior controle da produção de hortifrutigranjeiros.

Segundo Mattos *et al.* (2009)

A rastreabilidade é um sistema de identificação que permite resgatar a origem e a história do produto em todas as etapas do processo produtivo adotado, que vai da produção ao consumo. Este sistema deve, obrigatoriamente, estar contido em todos os programas e sistemas que procuram obter como produto final frutas e hortaliças seguras destinadas ao consumo. A rastreabilidade é hoje uma exigência para concretização dos contratos de importação de frutas e hortaliças por vários mercados em todo o mundo (p. 410).

O rastreamento surge da competitividade nas diferentes cadeias agroindustriais. Elas buscam oferecer produtos com maior qualidade e de maior valor agregado, por isso a necessidade de gerenciar os perigos para a segurança dos alimentos desde a produção até a sua distribuição. Geralmente, a contaminação microbiológica em produtos da olericultura é devido ao uso de água contaminada para irrigação, enquanto que a contaminação química é, em sua maioria, resultante da aplicação de agrotóxicos.

No Brasil, o sistema de rastreabilidade foi instituído em 8 de fevereiro de 2018, a partir da publicação no Diário Oficial da União da Instrução Normativa Conjunta – INC - n. 2, do MAPA e da Anvisa (Brasil, 2018). Na primeira fase de implementação, que

deveria ter início em 8 de agosto de 2018, foi prorrogada para o ano seguinte passando a vigorar em agosto de 2019, segundo a INC n. 1/2019 (Brasil, 2019) (Quadro 17). A rastreabilidade passou a vigorar para os grupos de citros, maçã, uva, batata, alface, repolho, tomate e pepino.

Os dois últimos produtos citados compõem cerca de 90% da produção dos olericultores entrevistados. Em diálogo com o fretista, obteve-se a informação que ainda há alguns de seus camponês-fornecedores que não se adequaram a norma. Segundo o MAPA (2018)

A norma estabelece a obrigatoriedade de que todas as frutas e hortaliças deverão fornecer informações padronizadas capazes de identificar o produtor ou responsável no próprio produto ou nos envoltórios, caixas, sacarias e outras embalagens. O produtor deve informar o endereço completo, nome, variedade ou cultivar, quantidade, lote, data de produção, fornecedor e identificação: CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual. (*on line*)

Quadro 17 – Instrução Normativa Conjunta n. 01/2019.

Vigência	Rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva, exceto o disposto no Art. 8º	Vigência plena para o grupo	Rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva, exceto o disposto no Art. 8º	Vigência plena para o grupo	Rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva, exceto o disposto no Art. 8º	Vigência plena para o grupo
Grupos	Imediata	01/08/2019	01/08/2019	01/08/2020	01/08/2020	01/08/2021
Frutas	Citros, Maçã, Uva		Melão, Morango, Coco, Goiaba, Caqui, Mamão, Banana, Manga		Abacate, Abacaxi, Anonáceas, Cacaú, Cupuaçu, Kiwi, Maracujá, Melancia, Romã, Açaí, Acerola, Amora, Ameixa, Caju, Carambola, Figo, Framboesa, Marmelo, Nectarina, Nêspera, Pêssego, Pitanga, Pera e Mirtilo	
Raízes, tubérculos e bulbos	Batata		Cenoura, Batata doce, Beterraba, Cebola, Alho		Cará, Gengibre, Inhame, Mandioca, Mandioquinha-salsa, Nabo, Rabanete, Batata yacon	
Hortaliças folhosas e ervas aromáticas frescas	Alface, Repolho		Couve, Agrião, Almeirão, Brócolis, Chicória, Couve-flor		Couve chinesa, Couve-de-bruxelas, Espinafre, Rúcula, Alho Porro, Cebolinha, Coentro, Manjerição, Salsa, Erva-doce, Alecrim, Estragão, Manjerona, Salvia, Hortelã, Orégano, Mostarda, Acelga, Aipo; Aspargos	
Hortaliças não folhosas	Tomate, Pepino		Pimentão, Abóbora, Abobrinha		Berinjela, Chuchu, Jiló, Maxixe, Pimenta, Quiabo	

Fonte: BRASIL (2019)

Apesar da rigidez da norma, apurou-se que ao produtor caberá preencher um Caderno de Campo Simplificado, à mão ou por meio de Ferramentas eletrônicas e arquivado na propriedade durante 18 meses. Lá, será declarado os dados do produtor e propriedade, o desenho de um croqui da propriedade com acidentes geográficos e áreas de produção, listagem de insumos aplicados e a periodicidade, o registro da colheita discriminados em lotes e os respectivos compradores.

Além do caderno, e considerado o maior gargalo, segundo o fretista, está sendo a geração das etiquetas para serem colocadas nas caixas (Figura 35), pois os produtores, em sua maioria não possuem computadores e ou impressoras. Mas pelo que se pode compreender, o atacadista estará disponibilizando essa rotulagem no momento da revenda.

Assim, por enquanto o produtor deverá pelo menos, além de preencher o caderno do campo, confeccionar um carimbo com seu nome, nome da propriedade, endereço e número do CPF ou CNPJ rural além das coordenadas geográficas da propriedade, para serem registradas nas caixas.

Figura 35 - Modelo de rotulagem para o rastreamento da produção olerícola.

Exemplo básico de rótulo:	Exemplo de rótulo com código de barras:
TOMATE DÉBORA AAA Amâncio José Hortelini CNPJ RURAL: 20.455.000/0001-20 Sítio São José - Bairro do Tijuco - Ribeirão Branco/SP - Brasil CEP 28455-000 Coordenadas geográficas: 22°87'77.04"S - 47°07'34.72"O Peso líquido: 20kg Lote: 010819A Data de embalagem: 01/08/19	TOMATE DÉBORA AAA Amâncio José Hortelini CNPJ RURAL: 20.455.000/0001-20 Sítio São José - Bairro do Tijuco - Ribeirão Branco/SP - Brasil CEP 28455-000 Coordenadas geográficas: 22°87'77.04"S - 47°07'34.72"O Peso líquido: 20kg Lote: 010819A Data de embalagem: 01/08/19 

Fonte: São Paulo, 2019. Acesso em 22 de agosto de 2019.

Com riscos de não estar cumprindo a norma e ter que voltar com a produção não comercializada, o fretista estava se prontificando em confeccionar os carimbos para os camponeses. Apesar de ser para o produtor um custo baixo, se ficar apenas no carimbo, a implementação desse programa pelo governo envolverá uma tecnologia

considerável. Todavia perante consumidores cada vez mais preocupados com a segurança dos alimentos que consomem, a criação de ferramentas que garantam essa segurança torna-se necessária.

Ressalta-se que só a rastreabilidade não garantirá a segurança dos alimentos, mas torna-se importante para garantir o trabalho das autoridades responsáveis pelo controle dos alimentos. Todavia, acredita-se que não será frequente a autuação das unidades camponesas, pelo menos em Itapetininga. Se levada em conta a sua produção que está muito mais próxima de um cultivo orgânico do que um cultivo convencional e em larga escala, assegura-se que os camponeses que foram visitados são cuidadosos com sua plantação como também com sua saúde no manejo dos cultivos.

A atenção dispensada às estufas é criteriosamente controlada. O uso de pulverizador costal no controle de pragas ou mesmo o controle biológico é realizado pelo próprio produtor, que se protege e segue o receituário, inclusive diminuindo a diluição do produto, para economizar. A forma de ver seu cultivo é diferente de um trabalhador rural assalariado. Enquanto que para o camponês sua estufa em terra própria, em parceria ou arrendada, significa sua vida e o sustento de sua família, um assalariado em cultivo empresarial e convencional, vê aquilo como uma forma de assegurar um salário que pode ser duradouro ou não. Perante os olhos do patrão eventualmente pode apresentar um comportamento e, distante dele, outro.

São essas diferenças no tratamento do solo, com o próprio trabalho, com os cultivos e até mesmo na colheita e no embalagem da produção que se metamorfoseiam em dois tipos de alimento: o alimento para a vida e um produto para o mercado. Na contraditoriedade do processo socioeconômico, a classe camponesa, que sofre com as investidas do capital contra sua existência, utiliza-se de mecanismos e estratégias de luta e de resistência no sentido de reproduzir-se socialmente, entregando a cada dia para sociedade a maior parcela dos alimentos que ela consome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido na perspectiva de compreender a configuração e reconfiguração do modo de vida do campesinato no município de Itapetininga/SP. A pesquisa referenciou-se empiricamente, em sua maioria, com os camponeses que habitam a região centro-meridional e que adotam diversas estratégias para persistirem no uso da terra para a vida.

A relação de trabalho familiar e seu controle, o acesso ao meio de produção e a escolha do quê, quando, quanto e como produzir caracteriza a resistência camponesa que é aqui considerada como parte das contradições que permeiam o modo de produção capitalista. A agricultura capitalista não absorveu toda a força de trabalho do campo, nem tampouco se generalizou, como outrora se acreditava. Como prova disso, temos a resistência das formas não capitalistas de produção, como também se constatou no campo a recriação. Se por um lado o intuito interno da família é (re)produzir-se socialmente na terra, por outro ela assegura a reprodução do capital por meio dessas relações.

Na evolução do capitalismo, analisado por Smith (1996) e Ricardo (1996) detectou-se o valor do trabalho como fonte de todas as riquezas. Foi através de Marx (1996) que se compreendeu a fundo como se dava o extravio dessa riqueza para a emergente burguesia sobre os trabalhadores na forma da mais-valia para a acumulação capitalista. Nos primeiros escritos, está subentendido que não havia possibilidade dos camponeses resistirem frente ao “toque de Midas” do capital, compreensão tomada pelos marxistas como uma sentença de que essa classe migraria para a burguesia ou para o proletariado; a exemplo de Kautsky (1980) e Lenin (1985), nas respectivas análises da questão agrária na Europa.

Por outro lado, o economista e sociólogo russo Alexander Chayanov (1974), menos linear no progresso das relações capitalistas enxergava uma resistência dos camponeses inseridos no modo de produção capitalista. Ignorado, morto e esquecido durante o stalinismo, seus escritos foram recuperados após a Segunda Guerra Mundial, pela coerência analítica para com a expansão dos movimentos camponeses, como as Ligas do Nordeste brasileiro e dos Arranca-Capim em São Paulo (década de 1950), porém de maior envergadura em nível mundial, com os camponeses do Vietnã

durante a Guerra (décadas de 1960 e 1970) que lograram êxito no enfrentamento diante de uma potência bélica do mundo. Como reflexos do passado e que ainda se manifestam no presente, cita-se camponeses do Japão expulsos de suas terras para a instalação do aeroporto de Narita nos anos 1970 e que ainda hoje protestam contra a grande obra intrusa de seu território.

Todavia, não se deve resgatar apenas o campesinato do pós-guerra, pois essa classe sempre esteve presente na história do mundo, resistente e responsável pelo fornecimento dos alimentos às sociedades. A brecha camponesa (Cardoso, 2009) é um exemplo de sua resistência durante o colonialismo escravocrata no Brasil e na América Latina, entre os séculos XVII e XIX.

A sua resistência como classe social é frequentemente negada pela academia, impondo-lhe uma denominação de caráter contemporâneo, como: agricultor familiar, empreendedor do campo, agricultor sustentável, biodinâmico ou orgânico; que na verdade tenta submetê-los aos interesses do capital e do controle do Estado. Com essas alcunhas, o campesinato estaria inserido em uma agenda política e de debate ambiental com o intuito de desvinculá-los da luta de classes e da necessária reforma agrária.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 passam a fortalecer o termo “agricultura familiar”, onde se apurou que mais de 70% de toda a produção de alimentos provinha dessas unidades, que são camponesas e que na maioria das vezes detêm poucas terras e possuem baixa tecnificação. Assim denominados, eles passariam a ter acesso a frações do volume financiado pelo Estado para fomentarem sua produção agropecuária. Tais dados contrariam os interesses dos grandes empresários rurais e fazendeiros que não abrem mão de nenhuma atenuação do saque ao fundo público.

O modelo de produção camponês, aos olhos da elite agrária, é inviável para a segurança alimentar e o abastecimento, entretanto falta a ela a compreensão da importância social da manutenção do trabalho familiar no campo. Embora o campesinato seja independente, tais políticas de fomento da “agricultura familiar”, tinha o intuito de modernizá-la, todavia os maiores beneficiados com esses recursos públicos, foram as indústrias de insumos petroquímicos e máquinas numa ponta, e na outra, o setor bancário que absorveu parte da renda camponesa com os juros, algo

visto com o programa dos anos 1990 “São Paulo vai a campo” (Governo do Estado e Banco Banespa), que disponibilizou crédito a uma parcela dos declarantes na pesquisa.

Como afirma Ploeg (2008), com a ascensão do modo de produção capitalista e da revolução industrial, o camponês passou para a invisibilidade, pois todos estavam ocupados demais em se modernizarem. A ciência dedicou-se a explicar a modernização centrada no empreendedorismo por isso não haveria lugar para os camponeses no mundo moderno.

Apesar de negá-las, as práticas camponesas estão inseridas na sociedade capitalista e não são resquícios do feudalismo ou de comunidades primitivas e isoladas. Tal compreensão é possível por meio dos ensinamentos de Luxemburgo (1970), Shanin (1980), Martins (1975, 1990, 1994, 1998, 2002) e Oliveira (1986), que mostraram a contradição das relações não capitalistas inseridas no sistema. Por meio dessas leituras, compreende-se que o capital não busca acumular-se apenas a partir da modernização, mas também de seu oposto, nas tradicionais ou antigas formas de trabalho no campo.

É nesse quesito que se insere Martins (1975), referente aos avanços e retrocessos que conjuntamente oscilam no capitalismo. Por mais modernas que sejam as técnicas e os insumos utilizados no campo, algumas atividades poderão ser realizadas pelas formas mais antigas de produção, como as formas não capitalistas, especificamente o trabalho escravo como praticado no Brasil Colônia e Império (ou até análogo ao escravo, como nos dias atuais e frequentemente reportado) e o campesinato.

No caso dessa pesquisa, verificou-se que o acesso às modernas formas de produção são uma dificuldade para o campesinato, diante dos custos. Todavia, as práticas tradicionais, tidas como arcaicas e típicas da produção camponesa nem sempre são resistências aos avanços tecnológicos ou uma luta contra o sistema que extravia parte de sua renda.

Nesses casos específicos de resistência, pôde-se verificar no campo uma desconfiança do camponês em contrair dívidas⁵⁴ (empréstimos e até mesmo solicitar o PRONAF); como também a negação em entregar sua produção à intermediários.

⁵⁴ Em relação ao volume de entrevistados, constatou-se que 49,2% declararam não terem solicitado nenhum tipo de financiamento, inclusive o PRONAF, utilizando de recursos próprios (poupança, ganhos

Por outro lado, quando resistem e sujeitam sua renda ao processo de acumulação, imposto pela monopolização do território, desonera o capitalista das obrigações salariais e de horas extras, algo que ocorre frequentemente na olericultura, na avicultura e na pecuária leiteira e relativamente na apicultura. A vigilância do camponês é constante, não há férias e nem fim de semana (pecuária leiteira) e às vezes nem noites de sono, esta última especialmente nos invernos diante do risco de uma geada que afete as estufas e os frangos.

Geograficamente, detectou-se que os camponeses de Itapetininga estão cercados por empreendimentos capitalistas (criação bovina para o corte, cultivos silvícolas, citrícola e em menor escala a sucroalcooleira) e são vistos como barreiras para a intensificação da territorialização do capital. Nesse conflito entre a agricultura capitalista e o campesinato, ideologicamente a primeira representa a modernidade, o desenvolvimento e a prosperidade econômica.

Essa ideologia traduz-se na expressão agronegócio, com o auxílio decisivo da mídia corporativa e alienante em conluio aos setores conservadores da sociedade, como também de obras literárias como as de Monteiro Lobato (Jeca Tatu), distorceram de forma proposital a imagem dos camponeses como salienta Brandão (1995) de ser a face negada do homem burguês e se define pelas caricaturas que de longe, a cidade faz dele.

Em parte isso é reflexo do que Martins (1975) ressalta da nossa economia colonial sobre o qual o capitalismo dependente foi a responsável em estigmatizar na atualidade os contornos do caipira. Por isso ignora-se por considerável parte da sociedade sua luta pela terra, especialmente nos movimentos pela reforma agrária.

Se o objetivo da Revolução Verde era acabar com a fome e assegurar o abastecimento, constata-se que a proposta, quase septuagenária, só saciou e ainda sacia a fome dos setores petroquímicos, automobilísticos e financeiros por lucros crescentes. Como afirmou Ploeg (2008), a agropecuária regida, pela globalização e pelo neoliberalismo está sendo o maior responsável em desperdiçar vidas e ameaçar a segurança alimentar do mundo.

com alugueis, venda de bezerros, arrendamentos de parte de suas terras, ganhos de trabalhos acessórios, herança e outros) para se manterem no campo.

Como reflexo disso, a sociedade consumidora da produção agrícola moderna está cada vez mais doente com o excessivo uso de agrotóxicos e com o processamento e a refinação industrial dos alimentos. Vidas estão sendo desperdiçadas, quando se analisa os impactos sociais causados por essa modernização que concentrou terras para monocultivos, empobrecendo e expropriando famílias camponesas obrigadas a migrarem para as periferias das cidades, ficando marginalizadas e reféns da violência, como constatado nas trajetórias de vidas dos entrevistados do assentamento Carlos Lamarca e do “colono” instalado na propriedade praticante da agricultura biodinâmica.

Tais impactos à saúde e a sociedade, aos poucos vem se resgatando a valorização do saber camponês, da policultura, na busca por alternativas de controle biológico ou orgânico de pragas, das agroflorestas e especialmente do consumo da produção local, por meio das Comunidades que Sustentam a Agricultura (C.S.A); formas de opor-se a força hegemônica das corporações e do mercado.

Em campo constata-se, apesar de ainda pouco representativa, mas em crescimento, a dedicação dos camponeses em produzir olerícolas pouco convencionais, (minis-abóboras, tomate de cacho/*DRC-Cocktail*, tomatinhos cereja vermelho e amarelo), o leite de búfala e produtos agroecológicos (capuchinha, guaçatomba, açafrão, bortalha, pupunha, ora-pro-nobis, yacon, araruta,...), são componentes da agropecuária que foge da deterioração dos preços da produção convencional e de amplo mercado.

São formas alternativas de produção que poder-se-ia atrelar a uma renda de monopólio, pois demandam de pouco investimento em recursos e insumos, apesar de, às vezes, exigir maior dedicação em trabalho camponês, de forma a auferir uma renda ampliada, mesmo existindo as vezes uma apropriação de renda pelo capital comercial, mas os camponeses conseguem obter um preço melhor que na produção comercial convencional.

É uma constante luta pela autonomia, pela liberdade de forma a fugir das agressivas relações de submissão e exploração que o mercado impõe. Os cultivos e as criações devem corresponder às aspirações e interesses da família camponesa. Essa autonomia e a distância do mercado, na interpretação do senso comum conduz, a uma estigmatização do camponês como rude e ignorante. Entretanto, nessa pesquisa

refuta-se essa visão comum, pois em campo constatou-se que os camponeses não se acomodaram, todavia nem sempre se submetem aos mercados.

Os apicultores, os assentados do Carlos Lamarca, a produtora biodinâmica e parcelas dos produtores de leite também se aperfeiçoaram com novas técnicas para aprofundar o conhecimento na produção. Esses aperfeiçoamentos não são exigências do mercado, mas visam criar alternativas de resistência para uma alimentação mais saudável para si e para quem comercializam. É também para reforçar a união da família em torno do trabalho conjunto na terra. A aprendizagem e o manejo dos novos conhecimentos e técnicas têm como intuito assegurar a autorreprodução como camponeses, fugindo da propaganda ideológica do empreendedorismo rural. Para eles, a terra tem maior importância social do que mero capital imobiliário.

A produção não convencional ou uma nova técnica adotada pode ser a fonte de renda principal da família camponesa, como também pode ser apenas uma atividade complementar da fonte de renda principal. Essas possibilidades só podem ser realizadas por que os camponeses possuem uma maleabilidade em produzir, para si ou para o mercado, pelo fato de deter o meio, a forma e a força de como produzir.

Mudar de atividades é uma opção que se coloca em jogo a manutenção de sua vida, podendo ser mais rentável, como o caso dos entrevistados do bairro das Antas que largaram a pecuária que herdaram e investiram na avicultura, entretanto essa nova atividade passou a exigir mais trabalho.

O oposto também pode ocorrer, ou seja, encontrar uma atividade que mesmo sendo menos rentável, possibilita ao camponês se autoexplorar menos, como verificado no abandono da olericultura do pepino e aderir ao cultivo de maracujá azedo, como foi retratado no bairro do Retiro.

É em busca dessa maleabilidade e da liberdade de ter onde, como, quando e o que produzir, que se deparou com as realidades de criação, recriação camponesa e da própria resistência camponesa de permanecer na terra. Acessar a terra se tornou uma oportunidade de uma vida nova distante do urbano, um retorno às raízes camponesas da infância e às particularidades de um modo de vida que nunca fora mentalmente abandonado e de resistência, apesar das adversidades impostas pelo mercado, dos riscos com o clima e das pragas, pela sua autonomia.

A conversão de proletário para camponês foi detectada com um entrevistado que sempre viveram na grande São Paulo, mas teve no legado do avô (a propriedade da terra) uma nova forma de encaminhar sua vida e sobreviver do trabalho próprio no campo. O marcante relato “de não querer retonar àquela vida”, ao se referir ao meio urbano e seu trabalho na construção civil, indica que ela deixa de ser regida pelo relógio artificial da cidade para se orientar pelos ritmos da natureza do campo.

A recreação é muito mais visível e presente e se dá de forma diversificada. Ela caracteriza um resgate das experiências de anos anteriores no campo, mas que por diversos motivos os excluíram da terra e os jogaram à cidade. A chama do ideal camponês não se apaga, seja pela tentativa, e posterior fracasso como visto no bairro das Sete Curvas, por meio de lutas e na esperança, sob as lonas do MST como o dos assentados do Carlos Lamarca, frente ao desespero quanto aos rumos que os mais jovens da família tomavam na periferia da grande metrópole.

A recreação pode se dar por meio do dinheiro, seja pela dependência com a agência de crédito como no caso dos assentados pelo Banco da Terra, ou mesmo com a soma das economias que acumularam, ou mesmo da exploração do trabalho alheio por empreitas de corte de eucalipto. Apesar de distintas as formas de recreação, o que se destaca em todas as falas é a possibilidade de reencontrar a autonomia de suas vidas por meio da terra para o trabalho.

Nem sempre recriar-se é fácil, todavia resistir na terra também não o é. Envolve persistência, paciência, muita força de trabalho e disposição da família. Se diversificar as atividades foi o caminho para assegurarem-se por três gerações ainda unidas na terra, a manutenção de uma só atividade herdada e aos moldes do falecido pai pode significar uma barreira para sua permanência, especialmente diante de uma partilha do patrimônio que ainda é incerta.

A resistência pode ocorrer quando o camponês é uno, sua autoexploração é intensa ou moderada conforme a necessidade para sua sobrevivência. Ela pode também se dar realizando trabalhos acessórios de pedreiro, como assalariado e trabalhando com bicos nas estufas dos outros ou mesmo na recusa em morar na cidade, pois a maior parcela de sua terra está arrendada ou sua maior renda provém de alugueis.

Não houve uma homogeneidade nas entrevistas realizadas. Homogênea apenas as estratégias de lidar com seus cultivos e suas criações quando similares. Em comum nas propriedades de recriação ou de resistência camponesa, a presença do pomar (ainda que não produzindo devido ao pouco tempo na terra), do galinheiro, da horta, às vezes do açude ou do rio para a pesca, junto à sua terra. Estas similaridades, quando questionados eles informaram que, são indispensáveis na complementação da dieta da família como também para ocupar parte do seu tempo, tanto para o trabalho quanto para o lazer.

Diante dessa diversidade de ressignificações do que é o ser camponês no município de Itapetininga, é que a modernidade tenta ignorar essas pequenas transformações sociais e de autoafirmação de classe. Ora inserida no capitalismo, ora distante, a manutenção e a recriação pode significar a solução da pobreza, como também a solução para a ampliação da biodiversidade e das questões ambientais.

Todavia o desafio fundamental para a sua concretização é a democratização do acesso a terra. A agricultura camponesa tem uma lógica histórica de produzir na terra com a finalidade de atender a sociedade e sem a desconcentração fundiária, não há um panorama favorável para que muitos males da sociedade moderna sejam extintos ou pelo menos reduzidos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec/Ed. Unicamp, 1998.

ALMEIDA, Aluísio de. Guareí, uma Fazenda dos Jesuítas. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, a. 5, n 53, p. 113-118. Dez. 1938/Jan. 1939 (a).

ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Júlio de Mesquita Filho – UNESP Presidente Prudente. 391 f. 2003.

_____. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

_____. A Função Social da Propriedade e Desenvolvimento Sustentável: Camponeses Versus Agronegócio. In: FABRINI, J. E.; PAULINO, E. T. (org.) **Campesinato e Territórios Em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

API, Ivandro *et al.* . Efeito da sexagem e linhagens sobre o desempenho e rendimento de carcaça de frangos de corte. **Ciência animal brasileira**, Goiânia , v. 18, 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68912017000100219&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 12 de dezembro de 2018.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2007.

AUDI, Amanda. **Relator do projeto dos agrotóxicos é dono de empresas do setor**. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/relator-do-projeto-dos-agrotoxicos-e-dono-de-empresas-do-setor/> Acesso em 14/12/2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Quem são os beneficiários do PRONAF?** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbc_atende%2Fport%2FPRONAF.asp#2. Acesso em 03 de dezembro de 2018.

BARBOSA, Gabriela da Rocha. **Tecnologias em combate: tradução e controvérsias na produção de laranja no Estado de São Paulo**. 2012. Tese (doutorado em Política Científica e Tecnológica). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. 174 f. Campinas. 2012.

BARRETO, Lídia M. R. C.; DIB, Ana Paula da S.; NORDI, J. C. Qualidade na apicultura: da flor ao consumidor. **Casa da Agricultura**. a. 17. n. 1. Campinas. P. 21-22. Jan./Fev./Mar. 2014

BARTRA, A. **La renta de la tierra** (2011). Vídeo, disponível em <https://youtu.be/acRZJPuUQQ>. Acesso em: 08/09/2017.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF (1995-2015): avanços e desafios**. Brasília : SAF/MDA, 2015.

BLOG FAMILIA JULIO PRESTES DE ALBUQUERQUE. **A fazenda Araras**. Disponível em: <https://julioprestes.wordpress.com/a-fazenda-araras/>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

BOBBIO, Norberto. **Estado governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOECHAT, Cassio A. **O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista**. São Paulo: USP, 2014. (Tese de doutorado)

BOMBARDI, Larissa M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 14, p. 107-117, 2003.

_____. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Anna Blume, 2004.

BRAGA, L, C. **A territorialização da produção leiteira e fumageira na Linha Itaíba a Marmeleiro – PR**. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, área de concentração: Produção do espaço e meio ambiente) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História).

_____. Do Sertão à cidade: os territórios da vida e do imaginário do camponês tradicional in: MESQUITA, Zilá ; BRANDÃO, C. R. (Orgs.) **14 Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1995

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Coleção de Leis do Brasil (Império) - CLBR**, Rio de Janeiro, 20 set. 1850. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 09 de dezembro de 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal-CET, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 03 de julho de 2018.

_____. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F. 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

_____. Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993. Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F. 06 de julho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp76.htm. Acesso em: 03 de novembro de 2018.

_____. Portaria do Ministério da Agricultura e Abastecimento nº 368, de 04 de setembro de 1997. Aprova o Regulamento Técnico sobre as condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de Alimentos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F. 08 de setembro de 1997. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/empresario/Portaria_368.1997.pdf/view Acesso em: 20 de agosto de 2019.

_____. Instrução Normativa do Ministério da Agricultura e Abastecimento nº 11, de 20 de outubro de 2000. Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel e padronização do processamento dos produtos de origem animal, visando assegurar condições igualitárias e total transparência na elaboração e comercialização destes produtos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F. 23 de outubro de 2000. Disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/inspecao/files/2012/08/IN-11-de-2000.pdf> Acesso em: 02 de junho de 2019.

_____. Instrução Normativa do Ministério da Agricultura e Abastecimento nº 03, de 19 de janeiro de 2001. Aprova os Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade de Apitoxina, Cera de Abelha, Geleia Real, Geleia Real Liofilizada, Pólen Apícola, Própolis e Extrato de Própolis. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F. 23 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=1798>. Acesso em: 02 de junho de 2019.

_____. Instrução Normativa do Ministério da Agricultura e Abastecimento nº 009, de 12 de novembro de 2002. Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas “in natura”. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F. 14 de novembro de 2002. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=1371>. Acesso em: 27 de agosto de 2019.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F. 24 de julho de 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-atualizada-pl.html>. Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

_____. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F. 23 de abril de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 07 de fevereiro de 2019.

_____. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629/1993, 13.001/2014, 11.952/2009, 13.340/2016, 8.666/1993, 6.015/1973, 12.512/2011, 10.406/2002 (Código Civil), 13.105/2015 (Código de Processo Civil), 11.977/2009, 9.514/1997, 11.124/2005, 6.766/1979, 10.257/2001, 12.651/2012,

13.240/2015, 9.636/1998, 8.036/1990, 13.139/2015, 11.483/2007 e 12.712/2012. A Medida Provisória nº 2.220/2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398/1987, 1.876/1981, 9.760/1946 e 3.365/1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº76/1993, e da Lei nº 13.347/2016; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F. 11 de julho de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm. Acesso em: 03 de novembro de 2018.

_____. Instrução Normativa Conjunta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nº 02, de 07 de fevereiro de 2018. Define-se os procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos destinados à alimentação humana, para fins de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos, em todo o território nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F. 08 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/comeca-a-valer-em-agosto-sistema-de-rastreabilidade-de-vegetaisfrescos/InstruoNormativaConjuntaINC02MAPAANVISA07022018.pdf> Acesso em: 25 de agosto de 2019.

_____. Instrução Normativa Conjunta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nº 01, de 15 de abril de 2019. Define-se a implementação gradual dos procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos destinados à alimentação humana, para fins de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos, em todo o território nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D. F. 02 de maio de 2019. Disponível em: <https://alimentusconsultoria.com.br/instrucao-normativa-conjunta-no-1-de-15-de-abril-de-2019-mapa-anvisa/> Acesso em: 25 de agosto de 2019.

CALIXTO, Juliana Sena *et al.*. Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamentos no alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 519-538, June 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de outubro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032009000200009>.

CAMPO NEWS, **Frango Forte pede mais prazo**. Publicado em 11/05/2009. Disponível em <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/frango-forte-pede-mais-prazo/20091105-084912-k857>. Acesso em: 12/07/2019.

CANABRAVA, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875)**. São Paulo: S/E, 1951.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A Brecha Camponesa no sistema escravista (1979). In: WELCH, Clifford A. *et al.* (org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. v. 1. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

CAROSSO FILHO, O. MST quer fazenda de 711 ha ao lado do Clube dos Bancários. **Correio de Itapetininga**, Itapetininga/SP, 07/04/2011. P.3.

CARTA Capital. **Governo publica decretos que regulamentam a Lei da Grilagem**. 29/03/2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/governo-publica-decretos-que-regulamentam-a-lei-da-grilagem/>. Acesso em 23 de abril de 2019.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XX**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASSOLI, L. Da 51 a 62: Onde estamos e para onde vamos?. **Revista Leite Integral** (fev. 2012). Disponível em <http://www.revistaleiteintegral.com.br/noticia/da-51-a-62-onde-estamos-e-para-onde-vamos->. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

CEPAGRI/UNICAMP. **Dados pluviotérmicos dos municípios paulistas**. Disponível em: http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_258.html. Acesso em: 29/09/2017.

CHANG, Ha Joon. **Chutando a Escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

_____. **Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas**. Tradução de Manuel Villaverde Cabral. Disponível em: analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf. Acesso em: 14 de setembro de 2016.

CITROSUCO, **Divulgação empresarial**. Disponível em: <http://www.citrosuco.com.br/index.html>, Acesso em: 23/02/2018.

CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens Sobrepostas**: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930). Londrina: Editora da UEL, 2013.

CORREIO de Itapetininga, MST está acampado há mais de 3 anos sob a lona. **Correio de Itapetininga**, Itapetininga/SP, 23/03/2012. P.2.

D'AURIA, Graça. O alerta é claro: sem abelhas, sem alimento. **Casa da Agricultura**: Apicultura. Campinas/SP. a. 17, n. 1. p. 41-43. jan/fev/mar de 2014

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um Colono no Brasil**. Trad. Sérgio Buarque de Hollanda. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

DE PAULA, Rodrigo V. **Sistema de Informações Geográficas destinado ao planejamento da atividade apícola no Assentamento Pe. Josimo Tavares – PA**. 2009. Dissertação (mestrado em Geografia Física). FFLCH – Universidade de São Paulo- USP. 84 f. São Paulo. 2009.

DELEO, João Paulo. Por que o preço do tomate subiu tanto? **Notas sobre a hortifruticultura**. Cepea/ESALQ-USP, 2013. Disponível em <http://cepea.esalq.usp.br/hfbrasil>. Acesso em 20/09/2018

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Colocar os agricultores familiares em primeiro para erradicar a fome**. Roma, 16 de outubro de 2014. Disponível em: < <https://www.fao.org.br/cafppef.asp> > Acesso em: 18 Nov. 2018

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Bernardo M. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996

_____. Agrária, Questão. **Enciclopédia Latinoamericana**. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/agraria-questao>. Acesso em: 02/07/2019.

FERNANDES, Bruno C. **Desenvolvimento histórico da citricultura**. Araraquara: FCL-Unesp-depto. de Economia, 2010. (Trabalho de Conclusão de Curso)

FERNANDES, Florestan . **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 29 ed. Trad. Galeno de Freitas. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

GERODETTI, João E.; CONEJO, Carlos. **Lembranças de São Paulo**: O interior paulista nos cartões postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris Editorial, 2000.

GIRARDI, Eduardo P. Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso. **Confin**s [Online], 25 | 2015. Disponível em <http://journals.openedition.org/confin/10446>. Acesso em 29 novembro 2018.

GIRARDI, Giovana. Desmatamento no Cerrado recua, mas em 7 anos é 60% maior que perda da Amazônia. **O Estado de São Paulo**, 21 de junho de 2018. Acesso em 22/09/2018. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,desmatamento-no-cerrado-recua-mas-em-7-anos-e-60-maior-que-perda-da-amazonia,70002359710>

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1994

_____. Liberalismo e escravidão. **Estudos Avançados**. São Paulo , v. 16, n. 46, p. 209-222, Dez. 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de junho 2017. Entrevista concedida a Estudos Avançados. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000300015>.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1996.

_____. O Novo Rural Brasileiro. **Nova Economia**. Belo Horizonte. V. 7. N. 1. Maio, 1997. P. 43-81.

GUANZIROLI, Carlos E.. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, Junho 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 de novembro de 2018.

GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro séculos de Latifúndio**. São Paulo: Editora Fulgor, 1969.

HESPAÑHOL, Antônio. N. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (orgs.) A. **Abordagens teóricometodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007, p. 179-198.

HESPAÑHOL, Rosângela A. De Medeiros; COSTA, Vera Mariza H. De Miranda. A agricultura familiar no âmbito do poder local: a atuação do PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais. **Revista de Geografia**, Rio Claro, SP, v. 26, n. 2, p. 69 a 90, ago. 2001.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 4 ed. São Paulo:Saraiva, 2006

IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STÉDILE, João P. (org) **A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IBGE. **Censo Agrícola de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. V. 2 Tomo 12 – São Paulo.

_____. **Censo Agropecuário de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. V. 3 Tomo 18 – São Paulo.

_____. **Censo Agropecuário de 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. V.1 Tomo 17 – São Paulo.

_____. **Censo Agropecuário de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. V.2 Tomo 19 – São Paulo.

_____. **Censo Agropecuário de 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. V. 3 Tomo 21 – São Paulo.

_____. **Censo Agropecuário de 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. São Paulo. (on line), disponível em : https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm. Acesso em 11/01/2018.

_____. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em : <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>. Acesso em 11/01/2018.

_____. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em : <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 19/10/2018.

_____. **Bases cartográficas** (Brasil, estado de São Paulo, município de Itapetininga) em formato vetorial e raster. Disponível em : https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm. Acesso em: 12/08/2016.

_____. **Cid@ades**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 14/12/2017.

_____. **Produção Agrícola Municipal – PAM**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 17/12/2017.

_____. **Produção Pecuária Municipal – PPM**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>. Acesso em 17/12/2017.

IEA – Instituto de Economia Agrícola. **O papel da logística na cadeia de produção dos hortifrutis**. Publicado em: 27/04/2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=2160> Acesso em: 21/08/2019.

_____. Sobre a Nova Instrução Normativa n. 7 para a Qualidade do Leite. **Análises e Indicadores do Agronegócio**. São Paulo. V. 11 N. 7. Julho de 2016. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-46-2016.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

INSTITUTO FLORESTAL (Estado de São Paulo). **Itapetininga**. Disponível em: <http://iflorestal.sp.gov.br/areas-protegidas/estacoes-experimentais/itapetininga/> Acesso em: 10/09/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)** – Cadastro de imóveis rurais do município de Itapetininga, estado de São Paulo e República Federativa do Brasil. Brasília, 2014.(Base de dados em arquivo digital)

_____. **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)** – Cadastro de imóveis rurais do município de Itapetininga. Brasília, 2019. Disponível em <https://sn-cr.serpro.gov.br/sncr-web/public/pages/security/login.jsf?windowId=e55>. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Catálogo de Imagens**. Disponível em: <http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>. Diversos acessos entre agosto de 2016 e janeiro de 2018.

ISAAC, Alberto. Daqui, o café se espalhava por toda a parte. **Correio de Itapetininga**, 19/01/2012. Coluna p. 4.

ITAPETININGA Reminiscências: A ocupação antiga, o patrimônio municipal: o Mercado, A cadeia central: um palácio, Os primeiros povoadores e sesmeiros, Os indígenas. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 29 de março de 1929. Caderno único p. 8.

ITAPETININGA, Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Casa da Agricultura Municipalizada de Itapetininga Escritório de Desenvolvimento Rural Itapetininga Período de vigência: 2011 a 2014, publicado em 24/11/2010.

JANK, M.; CHADDAD, F.; NAKAHODO, S. **Repensando as políticas agrícolas e agrárias do Brasil**. Disponível em:

[http://www.iconebrasil.com.br/datafiles/publicacoes/estudos/2006/repensando as politicas agricolas e agrária do Brasil 3012.pdf](http://www.iconebrasil.com.br/datafiles/publicacoes/estudos/2006/repensando_as_politicas_agricolas_e_agraria_do_Brasil_3012.pdf). Acesso em 19/02/2018.

KAUTSKY, Karl. **Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUTZEMBERGER, José A. O absurdo da agricultura. **Estudos Avançados**, vol. 15, n. 43, Dezembro de 2001. p. 61-74.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de Capital**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

MAIA, Ana Heloisa; SANT'ANA, Antonio Lázaro; SILVA, Flaviana Cavalcanti da. Políticas Públicas de Acesso à Terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Nova Xavantina (MT). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 311-328, Junho 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000200311&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 Jan. 2019.

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: S. A. Fabris Editor, 2003.

MARQUES, MARTA .I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**. Ano 11 n. 12, jan-jun/2008. P. 57-67.

MARTINS, José de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O cativo da Terra**. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A Sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **O Capital** (Crítica da Economia Política). Livro 1, Volume 1 Tomo 2. O processo de produção do capital. Trad. Regis Barbosa e Flavio T. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

_____. **O Capital** (Crítica da Economia Política). Livro 3, Volume 6 – O processo global de produção capitalista. 3 ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. **Grundisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011 a

_____. **O 18 de brumário de Luis Bonaparte**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011 b.

_____. Rascunhos da carta à Vera Sassulitch de 1881 – Trad. Edgar Malagodi e Rogério Silva Bezerra. **Raízes**. Campina Grande, v. 24, n. 01 e 02, p. 110-123, jan./dez. 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **Escritos econômicos vários**. Trad. José Flávio Bertero e Ana Maria de O. Rosa e Silva. Cidade do México (México): Grijalbo, 1975. p 229-231.

MATTOS, Leonora M *et al.* . Produção segura e rastreabilidade de hortaliças. **Horticultura Brasileira**. Brasília , v. 27, n. 4, p. 408-413, Dezembro, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-05362009000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06/08/2019.

MEDEIROS, Nésio F. Regulamento traz insegurança e riscos ao setor apícola. **Casa da Agricultura**. a. 17. n. 1. Campinas. P. 19. Jan./Fev./Mar. 2014.

MENEGHETTI NETO, A. Imposto Territorial Rural (ITR): Algumas considerações. **Indicadores Econômicos – FEE/RS**. v. 20 n. 3, Porto Alegre. p. 185-199. 1992.

MILINSKI, Claudine C.; VENTURA, Carla A. A. Os impactos do programa nacional de melhoria da qualidade do leite – PNMQL na região de Franca-SP. **Revista. Internacional e Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.7, n.1, p. 170-198, jan./jul. 2010.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Hucitec-polis, 1998.

MULLER, Geraldo. São Paulo – o núcleo do padrão do desenvolvimento agrário moderno. STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1994

MULLER, Nice Lecocq. Bairros Rurais do Município de Piracicaba/SP. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 43, julho de 1966, p. 83-130.

NOGUEIRA, Oracy. **Família e comunidade: um estudo sociológico de Itapetininga/SP**. Rio de Janeiro: CBPE, 1962. (Coleção Brasil Provinciano)

OLIVEIRA, Alexandra M. de. **A participação do Banco Mundial no mercado de terras no Brasil e no mundo**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

OLIVEIRA, Arioaldo U. de. **Modo de produção capitalista e Agricultura**. São Paulo: Atica, 1986.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001 a.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, 2001 b, v. 15 n. 43, São Paulo.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, a. 19 v. 2 n. 21. São Paulo, Jul./Dez. 2003. P. 113-156.

_____. Geografia agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, Marta Inez M. **O campo no século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, João Paulo. **A guerra fiscal entre os municípios pelo ISS.** 2012. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/938/a-guerra-fiscal-entre-os-municipios-pelo-iss/>. Acesso em 03/04/2019.

OLIVETTE, M. P. A. ; CAMARGO, F. P., Concentração fundiária no estado de São Paulo 1996-2008. **Informações Econômicas**, São Paulo. IEA (Inst. de Economia Agrícola/SP), v.39, n.6, jun. 2009. p. 68-76.

OS TROPEIROS: As viagens que mudaram o mapa do Brasil. Produção: **Globo Rural/ TV Globo.** São Paulo: Editora Globo/Globo Marcas, 2006. Formato DVD, 3 discos.

PAULANI, L. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Brazilian Journal of Political Economy** 36 (3), 2016 . p. 514-535

PAULINO, Eliane T. Territórios em disputa e Agricultura. In: FABRINI, J. E.; PAULINO, E. T. (org.) **Campesinato e Territórios Em Disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____, Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, set./dez. 2011, p. 111-128.

_____, **Por uma Geografia dos Camponeses.** 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

_____, Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária: problematizações necessárias. In: ROSAS, Celso Antonio Ramos Fonseca (org.) **Perspectivas da Geografia Agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 61-84.

PLOEG, Jan Douwe V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares:** a luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação:** as origens de nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTAL G1/ITAPETININGA. **Grupo sem-terra amplia ocupação de fazendas na região de Itapetininga.** 15/12/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2014/12/grupo-sem-terra-amplia-ocupacao-de-terras-na-regiao-de-itapetininga.html>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

_____. **Consumidores reclamam da alta no preço do leite na região de Itapetininga.** 21/06/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/itapetininga-regiao/noticia/consumidores-reclamam-da-alta-no-preco-do-leite-na-regiao-de-itapetininga.ghml> . Acesso em 15 de setembro de 2018.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1-55, jan. 2004.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604>>. Acesso em: 13 de agosto 2018.

_____. **A Reinvenção dos territórios da América Latina/Abya Yala**. Cidade do México (México): UNAM, maio de 2012.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Revista Latinoamericana POLIS**. Polis [Online], 31 | 2012. Disponível em: <http://polis.revues.org/3749>, consultado em 30 Setembro 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____, **História Econômica do Brasil**. 31 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PROHORT/CONAB, Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortifrutigranjeiro/Companhia Nacional de Abastecimento. **Preços mais comuns no atacado – Ceagesp/SP-Capital**. Data: 01/08/2019. Disponível em: <http://prohort.conab.gov.br/precos.php?TIP=1&P01=6&P02=1&P03=0&P04=0> Acesso em 02/08/2019.

QUEIROZ, Maria I. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo: Duas cidades, 1973.

QUIJANO-KRÜGER, Fedra Gidget; CÂMARA, Francisco Luiz Araújo. Avaliação da agricultura biodinâmica por meio da bioeletrografia: estudo de caso. **Revista Brasileira de Agroecologia** 3(1): p. 42-48 (2008)

RIBEIRO, Veridiana. Combate a praga da laranja dizima abelhas no interior de São Paulo. **de São Paulo**. 19/08/2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1908200835.htm>. Acesso em 12/06/2019.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Trad. Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

RODRIGUES, Raquel, M. C. Adquirida pelo grupo italiano Granarolo, Yema Laticínios projeta crescimento para 2017. Janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/adquirida-pelo-grupo-italiano-granarolo-yema-laticinios-projeta-crescimento-para-2017-102996n.aspx>. Acesso em: 02/03/2018.

RODRIGUES, Wesley O. P. *et al.*. Evolução da avicultura de corte no Brasil. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer** - Goiânia, v.10, n.18 (2014) p. 1666-1684.

RODRIK, Dani. *Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion?* A Review of the World Bank's Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform. **Journal of Economic Literature**. Vol. XLIV (Dezembro de 2006) p. 973–987

ROMERO, Bianca de C. **Análise da localização de plataformas logísticas**: aplicação ao caso do ETSP – Entrepósito Terminal São Paulo – da CEAGESP. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas Logísticos) – Escola Politécnica/Universidade de São Paulo-USP. 156 f. São Paulo. 2006.

SAINT HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Província de São Paulo**. São Paulo: Itatiaia/USP, 1976.

SANTOS, M.; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SÃO PAULO (Província), Lei nº 99/1865, de 26 de abril de 1865. Autoriza a presidência a desapropriar, para logradouro público da capela de São João do Guary, as terras pertencentes à Elias Ayres do Amaral. **Secretaria de Governo de São Paulo** (registrada na folha 7 v. do livro competente). São Paulo (Província). 26 de abril de 1865. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1865/lei-99-26.04.1865.html>. Acesso em: 05 de dezembro de 2018.

SÃO PAULO (Estado), Lei nº 5.994/1960, de 31 de dezembro de 1960. Estabelece normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, S. P. 31 de dezembro de 1960. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1960/lei-5994-30.12.1960.html>. Acesso em: 25 de setembro de 2018.

_____. Lei Complementar nº 1.214/2014, de 08 de maio de 2014. Cria a Região Metropolitana de Sorocaba e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, S. P. 09 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2014/lei.complementar-1241-08.05.2014.html>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

_____. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 12/11/2017.

SÃO PAULO (Estado). **Cartilha prática sobre rastreabilidade e rotulagem para o produtor rural**. São Paulo: CDRS (Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável), junho de 2019.

SCHEUER, Júnior M. *et al.*. Estrutura produtiva e a agroecologia: um estudo de caso na associação dos pequenos produtores da região do Alto Sant'ana, Mato Grosso. **Revista Geográfica Acadêmica- RGA**. Boa Vista/RR. v. 11. n.2. p. 50-66. 2017.

SCHMITZ, A. M. ; SANTOS, R. A. A produção de leite na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná e a participação das mulheres no processo produtivo. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.7, n.2, p. 339-355, jul/dez. 2013.

SEABRA, Odete C. de L. Relação Cidade Campo: As metamorfoses da cidade. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. L. (org.) **Territorialidades e diversidade nos campo e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: Conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos CEBRAP**, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SICAR, **Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural**. Dados de Itapetininga em Fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>, Acesso em 23 de março de 2019.

SILVA, E. F.; JADOSKI, S. O. Caracterização histórica da cultura e prognóstico de evolução da produção de batata no Brasil. **Brazilian Journal of Applied Technology for Agricultural Science**. 2015. Guarapuava-PR, v.8, n.1, p.99-106,

SILVA, J. G. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, J. G. VIEIRA FILHO, J. E. R. e NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA 2010.

SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Sérgio S. **Valor e Renda da Terra (O movimento do capital no campo)**. São Paulo: Polis, 1981. Coleção Teoria e História n. 10.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e causas**. Trad. Luis J. Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Volume I - (Coleção Os Economistas)

_____. **A riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e causas**. Trad. Luis J. Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Volume II - (Coleção Os Economistas)

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976

_____. **História da História Nova**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SORJ, B., POMPERMAYER, M. J., CORADINI, O. L. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SOUZA, Paulo Marcelo de; NEY, Marlon Gomes; PONCIANO, Nivaldo José. Análise da Distribuição dos Financiamentos Rurais entre os Estabelecimentos Agropecuários Brasileiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 53, n. 2, p. 251-270, Junho/2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000200251&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

STÉDILE, J. P.; SÉRGIO, Frei. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

STEINER, Rudolf. **Fundamentos da Agricultura Biodinâmica**. Trad. Gerard Bannwart. São Paulo: Antroposófica, 1993.

TALASKA, Alcione. **Ainda existem latifúndios no Brasil? Uma análise do Espaço Agrário Brasileiro**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2016.

TAVARES, Nádia Lúcia. **A valorização do espaço agrícola no município de Itapetininga (SP)**. Rio Claro: IGCE-Unesp, 1993. (Dissertação de Mestrado)

TBCA – Tabela Brasileira de Composição de Alimento. Universidade de São Paulo (USP). **Food Research Center (FoRC)**. Versão 6.0. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.fcf.usp.br/tbca/> Acesso em: 18/01/2018.

TOURÉ, A. T.; CAMPAORÉ, B. Your Farm Subsidies Are Strangling Us. **New York Times** – Archives- July, 11, 2003. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2003/07/11/opinion/your-farm-subsidies-are-strangling-us.html>, Acesso em 03/09/2018.

TUBALDINI, M. A. S. **Análise da distribuição de Terras – Estrutura Fundiária**. UFMG, material de aula (mimeo.)s/d.

VALÉRIO, Valmir J. de O. **A segurança da dependência e os desafios da soberania: expansão da agroindústria canavieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Julio de Mesquita Filho – UNESP. 230 f. Presidente Prudente/SP. 2015

VEIGA, José E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VERRUMA, M.R.; SALGADO, J.M.. Análise química do leite de búfala em comparação ao leite de vaca. **Scientia Agrícola**, Piracicaba, 1994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sa/article/viewFile/20174/22291>. Acesso em 29/12/2018

VIEIRA, Gustavo H. da C.; SILVA, Rangel F. R.; GRANDE, João P. Uso da Apicultura como Fonte Alternativa de Renda para Pequenos e Médios Produtores da Região do Bolsão, MS. In: 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. **Anais**. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Desen/Desen29.pdf>. Acesso em: 08/05/2019.

WIESE, Helmuth. **Nova Apicultura**. Porto Alegre: Editora Agropecuária, 1980.

_____. **Apicultura Novos tempos**. Guaíba: Editora Agropecuária, 2000.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. Las rebeliones campesinas. In: SHANIN, Teodor (Org.) **Campesinos y Sociedades Campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia**. O campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

ZANUSSO, Jerri. **Apostila sobre Apicultura**. Pelotas/RS: UFPel, 2011. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/danielasaid94/apostila-apicultura>. Acesso em: 08/05/2019.